

Relatório de Gestão FNDE - 2006



Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário-Executivo do Ministério da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Daniel Silva Balaban - Presidente

Chefe de Gabinete
Carlos Roberio Garay Corrêa

Diretor Financeiro
Antônio Corrêa Neto

Diretor de Ações Educacionais
Rafael Pereira Torino

Diretor de Administração e Tecnologia
José Carlos Wanderley Dias de Freitas

Diretor de Programas Especiais
Leopoldo Jorge Alves Júnior

Diretor de Programas e Projetos Educacionais
Luís Silveira Rangel

Procuradora Federal
Marly Librelon Pires

Auditor Interno
Gil Pinto Loja Neto

Assessora de Comunicação Social
Suzana Helena Carneiro Veríssimo

Elaboração do Relatório de Gestão - FNDE 2006

Adalberto Domingos da Paz

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

Sebastião Jader Leite de Souza

Coordenação de Planejamento

Equipe Técnica

Almir Pereira de Souza

Elida Maria Loureiro Lino

Francisco Stelio Soares

Simone Cardoso dos Santos

Equipe de Apoio

Cíntia Beatriz de Freitas Alves

Eduardo Carlos Manyari Garcia

Enedina Leite Maroclo Antunes

Francisco Stelio Soares

Hilda Souza Pereira

João Antônio Lopes de Oliveira

Luciane Franco

Marta de Jesus Xavier

Mônica Jamal Gotti

Paulo Francisco Sallaberry Cayres

Renalva Barreto Coelho

Silverio Moraes da Cruz

Silvanete de Paula Medeiros

Revisão

Elizabeth Maria Speller Trajano

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Juliana Henriques e Silva



Apresentação	7
Introdução	8
I – ASPECTOS INSTITUCIONAIS	11
1. Informações Gerais	12
2. Estrutura Organizacional do FNDE	15
3. Conselho Deliberativo	18
4. Comunicação Social	20
5. Procuradoria Federal	24
5.1. Aspectos gerais	24
5.2. Estrutura	24
5.3. Atuação da Procuradoria Federal – Profe	25
6. Auditoria Interna	30
7. Administração	32
7.1. Pessoas e organização	33
7.2. Diárias e passagens	40
7.3. Ambientação institucional	48
7.4. Compras e Contratos Governamentais	48
7.5. Recursos Logísticos Patrimônio	50
7.6. Recursos tecnológicos	52
8. Planejamento	62
8.1. Plano Plurianual	63
8.2. Projeto de fortalecimento institucional	66
8.3. Sistemas de informação.....	67
8.4. Rede de parcerias e controle social	68
II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	71
9. Orçamento	72
10. Contribuição Social do Salário-Educação.....	79
10.1. Aspectos gerais.....	79
10.2. Desempenho da contribuição social do salário-educação	81
10.3. Distribuição da contribuição social do salário-educação	84
10.4. Superávit do salário-educação.....	87
10.5. Programa integrado de inspeção em empresas e escolas (Proinspe)	87
10.6. Cobrança administrativa.....	88
10.7. Parcelamento de débitos	88
11. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa.....	90
11.1. Execução orçamentária.....	96
11.2. Execução financeira	99
11.3. Análise da execução orçamentária e financeira sob os aspectos da classificação da despesa	101
11.4. Restos a pagar	104
11.5. Aplicação financeira.....	107

12. Contas Correntes	109
13. Publicidade dos Pagamentos	111
14. Contabilidade	112
15. Prestação de Contas	113
15.1. Aspectos gerais	113
15.2. Análise de prestações de contas de repasses voluntários de vigência anual	114
15.3. Exame de prestações de contas de repasses voluntários com vigência plurianual	116
15.4. Exame de prestações de contas de repasses automáticos	116
15.5. Instauração de tomadas de contas especiais	119
III – DESEMPENHO DOS PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO ÂMBITO DO FNDE.....	120
16. (0150) – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.	121
16.1. (0150.0948) – Ação: Apoio ao ensino fundamental escolar indígena.....	122
16.2. (015.09DX) – Ação: Capacitação de professores para a educação fundamental indígena.....	122
17. (0903) – Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica.....	124
17.1. (0903.0369) – Ação: Quota-Parte dos estados, municípios e do Distrito Federal do salário-educação	124
18. (1060) – Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	125
18.1. (1060.0081) – Ação: Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos – Fazendo Escola.....	126
18.2. (1060.0507) – Ação: Apoio a iniciativas para a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos	126
18.3. (1060.0920) – Ação: concessão de bolsa ao alfabetizador.....	127
18.4. (1060.09BT) – Ação: Apoio à capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos.....	128
18.5. (1060.09EP) – Ação: Apoio a ações assistenciais aos alunos de educação de jovens e adultos -	128
19. (1061) – Brasil Escolarizado.....	130
19.1. (1061.0509) – Ação: Apoio ao desenvolvimento da educação básica	130
19.2. (1061.0513) – Ação: Apoio à alimentação escolar na educação básica	131
19.3. (1061.09CW) – Ação: Apoio à reestruturação da rede física pública	140
19.4. (1061.09EV) – Ação: Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública	141
19.5. (1061.2272) – Ação: Gestão e Administração do Programa	142
19.6. (1061.2A74) – .Ação: Funcionamento da TV Escola	143
19.7. (1061.4042) – Ação: Promoção e desenvolvimento da saúde do escolar na educação básica	144
19.8. (1061.4045) – Ação: Distribuição de acervos bibliográficos	146
19.9. (1061.4389) – Ação: Capacitação para o exercício do controle social	148
19.10. (1061.4641 – Publicidade de Utilidade Pública	150
19.11. (1061.6372) – Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública - Prolnfo	150
19.12. (1061.6375) – .Distribuição de material de apoio à educação a distância e ao uso de tecnologias de informação e comunicação na educação	151
20. (1062) – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	153

20.1. (1062.0A13) – Ação: Concessão de bolsa-auxílio para pré-formação profissional – Escola de Fábrica	157
20.2. (1062.3676) – Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional – Proep	158
20.3. (1062.3685) – Implementação da expansão profissional de educação profissional – Proep	158
20.4. (1062.3687) – Implantação do sistema de informação da educação profissional (Proep)	159
20.5. (1062.7109) – Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – Proep	159
21. (1065) – Desenvolvimento da Educação Infantil	166
21.1. (1065.0E04) – Apoio ao desenvolvimento da educação infantil	166
21.2. (1065.09HI) – Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil	167
21.3. (1065.09HJ) – Ação: Apoio à reestruturação da rede física da educação infantil	167
21.4. (1065.6351) – Distribuição de periódicos para a educação infantil	168
22. (1067) – Gestão da Política de Educação:.....	169
22.1. (1067.4029) – Controle e inspeção da arrecadação do salário-educação e sua regular aplicação	169
22.2. (1067.4572) – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	170
23. (1072) – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica.....	172
23.1. (1072.0304) – Ação: Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério (Fundef)	172
23.2. (1072.0966) – Ação: Apoio à formação continuada de professores do ensino fundamental	180
23.3. (1072.0973) – Ação: Apoio à formação continuada de professores da educação infantil	180
23.4. (1072.09DP) – Ação: Apoio à formação inicial e continuada dos trabalhadores estaduais e municipais da educação básica	181
23.5. (1072.09EB) – Apoio à formação continuada em educação ambiental para profissionais da educação.....	181
23.6. (1072.0A30) – .Ação: Concessão de bolsa de incentivo à formação de professores da educação básica	182
23.7. (1072.6369) – Ação: Capacitação de recursos humanos de tecnologias na educação pública	182
23.8. (1072.6377 – Ação: Capacitação de recursos humanos para a educação a distância e para o programa TV Escola	184
24. (1073) – Universidade do Século XXI	185
24.1. (1073.4004 – Ação: Serviços à comunidade por meio da extensão universitária	185
25. (1336) – Brasil Quilombola	187
25.1. (1336.0974) – Ação: Apoio à formação de professores da educação básica para a atuação nas comunidades remanescentes de Quilombos	187
25.2. (1336.09CG) – Ação: Apoio à distribuição de material didático para escolas situadas nas comunidades remanescentes de Quilombos	188
25.3. (1336.09CJ) – Ação: Apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades remanescentes de Quilombos	188

26. (1374) – Desenvolvimento da Educação Especial	189
26.1. (1374.0959 – Ação: Apoio à adequação de prédios escolares para a educação especial	189
26.2. (1374.0977 – Ação: Apoio à formação de professores e profissionais para a educação especial	190
26.3. (1374.09DK) – Ação: Complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência	191
26.4. (1374.09EJ) – Ação: Qualificação para o Trabalho da Pessoa com necessidades especiais	194
26.5. (1374.09FD) – Ação: Apoio à aquisição de veículos escolares para a educação especial	194
26.6. (1374.09GL) – Ação: Capacitação de gestores e educadores para a educação especial	196
26.7. (1374.6113) – Ação: Distribuição de material didático para a educação especial	196
26.8. (12374.6310) – Ação: Distribuição de equipamento para a educação especial..	197
26.9. (1374.8371) – Ação: Educação especial como fator de inclusão escolar	197
27. (1376) – Desenvolvimento do Ensino Fundamental	199
27.1. (1376.0515) – Ação: Dinheiro direto na escola para o ensino fundamental	199
27.2. (1376.0969) – Ação: Apoio ao transporte escolar no ensino fundamental	213
27.3. (1376.09CK) – Ação: Apoio à ampliação do ensino fundamental para 9 anos	216
27.4. (1376.2272) – Ação: Gestão e administração do Programa	216
27.5. (1376.4046) – Ação: Distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental	217
27.6. (1376.5079) – Ação: Fortalecimento da escola - Fundescola III	221
28. (1377) – Educação para a Diversidade e Cidadania	228
28.1. (1377.0946) – Ação: Apoio à educação do campo	228
28.2. (1377.09EL) – Ação: Apoio a atividades educacionais de valorização da diversidade no espaço escolar	229
28.3. (1377.09EM) – Ação: Apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana	230
28.4. (1377.09HS) – Ação: Apoio à qualificação de profissionais da educação em educação para a diversidade e a cidadania	230
29. (1378) – Desenvolvimento do Ensino Médio	232
29.1. (1378.3680) – Ação: Estudos e pesquisas para a implantação das políticas para o ensino médio – Promed.....	237
29.2. (1378.3686) – Ação: Implementação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio – Promed.....	238
29.3. (1378.6322) – Ação: Distribuição de livros didáticos para o ensino médio	240
30. (8034) – Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	243
30.1. (8034.86AD) – Ação: Capacitação de profissionais do ProJovem	244
30.2. (2A95.2A95) – Ação: Elevação da escolaridade de beneficiários do ProJovem ...	244
30.3. (8034.2272) – Ação: Gestão e administração do Programa	245
30.4. (8034.86AB) – Ação: Produção, aquisição e distribuição de material didático para escolarização de jovens	245
30.5. (8034.86AC) – Ação: Qualificação de jovens	246
Anexos	247



Ao encerrar mais um exercício, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), elaborou o seu relatório de gestão, cumprindo o dever legal de apresentar a sua prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 47, de 27 de outubro de 2004, da Decisão Normativa TCU n.º 71, de 07 de dezembro de 2005, e da Portaria CGU n.º 3, de 05 de janeiro de 2006.

O Relatório de Gestão constitui peça fundamental na composição do processo de prestação de contas do FNDE, e sua elaboração está baseada nas determinações dos órgãos de controle interno e externo. O documento traduz as realizações da instituição, enfocando a gestão e o desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação e a execução física e financeira dos diversos programas e ações educacionais sob responsabilidade da organização.

Neste contexto, e considerando a dimensão da atuação do FNDE no cenário educacional brasileiro, pode-se afirmar que um documento desse porte retrata, de certo modo, os rumos da política setorial. O relatório de 2006 descreve os efetivos resultados, por um lado, do terceiro ano do programa de governo do presidente Lula, consubstanciado no Plano Brasil de Todos¹ e, por outro lado, registra os feitos da Autarquia correspondentes ao quarto e último ano do primeiro mandato do referido presidente.

Quanto à sua organização, o relatório foi estruturado em três Partes e cada uma subdividida em capítulos e seções. O critério de apresentação dos assuntos levou em consideração o fato de que todas as atividades desenvolvidas constituem o resultado da atuação institucional integrada e são relevantes para o alcance dos objetivos do FNDE. Neste sentido, as Partes I e II subdividiram-se por função (administração, planejamento, orçamento, entre outras), e a organização da Parte III tomou por referência os programas e as ações do Plano Plurianual (2004-2007), apresentados em ordem crescente.

Denominação do Plano Plurianual (2004 -2007) do governo Lula, aprovado pela Lei n.º 10.933, de 11 de agosto de 2004.



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vem sendo deliberadamente submetido a um conjunto de mudanças estruturais, iniciadas em 2004, tendo em vista sua adequação e seu aprimoramento para atuar como instrumento de viabilização ao cumprimento da nova política educacional brasileira, assegurar apoio à extensão da garantia do atendimento aos diversos níveis e modalidades que compõem a Educação Básica, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases.

Neste contexto, medidas foram adotadas com o intuito de promover o fortalecimento institucional e a modernização gerencial da Autarquia, com redesenho de processos e efetivação do planejamento estratégico, bem como para dar mais agilidade aos procedimentos, melhorar desempenhos e ampliar recursos das ações de governo na educação.

Este relatório resgata os principais resultados alcançados pelo FNDE, ao longo de 2006, com ênfase na execução dos 18 programas e das 84 ações de governo voltadas à consecução da política educacional e de apoio a sua implementação, que tiveram dotações consignadas no orçamento da Autarquia, procurando cumprir as recomendações emanadas dos órgãos de controle interno e externo, demonstrando os elementos necessários à avaliação da gestão organizacional.

Os resultados alcançados demonstram, de fato, a ampliação da missão originária do FNDE de suporte ao desenvolvimento da educação fundamental, com a incorporação de um conjunto de novas ações no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, bem como nas modalidades de Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, dentre outros desafios que se apresentam na agenda de políticas públicas do Ministério da Educação.

Esta ampliação de abrangência vem sendo acompanhada, de um lado, por uma correspondente tendência de aumento no volume de recursos sob responsabilidade da Autarquia, bem como da elevação na proporção de sua execução, cujo orçamento cresceu, nominalmente, 58% de 2003 para 2006 e, de outro lado, pela também crescente propensão da arrecadação da Contribuição Social do Salário-Educação, que registrou, no mesmo período, incremento nominal de 75%.

Merece ser destacado, ainda no contexto do salário-educação, a transferência para a Receita Federal do Brasil da competência da arrecadação da referida contribuição social, cujo propósito, dentre outros aspectos, é o de utilizar a sua capacidade, experiência e estrutura organizacional descentralizada com a finalidade de assegurar melhores condições operacionais que garantam a otimização desta importante fonte de receita para financiar a educação brasileira.

No que concerne à gestão dos programas, os avanços continuam sendo registrados em 2006. Foram repassados em torno de R\$ 327 milhões para manutenção e pequenos investimentos a escolas públicas do ensino fundamental e escolas privadas sem fins lucrativos de educação especial, além de outros R\$ 276 milhões aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em apoio às ações de transporte escolar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, atualmente integrado à ação governamental Fome Zero, é considerado a maior política pública do mundo na área, e no ano de 2006 atendeu a cerca de 36 milhões de alunos (19,5% da população brasileira), matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede pública, incluindo creches e escolas de áreas indígenas e remanescentes de quilombos, e ainda as entidades filantrópicas de ensino regular e especial.

No penúltimo ano de gestão do Plano Plurianual 2004-2007, o referido Programa de Alimentação Escolar recebeu incremento financeiro, em decorrência da continuidade da mudança dos valores *per capita* / dia, ocorrida em maio de 2006, tendência esta iniciada em 2003, após

longo período sem reajuste. Neste sentido, de 2005 para 2006, as majorações nos valores *per capita* das creches, da pré-escola e das entidades filantrópicas foram de 22,2%, enquanto que para o atendimento da educação indígena e remanescente de quilombos, o aumento foi da ordem de 29,4%. No período de 2003 a 2006, os incrementos foram respectivamente de 22,2%, 69,23%, 266,67% e 238,5%. Também é importante salientar que o indicador de desempenho para avaliar a ação (investimento por aluno atendido no ano) atingiu R\$ 40,91. O valor total de investimento no programa foi de cerca de R\$ 1,480 bilhão, com atendimento melhor aos alunos regulares e diferenciado aos alunos que se encontravam em maior risco de insegurança alimentar e nutricional.

No caso dos programas do livro, mediante investimento de mais de R\$ 735 milhões, foram adquiridos cerca de 102 milhões de livros didáticos destinados ao ensino fundamental (PNLD), e mais de 9 milhões de livros didáticos de português, matemática e biologia para alunos do ensino médio (PNLEM), de todo o território nacional. Quanto aos periódicos, foram produzidas, impressas e distribuídas, pelo MEC, 600 mil unidades da Revista Criança, com o objetivo de subsidiar a formação continuada e a prática docente dos professores de Educação Infantil de todo o país.

Em relação ao Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE/2006), foram adquiridos para serem distribuídos às escolas de 5.^a a 8.^a série, no primeiro semestre de 2007, cerca de 7 milhões de livros formando em torno de 96 mil acervos compostos por obras clássicas de poesia e literatura, manuais de história, antropologia, entre outros. Manteve-se a sistemática de distribuição dos acervos de dicionários, que desde 2005 passaram a ser fornecidos como acervo das escolas públicas, com distinção entre os níveis de ensino. Por intermédio do PNLD, o FNDE distribuiu os periódicos e as revistas Ciência Hoje das Crianças, Nova Escola, Pátio Infantil, Pátio Pedagógico e Gestão em Rede. Também adquiriu material para alunos com surdez e cegueira severa ou profunda, em Libras e Braille, buscando garantir a inclusão de discentes com estas necessidades especiais nas escolas e, ainda, desenvolveu atividades de suporte ao programa, para garantir sua execução, como triagem e avaliação de títulos do PNLD/2008, controle de qualidade, monitoramento do programa, realização de encontros técnicos operacionais, produção e distribuição do guia para escolha do livro didático, entre outras.

O projeto Fundescola, financiado com recursos advindos do Tesouro Nacional e oriundos do Banco Mundial, busca, por um lado, propiciar elevação do desempenho dos sistemas de ensino público nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio do fortalecimento das escolas de ensino fundamental e das instituições públicas responsáveis pelas referidas unidades educacionais e, por outro lado, melhorar os resultados educacionais dos alunos matriculados, garantindo o acesso e ampliando o número de vagas em escolas públicas localizadas nas regiões de sua abrangência.

Tal projeto passou, a partir de 2004, por um extenso processo de redesenho buscando melhorias em sua gestão, tendo continuidade no biênio 2005/2006. Seus principais resultados foram: a continuidade das ações de orientação do Planejamento Estratégico da Secretarias (PES), do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), bem como o financiamento de ações de melhoria de 3.043 escolas, no âmbito do Projeto de Melhoria da Escola (PME), beneficiando cerca de 1,3 milhão de alunos. Ainda no que concerne ao Fundescola, merece ser destacado que foram construídas 3.101 salas de aula, por meio da celebração de convênios e das ações correspondentes ao Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape), nos meios urbano, rural e em áreas indígenas.

O Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), que financia ações de construção e reformas de centros de educação profissional e referente à expansão da oferta dessa modalidade de ensino teve sua execução transferida para o FNDE em fevereiro de 2005. Em 2006, com investimentos de R\$ 139 milhões, merecem destaque a implementação de 126 novos Centros de Educação Profissional; a ampliação, reforma e modernização de outros 133 que já existiam; a ampliação da oferta de educação profissional em todas as áreas profissionais e o

financiamento dos 27 Planos Estaduais de Educação Profissional – PEP e 27 Planos Estaduais de Educação Média – PEM.

O programa Escola Aberta, executado em parceria com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), viabiliza ações culturais, educacionais, esportivas, de lazer e de geração de renda em escolas públicas abertas nos finais de semana. No ano de 2006, ocorreu nova expansão do número de escolas que aderiram a esta proposta, sendo que 1.558 instituições escolares das regiões Sul, Sudeste e Nordeste passaram a receber pessoas da comunidade para desenvolvimento destas atividades. O objetivo é melhorar o relacionamento entre professores, alunos e familiares, reduzindo os índices de violência entre os jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Para dar suporte às incumbências da Autarquia na consecução, com maior proficiência, de sua missão institucional de “prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação”, no decorrer de 2006, a Autarquia, além de adquirir sua sede própria, elaborou seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e foi contemplada com a implementação das carreiras de Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais (nível superior) e de Suporte ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais (nível intermediário), cujo ingresso de novos servidores por via de concurso público irá concorrer para propiciar a contratação de recursos humanos necessários à elevação do desempenho organizacional.

A síntese acima destacada será objeto de detalhamento ao longo deste Relatório de Gestão, no qual serão apresentados os dados físicos e financeiros, no que tange a sua estimativa e execução de todas as ações executadas pelo FNDE, bem como detalhadas as informações qualitativas de natureza mais relevante da atuação da Autarquia.

Daniel Silva Balaban
Presidente do FNDE

I – ASPECTOS INSTITUCIONAIS



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), criado pela Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, modificada pelo Decreto-Lei n.º 872, de 15 de setembro de 1969, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A Autarquia tem como finalidade precípua original captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos educacionais, notadamente nas áreas de ensino, pesquisa, alimentação e material escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes estabelecidas pelo MEC.

Desde a sua criação, diversas transformações² foram implementadas, direcionando esforços tanto para promover impacto imediato no desempenho dos programas, projetos e ações educacionais quanto para a melhoria da qualidade da gestão, de modo a adequá-la para atender às mudanças no cenário da política educacional brasileira.

Nesse contexto, iniciou-se, em 2004, uma intensa programação e realização de iniciativas para resolver entraves, melhorar resultados e ampliar recursos das ações de governo voltadas para a educação. No âmbito da área administrativa, as reformas, focadas no fortalecimento institucional e na modernização gerencial que, entre outras medidas, busca redesenhar os processos e o planejamento estratégico, tático e operacional da instituição, deram forma ao novo modelo organizacional, consubstanciado na nova estrutura aprovada pelo Decreto n.º 5.973, de 29 de novembro de 2006. Durante este processo foram definidos os seguintes direcionadores estratégicos³:

- **missão do FNDE:** “prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação”;
- **visão de futuro:** pretende-se que, com a atuação da instituição, seja propiciada “educação de qualidade e acesso garantido a todo cidadão”;
- **valores organizacionais:** que privilegiam os seguintes princípios:

Transparência – definição e publicidade tempestiva e com clareza de critérios de atendimento aos públicos-alvos do FNDE, dotando-os de informações institucionais que possibilitem a participação cidadã.

Controle Social – fortalecimento da atuação participativa em todas as esferas administrativas, no que tange ao acompanhamento dos processos de elaboração, execução e controle das ações, dos projetos e programas educacionais de competência da organização, de modo a promover o exercício da cidadania.

Inclusão Social – promoção de ações que possibilitem a igualdade de condições a todo cidadão de ascender educacionalmente, de modo a contribuir para a redução da desigualdade social.

Excelência – superação constante do desempenho organizacional, vislumbrando primazia em todas as etapas (desenvolvimento, execução, controle e manutenção dos resultados das ações, programas e projetos educacionais).

² Como resultado de tais transformações, às atribuições conferidas ao FNDE quando de sua criação, foram acrescidas, desde 1997, as da competência da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), por força do disposto no art. 18, inciso VIII, alínea “c”, da Medida Provisória n.º 1549-27, de 14 de fevereiro de 1997, bem como, desde 2004, as relativas ao Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) e as correspondentes ao Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), mediante Portaria MEC n.º 1.859, de 24 de junho de 2004 e, em 2005, as do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

³ Inclui a revisão realizada em dezembro de 2006.

Avaliação Permanente – adoção de política constante de aferição qualitativa e quantitativa das ações, projetos e programas educacionais, visando propiciar subsídios à atuação institucional.

Empreendedorismo – atuação fundamentada na trilogia: flexibilidade, inovação e excelência;

▪ **desafios a serem logrados:**

- eficiência na gestão do salário-educação;
- eficiência na gestão dos programas finalísticos;
- fortalecimento institucional permanente;
- busca permanente de parcerias estratégicas;
- eficiência em compras governamentais;
- eficiência na gestão da tecnologia da informação; e
- fortalecimento da gestão do conhecimento.

A Instituição tem seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sob o n.º 00378257/0001-81, e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), sob o código da Unidade Orçamentária n.º 26.298. A autarquia conta com as quatro unidades gestoras indicadas abaixo, em função da assunção de novas ações e competências, oriundas do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) e do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

- **153173:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- **152173:** FNDE/ Promed;
- **159173:** FNDE/ Fundescola III - Fonte 0148001464; e
- **152174:** FNDE/Proep.

Face aos encargos de sua missão, o órgão conta com recursos provenientes do Tesouro Nacional, com ênfase na receita da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

O FNDE assistiu, em 2006, à quase totalidade de 49 milhões⁴ de alunos matriculados em mais de 171⁵ mil escolas públicas da educação básica espalhadas em todo o território nacional.

As principais formas de atendimento são:

- o repasse das quotas-partes dos entes federados da contribuição social do salário-educação;
- a complementação da parcela federal relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef);
- a transferência automática de recursos voltados para as seguintes ações: alimentação escolar, transporte escolar, educação de jovens e adultos, manutenção de escolas e complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais;

⁴ INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica. Planilha 1.1 N.º de Matrículas da Educação Básica, Por Etapas e Modalidades, Segundo Região Geográfica e Unidade da Federação, em 30/03/2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/escolar/sinopse/sinopse.asp>, acessado, em 01/01/2007 às 09h20.

⁵ INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica. Planilha 3.1 N.º de Estabelecimentos da Educação Básica, por Dependência Administrativa, segundo Região Geográfica e Unidade da Federação, em 30/03/2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/escolar/sinopse/sinopse.asp>, acessado, em 01/01/2007 às 09h40.

- a transferência voluntária para financiamento de projetos educacionais;
- a aquisição direta e distribuição de livros;
- a ampliação da oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia.

O FNDE tem sede em Brasília (DF), no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício Áurea, CEP 70.070-929, e os contatos podem ser feitos pelo telefone 0800-616161, pelo fax (61) 3212-4812 e, ainda, pelo sítio eletrônico <http://www.fnde.gov.br>.

2. Estrutura Organizacional do FNDE



As mudanças no cenário político econômico e social do país impuseram a necessidade de adequação da estrutura organizacional do FNDE à nova realidade. Recentemente, a Autarquia passou por um novo processo de reestruturação, aprovado pelo Decreto n.º 5.973, de 29 de novembro de 2006 e, atualmente, está em fase de elaboração do seu Regimento Interno.

A nova estrutura organizacional da Autarquia, que pode ser visualizada na Figura n.º 1, é composta por:

- **Presidência:** o titular é indicado pelo Ministro de Estado da Educação e nomeado pelo

Presidente da República.

- **Órgão de assistência direta e imediata ao presidente:**

Gabinete;
Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
Assessoria de Planejamento Estratégico – Asple;

- **Órgãos seccionais:**

Procuradoria Federal;
Auditoria Interna;
Diretoria de Administração e Tecnologia;
Diretoria Financeira;

- **Órgãos específicos singulares:**

Diretoria de Ações Educacionais;
Diretoria de Programas e Projetos Educacionais; e
Diretoria de Assistência a Programas Especiais.

- **Órgão colegiado:**

Conselho Deliberativo: órgão de deliberação superior, constituído por:

a) Presidente:

- Ministro de Estado da Educação.

b) Membros:

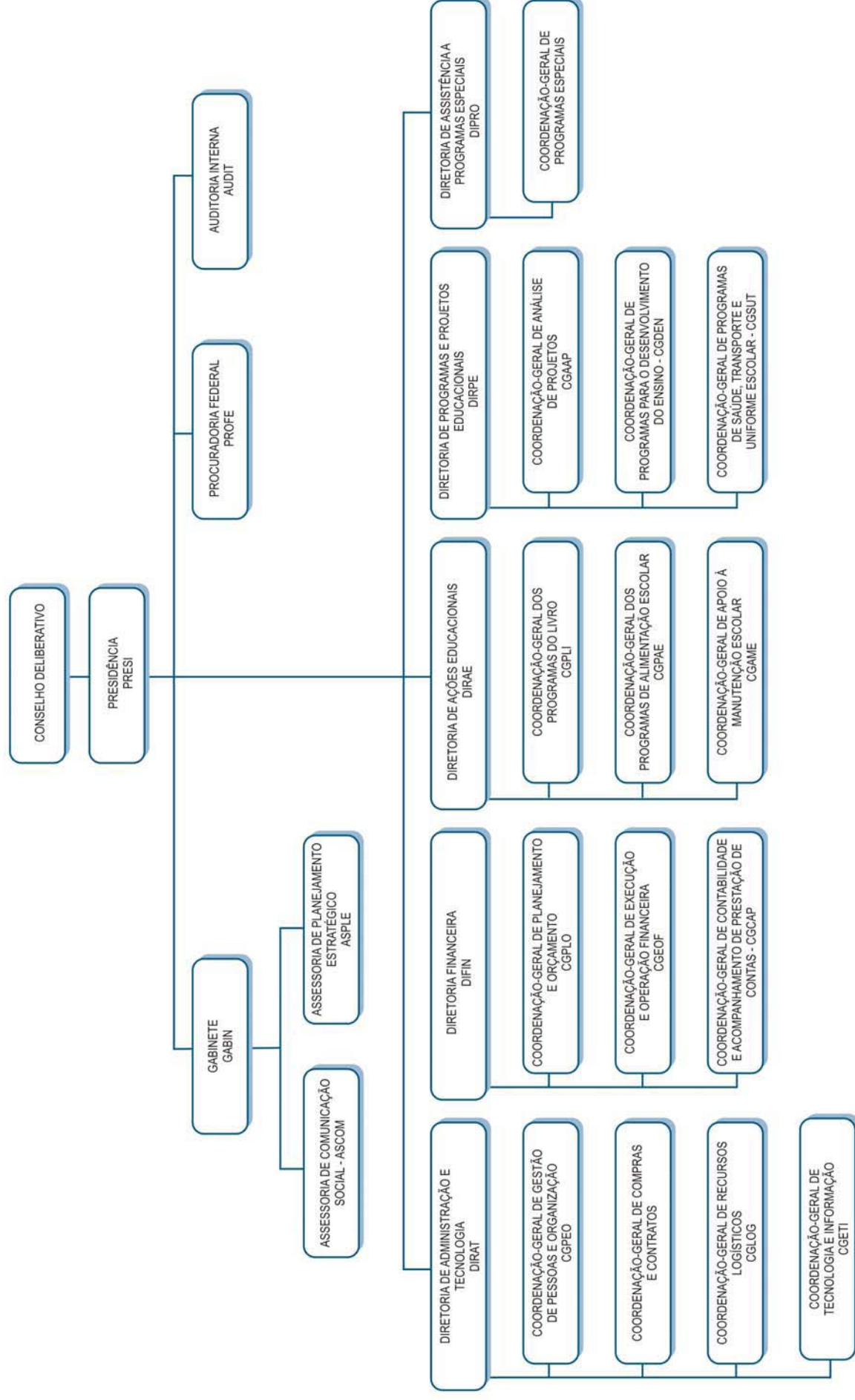
- Presidente do FNDE;
- Procurador-Chefe do FNDE;
- Secretários das Secretarias do MEC: Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Educação Especial e Educação a Distância; e
- Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

c) Principais funções:

Deliberar sobre:

- a) a assistência financeira a estados, ao Distrito Federal, a Municípios e entidades não governamentais para ações e projetos educacionais;
- b) concessão de bolsas de estudo ou de auxílio relativo a programas voltados para o desenvolvimento da educação;
- c) a nomeação e a exoneração do titular da Auditoria Interna; e
- d) a aprovação das contas do Presidente do FNDE.

Figura n.º 01 - Estrutura Organizacional do FNDE



3. Conselho Deliberativo



O Conselho Deliberativo do FNDE, no uso de suas competências legais, no exercício de 2006, deliberou, entre outros assuntos, sobre:

- a captação e canalização de recursos destinados ao financiamento de projetos e programas educacionais;
- a execução financeira do Fundo;
- a aprovação de prestação de contas do FNDE relativa ao exercício de 2005 e o Plano de Atividades de Auditoria para o exercício de 2007;

Os temas ensejaram a edição e publicação de 42 resoluções, conforme o Quadro n.º 1.

Tais resoluções viabilizaram a implementação de ações voltadas para a redução das desigualdades educacionais, sociais e regionais, e regulamentaram, entre outros, os seguintes programas:

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE);
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Quadro n.º 01- Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE – em 2006

N.º	Data de Publicação	Localização D.O.U.	Ementa
1	31/01/2006	N.º 23, Seção 1, p. 20	Dispõe sobre a aquisição de revistas - PNELEM.
2	09/02/2006	N.º 30, Seção 1, p. 15	Dispõe sobre o - PNBE/ 2006.
3	03/03/2006	N.º 49, Seção 1, p.5 e 6	Estabelece os documentos para a comprovação da regularidade e habilitação das entidades - PDDE e Paed.
4	14/03/2006	N.º 50, Seção 1, p. 25 e 26	Dispõe sobre os processos de adesão, habilitação e formas de execução e prestação de contas - Paed.
5	27/03/2006	N.º 59, Seção 1, p. 22	Altera os dispositivos da Resolução CD/ FNDE N.º 38, de 23 de agosto de 2004.
6	29/03/2006	N.º 61, Seção 1, p. 16 a 20	Dispõe sobre os processos de adesão, habilitação e formas de execução e prestação de contas - PDDE.
7	29/03/2006	N.º 61, Seção 1, p. 20	Aprova o Manual de Orientações para a Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais.
8	30/03/2006	N.º 62, Seção 1, p. 16 a 20	Estabelece as orientações e diretrizes para a assistência financeira complementar a projetos educacionais da história e cultura afro-brasileira.
9	30/03/2006	N.º 62, Seção 1, p. 20 a 21	Estabelece as orientações para a assistência financeira complementar aos projetos do Ensino Fundamental - Quilombos.
10	30/03/2006	N.º 62, Seção 1, p. 20 a 21	Estabelece as diretrizes e orientações para o apoio financeiro complementar aos projetos - Indígena.
11	03/04/2006	N.º 64, Seção 1, p. 15 e 16	Estabelece as diretrizes para a assistência financeira complementar a projetos - Educação Especial.
12	06/04/2006	N.º 67, Seção 1, p. 7 a 9	Estabelece critérios e formas de transferências de recursos financeiros - Pnate.
13	10/04/2006	N.º 69, Seção 1, p. 15 a 17	Estabelece diretrizes para a assistência financeira complementar a projetos educacionais - Educação Ambiental.
14	10/04/2006	N.º 69, Seção 1, p. 17 e 18	Estabelece diretrizes para a assistência financeira a projetos educacionais - Ações Educativas Complementares.
15	11/04/2006	N.º 70, Seção 1, p. 20	Estabelece diretrizes para a assistência financeira a projetos de qualificação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais.
16	13/04/2006	N.º 72, Seção 1, p. 35 e 36	Estabelece diretrizes para a assistência financeira complementar a projetos - Educação do Campo.
17	17/04/2006	N.º 73, Seção 1, p. 12 e 13	Estabelece diretrizes para a execução e assistência financeira complementar aos projetos - Fundescola.
18	17/04/2006	N.º 973, Seção 1, p. 13 e 14	Estabelece diretrizes para a assistência financeira complementar para a construção de unidades escolares no campo e em áreas de reforma agrária.
19	17/04/2006	N.º 73, Seção 1, p. 14 e 15	Estabelece diretrizes para a execução e assistência financeira complementar a projetos de reestruturação física da Rede Escolar Pública - Educação Básica.
20	18/04/2006	N.º 74, Seção 1, p. 10 e 11	Estabelece as diretrizes para a assistência financeira complementar a projetos educacionais - Educação Básica.
21	20/04/2006	N.º 76, Seção 1, pg 17	Estabelece as diretrizes para o apoio financeiro complementar ao PNTE - Educação Especial.
22	24/04/2006	N.º 77, Seção 1, p. 76 e 77	Estabelece os critérios para a transferência automática dos recursos financeiros - Programa Brasil Alfabetizado.
23	25/04/2006	N.º 78, Seção 1, p. 12 e 13	Estabelece os critérios de transferência automática de recursos financeiros ao Programa Fazendo Escola.
24	27/04/2006	N.º 80, Seção 1, pg 18	Altera o prazo de encaminhamento de projetos - Educação Básica.
25	09/05/2006	N.º 87, Seção 1, p. 50 e 51	Estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira complementar a projetos – PróJovem.
26	07/06/2006	N.º 108, Seção 1, p. 09	Aprova a assistência financeira complementar a projeto educacional - Educação Básica.
27	17/07/2006	N.º 135, Seção 1, p. 15 a 20	Dispõe sobre os processos de adesão, habilitação, as formas de execução e prestação de contas - PDDE.
28	17/07/2006	N.º 135, Seção 1, p. 19 a 21	Dispõe sobre os processos de adesão, habilitação, as formas de execução e prestação de contas - Paed.
29	04/08/2006	N.º 149, Seção 1, p. 22	Aprova a assistência financeira complementar a projeto - Educação Básica.
30	07/08/2006	N.º 150, Seção 1, p. 31	Dispõe sobre a execução do PNLD.
31	11/08/2006	N.º 154, Seção 1, p. 19 a 22	Estabelece diretrizes para assistência financeira complementar a projetos - Brasil Alfabetizado.
32	11/08/2006	N.º 154, Seção 1, p. 22 a 24	Estabelece as normas para a execução - Phae.
33	25/08/2006	N.º 164, Seção 1, p. 23	Altera o disposto no art. 9º da Resolução CD/ FNDE N.º 032.
34	01/09/2006	N.º 169, Seção 1, p. 34	Aprova a assistência financeira complementar a projeto educacional - Educação Básica.
35	14/09/2006	N.º 177, Seção 1, p. 14	Aprova a assistência financeira complementar a projeto - Educação Básica.
36	04/10/2006	N.º 191, Seção 1, p. 32	Altera a Resolução CD/ FNDE N.º 12, de 05 de abril de 2006 - Pnate.
37	07/11/2006	N.º 213, Seção 1, p. 10	Aprova os critérios para o apoio financeiro suplem. à realização de consulta otorinolaringológica, fonoaudióloga, e aquis. e dist. de óculos.
38	16/11/2006	N.º 219, Seção 1, p. 17	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência para projetos educacionais - Ensino Médio.
39	04/12/2006	N.º 231, Seção 1, p. 18	Aprova os critérios e as normas para concessão de bolsas de estudo - ProInfantil.
40	04/12/2006	N.º 234, Seção 1, p. 42	Aprova os critérios e as normas para concessão de bolsas de estudo - ProFormação.
41	06/12/2006	N.º 233, Seção 1, p. 31	Aprova a assistência financeira a projetos educacionais de municípios selecionados para receber o prêmio Gestão em Inovação Educacional.
42	15/12/2006	N.º 240, Seção 1, p. 95	Estabelece as diretrizes para implementação de ações educativas e projetos educac. de apoio aos Prog. Suplem. de Alimentação e Saúde do Escolar.

4. Comunicação Social

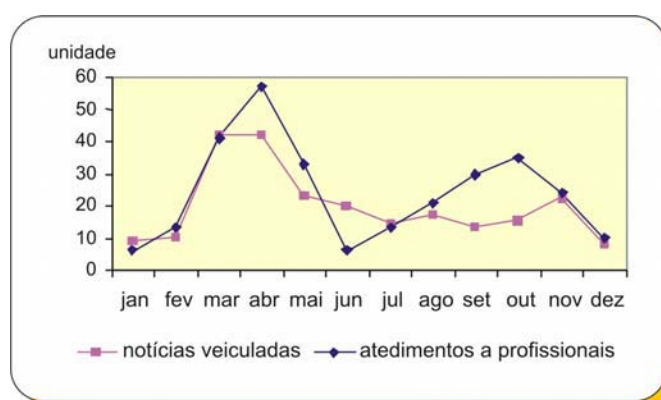


A política de comunicação social do FNDE, fundamentada nas diretrizes emanadas do governo federal, tem como marca a preocupação com o aumento da transparência no emprego dos recursos públicos e da visibilidade da atuação organizacional na execução dos seus programas e ações. Essa preocupação levou a Autarquia a manter importante parceria com a Radiobrás para a difusão de suas realizações, bem como a adoção de uma política de atualização diária do seu sítio eletrônico, conectado diretamente ao portal do MEC, cujo *leiaute* apresenta forma e padrão utilizados pelos órgãos federais.

Tabela n.º 1: Notícias veiculadas no sítio do FNDE e profissionais de comunicação social atendidos – em 2006

Mês	Notícias veiculadas	Atendimentos profissionais de comunicação social
Janeiro	9	6
Fevereiro	10	13
Março	42	41
Abril	42	57
Mai	23	33
Junho	20	6
Julho	14	13
Agosto	17	21
Setembro	13	30
Outubro	15	35
Novembro	22	24
Dezembro	8	10
Total	235	289
Fonte: Assessoria de Comunicação Social		

Gráfico n.º 1: Notícias veiculadas e atendimentos a profissionais de comunicação social – em 2006



Nesse esforço de divulgação, a Autarquia, conforme tabela n.º 1 e gráfico n.º 1, no exercício de 2006, escreveu e divulgou 235 matérias com notícias de seus diversos programas e ações, bem como assegurou atendimento a 289 profissionais de comunicação social, de diferentes órgãos da imprensa, nas mais diversas mídias: TV, rádio, jornais, revistas e sítios especializados.

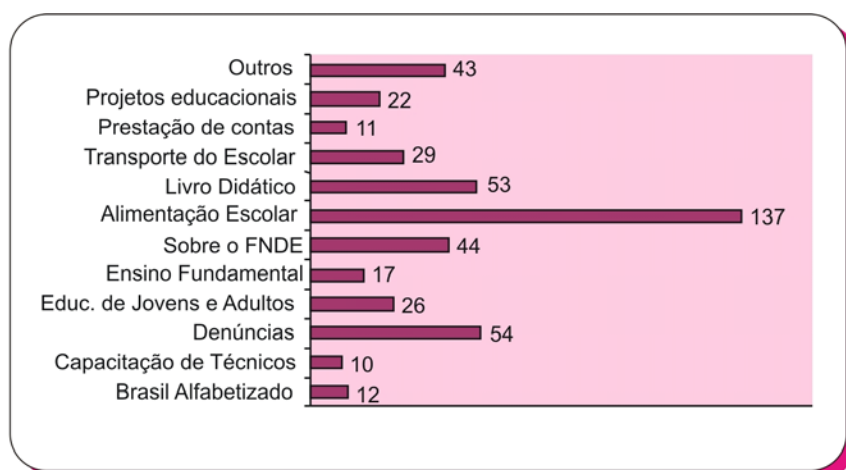
Os assuntos de maior frequência, conforme a tabela n.º 2 e o gráfico n.º 2, foram sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (29,9%), os que veiculavam ações de denúncia (11,8%) e o Programa Nacional do Livro Didático (11,6%). É importante destacar as denúncias como segundo tema mais abordado, posto que constitui indicador que permite aferir o alcance do almejado grau de transparência e de visibilidade anteriormente citado, reconhecendo que a disponibilidade de informações propicia à coletividade, cada vez mais, as condições de realização do controle social e o exercício da cidadania.

Tabela n.º 2: Assuntos destacados na mídia escrita – em 2006

Temas	Quantidade	%
Total	458	100,00
Outros	43	9,4
Projetos Educacionais	22	4,8
Prestação de Contas	11	2,4
Transporte Escolar	29	6,3
Livro Didático	53	11,6
Alimentação Escolar	137	29,9
Sobre o FNDE	44	9,6
Ensino Fundamental	17	3,7
Educação de Jovens e Adultos	26	5,7
Denúncias	54	11,8
Capacitação de Técnicos	10	2,2
Brasil Alfabetizado	12	2,6

Fonte: Assessoria de Comunicação Social

Gráfico n.º 2: Assuntos destacados na mídia escrita – em 2006



No campo da comunicação externa, e à luz da política de maior aproximação da Autarquia com o cidadão e os beneficiários, prestaram-se 251.838 atendimentos, sendo 206.802 por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (Sac), 27.554 diretamente na Sala Institucional do FNDE, estruturada na sede do órgão para receber e dar encaminhamento às demandas de informações, e também mediante respostas a 17.482 correios eletrônicos oriundos do “Fale Conosco”, disponível no sítio do órgão, na *WEB*, de acordo com o demonstrado na tabela n.º 3.

Tabela n.º 3: Atendimento ao público externo – em 2006

Mês	Meio de atendimento			
	SAC*	Presencial	WEB**	Total
Total	206.802	27.554	17.482	251.838
Janeiro	19.331	2.072	1.613	23.016
Fevereiro	15.043	2.061	1.058	18.162
Março	17.658	1.844	1.316	20.818
Abril	11.675	1.746	1.653	15.074
Maio	18.006	2.774	1.737	22.517
Junho	17.089	2.098	2.176	21.363
Julho	23.356	2.154	2.239	27.749
Agosto	19.017	2.846	1.517	23.380
Setembro	13.596	2.185	997	16.778
Outubro	15.229	2.396	868	18.493
Novembro	19.655	2.598	1.012	23.265
Dezembro	17.147	2.780	1.296	21.223
Via 0800 616161 ** Fale conosco / Fonte: Atendimento Institucional				

Ainda no âmbito externo, as maiores demandas por informações, em 2006, referiram-se aos Programas do Livro (16,8%), ao próprio Ministério da Educação (15,7%) e ao Programa Dinheiro Direto na Escola (7,0%), conforme tabela n.º 4 e gráfico n.º 3. Outro dado que merece menção, e que está destacado, também, no gráfico n.º 3, diz respeito às ligações perdidas (e/ou) trotes efetuados junto ao Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, as quais atingiram 38,6% do total de demandas levantadas, indicando a necessidade de se assegurar reforço para aperfeiçoar os serviços de comunicação social entre a coletividade e a Autarquia.

Gráfico n.º 3: Atendimento externo via Sac, WEB e Presencial, por assunto – em 2006

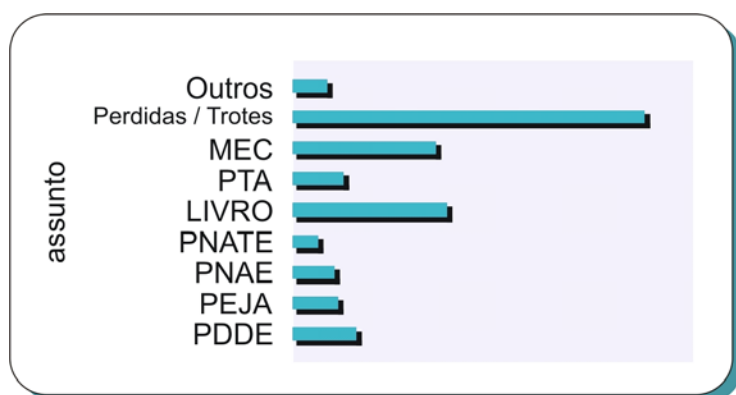


Tabela n.º 4: Demandas de informações por programas – em 2006

Assuntos	Meio de atendimento				
	SAC*	Presencial	WEB	Total	%
Total	206.802	27.554	17.482	251.838	100
PDDE	11.394	5.785	485	17.664	7,0
Peja	9.035	3.093	302	12.430	4,9
Pnae	5.653	5.284	683	11.620	4,6
Pnate	3.910	2.682	438	7.030	2,8
Livro	29.387	876	12.135	42.398	16,8
PTA	6.662	7.519	0	14.181	5,6
MEC	38.776	0	804	39.580	15,7
Perdidas / Trotes	97.310	0	0	97.310	38,6
Outros	4.675	2.315	2.635	9.625	3,8
Via 0800 616161 ** Fale conosco / Fonte: Atendimento Institucional					

No âmbito da política de comunicação social da Autarquia, devem ser registradas participações da Instituição na organização e divulgação de diversos eventos, de que são exemplos: a 19.^a Bienal Internacional do Livro de São Paulo (9 a 19 de março), o Encontro Nacional das Entidades Executoras do Proep (Brasília, 14 a 16 de março), o 10º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro (Pirenópolis, 20 a 23 de junho) e o 3º Encontro Nacional do Programa de Alimentação Escolar (Brasília, 23, 24 e 25 de novembro), além de diversos seminários e oficinas de capacitação em todo o país.

Internamente, foi reestruturada a Intranet, reforçando a idéia de sua utilidade e a necessidade de sua integração ao trabalho e aos afazeres cotidianos dos servidores da Autarquia. O novo *leiaute* tem buscado facilitar o acesso dos funcionários, e, entre outras inovações, foram criadas seções de interesse geral, como notícias sobre educação, legislação específica do órgão e *links* para sítios do governo federal e bancos.



5.1. Aspectos gerais

A Procuradoria Federal do FNDE (Profe), órgão jurídico, vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do artigo 131 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, do Decreto nº 5.973, de 29 de novembro de 2006, e da Portaria⁶ nº 3.511, de 28 de outubro de 2004, tem competência para exercer:

- atribuições de representação judicial e extrajudicial da Autarquia;
- atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Estrutura Regimental do FNDE;
- apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do FNDE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;
- zelo pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União; e
- encaminhamento à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, de pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

5.2. Estrutura

Figura n.º 1: Estrutura regimental da Profe



A direção da Procuradoria Federal da Autarquia é exercida por um Procurador-Geral, cuja nomeação é precedida de anuência do Advogado-Geral da União. De acordo com o Decreto nº 5.973/2006, o ordenamento interno da Procuradoria Federal do FNDE foi definido da seguinte

⁶ A Portaria nº 3.511/2004 refere-se ao Regimento Interno do FNDE, que está em fase de alteração, tendo em vista a nova estrutura organizacional da Autarquia, aprovada pelo decreto nº 5.973/2006.

forma: uma subprocuradoria e uma Coordenação, composta pela Divisão de Contencioso (Dicon), do Serviço de Dívida Ativa (Sedat), e a Divisão de Consultoria Administrativa (Dicad).

5.3. Atuação da Procuradoria Federal - Profe

5.3.1. Atividade consultiva

Em 2006, em sua atividade de assessoria, a Procuradoria Federal foi consultada para examinar e fornecer pareceres jurídicos versando sobre diversas matérias jurídicas, tais como:

- exame prévio e conclusivo dos textos de editais de licitação e seus respectivos contratos ou convênios, acordos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados pela Autarquia e suas eventuais rescisões e termos aditivos, bem como hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, encaminhados pelas unidades regimentais do FNDE;
- interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida em sua área de atuação e coordenação, quando não há orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- exame dos aspectos legais e formais da elaboração de atos normativos do FNDE;
- consultas sobre diversos temas, em especial: direito administrativo, trabalhista, constitucional e tributário;
- manifestação jurídica do procedimento administrativo-fiscal da contribuição social do salário-educação;
- análise técnica de processos administrativos para cobrança de débitos do salário-educação, bem como aqueles oriundos do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas à inscrição em dívida ativa;
- instrução dos procedimentos administrativos abrangendo: tiragem de cópia e autenticação de diversos processos administrativos de débito com vistas à montagem de dossiê, confecção das respectivas Certidões de Dívida Ativa (CDA), atualização dos cálculos, por meio de demonstrativos de débito e encaminhamento dos processos devidamente instruídos à Dicon para ajuizamento do Executivo Fiscal;
- acompanhamento de 323 parcelamentos formalizados neste exercício e nos anteriores, com a expedição mensal das guias de recolhimento e o controle das quitações das parcelas.

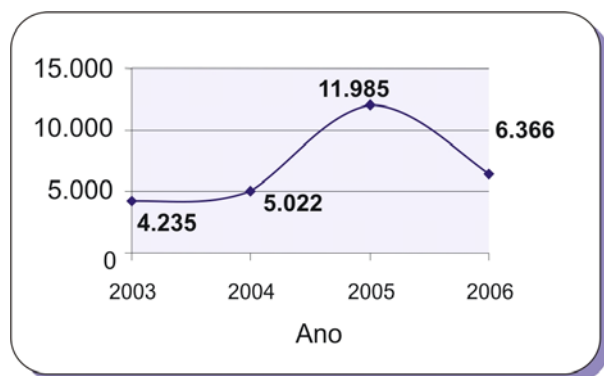
Essas atividades foram responsáveis pela lavratura de 6.366 despachos e pareceres. Em relação ao exercício passado, houve um decréscimo de 46,9%, conforme pode ser visto na tabela n.º 1 e no gráfico n.º 1.

Tabela n.º 1: Despachos e pareceres realizados de 2003 a 2006

Ano	Despacho Profe	Pareceres DicaD	Pareceres e informações Sedat	Total	(%) Variação em relação ao ano anterior
2003	2.607	1.628	-	4.235	-
2004	3.145	1.877	-	5.022	18,6%
2005	6.394	2.499	3.092	11.985	138,7%
2006	3.688	1.044	1.634	6.366	-46,9%

Fonte: Profe/FNDE

Gráfico n.º 1: Despachos e pareceres lavrados pela Profe – de 2003 a 2006



5.3.2. Atividade judicial

A principal demanda, no decorrer do período de 2000 a 2006, no âmbito do contencioso, refere-se às ações onde são questionadas a exigibilidade e a constitucionalidade da cobrança rigorosa da contribuição social do salário-educação. Esta atividade judicial é realizada em parceria, nos estados, com a Procuradoria Federal do INSS. Atualmente, a constitucionalidade da referida contribuição encontra-se pacificada em todos os tribunais, pois o Supremo Tribunal Federal já se posicionou em relação à constitucionalidade dessa contribuição, inclusive com a edição da Súmula 732 em decisão proferida em 26 de novembro de 2003, publicada em 09 de dezembro de 2003.⁷

A pacificação acima referida foi responsável pela redução da intensidade das demandas judiciais em desfavor do FNDE, que pode ser observada na diminuição da inclinação do gráfico n.º 2. Porém, permanece um passivo considerável de ações (25.025), como mostra a tabela n.º 2.

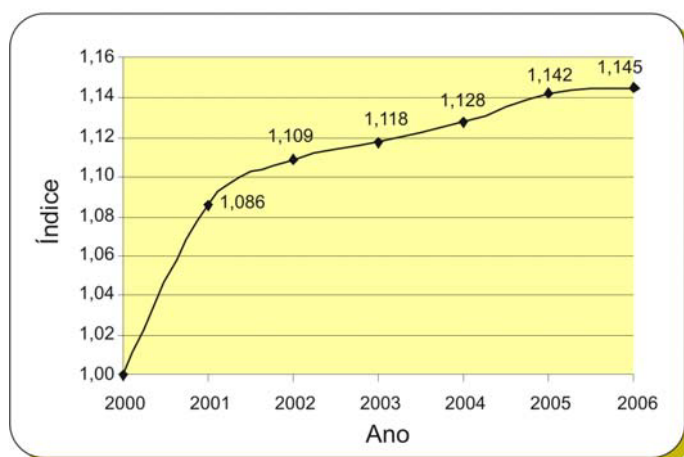
⁷ Supremo Tribunal Federal. Súmulas. Disponível em http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/stf_0721a0750.htm. Acessado em 01/02/2007, às 10 horas.

Tabela n.º 2: Ações judiciais movidas em desfavor do FNDE por exigibilidade do salário-educação – em 2006

Ano	Quantidade de Ações	Índice de evolução do estoque de Ações
2000	21.856	1,000
2001	23.741	1,086
2002	24.239	1,109
2003	24.426	1,118
2004	24.647	1,128
2005	24.953	1,142
2006	25.025	1,145

Fonte: Profe / FNDE

Gráfico n.º 2: Índice de evolução do estoque de ações – de 2000 a 2006



A tabela n.º3 e o gráfico n.º3 apresentam informações relativas à evolução acumulativa das demandas de ações de execução fiscal, no período de 2000 a 2006. No último exercício, foram registradas 500 ações que, somadas ao valor acumulado, desde 2005, totalizaram 6.387, todas contemplando principalmente três matérias:

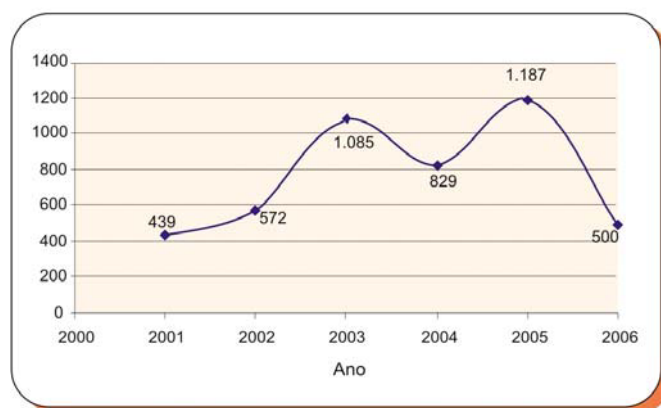
- contribuição social do salário-educação não paga nas épocas devidas por empresas contribuintes, definidas no art. 15 da Lei n.º 9.424/1996;
- tomadas de Contas Especiais julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a inadimplências, desvios ou malversação de recursos públicos repassados pelo FNDE; e
- irregularidades na prestação de contas ou na execução do objeto de convênios celebrados com o FNDE por parte de gestores ou ex-gestores públicos estaduais, distritais, municipais ou federais.

Tabela n.º 3: Evolução da quantidade de ações de execução fiscal – de 2000 a 2006

Ano	Ações movidas pelo FNDE	Aumento anual da quantidade de ações movidas pelo FNDE
2000	1.775	-
2001	2.214	439
2002	2.786	572
2003	3.871	1.085
2004	4.700	829
2005	5.887	1.187
2006	6.387	500

Fonte: Profe/FNDE

Gráfico n.º 3: Aumento anual da quantidade de ações movidas pelo FNDE – de 2000 a 2006



A redução registrada, em relação ao exercício anterior, conforme destacado no gráfico n.º 3, ocorreu em razão da cobrança do salário-educação estar sendo efetuada pelo INSS. O FNDE, nos últimos anos, vem sendo responsável por, somente, lançar e cobrar o passivo atual, ao passo

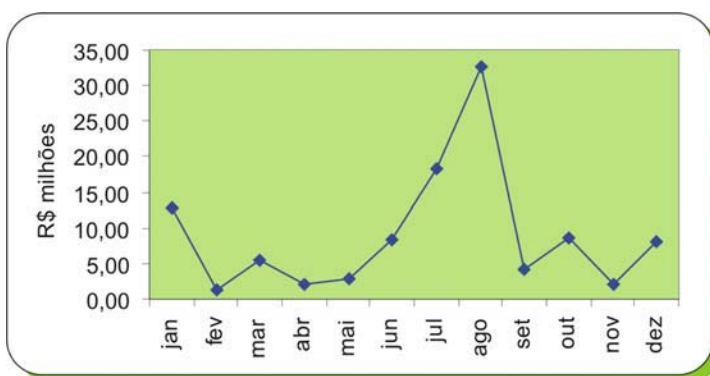
que a cobrança do ativo é competência da Secretaria da Receita Previdenciária, fato que, ao longo do tempo, certamente ocasionará uma redução ainda maior do montante.

A numerosa quantidade de ações judiciais movidas em desfavor (tabela n.º 2 e gráfico n.º 2) e a favor da Autarquia (tabela n.º 3 e gráfico n.º 3), somada à necessidade de cálculos de precatórios, à análise de processos judiciais, ao acompanhamento de 323 parcelamentos formalizados neste exercício e em anteriores, a expedição mensal das guias de recolhimento, e o controle das quitações das parcelas demonstram a demanda judicial deste órgão jurídico.

As ações acima descritas encontravam-se, em sua maior parte, carentes de acompanhamento. Para corrigir este problema e melhorar a gestão das atividades foi implementado, no exercício de 2006, um plano de trabalho que consistiu na conversão em renda dos depósitos da contribuição social do salário-educação, que foram efetuados pelas empresas, conforme demonstrado na tabela n.º 4 e no gráfico n.º 4. Ressalta-se que a conversão em renda é efetuada após o trânsito em julgado da decisão proferida em favor do FNDE, em obediência à determinação judicial dirigida ao banco detentor do depósito. Observe-se, portanto, que pode haver um grande quantitativo em um mês (por exemplo, em agosto), e um valor menor em outro, já que os processos judiciais, em muitos casos, são demorados e imprevisíveis.

Tabela n.º 4: Renda mensal de ações – em 2006 **Gráfico n.º 4: Renda mensal de ações – em 2006**

Mês	Valores Contabilizados Em R\$
Janeiro	12.834.696,58
Fevereiro	1.206.962,62
Março	5.551.119,55
Abril	1.998.442,36
Maio	2.874.952,94
Junho	8.303.984,54
Julho	18.370.227,73
Agosto	32.588.068,80
Setembro	4.136.867,41
Outubro	8.704.102,18
Novembro	1.992.933,18
Dezembro	8.101.544,16
Total	106.663.902,05
Fonte CORAC / CGCAP / DIFIN	



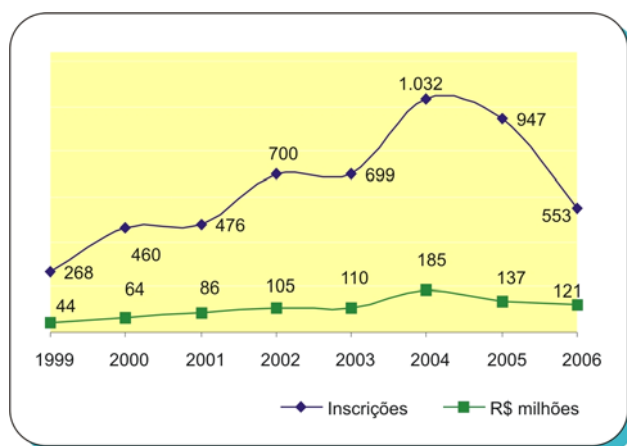
No exercício de 2006, houve a inscrição de 553 débitos na dívida ativa, que correspondeu a R\$ 120,6 milhões, conforme a tabela n.º 5 e o gráfico n.º 5.

Tabela n.º 5: Inscrições na dívida ativa e valor dos débitos – de 1999 a 2006

Ano	Inscrições		Débitos	
	Quant	Var anual (%)	R\$ milhões	Var anual (%)
1999	268	-	43,70	-
2000	460	71,64	64,10	46,68
2001	476	3,48	86,00	34,17
2002	700	47,06	105,20	22,33
2003	699	-0,14	109,90	4,47
2004	1.032	47,64	184,50	67,88
2005	947	-8,24	136,50	-26,02
2006	553	-0,42	120,6	-0,12

Fonte: Profe/FNDE

Gráfico n.º 5: Evolução de inscrições na dívida ativa – de 1999 a 2006



No que tange à arrecadação efetuada pela Procuradoria⁸, também em 2006, a soma alcançou o total de R\$ 13,2 milhões, dos quais R\$ 547.069,03 à vista e R\$ 12.671.523,06 em parcelamentos judiciais de caráter especial.

Do exposto, em que pese o grande volume de trabalho e o quadro deficitário de recursos humanos, verifica-se que esta Procuradoria, seguindo a Constituição Federal e o ordenamento jurídico pátrio, tem exercido as atividades que lhe são inerentes, com o necessário perfil jurídico de órgão incumbido da missão de defender a Administração Federal perante os tribunais e prestar-lhe consultoria.

⁸ Dados obtidos no Sistema de Cobranças do FNDE (SCF).



A Auditoria Interna desenvolveu em 2006 suas atividades em conformidade com a IN CGU n.º 02, de 24/12/02, que estabeleceu normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI) das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal.

A seleção das entidades para a inclusão no PAAAI, para o exercício de 2006, priorizou as demandas advindas dos Ministérios Públicos, do Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União. Além das solicitações contidas nas demandas dos órgãos mencionados, foram acrescidas verificações na execução de outros convênios/repasses existentes no âmbito dos municípios fiscalizados, abrangendo os recursos repassados nos exercícios de 2004 a 2006. Os critérios técnicos, como materialidade, criticidade e relevância foram adotados de forma suplementar na realização dos trabalhos.

Como resultado, foram programadas 72 entidades a serem auditadas. Desse total, foram efetivadas auditorias em 34 entidades, totalizando 41 entidades auditadas. Foram reprogramadas 22 entidades para o exercício de 2007, em face da necessidade de inclusão de demandas oriundas de órgãos de controle, a exemplo do TCU, Extra-PAAAI, bem como foram excluídas 16 entidades por motivos diversos (exemplo: instauração de TCEs). Foram efetuadas, ainda, sete auditorias extra plano.

Portanto, no exercício de 2006, foram realizadas auditorias *in loco* em 41 entidades, abrangendo 420 repasses/convênios auditados, conforme tabela n.º 1.

Tabela n.º 1: Inspeções realizadas e execução dos trabalhos – em 2006

Mês	Entidades	Repasses / convênios
Total	41	420
Janeiro	-	-
Fevereiro	6	63
Março	8	78
Abril	3	54
Maiο	6	69
Junho	-	-
Julho	2	21
Agosto	6	60
Setembro	5	36
Outubro	3	27
Novembro	2	12
Dezembro	-	-
Fonte: Audit/FNDE		

Cumprindo suas atribuições legais ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento da gestão e o aperfeiçoamento dos controles administrativos da Autarquia, foram realizadas 3 auditorias operacionais, contemplando as Diretorias de Administração e Tecnologia – Dirat, de Programas e Projetos Educacionais – Dirpe e a Diretoria Financeira.

No âmbito interno da Autarquia, foram realizadas também as seguintes atividades:

- análise e encaminhamento à Controladoria Geral da União de 418 processos de Tomada de Contas Especial;
- processamento e solicitação de atendimento aos gestores do FNDE, por meio do Sistema de Cadastro de Diligências (SICAD), de 1.467 ofícios de demandas de informações e documentos procedentes dos órgãos de controle, conforme discriminado na tabela n.º 2, a seguir:

Tabela n.º 2: Ofícios de demandas de informações de órgãos externos – em 2006

Órgãos de Controle	Quantidade
Total	1.467
Controladoria Geral da União	266
Departamento de Polícia Federal	9
Poder Judiciário	7
Ministério da Educação	33
Ministério Público Federal	55
Tribunal de Contas da União	1097
Fonte: Audit/FNDE	

Cabe ressaltar que cada ofício de demandas ao FNDE contempla, em média, 10 ações de controle, que requerem um trabalho operacional denso, envolvendo a Autarquia como um todo.

Ademais, foram registradas, no âmbito da Auditoria Interna, 138 denúncias, sendo 118 encaminhadas aos Ministérios Públicos Estaduais, para apuração, por força do Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o FNDE e os referidos órgãos, e 20, após análise técnica, encaminhadas às áreas finalísticas com vistas à adoção de medidas de orientação afetas à execução dos programas/projetos ou incluídas na programação de fiscalização para o exercício de 2007.

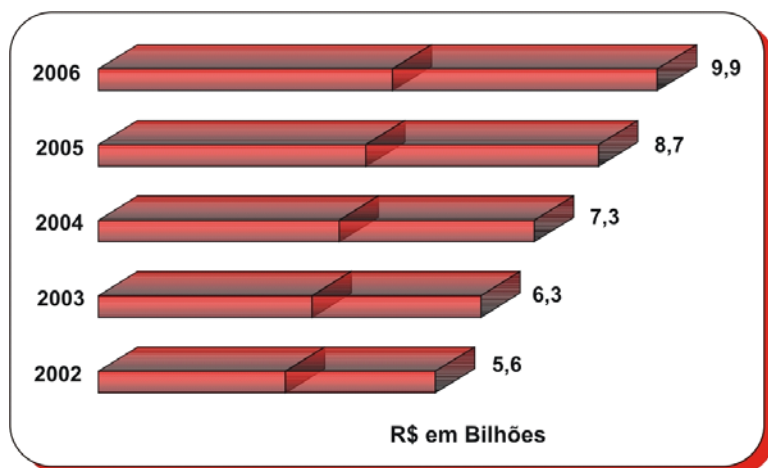
Quanto às ações desenvolvidas em face do resultado das fiscalizações realizadas pela Controladoria Geral da União, por meio do Projeto de Fiscalização de Municípios e Estados, mediante Sorteio Público, a Auditoria realizou a análise, em 2006, dos relatórios enviados ao FNDE, correspondentes aos 11.º a 19.º sorteios municipais e 3.º sorteio de estado.

Em 2006, a Controladoria Geral da União executou seis fiscalizações, por sorteio, que contemplaram “em média” 6 programas em cada um dos 60 municípios visitados, o que resultou em 360 relatórios. Considerando ainda que, em média, são realizadas 2 constatações em cada programa, aproximadamente, em 2006 foram efetuadas 4.320 constatações diversas, entre irregularidades e/ou impropriedades, as quais foram, preliminarmente, avaliadas pela Auditoria com a finalidade de promover a implementação das medidas saneadoras.



O gráfico n.º 1 persevera a tendência crescente de ampliação da atuação do FNDE como órgão de implementação de políticas educacionais, de modo a efetivar a proposta de democratização do acesso e da permanência do aluno na escola, e ainda concorrer para a elevação da qualidade da educação pública ofertada.

Gráfico n.º 1: Evolução orçamentária – de 2002 a 2006



Fonte: Dfin/FNDE

Em contrapartida a esse crescimento de competência, a Autarquia continua se deparando com insuficiência de meios necessários, em especial de recursos humanos, para cumprir as responsabilidades que lhe são atribuídas.

O desenvolvimento e a implantação de um vasto conjunto de atividades voltadas à elevação da performance do FNDE, iniciadas no exercício de 2004, foram consolidados e incrementados no exercício de 2006.

O compromisso e a determinação da administração do FNDE, para levar a bom termo os objetivos estratégicos, conduziu a organização a desenvolver processos de implementação de soluções que proporcionam melhorias de performance dos recursos, tornando-os mais eficientes e eficazes.

Entre as várias soluções, cabe destacar as seguintes:

- criação das carreiras de especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais – e de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, compostas de cargos de nível superior e intermediário, respectivamente, nos termos da Lei N.º 11.357, de 19 de outubro de 2006⁹;
- continuidade da valorização do conhecimento;
- efetivação da terceirização dos serviços de transporte de pessoal e material;
- aquisição do edifício sede;

⁹ Senado Federal. Lei n.º 11.357, de 19/10/2006. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sicon/ListaReferências.action?codigoBase=2&codigoDocumento=254856>. Acessado em 14/02/2007, às 15h32.

- distribuição e substituição de mobiliário, aumentando o grau de conforto e satisfação dos servidores;
- ampliação dos meios tecnológicos e de informações para elevar a performance da Autarquia, no que tange à utilização da modalidade Pregão Eletrônico nas suas compras, que compreenderam, em 2006, R\$ 169.819.591,46, valor este 104% superior ao executado no exercício anterior;
- aprovação da realização de concurso público para o FNDE, visando reforçar o quantitativo de pessoal;
- atualização e aumento do parque computacional;
- expansão do ambiente computacional, proporcionando aumento da capacidade de processamento dos sistemas corporativos, ampliação da área de armazenamento de dados compartilhados e elevação do nível de confiabilidade e agilidade das rotinas de gravação e recuperação de informação;
- elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do órgão, a ser executado entre os exercícios de 2007 e 2010, cuja implantação proporcionará uma gestão mais eficaz dos recursos destinados à educação básica, promovendo agilidade e transparência, e possibilitando ao FNDE o cumprimento de sua missão, com maior eficiência e eficácia;
- reestruturação da rede local de comunicação de dados do edifício sede do órgão, melhoria dos circuitos de comunicação externos e aumento da disponibilidade e da largura da banda de conexão aos serviços de Internet.

No âmbito administrativo devem ser salientadas as ações que buscaram o desenvolvimento das habilidades e competências dos servidores e a sua conseqüente valorização, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e humano. Estas ações e as demais atividades desenvolvidas no transcorrer de 2006, voltadas a oferecer suporte à realização dos objetivos finalísticos do FNDE, serão apresentadas a seguir.

7.1. Pessoas e organização

Quadro funcional do FNDE

O quadro funcional do FNDE é constituído por 1.487 pessoas. Deste total, 1.043 compõem a força de trabalho (subtotal A – 73 cedidos), entendida como a quantidade de pessoas de que dispõe, efetivamente, a instituição para realizar as atividades diárias, conforme tabela n.º1.

Tabela n.º 1: Quadro de pessoal por situação funcional – em 2006

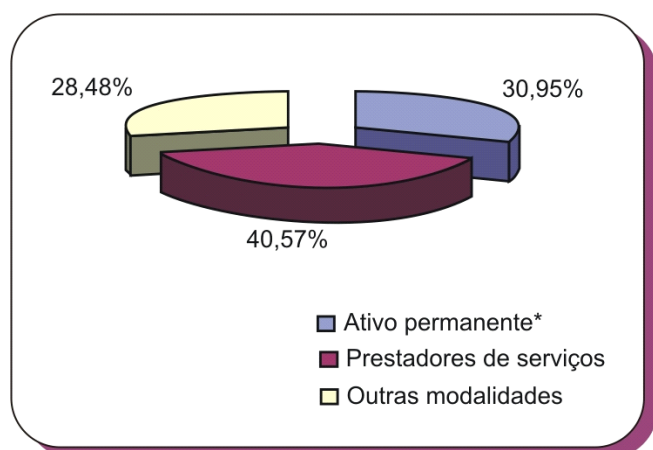
Situação Funcional	Quantidade	%
Total (A+B)	1.487	100,00
Ativo permanente*	398	26,77
Contrato temporário da União	244	16,41
Nomeado para cargo em comissão (sem vínculo)	17	1,14
Exercício descentralizado – carreiras (AGU e MP)	16	1,08
Requisitado	15	1,01
Prestador de serviços	426	28,65
Subtotal (A)	1.116	75,05
Aposentado	319	21,45
Aposentado / TCU	3	0,20
Instituidor de pensão	49	3,30
Subtotal (B)	371	24,95
* Inclui o quantitativo de 73 servidores cedidos e 7 tabelistas Fonte: Dirat/FNDE – Siape 2006		

A composição proporcional da força de trabalho, segundo se observa na tabela n.º 2 e no gráfico n.º 2, é de 40,84% de prestadores de serviços, 31,16% de servidores com situação funcional de ativo permanente em atuação no FNDE e 28,00% de outras modalidades, como Contrato Temporário da União e demais situações.

Tabela n.º 2: Composição da força de trabalho – em 2006

Situação	Quantidade	%
Total	1.050	100,00
Ativo permanente*	325	30,95
Prestadores de serviços	426	40,57
Outras modalidades	299	28,48
(*)Não inclui 73 cedidos; (*) Inclui 7 tabelistas. Fonte: Dirat/FNDE		

Gráfico n.º 2: Distribuição profissional da força de trabalho – em 2006



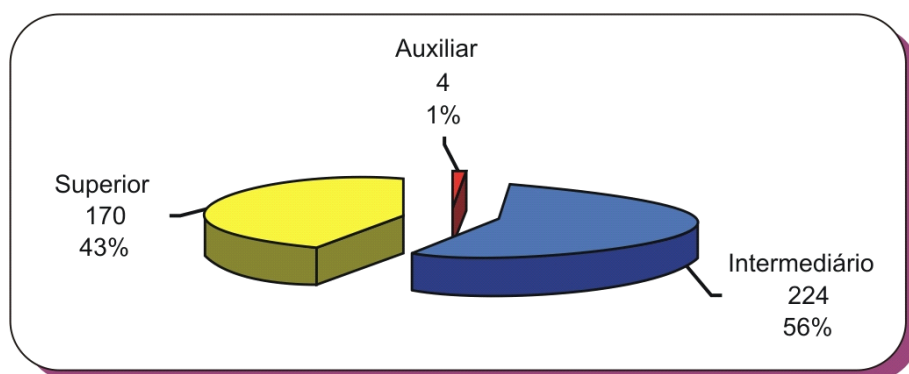
Servidor Ativo

O Quadro de servidores “ativo permanente” do FNDE é constituído por 398 pessoas, sendo: quatro servidores de nível auxiliar (1%), 224 de nível intermediário (57%) e 170 de nível superior (42%), incluindo titulações académicas de especialização e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, conforme tabelas n.º 3 e n.º 4 e gráfico n.º 3. Os gráficos n.º 4 e n.º 5 demonstram a diversidade quanto ao género masculino e feminino e a distribuição da faixa etária, respectivamente.

Tabela n.º 3: Quantitativo de servidores ativos permanentes por escolaridade / Cargo – em 2006

Grau de instrução	Quantitativo
Total	398
Nível auxiliar	04
Ensino médio	224
Ensino superior	170
(**) Registra-se que 7 servidores pertencem à situação funcional de tabelista e que 73 são cedidos.	
Fonte: Dirat/FNDE	

Gráfico n.º 3: Distribuição proporcional dos servidores ativos permanentes, por nível do cargo



Fonte: Dirat / FNDE

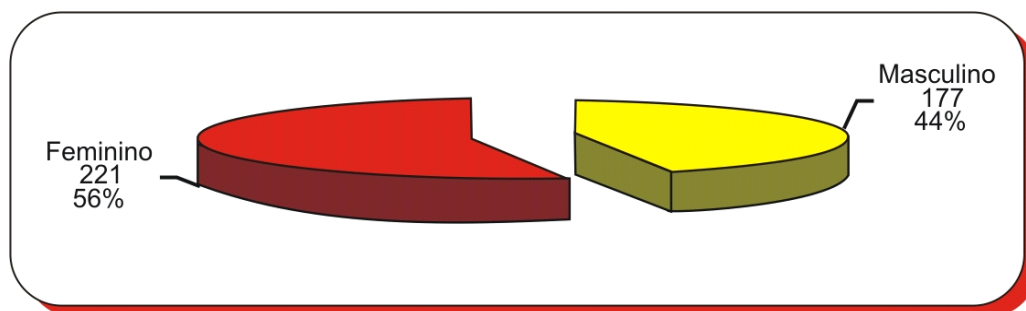
Analisando pelo âmbito da formação académica (228), equivalente aos dados da tabela n.º 4, 57,29% dos servidores ativos permanentes possuem formação superior. Este percentual comparado à proporção de cargos de nível superior (42,71%) permite concluir que boa parte dos que ocupam cargos intermediário e auxiliar têm formação académica. Do total dos que possuem nível superior, 25% têm especialização ou pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Tabela n.º 4: Quantitativo de servidores ativos permanentes, por formação académica – em 2006

Formação Acadêmica	Quantitativo
Total	228
Servidores com cargo de nível superior	170
Servidores com Especialização (*)	55
Servidores com Mestrado	03
(*) Cursos especializados a partir de 360 horas\aula.	
Fonte: Dirat/FNDE	

Quanto ao género, a maior parte dos servidores ativos permanentes é constituída de mulheres (221), correspondendo a 56%, conforme se observa no gráfico n.º 4.

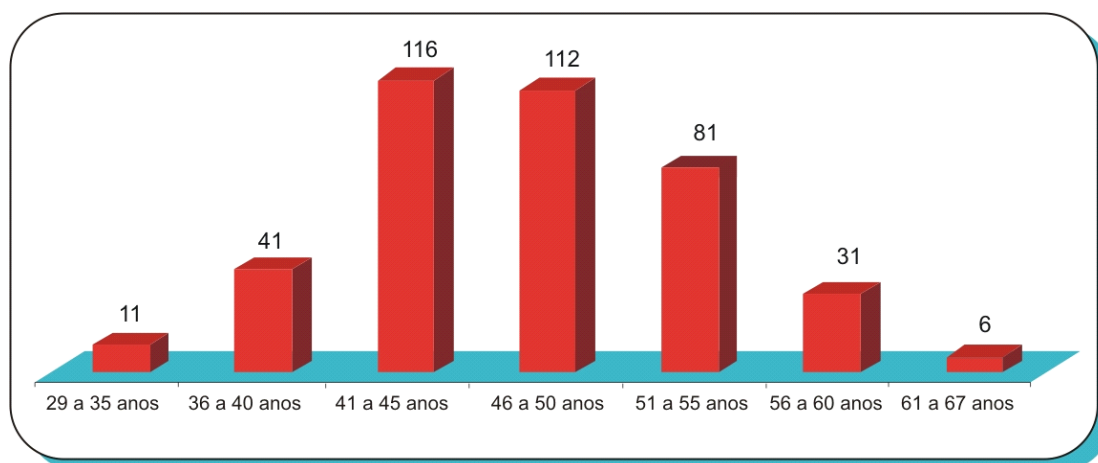
Gráfico n.º 4: Quantidade de servidores ativos por gênero – em 2006



Fonte: Dirat / FNDE

No que se refere à faixa etária dos servidores no quadro ativo permanente, percebe-se pelo gráfico n.º 5 que a grande maioria tem idade acima dos 41 anos, alcançando cerca de 86,93%. Este é um indicador que reforça a importância da realização do concurso público que vai minimizar os problemas de carência de pessoal, bem como viabilizar a transferência acumulada dos servidores atuais para os novos sem prejuízo para o desempenho organizacional que poderia acarretar, em razão do fluxo de aposentadoria.

Gráfico n.º 5: Servidores ativos permanentes distribuídos por faixa etária – em 2006



* Inclui ativo permanente + cedido + tabelista ;

** Média da faixa etária: 46 anos

Fonte: Dirat/FNDE

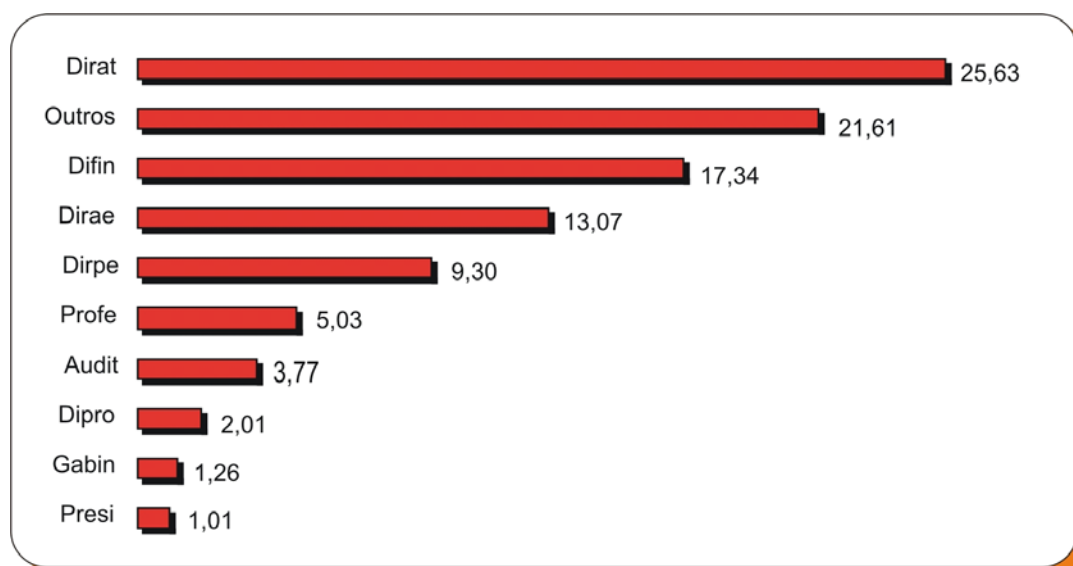
A distribuição dos servidores ativos permanentes, por unidade regimental do FNDE, segundo o nível do cargo, encontra-se na tabela n.º 5.

Tabela n.º 5: Pessoal ativo permanente do FNDE, por nível e lotação – em 2006

Unidades Regimentais	Superior	Intermediário	Auxiliar	Total	%
Total	170	224	4	398	100,00
AUDIT	9	6	0	15	3,77
DIFIN	28	41	0	69	17,34
DIPRO	5	3	0	8	2,01
DIRAE	25	26	1	52	13,07
DIRAT	32	69	1	102	25,63
DIRPE	17	20	0	37	9,30
GABIN	1	4	0	5	1,26
PRESI	0	4	0	4	1,01
PROFE	4	16	0	20	5,03
Subtotal	121	189	2	312	78,39
Cedidos/licença e lot.provisório	49	35	2	86	21,61
Fonte: Dirat/FNDE					

Com base no gráfico n.º 6, que foi construído com os dados da tabela n.º 5, quanto à lotação dos servidores ativos permanentes, observa-se que 25,63% estão na Diretoria de Administração e Tecnologia - Dirat; 17,34%, na Diretoria Financeira - Difin; 13,49% servem na Diretoria de Ações Educacionais - Dirae; 22,35% estão distribuídos pelas outras unidades regimentais da Autarquia; e os demais (21,61%) estão cedidos a outras instituições públicas.

Gráfico n.º 6: Distribuição proporcional de pessoal ativo permanente do FNDE, por nível e lotação – em 2006



Fonte: Dirat/ FNDE

Cargos Comissionados: Função Gratificada (FG), Direção de Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada Técnica (FCT)

Com a edição do Decreto n.º 5.973, de 29 de novembro de 2006, publicado no DOU de 30 de novembro de 2006, o FNDE passou a contar com 250 cargos comissionados, dos quais 101 são DAS e 49 FG, que foram apostilados conforme Portaria n.º 373, de 19 de dezembro de 2006, republicada no Boletim de Serviço (BSE) n.º 01/07, de 08 de janeiro de 2007, homologados pela Portaria n.º 2.028, de 29 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 16 de janeiro de 2007, conforme demonstrado na tabela n.º 6. A Autarquia ainda dispõe, até o presente momento, de 100 FCT.

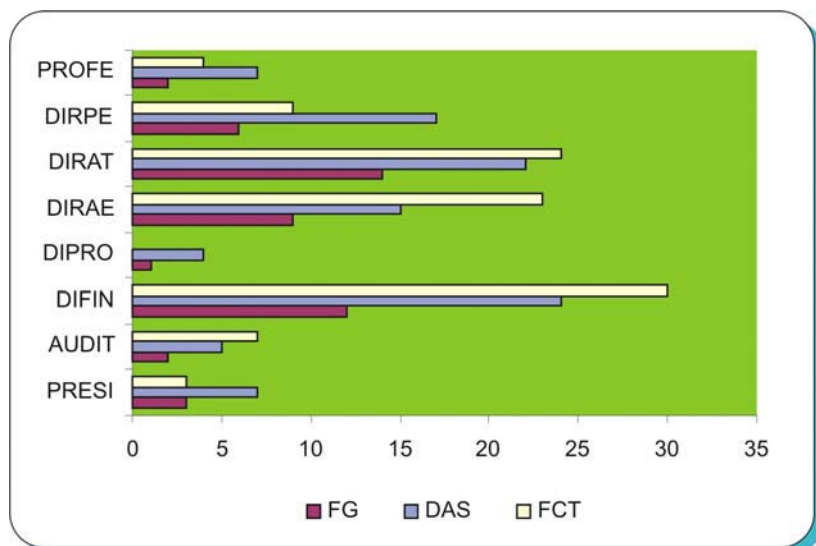
A distribuição proporcional dos cargos, se comparada com a também distribuição proporcional dos servidores entre as diversas unidades regimentais da Autarquia, pode ser observada no gráfico n.º 7. De acordo com o referido gráfico, coube à Difin a maior proporção das funções FCT e DAS, seguida da Dirat.

Tabela n.º 6: Cargos comissionados (FG, DAS) e FCT por unidade regimental – em 2006

Unidade Regimental	Cargo												Total	%	
	FG		DAS							FCT					
	Código	Subtotal	Código						Subtotal	Código					Subtotal
	1		1	2	3	4	5	6		1 a 5	6 a 10	11 a 15			
Total	49	49	10	31	33	20	6	1	101	17	56	27	100	250	100,0
PRESI	3	3	0	1	1	4	0	1	7	1	1	1	3	13	5,2
AUDIT	2	2	0	3	1	1	0	0	5	1	6	0	7	14	5,6
DIFIN	12	12	4	6	10	3	1	0	24	3	20	7	30	66	26,4
DIPRO	1	1	1	0	1	1	1	0	4	0	0	0	0	5	2,0
DIRAE	9	9	2	1	8	3	1	0	15	5	14	4	23	47	18,8
DIRAT	14	14	0	12	5	4	1	0	22	3	8	13	24	60	24,0
DIRPE	6	6	2	5	6	3	1	0	17	3	5	1	9	32	12,8
PROFE	2	2	1	3	1	1	1	0	7	1	2	1	4	13	5,2
Fonte: Dirat/FNDE															

Fonte: Dirat/FNDE

Gráfico n.º 7: Distribuição de funções por unidade regimental - em 2006



Recursos financeiros para pessoal

Em 2006, conforme a tabela n.º 7 e gráfico n.º 8 o FNDE despendeu R\$ 63,7 milhões com pessoal, sendo R\$ 18,9 milhões para o pagamento de servidores ativos, R\$ 16,2 milhões com contratados temporários da União (CTU), 8,5 milhões com encargos patronais, R\$ 18,9 milhões para o pagamento de servidores ativos, R\$ 2,7 milhões com auxílios alimentação, pré-escolar, transporte e assistência médica e odontológica e R\$ 334,6 mil com o pagamento de exercícios anteriores referentes aos 3,17%¹⁰.

Ainda no contexto dos recursos financeiros para pessoal, no exercício de 2006, foi registrada a ocorrência de 60 rescisões de contratados temporários da União e, ainda, o pagamento da última parcela do passivo referente aos 28,86%.

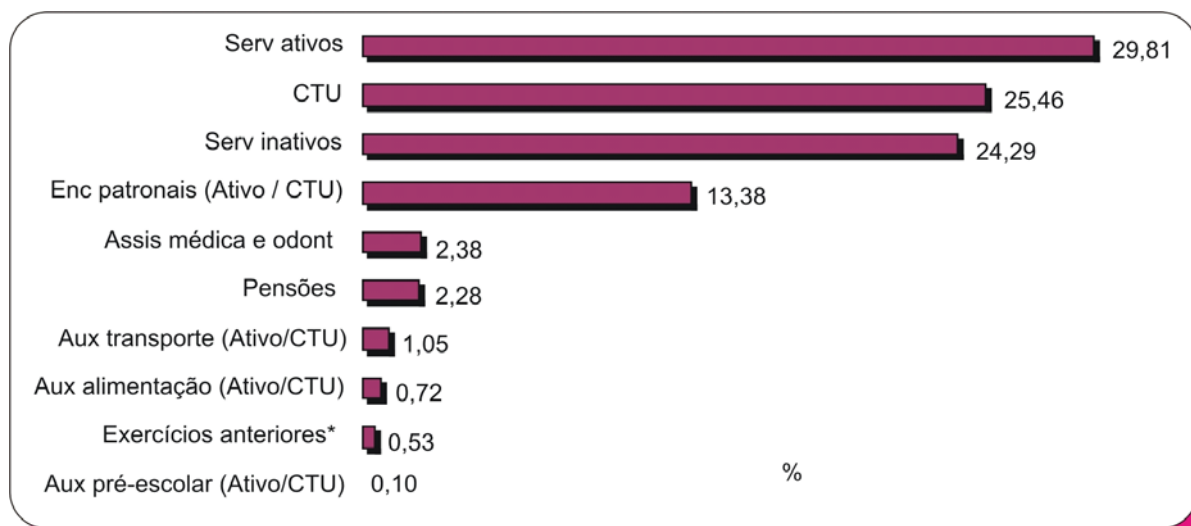
Tabela n.º 7: Distribuição dos recursos financeiros executados em R\$ com pessoal, por ação – em 2006

Ações executadas	Total
Total	63.690.440,05
Servidores inativos	15.471.104,76
Pensões	1.454.771,60
Servidores ativos	18.986.345,36
Contratados Temporários da União	16.216.188,56
Encargos patronais (Ativo / CTU)	8.519.314,44
Auxílio transporte (Ativo/CTU)	670.605,63
Auxílio alimentação (Ativo/CTU)	458.809,18
Auxílio pré-escolar (Ativo/CTU)	61.668,48
Assistência médica e odontológica	1.517.015,65
Exercícios Anteriores*	334.616,39
Refere-se aos 3,17%	
Fonte: Dirat/FNDE	

¹⁰ **Pagamento dos 3,17%.**

Os servidores que se encontravam no Poder Executivo no ano de 1995 e que receberam o reajuste salarial de 22,07% ao invés de 25,94%, fazem jus ao percentual de 3,17%. Em 2001, foi decidido conceder a diferença de 1995 a 2001, via administrativa, de forma parcelada, num período de sete anos, por meio de duas parcelas anuais. Em agosto e dezembro de 2006, foram pagas a 8.ª e a 9.ª parcelas, respectivamente.

Gráfico n.º 8: Distribuição proporcional (%) dos recursos com pessoal - em 2006



Fonte: Dirat / FNDE – Siape 2006

7.2. Diárias e passagens

Em 2006, foram despendidos recursos no montante de R\$ 2.420.486,52 com passagens e diárias para servidores em missão oficial, com vistas à realização de atividades relacionadas ao acompanhamento e à avaliação de programas, projetos e ações educacionais, bem como para treinamentos, palestras, capacitações e outros eventos.

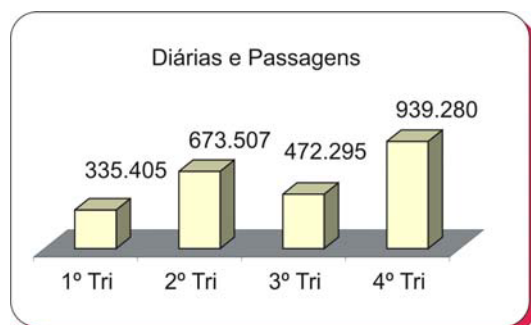
Considerando que em 2005 foram despendidos R\$ 2.738.288,34, constata-se uma redução de 11,6%, destacando-se que, segundo a tabela n.º 8, as despesas foram maiores, na ordem decrescente, IV, II, III e I trimestres, 38,8%, 27,8%, 19,5% e 13,9% respectivamente, conforme se observa no gráfico n.º 9, cujas razões foram:

- Encontro de capacitação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, ocorrido nas cidades de Porto Velho/RO, Natal/RN, Palmas/TO e Salinas/PA.
- Encontros Intermunicipais de Agentes de Controle Social, realizado nas cidades de Salinópolis/PA, Teresina/PI, Paragominas/PA e Cuiabá/MT.
- Encontro escola-modelo na cidade de Santo Antônio do Descoberto/GO.
- Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar 2006, em Brasília/DF.
- II Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em Salvador/BA.

Tabela n.º 8: Despesas com diárias e passagens – em 2006

Trimestre	Mês	Diárias	Passagens	Diárias e Passagens	%
	Total	727.998,00	1.692.488,52	2.420.486,52	
Subtotal		123.166,55	212.238,34	335.404,89	
I	Janeiro	2.380,85	0,00	2.380,85	0,1
	Fevereiro	57.289,47	63.144,71	120.434,18	5
	Março	63.496,23	149.093,63	212.589,86	9
Subtotal		145.922,77	527.584,58	673.507,35	
II	Abril	39.008,07	132.421,12	171.429,19	7
	Maio	64.713,54	149.890,68	214.604,22	9
	Junho	42.201,16	245.272,78	287.473,94	12
Subtotal		190.603,14	281.691,55	472.294,69	
III	Julho	42.950,25	57.185,08	100.135,33	4
	Agosto	67.361,11	82.361,23	149.722,34	6
	Setembro	80.291,78	142.145,24	222.437,02	9
Subtotal		268.305,54	670.974,05	939.279,59	
IV	Outubro	34.308,89	96.643,01	130.951,90	5
	Novembro	62.815,89	109.068,72	171.884,61	7
	Dezembro	171.180,76	465.262,32	636.443,08	26

Gráfico n.º 9: Despesas com diárias e passagens, por trimestre – em 2006



Fonte: Dirat/FNDE

Diversas atividades, por terem início no começo da semana ou por ocorrerem em datas próximas a feriados, motivaram deslocamentos em finais de semana. Tais viagens, os eventos, a quantidade de servidores e o local encontram-se destacados no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1: Viagens iniciadas nas sextas-feiras e aos sábados – em 2006

Qtde. de Servidores	Local	Evento
61	TOTAL	
1	GENEBRA/SUÍÇA	Alimentação Escolar
1	FORTALEZA/CE	Proep
6	BRASÍLIA/DF	Alimentação Escolar
1	LA PAZ/BOLÍVIA	Cooperação Técnica
1	SAUBARA/BA	Alimentação Escolar
4	RIO DE JANEIRO/RJ	Pradime
1	PRESIDENTE PRUDENTE/SP E SÃO PAULO/SP	Jovem Cidadão
1	SÃO PAULO/SP E FRANCA/SP	Parcerias
2	ROMA/ITÁLIA	Alimentação Escolar
1	PORTO ALEGRE/RS E TOLEDO/PR	Escola Modelo / A Horta Escolar
7	BAGÉ/RS	Escola Modelo / A Horta Escolar
1	PORTO ALEGRE/RS	Escola Modelo / A Horta Escolar
1	RIO DE JANEIRO/RJ	Parcerias
1	CURITIBA/PR	Parcerias
1	APUCARANA/PR	Parcerias
1	APUCARANA/PR E CIDADE DE FELIZ/RS	Proep
2	SÃO PAULO/SP	Educação Básica
1	BRASÍLIA/DF	Parcerias
1	RIO DE JANEIRO	Parcerias
1	PIRENÓPOLIS/GO	Livro Didático
6	SÃO PAULO/SP	Livro Didático
1	PRAIA/CABO VERDE	Alimentação Escolar
1	PRAIA/CABO VERDE E LUANDA/ANGOLA	Alimentação Escolar
1	BRASÍLIA/DF	Projeto de Memória do FNDE
1	BRASILIA/DF	Auditoria
2	MAPUTO-MOÇAMBIQUE	Alimentação Escolar
1	BELO HORIZONTE/MG	Auditoria
2	CANCUN/MÉXICO	Alimentação Escolar
1	CUIABÁ/MT	Proep
1	SÃO PAULO/SP	Administração
1	PORTO ALEGRE/RS	Parcerias
1	CURITIBA/PR	Parcerias
1	CURITIBA/PR, SAUBARA/BA E BAGÉ/RS	Parcerias
1	SÃO PAULO/SP	Alimentação Escolar
1	CURITIBA/PR - PORTO ALEGRE/RS - SÃO PAULO/SP	Parceria
2	SALVADOR/BA	Alimentação Escolar
1	PORTO ALEGRE/RS	Parcerias

Finalmente, neste último exercício, a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), mesmo em face de implantação e ajustes, diminui o tempo de emissão, melhorando as condições de atendimento e a consulta dos usuários, aumentou a transparência dos procedimentos de viagens a serviço e a redução dos custos operacionais.

Programa de estágios

O FNDE, mediante convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), propicia atividade conjunta para operacionalização de Programa de Estágio de Estudantes, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do discente ao longo de sua formação, permitindo-lhe receber treinamento prático com vistas à formação profissional.

Durante o exercício de 2006, a Autarquia ofereceu em média 20 vagas mensais a estudantes de nível médio e de nível superior, para realização de estágios, de 4, 6 e 8 horas de atividades. Merece destaque a política de inclusão de portadores de necessidades especiais adotada pela Autarquia, que reserva 5% das vagas de estágios para atender essa demanda social. A distribuição de estagiários, segundo a unidade regimental de lotação é apresentada na tabela n.º 9.

Tabela n.º 9: Total de vagas de estagiários ocupadas por unidade – em 2006

Unidade Regimental	Nível Médio	Nível Superior	Subtotal*
Total de Estagiários	61	136	197
Gabin - Gabinete	1	8	9
Difin - Diretoria Financeira	14	36	50
Dirpe - Diretoria de Progr. e Proj. Educacionais	8	14	22
Dirae - Diretoria de Ações Educacionais	10	14	24
Dirat - Diretoria de Administração e Tecnologia	17	22	39
Audit - Auditoria Interna	1	5	6
Diplo - Diretoria de Planejamento	0	1	1
Profe - Procuradoria Federal	10	31	41
Dipro - Diretoria de Programas	0	5	5
* Posição dezembro de 2006			
Fonte: Folha de Pagamento 12/2006/SRH/FNDE			

Capacitação de Servidores

As mudanças verificadas no contexto das organizações ressaltam o recurso humano como principal patrimônio das mesmas, e tal fato tem gerado a necessidade da promoção de constante processo de treinamento e desenvolvimento deste capital. Não há como desconsiderar as pessoas como o mais evidente diferencial competitivo e de melhoria de performance das instituições. Para lidar com os desafios da inovação e da concorrência, cada vez mais as organizações necessitam de pessoas ágeis, competentes e empreendedoras, razão pela qual, desenvolver competências em seus servidores é hoje o grande desafio.

Desenvolver pessoas não significa apenas proporcionar-lhes conhecimentos e habilidades para o adequado desempenho de suas tarefas. Significa dar-lhes a formação básica para que modifiquem antigos hábitos, desenvolvam novas atitudes e se capacitem para aprimorar seus conhecimentos, tornando-se melhores naquilo que fazem.

Em 2006, a Autarquia, continuou proporcionando meios de atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos para melhor preparação dos servidores do FNDE mediante, entre outros eventos, a continuação do curso de Competência Básica II, a realização de palestras, o treinamento interno, a oferta de curso de pós-graduação e oficinas, conforme tabela n.º 10.

Tabela n.º 10: Quantidade de servidores que participaram de atividades de capacitação por unidades regimentais – em 2006

Mês	Audit	Difin	Diplo	Dipro	Dirae	Dirat	Dirpe	Gabin	Profe	Unidades diversas	Total
Total	10	53	15	9	88	206	58	5	37	161	642
Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0
Fevereiro	0	2	1	1	8	5	5	0	0	45	67
Março	0	4	2	3	13	26	7	1	3	-	59
Abril	0	4	1	0	2	11	0	1	0	-	19
Mai	4	5	3	2	12	34	6	0	2	-	68
Junho	0	0	0	1	12	10	3	0	0	-	26
Julho	0	0	1	0	1	2	0	0	0	-	4
Agosto	3	4	3	0	2	15	2	0	2	-	31
Setembro	2	13	3	0	17	50	20	1	1	-	107
Outubro	1	5	1	2	7	16	8	2	6	-	48
Novembro	0	8	0	0	14	11	4	0	8	80	125
Dezembro	0	8	0	0	0	26	3	0	15	36	88
Fonte: Dirat/FNDE											

O curso de Competência Básica II, iniciado em 2005 e finalizado em maio de 2006, com uma carga horária de 172 horas-aula, ofertado para 30 servidores, convergiu para a formação de conhecimentos na área de acompanhamento e monitoramento dos programas e das ações educacionais, e, entre outras atividades, o curso contou com palestras complementares ao aprendizado, bem como com relatos de experiências adquiridas durante a avaliação do Programa Brasil Alfabetizado.

Ainda no contexto da programação de capacitação de servidores, foram realizadas diversas outras atividades:

- palestra motivacional “Falando de Amor no Trabalho”, aberta a toda força de trabalho do FNDE e que contou com a participação de 36 servidores;
- treinamento interno realizado pelo servidor/instrutor da casa, para 27 servidores, na ferramenta Excel (básico e avançado);
- cursos de pós-graduação em Gestão Pública, Auditoria Interna/Externa e Direito Constitucional, visando a permanente atualização e o melhor domínio por parte dos servidores, das técnicas específicas de suas áreas;
- oficina de integração sobre o Plano Especial de Carreira (PEC/FNDE), para um público estimado de 80 servidores, durante o mês de novembro, visando propiciar esclarecimentos sobre a carreira.

No que concerne ao contrato mantido com a Fundação Getúlio Vargas, quanto às ações relacionadas à capacitação, foram realizados cursos de Atualização em Planejamento e de Educação a Distância/Docência, que contaram com a participação de 26 e 15 servidores, respectivamente.

Somam-se a estes registros a efetivação de 103 outros cursos, em diversos segmentos, e em conformidade com o Plano Anual de Capacitação - PAC e com o Quadro de Necessidades de Treinamento, bem como, em continuidade às ações já implementadas, em 2005. Merece destaque a participação de 3 servidores no evento internacional CLAD, realizado na Guatemala,

em outubro de 2006, com uma apresentação nos anais do congresso de trabalho técnico-científico sobre Pregão Eletrônico e Compras Governamentais.

É merecedor de registro, ainda, o fato de terem sido publicadas 29 monografias da primeira turma do curso de pós-graduação da UnB, financiado pelo FNDE, e disponibilizadas nas bibliotecas do MEC e do FNDE, bem como na Intranet, visando à disseminação do conhecimento e à contribuição para a pesquisa.

Integram também ao quantitativo de servidores capacitados:

- a. 36 participantes da Palestra Motivacional, evento aberto e direcionado à toda força de trabalho do FNDE;
- b. 80 servidores participantes da Oficina de Integração sobre o Plano Especial de Carreira – PEC / FNDE;
- c. 45 beneficiários do Incentivo Educacional e do Estudo de Idiomas Estrangeiros, totalizando 642 servidores capacitados.

Tabela n.º 11: Quantidade de capacitações mensais realizadas – em 2006

Meses	Total de Capacitações
Total	106
Janeiro	-
Fevereiro	4
Março	8
Abril	12
Maiο	12
Junho	4
Julho	4
Agosto	5
Setembro	19
Outubro	9
Novembro	14
Dezembro	15

Ao analisar o desempenho físico-financeiro da ação de capacitação em 2006, constata-se que foram efetivamente capacitados 642 servidores, 28% acima da meta física estabelecida, em 106 eventos, com a utilização de R\$ 497.935,54, o que representa 99,59% da dotação estimada na ação n.º 1067.4572.

Programa de Qualidade de Vida do FNDE (PQV/FNDE)

O Programa de Qualidade de Vida do FNDE (PQV/FNDE), que está voltado para a valorização dos servidores do FNDE, sintetiza ações interligadas que abrangem iniciativas, melhorias estruturais no ambiente do trabalho e inovações gerenciais, visando o alcance das condições plenas de desenvolvimento humano em suas três dimensões: biológica, psicológica e relações sociais no trabalho.

A meta do Programa é ampliar as ações a todas as unidades do FNDE, tendo como proposta a busca e o resgate da imagem, a motivação e a auto-estima do servidor para um trabalho dinâmico, no sentido de procurar compreender e valorizar suas necessidades humanas.

Este Programa possui quatro eixos estratégicos:

- melhoria no relacionamento intra e interpessoal;

- resgate da imagem da Organização e do servidor;
- reconhecimento e valorização dos talentos; e
- saúde e segurança no trabalho.

A adoção de políticas de qualidade de vida busca como benefícios diretos, entre outros, a redução da falta de assiduidade, o desenvolvimento da capacidade e da sensibilidade humana, a integração social no trabalho, a redução da rotatividade, a melhoria de atitudes e a motivação para o trabalho, além da saúde e do bem-estar do servidor, com o conseqüente aumento da produtividade.

Relacionamento intra e interpessoal

O Programa de Qualidade de Vida no FNDE possui ações voltadas para a melhoria dos relacionamentos por intermédio da execução de diversas atividades nas áreas de ginástica (laboral, localizada, e aeróbica), jogos, dinâmicas de grupos, música, teatro, cinema, momentos de reflexão, oração e meditação, e, ainda, atividades voltadas para o desenvolvimento e a valorização dos talentos dos servidores, tais como: oficinas de arte, formação do grupo de coral e exposição de trabalhos artesanais, cujo resumo está demonstrada na tabela n.º 12.

Tabela n.º 12: Quantidade de atendimentos do Programa Qualidade de Vida – em 2006

Ações	Beneficiados
Ginástica localizada	10
Ginástica aeróbica	15
Ginástica laboral	250
Workshop de expressão criativa	20
Cine FNDE	10
Grupo de Oração	45
Fonte: Programa qualidade de Vida/Didav/FNDE	

Valorização de servidores

No ano de 2006, a Autarquia apoiou-se nas ações que buscaram a valorização dos servidores e o desenvolvimento de suas habilidades e competências, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e dando suporte ao desenvolvimento humano.

A promoção da satisfação e da motivação dos servidores como forma de contribuir para o bem-estar físico, mental e social, com a perspectiva de obter mais qualidade e produtividade no trabalho, levou à implementação e continuação das ações de valorização dos servidores conforme demonstrado abaixo:

- Incentivo Educacional: auxílio por meio de ressarcimento, que atendeu 34 servidores.
- Curso de Idioma Estrangeiro: também por intermédio de ressarcimento, que favoreceu 11 servidores.
- Rede de Parcerias: implementada, em julho de 2005, com o objetivo de obter descontos nas áreas de Educação, Saúde, Beleza e Lazer para os funcionários e seus dependentes, contando, em 2006, com 37 instituições conveniadas e 174 beneficiários.

- Sala de Atendimento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organização: criada com o objetivo de receber e atender com presteza, respeito e atenção os servidores ativos, inativos, contratados temporários, estagiários e demais visitantes, com demandas e/ou esclarecimentos de assuntos correlatos aos servidores e às suas unidades, atendendo em média 35 pessoas por dia.
- Projeto Reintegrar: atividade integrada ao Projeto FORMAR, vem efetivando a inclusão escolar dos servidores do FNDE, por meio de aulas presenciais, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme tabela n.º 13.

Tabela n.º 13: Quantidade de alunos por faixa de atendimento – em 2006

Nível de Ensino	Alunos
Total	29
Ensino Fundamental (1.ª a 4.ª Série)*	12
Ensino Médio (1.ª a 3.ª Série)**	17
Fonte: DIDAV/FNDE	
* curso em andamento	
** essa turma concluiu o curso no primeiro semestre de 2006	

Programa de Promoção à Saúde do Servidor

Em seu eixo Saúde, a política de qualidade de vida busca trabalhar o ser humano em todas as suas dimensões, além de desenvolver atividades de caráter holístico e terapêutico.

Para casos que requerem tratamento mais especializado, incentiva-se primeiramente a adesão do servidor ao Plano de Saúde como forma de conscientizá-lo sobre a importância e os benefícios do plano. Paralelamente, buscam-se parcerias com hospitais, clínicas e centros de tratamento, para auxiliar os servidores que necessitam de cuidados médicos.

No ano de 2006, foram promovidas diversas ações, conforme demonstrado na tabela n.º 14, voltadas para a saúde do servidor, com a realização de campanhas de saúde, palestras educativas e preventivas. O ponto culminante destas ações foi a realização de exames periódicos, visando à prevenção e ao diagnóstico precoce de possíveis doenças, de forma a aumentar a expectativa de vida, manter a saúde e ampliar a produtividade dos servidores do FNDE.

Tabela n.º 14: Ações voltadas para a saúde dos servidores e dependentes – em 2006

Ação	Clientela
Total	707
Vacina contra gripe	298
Pressão arterial	155
Glaucoma	160
Tabagismo	16
Saúde bucal	21
Banco de Doadores de Sangue	57
Fonte: Programa Qualidade de Vida /Didav/FNDE	

- foram afixados cartazes, distribuídos folderes e enviadas mensagens eletrônica, alusivos às campanhas contra o tabagismo. 31/05 – Dia Mundial sem Tabaco; 29/08 – Dia Nacional de Combate ao Fumo;

- foram distribuídos 1.000 preservativos em Campanha de DST / Aids;
- realização da V Feira de Qualidade de Vida, com atendimento a uma clientela de 1.000 participantes.

Ainda no âmbito da promoção da saúde, com a implantação, no final de 2005, do Ambulatório de Tabagismo, com o objetivo de atender e auxiliar os servidores que desejam parar de fumar, este foi construído nos moldes daqueles implantados pelas Secretarias estaduais e municipais de Saúde e seguiu as metas do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), instituído pelo Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional do Câncer (INCA), com a supervisão da Coordenação do Controle de Tabagismo no Distrito Federal e a participação de técnicos do FNDE, devidamente capacitados no assunto. Foram atendidos 16 funcionários em 2006.

7.3. Ambientação institucional

No âmbito do Projeto Ambientação Institucional (PAI), buscou-se fortalecê-lo com novas ações. O PAI foi composto por duas frentes de atuação, quais sejam:

1 - Ações realizadas antes de 2006:

- ação vida intelectual;
- ação vida física;
- ação vida emocional;
- ação vida social;
- valorização de pessoas;
- fórum de integração multidisciplinar; e
- valorização da função pública.

2 - Novas ações:

- projeto de gestão estratégica, e
- projeto de valorização de pessoas.

O resultado do desenvolvimento dessas ações resultou na formação de um melhor ambiente de trabalho, despertando nos servidores da Casa a motivação e a compreensão do significado de suas atividades, dando-lhes a oportunidade de aprender, conhecer, participar, crescer e exercer cada vez melhor as atribuições que lhes são confiadas.

7.4. Compras e contratos governamentais

As aquisições de bens e serviços, seja por processo licitatório seja por dispensa de licitação, são realizadas a partir das solicitações oriundas das diversas unidades do FNDE, como sempre ocorreu nos anos anteriores.

Com a edição do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamentou a utilização do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, consolidaram-se as medidas para a execução desta modalidade, tendo a Coordenação de Compras e Contratos estabelecido rotinas para a elaboração de termos de referência, documentos que devem contemplar todos os elementos que permitam propiciar uma boa compra e, conseqüentemente, uma bem alicerçada contratação.

O FNDE continua realizando, além das licitações do interesse da própria Instituição, procedimentos licitatórios para atendimento a quase todas as Secretarias do Ministério da

Educação e, ainda, para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, gerenciado diretamente pela Presidência da República.

Licitações

No exercício de 2006, conforme demonstrado no anexo I, foram realizados 65 pregões eletrônicos e 01 licitação na modalidade de concorrência, registrando-se êxito em quase 90% dos certames, com os quais utilizaram-se R\$ 169.819.591,46, valor este, aproximadamente, 104% superior aos recursos despendidos em 2005; a intensa atividade desenvolvida pode ser ilustrada, também, pelos os anexos II, III e IV que apresentam respectivamente os relatórios de contratos assinados do FNDE, contratos do MEC e as aquisições realizadas por dispensa de licitação e inexigibilidade.

É oportuno enfatizar que, além das contratações de praxe, foi realizada, também, a contratação para a reforma do Depósito de Brasília, medida que proporcionou melhores condições de trabalho ao pessoal que cuida de armazenagem e logística, bem como da organização do acervo documental do FNDE. Registra-se, ainda, a aquisição do edifício sede da Autarquia, que, seguramente, foi um marco importante que propiciará um salto de qualidade e melhoria no desempenho das atividades de todas as unidades regimentais do órgão, em face da propriedade do imóvel vir a permitir que a administração implemente projetos de adequação das instalações, com vistas a assegurar ambiente de trabalho que ofereça mais conforto para os servidores e demais colaboradores.

No âmbito das aquisições é importante destacar que foram efetivadas, em 2006, para atendimento ao Ministério da Educação, as maiores compras de equipamentos de informática já realizadas por meio de pregão eletrônico: no Pregão n.º 28/2006, visando atender ao Programa Informática na Escola (ProInfo), mediante aquisição de 7.580 laboratórios de informática, compostos de 86.000 microcomputadores, 8.600 impressoras, 8.600 *switchs*, além de outros pequenos periféricos, no valor total de R\$ 84.275.354,40. Já no Pregão n.º 46/2006, com a finalidade de atender ao Projeto Presença, foram adquiridos 9.629 conjuntos, compostos de 13.723 microcomputadores, 5.564 impressoras e 5.564 *switchs*, no valor de R\$ 21.199.920,24.

Objetivando assegurar a política de melhorias constantes em compras governamentais, no âmbito do Projeto de Fortalecimento Institucional do FNDE, iniciou-se a implantação do Módulo de Modernização nas áreas de Compras, Material e Patrimônio, com a consolidação das recomendações tratadas em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, para o aperfeiçoamento contínuo dessas áreas.

A preocupação com o alcance dos objetivos organizacionais de atingir padrões de excelência levou a administração da Autarquia a definir metas para subsidiar as unidades interessadas nos procedimentos de aquisição e contratação, que deverão ser implementadas no horizonte temporal de curto prazo, em articulação e integração com a unidade regimental de compras do FNDE, por meio dos seguintes procedimentos:

- análise e orientação das áreas interessadas, objetivando a condução da elaboração de termo de referência e de projetos básicos, para assegurar especificações adequadas e necessárias aos procedimentos de compras;
- integração das unidades regimentais do FNDE, buscando as adequações necessárias à formalização do Termo de Referência / Projeto Básico;
- realização de estudos relacionados ao comportamento de mercado, quanto a preços, demanda, oferta, especificações e características de materiais e de serviços, definição de testes de qualidade, de logística de fornecimento, de distribuição e do processo de acompanhamento da execução dos contratos;

- promoção da implantação e manutenção de cadastro de preços praticados no FNDE e do Sistema de preços da Administração Pública (SIASG);
- promoção da padronização das especificações dos produtos de uso comum, como forma de redução de custos de estoque e redução de processos de compras;
- responsabilização pela manutenção da qualidade dos procedimentos de compras, dos materiais e dos serviços a serem contratados; e
- avaliação do resultado da execução das aquisições e dos contratos, como forma de realimentar o processo.

7.5. Recursos logísticos patrimônio

a) Aquisição do edifício sede do FNDE

Foi concretizada a negociação da aquisição do Edifício Áurea, por um valor total de R\$ 23.600.000,00. Esse valor negociado foi fixado por uma avaliação oficial da Caixa Econômica Federal.

b) Transferência do Fundescola e do Promed para o FNDE

Ação de destaque na área de gestão patrimonial foi a realização de levantamento e a efetivação da transferência de todo o acervo patrimonial do Fundescola e do Promed, avaliados em aproximadamente R\$ 1.305.000,00, em razão de sua passagem para a órbita de competência do FNDE.

c) Reforma e redimensionamento físico do depósito de Brasília

Foi realizada, durante o ano de 2006, a reforma do Depósito do FNDE (Debra), envolvendo cobertura, piso, pintura, reforma de banheiros e de todas as demais instalações do local, assim como eliminação de infiltrações e redimensionamento das redes de esgoto.

Foi redefinida a distribuição do mobiliário destinado ao arquivamento de documentos em uma área de aproximadamente 1.000 m², tornando o ambiente aprazível e racionalizado, com melhor aproveitamento dos espaços para recebimento dos processos até então arquivados nas dependências do MEC. Com a reforma, os espaços utilizados pelas atividades gerenciais e de execução também foram beneficiados.

d) Variação patrimonial

O ativo permanente do FNDE contabilizou, em 2005, R\$ 24.131.633,57. Em 2006, foi elevado para R\$ 49.908.915,15, registrando-se um incremento de R\$ 25.777.281,58 **(107%)**, em razão da incorporação do imóvel ao patrimônio da Autarquia.

Protocolo e arquivo

Foi concluída, em dezembro de 2005, a aquisição de um arquivo deslizante eletro-eletrônico, destinado ao arquivamento dos processos gerados no FNDE. A instalação, finalizada

em abril de 2006, se deu no 3º Subsolo do Edifício Sede, propiciando o arquivamento de aproximadamente 130.0000 processos.

O tratamento e organização da massa documental será objeto de procedimento licitatório previsto para o próximo exercício, com o fito de promover a limpeza, classificação, codificação, elaboração de tabela de temporalidade, culminando na eliminação ou no arquivamento dos documentos / processos, de acordo com as fases corrente, intermediária ou permanente.

Serviços de prevenção e combate a incêndio

Com vistas a proporcionar segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio, atendimento emergencial de primeiros socorros aos funcionários, prestadores de serviços e visitantes, no edifício sede da Autarquia e no Pavilhão das Metas, foi contratada uma empresa especializada em tais serviços. Em conformidade com o disposto na Portaria n.º 52/2000-CBMDF, que aprovou a Norma Técnica n.º 007/2000-CBMDF, uma brigada constituída de 04 (quatro) bombeiros acompanham o dia-a-dia do órgão, utilizando os respectivos equipamentos de proteção individual fornecendo o material de primeiros socorros.

Almoxarifado

Importante ressaltar a iniciativa de ações de planejamento destinadas à programação de compras e reposição de estoques de materiais do almoxarifado, o que possibilitou o suprimento das unidades do FNDE, sem solução de continuidade ou falta de material, durante todo o exercício de 2006.

Gestão da biblioteca

O FNDE dispõe de um acervo composto por numerosas publicações. Livros, notadamente os clássicos da literatura brasileira, literatura infanto-juvenil e periódicos. Compondo tal acervo, destacam-se documentos que versam sobre a história da Autarquia, o seu desenvolvimento e a evolução dos programas finalísticos.

A tabela n.º 15, apresenta as demandas dos serviços oferecidos pela Biblioteca, bem como a frequência dos usuários.

Tabela n.º 15: Resumo das demandas do acervo – em 2006

Itens	Total
Livros emprestados	1.745
Usuários que fizeram empréstimo	853
Usuários que solicitaram pesquisa	777
Pesquisas bibliográficas	241
Pesquisas legislativas	342
Pesquisas na Internet	301
Pesquisas em periódicos	231
Frequência de usuários	8.536
Fonte: Cedoc/Dirat	

7.6. Recursos tecnológicos

Nos últimos anos, o FNDE tem enfrentado enormes desafios buscando alcançar eficiência nos processos de gestão do salário-educação, dos programas finalísticos e nas compras governamentais. Aliado a este fato e dada a importância de sua missão nas ações de desenvolvimento social promovidas pelo Governo Federal, a Autarquia tem cada vez mais trabalhado no planejamento e na modernização de seus recursos tecnológicos.

Neste contexto, o FNDE vem implementando o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o qual serviu de base para incorporar o setor da Tecnologia da Informação nas discussões e na estruturação de planejamento integrado, além de fornecer subsídios necessários para ajuste de políticas institucionais.

Este planejamento de TI deverá ser executado entre os exercícios de 2007 e 2010. Do ponto de vista técnico, a implantação do PDTI viabilizará, dentre várias soluções tecnológicas, a gestão eficaz dos recursos destinados à educação básica, promovendo agilidade e transparência nos procedimentos realizados atualmente pela Autarquia. Do ponto de vista social e econômico, o PDTI terá forte impacto para a sociedade brasileira, pois possibilitará ao FNDE o cumprimento de sua missão com maior eficiência e eficácia.

No exercício de 2006, também se empreenderam medidas de aumento de eficácia e produtividade nos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, bem como na consolidação da infra-estrutura tecnológica do ambiente computacional da Autarquia. Os resultados destas ações alcançaram diretamente os usuários finais de serviços do Órgão, especialmente pelo aumento da capacidade de processamento de dados, na velocidade do tráfego de informações, na ampliação do uso da Internet como instrumento de divulgação e comunicação com a sociedade, no aumento da segurança destas transações e da guarda dos dados, com que foram proporcionados. Nesse campo, as principais realizações, que foram divididas em dois grandes grupos, são:

a) infra-estrutura tecnológica:

- distribuição de 400 microcomputadores completos, 185 gabinetes de CPU e 40 *notebooks* para substituição de equipamentos obsoletos e defeituosos, fruto de uma aquisição do exercício anterior;
- aquisição e instalação de *racks* e demais componentes para a acomodação de Servidores de Rede *COMPAQ* do FNDE, otimizando espaços e consolidando serviços dentro do CPD;
- aquisição de licenças de uso necessárias à adequação dos produtos de *software* gerenciador de banco de dados do FNDE, o *SGBD ORACLE*, ao novo ambiente computacional de *hardware* do órgão, incluindo manutenção e suporte técnico, tendo sido realizada a migração dos ambientes de BD de Desenvolvimento e Homologação;
- aquisição de ferramentas de *softwares* da *BORLAND* para suportar a implantação de uma nova metodologia de desenvolvimento de *software*, incluindo os processos de planejamento, de entrega, de instalação, de configuração, de integração, de homologação, de testes, de transferência de tecnologia, de manutenção e suporte técnico;
- interligação à rede governamental “Infovia Brasília” com contratação de serviço de acesso dedicado, resultando no aumento da performance dos circuitos de Internet e no cancelamento de contratos relacionados a serviços de Internet, de acesso à rede MEC e à rede Serpro;

- contratação de serviços de Certificação Digital com o fornecimento de Certificados Digitais e-CPF do tipo A3 visando permitir assinatura digital de documentos gerados no âmbito do FNDE, em consonância com as determinações da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);
- implementação de diversas medidas na área de segurança de tecnologia da informação, visando, entre outras ações, aprimorar o gerenciamento dos perfis de usuários e os serviços de antivírus, filtro de conteúdo *web* e *firewall*;
- configuração de filtros avançados na detecção de conteúdos maliciosos com destino ao FNDE;
- melhorias no serviço interno para acesso à Internet por meio de implementação de balanceamento de carga para os servidores *Proxy*;
- revisão e ajustes dos sistemas elétricos de *No-break* que fazem o atendimento do CPD do FNDE;
- ajustes e desfragmentação das bases de dados de correio eletrônico resultando no aumento da performance do serviço de mensageria corporativo;
- contratação de atualização tecnológica do serviço de Fax Corporativo em ambiente de rede de computadores do FNDE, estando em cronograma de serviços de planejamento, de entrega, de instalação, de configuração, de integração, de homologação, de testes, de transferência de tecnologia;
- aquisição de solução integrada de 24 (vinte e quatro) equipamentos servidores de rede CISC (Intel) em *rack*. estando em trâmites de assinatura de contrato. Esta ação teve como intuito substituir servidores CISC obsoletos e consolidação de serviços;
- aquisição de licenças de uso definitivo de *softwares* Microsoft® do tipo aplicativo e de sistemas operacionais, incluindo garantia de atualização de versões por 03 (três) anos, de modo a promover a adequação do conjunto de *softwares* Microsoft em uso ao parque computacional do FNDE, estando em trâmites de assinatura de contrato e cronograma de serviços de entrega;
- aquisição de 01 (uma) Sala Cofre Modular para o Centro de Dados do FNDE, compreendendo: projeto executivo de instalação e montagem, fornecimento de infraestrutura necessária, instalação e montagem, transferência de tecnologia, manutenção e suporte técnico, estando em trâmites de assinatura de contrato;
- aquisição de solução integrada, compreendendo a instalação, configuração, integração, homologação, transferência de tecnologia, fornecimento de *softwares* e de *hardwares*, bem como de manutenção e suporte técnico, visando à reestruturação do ambiente computacional do FNDE, destinado ao provimento de suas aplicações *WEB J2EE*, estando em trâmites finais licitatórios com vistas à assinatura de contrato;
- contratação de solução de Gerenciamento de Serviços de TI, contemplando a execução de serviços de planejamento, levantamento e modelagem dos processos de suporte a serviços de TI frente às melhores práticas do ITIL, a instalação, configuração e integração de um conjunto de ferramentas de *software* que automatizem os processos que foram modelados, bem como a homologação dos produtos e serviços, a transferência de tecnologia e a manutenção e suporte técnico aos produtos, estando em trâmites finais licitatórios com vistas à assinatura de contrato;

- aquisição de módulos para expansão da capacidade de processamento de rede dos equipamentos roteadores entre a rede do FNDE e a INFOVIA Brasília, visando garantir maior vazão ao tráfego entre as citadas redes, estando em trâmites finais licitatórios com vistas à assinatura de contrato;
- publicado edital para contratação de infra-estrutura de *Data Center* para prestação de serviços de Replicação do Banco de Dados de Produção do FNDE, provendo instalações, circuitos de comunicação de dados, ambiente operacional, gerenciamento e segurança, bem como manutenção e suporte técnico;
- publicado edital para contratação de serviços de manutenção e suporte técnico e de fornecimento de licenças de agentes do *software* Enterprise Backup Software (EBS) para complementação dos recursos corporativos de *backup*, referentes à plataforma de *hardware* e *software* SUN Microsystems® do FNDE;
- definição dos fluxos de atividades do processo de desenvolvimento, descrevendo papéis e responsabilidade entre as áreas com uma visão corporativa, objetivando um melhor controle e especialização das tarefas. As disciplinas contempladas foram: gerência de requisitos, gerência de projetos, gerência de configuração e mudanças, controle e garantia da qualidade, análise e projeto de *software*;
- realização de levantamentos e estudos para criação de uma arquitetura de referência para os *softwares* desenvolvidos no âmbito do FNDE;
- elaboração da documentação de padronização da arquitetura de referência (SOA - arquitetura orientada a serviço) alinhada com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- construção de um repositório de requisitos associados à implementação de serviços corporativos;
- estudos e definição de metodologia para a implementação da gestão de configuração e mudanças e atividades de qualidade envolvendo teste de *software*;
- construção de um repositório de artefatos de *software*, para o controle de versão e mudanças;
- realização de cursos de capacitação para utilização do ferramental BORLAND (*CaliberRM, StarTeam, Together, JBuilder, Delphi* 2006);
- realização de estudos visando à implantação de solução de inventário do parque de equipamentos e ferramenta de implementação do atendimento remoto de demandas de suporte técnico-operacional;

b) Sistemas

- desenvolvimento e implantação do Sistema de Material Didático (SIMAD), que tem a finalidade de dar autonomia ao usuário de interagir com todas as fases do Programa Nacional do Livro, utilizando como padronização toda a logística implementada na distribuição do Programa Nacional de Livro Didático, abrangendo assim outros programas incorporados a ele, como o Programa Nacional do Ensino Médio, Biblioteca na Escola, Distribuição Braille, Distribuição dos Periódicos, além de abranger o controle de pagamento da ECT e Produtores. O projeto é formado por treze módulos interligados entre si;

- adequação do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort^[1]) na Internet de livros nas escolas públicas de todo o país, com a finalidade de propiciar aos estabelecimentos de ensino públicos e às Secretarias estaduais, distrital e municipais de Educação o remanejamento de livros didáticos dos ensinos fundamental e médio distribuídos pelo FNDE. O sistema contabiliza o número de títulos enviados para cada unidade educacional, permitindo que a instituição, após informar o seu alunado real, saiba automaticamente se e onde há excesso ou escassez de livros, por disciplina e por série;
- adequação do sistema SCF, quanto às mudanças na legislação. Dentre essas mudanças podemos destacar a Medida Provisória N.º 303, na qual foi possível simular o parcelamento ou pagamento à vista dos débitos referentes ao salário-educação já constituídos ou confessados e, conseqüentemente, solicitar o benefício da medida;
- com a possível transferência da arrecadação direta do FNDE para a SRP, foi feito acordo com a CNI, a qual disponibilizará dois sistemas, um de auditoria e outro gerencial, os quais reduzirão consideravelmente o tempo necessário para o desenvolvimento de mecanismos que possam controlar a arrecadação indireta;
- desenvolvimento, adequações e correções de módulos do sistema SRH para possibilitar um melhor gerenciamento das informações pertinentes aos servidores, contratados temporários, terceirizados e estagiários do FNDE, sendo estes responsáveis pelo bom andamento da instituição;
- continuidade do desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Prestação de Contas (SIGAP) para substituir o Sistema Integrado de Acompanhamento e Prestação de Contas (SIAPC) e o Sistema de Prestação de Contas de Repasses Automáticos (SISPCO);
- desenvolvimento do Sistema de Doação de Livros (SISDL), tendo como objetivo automatizar o processo de doação dos livros excedentes do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE);
- migração do sistema de Controle de Frequência (SCF) do MEC para o FNDE, visando permitir que a autarquia tenha controle pleno e independente dos registros de batida do ponto de seus servidores e CTUs;
- conclusão do Sistema de Telefonia (SISTEL), tendo como objetivo fornecer um ambiente único para solicitação, acompanhamento e gerenciamento de serviços relacionados à telefonia;
- adaptações, no Sistema de Ações de Assistência Educacional (SAE), para permitir a gestão da ação funcionamento das escolas nos finais de semana (FEFS);
- disponibilização do aplicativo CAE VIRTUAL INTRANET. O sistema tem por objetivo a automação dos cadastros dos conselhos de alimentação escolar e seu acompanhamento no FNDE;
- disponibilização do aplicativo CAE VIRTUAL INTERNET. O sistema tem por principais objetivos: a) permitir o preenchimento dos cadastros de alimentação escolar na ponta; b) maior agilidade e ganho de tempo com digitação pelo FNDE; c) oferecer aos usuários finais a possibilidade de acompanhamento da situação de seu cadastro junto ao FNDE; e d) maior transparência. É para uso exclusivo das prefeituras municipais e Secretarias de Educação;

- início do desenvolvimento de um sistema único para pesquisa e avaliações (Sipav), dentro dos padrões do FNDE, para permitir o acompanhamento e monitoramento dos programas;
- elaboração do planejamento para a migração dos sistemas críticos do Fundescola, Promed e Proep para os padrões tecnológicos praticados no FNDE;
- início da migração dos dados de São Paulo, Sub B e PNLEM para o Sispromed;
- implementação de diversos relatórios gerenciais e de auditoria no Sispromed;
- adaptações no sistema de planejamento e acompanhamento do Fundescola (SPA) para a migração dos dados dos programas PDDE, Pape e PME, para contemplar a sistemática 2006;
- atualização dos sistemas de Auditoria de 2002 a 2005 do Fundescola para contemplar a nova regra de cálculo dos valores anteriores a 2004;
- implantação do Saef - Sistema de Acompanhamento da Execução Física no Proep, tendo como objetivo a automação dos serviços de acompanhamento físico dos convênios, o cadastro e a tramitação de processos licitatórios dos convênios, o cadastro e tramitação da prestação de contas por convênios, validação das despesas cadastradas pelos convenientes no Afinnet, transmitidas para o Proep e salvas no Safi;
- integração das bases de dados dos sistemas Safi – Sistema de Administração Financeira (Proep) com o Sigef (FNDE), exigida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), migrando diariamente dados do Sigef para o Safi de empenho, OBs e PFs;
- implantação do sistema Afinnet – Sistema de Administração Financeira e de Prestação de Contas, com várias alterações e melhorias, para todos os convenientes do Proep, disponibilizado via Internet e via FTP pelo sistema;
- migração de todas as bases de dados dos convenientes que possuíam a versão antiga do Afin – Sistema de Administração Financeira e Prestação de Contas para o Afinnet e enviadas as bases para os convenientes;
- retomada dos trabalhos de conclusão do sistema MRE – Metodologia de Reordenamento Escolar (Fundescola);
- criação de rotinas que possibilitem o pagamento de bolsas para atendimento dos diversos programas do MEC desta modalidade. Estas rotinas estão adequadas para pagamento de bolsas, tanto pelo Banco do Brasil, quanto pela Caixa Econômica Federal, e estão preparadas para os seguintes programas: Proinfantil, Proformação, Pró-Letramento, Pró-Licenciatura, Escola de Fábrica e Universidade Aberta;
- implantação do Sistema de Pagamento de Bolsas, para gerenciamento e acompanhamento dos cursos, bolsistas, frequência e autorizações de pagamentos, bem como importação de arquivos com dados sobre as turmas. Este sistema contempla os programas Proinfantil, Proformação, Pró-Letramento, Pró-Licenciatura, Escola de Fábrica e Universidade Aberta;
- desenvolvimento de rotinas (módulos) no Sistema de Acompanhamento de Projetos Educacionais - Sape, para acompanhamento dos convênios oriundos de emendas parlamentares e acompanhamento dos convênios do Fundescola;

- desenvolvimento e implantação do Sistema de Transferências Legais - STL. Este sistema controla a distribuição, para os municípios, das cotas relativas ao salário-educação a que têm direito;
- implantação do Sistema de Diárias e Passagens – SCDP, em cumprimento à orientação expedida pelo Ministério do Planejamento;
- desenvolvimento de um sistema para coleta de dados - via Internet - relativos ao transporte escolar. O sistema subsidiará a base de informações da Universidade de Brasília – UnB, com vistas a estudos, análise e pesquisas;
- desenvolvimento e implantação do sistema Savap. Esse sistema tem por objetivo controlar a aplicação das provas do Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar, permitindo à Secretaria de Educação: o cadastramento das escolas participantes do programa, de suas turmas, de seus alunos e professores; a emissão de listagens utilizadas na aplicação das provas; a digitação dos resultados das provas; e a emissão de listagens de habilidades dos alunos;
- desenvolvimento e implantação do sistema de Gestão de Demandas – SGD. O sistema possibilita o controle e acompanhamento das demandas encaminhadas à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGETI;

Serviços para WEB

- criação do novo modelo da revista institucional do FNDE, o “Correio”, publicação mensal que é distribuída a todos os funcionários ativos e inativos da Autarquia;
- criação, diagramação, editoração, correção, tratamento de imagens e publicação do “Guia do Livro Didático 2007” – sete livros publicados pelo Ministério da Educação, divididos por disciplinas que foram distribuídos às escolas para a escolha dos livros didáticos para o ano de 2007. Cerca de 1.625 páginas formatadas e impressas;
- criação da interface dos sistemas desenvolvidos pela CGETI bem como padronização de leiaute;
- criação da logomarca para o 3º Encontro Nacional de Alimentação Escolar, assim como, crachá, bloco de notas, pasta, caneta, *folder*, *banner* e faixa, que foi realizado em Brasília de 21 a 24 de novembro;
- criação, *design*, programação e lançamento da nova Intranet do FNDE – sítio interno com informações institucionais sobre a Autarquia;
- manutenção do sítio da Internet e Intranet e formatação de diversos outros materiais internos como: relatórios, apresentações, certificados e folders para as diversas capacitações realizadas pelo FNDE.

c) Impressão e expedição:

O serviço de impressão corporativa apresentou resultados significativos em termos de qualidade, disponibilidade e economia à Instituição.

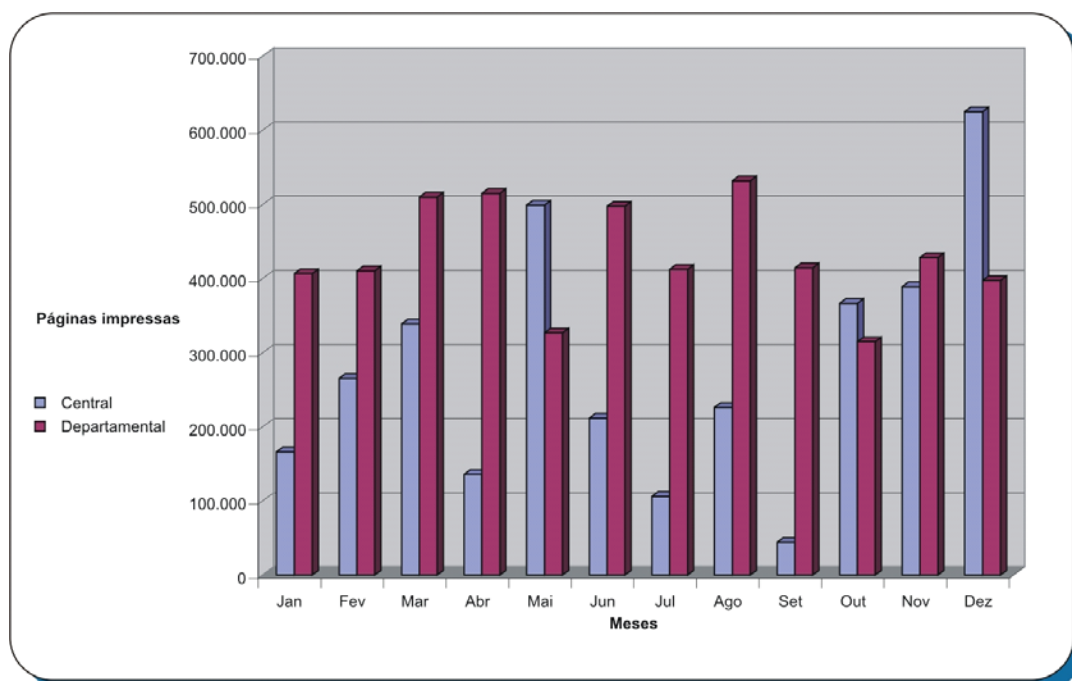
Em 2006, imprimiram-se cerca de 8,5 milhões de páginas, conforme demonstrado na tabela n.º 16. A impressão central refere-se àquela realizada em máquina centralizada na unidade de informática, que é destinada a grandes volumes de impressão tais como cartas e etiquetas. A impressão departamental é aquela realizada pelos colaboradores e está distribuída nos andares.

Tabela n.º 16: Volume mensal de impressões – em 2006

Mês	Central	Departamental	Total
Total 2006	3.371.397	5.163.108	8.534.505
Janeiro	165.777	406.421	572.198
Fevereiro	265.149	410.058	675.207
Março	338.679	509.724	848.403
Abril	135.590	514.745	650.335
Maio	498.808	326.623	825.431
Junho	211.468	497.447	708.915
Julho	106.113	412.326	518.439
Agosto	226.092	531.671	757.763
Setembro	43.758	414.281	458.039
Outubro	366.238	314.704	680.942
Novembro	388.769	428.063	816.832
Dezembro	624.956	397.045	1.022.001

Historicamente, o mês de dezembro apresenta o pico de impressão centralizada, conforme demonstra o gráfico n.º 10, chegando ao volume de seiscentos e vinte e cinco mil páginas impressas. Verifica-se que a média mensal, em relação ao ano de 2005, sofreu uma pequena redução, que era de 721 mil impressões, para 711 mil.

Gráfico n.º 10: Volume mensal de impressões – em 2006



Do total de impressões, cerca de um milhão correspondeu à emissão de cartas enviadas a órgãos e entidades, com informações sobre as ações, os projetos e os programas educacionais, como instrumentos de visibilidade da atuação do FNDE e de transparência do emprego dos recursos públicos a cargo da Autarquia.

d) Atendimento ao usuário:

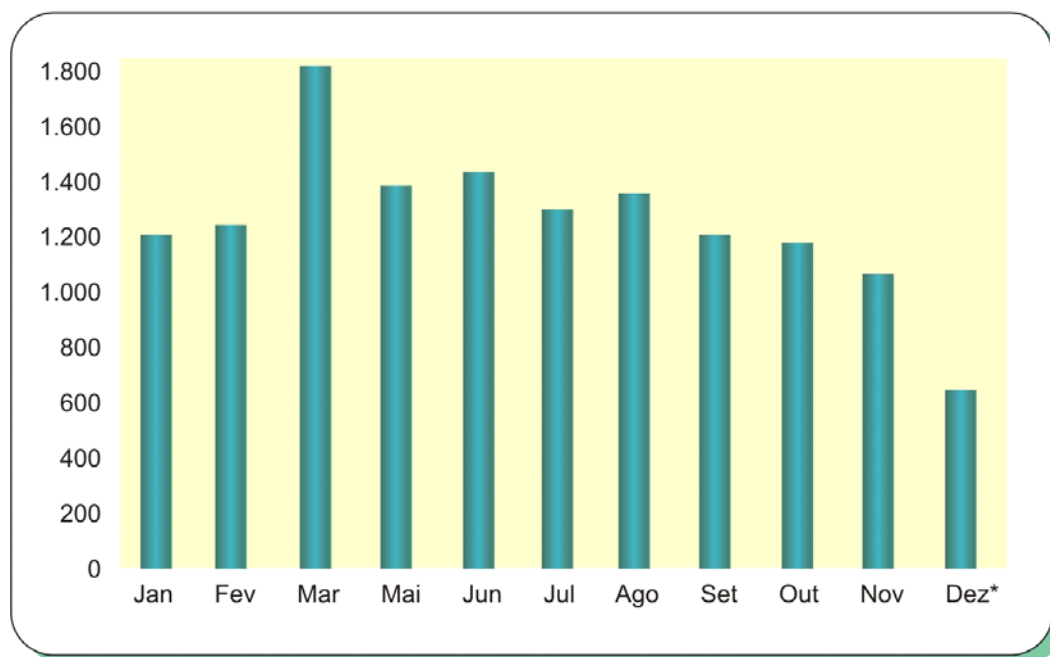
Em 2006, de acordo com a tabela n.º 17, a Central de Atendimento ao Usuário (CAU), no FNDE, atendeu às demandas da Autarquia, as quais somaram cerca de 14,5 mil chamadas de suas mais diversas unidades regimentais.

Tabela n.º 17: Chamadas atendidas pela Central de Atendimento ao Usuário (CAU) / Mês – em 2006

Mês	N.º de chamadas
Total	14.864
Janeiro	1.142
Fevereiro	1.180
Março	1.707
Abril	1.307
Maio	1.337
Junho	1.282
Julho	1.334
Agosto	1.268
Setembro	1.187
Outubro	1.173
Novembro	1.045
Dezembro*	902
Fonte: Dirat/FNDE - * 31/12/2006	

A distribuição das chamadas mensais pode ser vista, também, no gráfico n.º 11. Nele percebe-se que, no primeiro semestre, março foi o mês com maior número de demandas e que, excetuando-se este mês e o de dezembro, as variações não são tão significativas.

Gráfico n.º 11: Chamadas de atendimento técnico operacional, atendidas pela Central de Atendimento ao Usuário (CAU) – em 2006



Fonte: CGETI / Dirat / FNDE

Com a adequação da estrutura organizacional da unidade regimental de Tecnologia de Informação, que estabeleceu a criação de uma área específica para a gestão do relacionamento e atendimento, verificou-se a necessidade de realização, também, do controle mais efetivo das demandas relacionadas ao desenvolvimento de novos produtos, manutenções corretivas e evolutivas. Desta motivação, resultou o Sistema de Gestão de Demandas – SGD, desenvolvido em plataforma WEBBROSER na linguagem PHP, implantado em julho de 2006.

A partir deste momento, a ferramenta possibilitou mensurar o volume de atendimentos e a carga de trabalho efetiva da referida unidade, cuja tabela n.º 18 apresentou volume de demandas por sistema.

Tabela n.º 18: Demandas por Sistema – em 2006

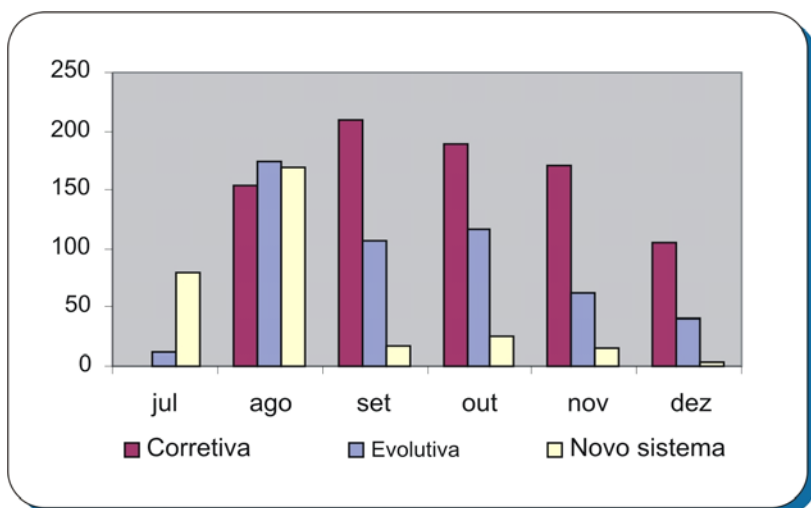
Sistemas	Quantidade de atendimentos
Total	1649
AFINNET	102
DOCUMENTA	41
FORM_PDDE	10
SAE	78
SAEF	124
SAFI	32
SAPE	93
SAPENET	128
SCF	140
SIAPC	55
SIGEF	157
SIGA	16
SISCORT	25
SISPAB	55
SISPCO	23
SISPROMED	120
SPA	334
SRH	52
Outros	64
Fonte: CGETI/Dirat/FNDE	

A tabela n.º 19 e o gráfico n.º 12, traduzem o volume total dos atendimentos registrados no período. Importante destacar que o controle e o acompanhamento das demandas que se processam com o uso da ferramenta, possibilitam a realização de pesquisa regular do nível de satisfação do usuário. No referido gráfico justifica-se a ausência de atendimentos no primeiro semestre, haja vista, como já mencionado, a implantação do sistema a partir do mês de julho.

Tabela n.º 19: Volume de demanda por tipo de atendimento – julho a dezembro de 2006

Mês	Corretiva	Evolutiva	Novo sistema	Subtotal
jan	-	-	-	-
fev	-	-	-	-
mar	-	-	-	-
abr	-	-	-	-
mai	-	-	-	-
jun	-	-	-	-
jul	-	11	80	91
ago	153	174	169	496
set	210	107	17	334
out	190	117	25	332
nov	170	62	16	248
dez	104	40	4	148
Total Geral				1.649

Gráfico n.º 12: Volume de atendimento por tipo de demanda - julho a dezembro de 2006



A implantação do sistema deu-se a partir de julho.



O planejamento é um processo contínuo que é executado pela instituição, independentemente da vontade específica dos seus dirigentes, e só ocorre de forma elaborada e sistemática se a direção da organização assim o determinar. Em face da sua importância para melhorar permanentemente o desempenho da organização, o FNDE vem, nestes últimos anos, privilegiando a adoção de medidas que o fortaleça. Como exemplo destas medidas, pode-se citar a elaboração de seu planejamento estratégico, que transcorreu no contexto do Projeto de Fortalecimento Institucional da Autarquia, cujos direcionadores estratégicos passaram a constituir os balizadores da atuação do órgão. Como se trata de uma ação continuada, o passo seguinte é promover as condições necessárias para que o corpo técnico avoque espontaneamente a responsabilidade de sua atualização permanente.

Além da assunção da atualização permanente do planejamento estratégico interno, é imprescindível que as equipes técnicas venham reconhecer que o Plano Plurianual – PPA, articulado às Leis de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentária Anual, de Responsabilidade Fiscal e aos planos de desenvolvimento econômico e social – constitui peça fundamental da engrenagem do Estado. Segundo Giacomoni¹¹, o PPA “se constitui na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como o próprio orçamento anual”.

É importante ressaltar que a mudança resultante da reestruturação organizacional do FNDE, no decorrer do exercício, formalizada mediante o Decreto n.º 5.973, de 29 de dezembro de 2006, remeteu o planejamento e o orçamento governamentais à subordinação da Diretoria Financeira. O referido dispositivo legal instituiu, no âmbito dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente, competências relativas à coordenação de atividades de planejamento estratégico do órgão, que deverão ocorrer de forma integrada ao planejamento governamental. Neste sentido, a função planejamento passou a ter duas instâncias que deverão atuar articuladamente para torná-lo cada vez mais efetivo na instituição, integrando as ações do planejamento estratégico com as diversas etapas do ciclo de gestão dos recursos públicos.

Neste contexto, à Difin caberá a responsabilidade de adotar as medidas que tornem efetiva essa integração. Por essa razão, estarão inseridas em sua agenda de trabalho para os próximos exercícios, entre outras, ações de promoção de equalização das diversas equipes técnicas do FNDE, no que tange aos conhecimentos básicos sobre PPA, orçamento e seu processo de planejamento.

¹¹ GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005. P. 200.

8.1. Plano Plurianual

Segundo (GIACOMONI, 2005)¹², no Brasil, a Constituição Federal concebe duas modalidades de planos. A primeira envolve os chamados planos de desenvolvimento econômico e social e está a serviço da concepção do Estado intervencionista. Tais planos assumem papel determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. A outra modalidade é o Plano Plurianual (PPA), voltado para a programação da administração pública e claramente idealizado como guia plurianual para as autorizações orçamentárias anuais.

O PPA é peça vital para a sociedade e suas diretrizes balizam a atuação das organizações públicas, posto que “a elaboração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais, constantes no plano de governo, bem como a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, deverá estar compatível com a Lei do Plano Plurianual”¹³.

O PPA 2004/2007, denominado “Plano Brasil de Todos”, completou, em 2006, o seu terceiro ano de gestão, fundamentado em cinco dimensões estratégicas: social, econômica, regional, ambiental e democrática. No âmbito do FNDE, o PPA contemplou 18 programas, dos quais 14 abrangem a educação básica, um vincula-se à educação superior (1073 - Universidade do Século XXI) e três são de caráter especial (0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União; 0750 – Apoio Administrativo; e 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais).

A tabela n.º 1 apresenta, na primeira coluna, o código dos programas do PPA, exceto os de natureza especial supramencionado e, na segunda coluna, a denominação do programa. Os valores globais dos referidos programas para o período de 4 anos foram listados na terceira coluna, ao passo que os valores dos programas que apresentaram dotações consignados ao MEC¹⁴, foram registrados na quarta coluna. Na quinta coluna constam apenas os valores consignados ao FNDE e, finalmente, na sexta coluna, tem-se a relação proporcional dos valores consignados à Autarquia, em comparação com os valores globais do MEC.

¹² Ibidem.

¹³ MOTA, Francisco Glauber Lima. Curso Básico de Contabilidade Pública – Brasília: Cidade, 2005. p.18.

¹⁴ A dotação alocada ao MEC, mas com consignação, também vindo do orçamento do FNDE.

Tabela n.º 1: Dotação estimada do PPA - Vigência: orçamento 2006 (valores em R\$)

Programa		A - PPA Global (1)	B - PPA MEC	C - PPA FNDE (2)	D - (C/B) %
Código	Especificação				
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	1.022.881.838,00	16.426.420,00	16.426.420,00	100,00
1060	Brasil Alfabetizado	2.159.304.958,00	2.159.304.958,00	1.774.630.218,00	82,19
1061	Brasil Escolarizado	9.004.384.784,00	10.126.436.047,00	10.126.436.047,00	100,00
1062	Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica	5.423.602.707,00	5.423.602.707,00	341.677.270,00	6,30
1065	Educação na Primeira Infância	52.156.123,00	181.080.333,00	181.080.333,00	100,00
1067	Gestão da Política de Educação	833.169.681,00	833.169.681,00	448.279.792,00	53,80
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	5.481.369.960,00	5.481.369.960,00	3.565.558.648,00	65,05
1336	Brasil Quilombola	147.466.163,00	14.029.000,00	14.029.000,00	100,00
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	233.809.265,00	233.809.265,00	128.148.376,00	54,81
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.881.879.089,00	3.881.879.089,00	3.835.362.883,00	98,80
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	205.700.544,00	205.700.544,00	125.751.702,00	61,13
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	493.263.801,00	493.263.801,00	405.232.430,00	82,15
	Subtotal (A)	28.938.988.913,00	29.050.071.805,00	20.962.613.119,00	72,16
8034	Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem (Presidência da República)	1.052.500.736,00	343.524.735,00	343.524.735,00	100,00
1073	Universidade do Século XXI	37.394.269.550,00	37.394.269.550,00	2.000.000,00	0,01
	Subtotal (B)	38.446.770.286,00	37.737.794.285,00	345.524.735,00	
	Total = (A + B)	67.385.759.199,00	66.787.866.090,00	21.308.137.854,00	

(1) Fonte: Lei nº 11.318, de 05/07/2006 (altera a Lei 11.044 de 24/12/2004) que alterou a Lei 10.933 de 11/08/2004 (criação do PPA 2004-2007).

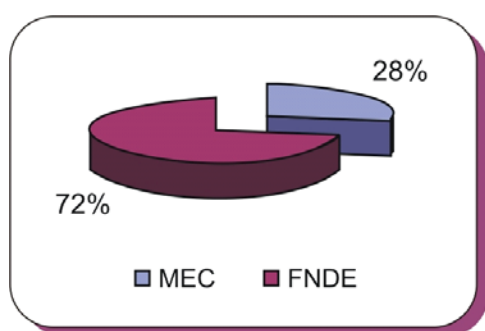
(2) Fonte: Siafi Gerencial - Somatório de créditos autorizados (posição final) de 2004 a 2006, mais crédito autorizado inicial da LOA 2007.



A revisão anual do PPA, ocorrida em 2006, resultou na exclusão de dois programas executados pela Autarquia, no ano anterior, e na inclusão do programa 1073 – Universidade do Século XXI, que apóia a formação acadêmica de alunos e professores das instituições de ensino superior públicas e privadas, buscando a formação de profissionais mais especializados para atuarem na Educação Básica. Por força destas alterações, as ações sob responsabilidade orçamentária e administrativa do FNDE passaram de 121, no exercício de 2005, para 84, em 2006.

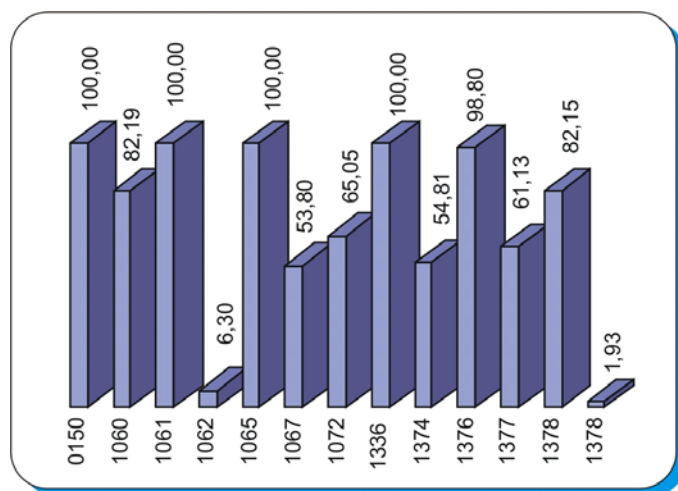
Da observação do gráfico n.º 1, que foi elaborado desconsiderando os programas 1073 – Universidade do Século XXI e 8034 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, este por pertencer à Presidência da República e o outro em função da participação do FNDE em apenas uma ação, constata-se que, da totalidade das dotações estimadas para o PPA, 72% foram consignadas no orçamento da Autarquia.

Gráfico n.º 1: Proporção, entre MEC e FNDE, do valor da dotação estimada do PPA, que contempla valores consignados no orçamento da Autarquia – em 2006



É importante destacar que o FNDE continuou apoiando a execução do Programa Nacional de Juventude (ProJovem), que está sob a gestão da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com as prefeituras e com a participação de diversos ministérios, entre os quais, o da Educação, o do Trabalho e Emprego e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O segundo gráfico refere-se ao fato de que a Autarquia continuou, em 2006, com a responsabilidade gerencial do Programa 1061 (Brasil Escolarizado) que, juntamente com os programas 0150 (Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, 1065 (Educação na Primeira Infância) e 1336 (Brasil Quilombola), tiveram toda a dotação orçamentária, no âmbito do MEC, consignada ao FNDE.

Gráfico n.º 2: Percentual das dotações por programa do PPA do FNDE - em 2006



O Brasil Escolarizado, com as suas 52 ações de tipicidades variadas, visa garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e os adolescentes na Educação Básica, reforçando as preocupações com a melhoria da qualidade na educação, e conta com um leque variado de ações, cuja implementação ocorre em parceria com os entes federados e as instituições governamentais e não-governamentais.

As ações do programa estão sob a responsabilidade orçamentária e administrativa do FNDE, da Seed e do Inep e são de grande relevância para a educação brasileira, a exemplo daquelas relativas:

- à alimentação escolar, que tem por função não apenas satisfazer as necessidades nutricionais dos alunos, enquanto permanecem na escola, mas, também, se apresentar como modelo de programa social, cujos princípios são, entre outros, reconhecer, concretizar e fortalecer o direito humano e universal à alimentação;
- à distribuição de acervos bibliográficos, visando, entre outros aspectos, promover e estimular a leitura e propiciar melhores condições para a inserção dos alunos de escolas públicas na cultura letrada;
- ao censo escolar da educação básica, que é instrumento básico para a gestão da educação nas esferas governamentais, bem como para a elaboração, execução e gestão de políticas públicas neste segmento social; e
- ao sistema de avaliação da educação básica, de importância inquestionável, como ferramenta para o processo de monitoramento dos resultados da política educacional brasileira.

No exercício de 2006, o programa contou com recursos da ordem de R\$ 2.749.890.520,00, dos quais foram executados 98,39%. Este indicador, associado às peculiaridades das ações financiadas, como a universalização do atendimento do alunado e a abrangência da oferta das ferramentas de gestão necessárias ao planejamento e à execução das políticas educacionais no contexto nacional, retrata o eficiente e eficaz desempenho do Brasil Escolarizado.

8.2. Projeto de fortalecimento institucional

Aspectos gerais

Em 2004, deu-se início à política de fortalecimento institucional permanente do FNDE, contando-se com o apoio das atividades de consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este processo foi concretizado mediante celebração do contrato n.º 22/2004, cujo objetivo é ampliar a eficiência, a qualidade e a transparência da atuação da Autarquia, adotando-se como princípios basilares: ênfase nos resultados, responsabilização, autonomia, estabelecimento de parcerias responsáveis, trabalho em rede, utilização da informação como instrumento gerencial, diálogo público, controle social, e monitoramento, avaliação, articulação e relacionamento de alto nível com os entes da federação, visando à obtenção de maior efetividade nas atividades realizadas pela Instituição.

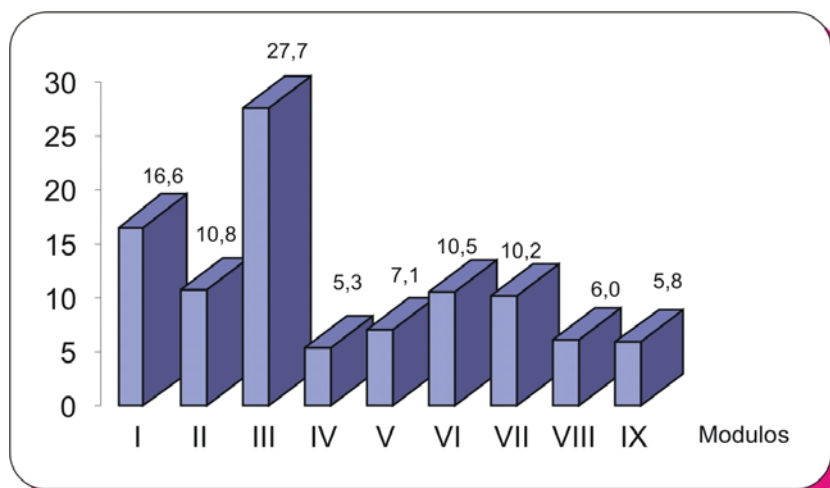
A vigência do citado contrato foi fixada em 24 meses, contados a partir de 17 de junho de 2004. Mas, durante a execução do projeto, por força das vicissitudes do cenário no qual seu planejamento foi elaborado, ocorreram mudanças que geraram a necessidade de revisar e adequar as atividades de consultoria, originalmente previstas, e que impuseram a prorrogação de prazo por mais seis meses, conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 22/2004, de 27 de dezembro de 2005. Com isso o encerramento foi transferido para 31 de dezembro de 2006, cuja execução, de forma resumida, pode ser observada na tabela n.º 2.

Tabela n.º 2: Resumo da execução do Projeto de Fortalecimento Institucional do FNDE – em 2006

Módulo	Quantidade de Produtos	Valor (R\$ 1,00)			
		Pago em 2005 (A)	Pago em 2006 (B)	RAP 2006 (C)	D = A + B + C
Total	76	1.494.056,00	1.471.127,00	250.915,00	3.216.098,00
I	12	256.500,00	232.727,00	43.821,00	533.048,00
II	6	346.556,00	0,00	0,00	346.556,00
III	25	364.000,00	485.400,00	40.227,00	889.627,00
IV	2	171.000,00	0,00	0,00	171.000,00
V	4	0,00	206.000,00	21.885,00	227.885,00
VI	6	0,00	283.000,00	54.000,00	337.000,00
VII	7	0,00	264.000,00	65.156,00	329.156,00
VIII	6	168.000,00	0,00	25.826,00	193.826,00
IX	8	188.000,00	0,00	0,00	188.000,00

Fonte: Difin/FNDE

Gráfico n.º 3: Distribuição dos recursos, por módulo (%) – em 2006



8.3. Sistemas de informação

Para propiciar as condições que assegurem a aferição da eficiência, eficácia e efetividade dos objetivos estabelecidos nas políticas públicas educacionais, torna-se imperativa a continuidade de medidas que assegurem a disponibilidade de sistemas que viabilizem o monitoramento e a avaliação das ações e dos programas implementados.

Neste sentido é que o MEC desenvolveu e implantou o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SiMec), e a Autarquia continua desenvolvendo o Sistema de Monitoramento das Ações, Projetos e Programas Educacionais do FNDE.

Os avanços dessas medidas serão descritas, a seguir.

a) Sistema integrado de monitoramento do Ministério da Educação (SiMec)

É uma ferramenta gerencial informatizada cuja função é servir de instrumental para o processo de planejamento, auxiliar as equipes executoras de Programas e Ações e subsidiar os dirigentes do Ministério na tomada de decisões.

O SiMec está interligado aos sistemas estruturantes do Governo Federal e aos demais sistemas corporativos do MEC, e funciona como alimentador do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Totalmente desenvolvido em *software* livre, em consonância com as diretrizes da política do governo eletrônico, o SiMec chegou para se tornar um instrumento de trabalho útil, de fácil navegação e de uso diário intensivo.

Nesse sistema, o FNDE cadastrou as ações e os programas sob sua responsabilidade, e as determinações legais das rotinas de manutenção da base de dados do SIGPlan já foram efetivadas via SiMec, mediante transferências de dados sob a forma Infrasing. Em 2006, a Autarquia foi responsável administrativamente pelo gerenciamento de vinte e duas ações educacionais, as quais foram monitoradas com base nos dados e informações disponíveis no referido SiMec.

b) Sistema de monitoramento das ações, projetos e programas educacionais do FNDE

No decorrer do exercício de 2006, o FNDE, em parceria com a FGV, deu continuidade à elaboração e implantação do sistema de monitoramento, iniciado em 2004, com o apoio da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ, do alemão Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), envolvendo os Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), do Livro Didático (PNLD) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Portanto, faz parte da agenda do próximo exercício efetivar as condições operacionais deste sistema. Para isto, no final de 2006, as unidades regimentais de planejamento e de tecnologia e informação do FNDE elaboraram projeto e iniciaram as suas primeiras etapas, ressaltando que a programação guarda consonância e está devidamente articulada com o Plano Diretor da Informação da Autarquia.

8.4. Rede de parcerias e controle social

O FNDE é o braço operacional do MEC, e tem como responsabilidade executar as transferências automáticas e voluntárias de recursos públicos, voltados para a Educação. Esse modelo operacional requer capacidade de execução por parte dos estados e municípios, além de uma ampliação do controle social em relação à correta aplicação dos recursos públicos.

Neste sentido, a Autarquia vem consolidando uma **Rede de Parcerias**, que tem por objetivos elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade da execução dos programas, ações e projetos educacionais. A mesma é constituída por órgãos públicos das três esferas de governo e por membros das comunidades local e escolar, reunidos em espaços propícios para o exercício da cidadania e do controle social, de que são exemplos os conselhos do Fundef e de Alimentação Escolar, as Unidades Executoras Próprias das Escolas, entre outros.

É evidente que os responsáveis - tanto da gestão quanto do controle -, distribuídos nos 5.560 municípios, 26 estados e no Distrito Federal, necessitam de capacitação especial para o desempenho das suas atividades, e que, em razão da dimensão territorial e da imensa quantidade de pessoas envolvidas com as ações educacionais sob responsabilidade da Autarquia e que

requerem qualificação, levaram o FNDE a optar pelo ensino a distância, mediado por tecnologias voltadas para a aprendizagem.

Neste contexto, o FNDE, contando com o apoio da Secretaria de Educação a Distância (Seed / MEC), desenvolveu o Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE - FormAção pela escola.

O principal objetivo do programa, que teve sua modelagem iniciada no exercício de 2004, é contribuir para a formação continuada a distância dos gestores, técnicos, conselheiros e representantes da comunidade envolvidos com execução, acompanhamento e avaliação de programas e ações desenvolvidos no âmbito do FNDE. Seus objetivos específicos estão voltados para a correta aplicação dos recursos federais, a devida prestação de contas e o controle social das seguintes ações: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), e os Programas do Livro (PLI).

O FormAção utiliza-se de um sistema modular, que apresenta o tema gestão democrática como eixo transversal, e é composto pelos módulos abaixo descritos.

- Módulos de Apoio: cursista e tutoria.
- Módulo Introdutório, comum a todos os participantes, que tem por foco as Políticas Públicas para a Educação Básica e a apresentação do papel do FNDE na execução das mesmas.
- Módulos Temáticos referentes, inicialmente, às ações: PDDE, Pnae, Pnate e Programas do Livro (PLI).

Todos os módulos acima citados, bem como os cadernos de atividades correspondentes, foram produzidos e impressos no transcorrer de 2006, conforme tabela n.º 3.

Tabela n.º 3: Tiragem dos módulos impressos do Formação pela Escola – em 2006

Nome das Cartilhas	Tiragem
Total	33.400
Manual do Tutor	400
Caderno do Cursista	5.800
Módulo Introdutório – Caderno de Estudo	5.800
Módulo Introdutório – Caderno de Atividades	5.800
Módulo PDDE – Caderno de Estudo	3.100
Módulo PDDE – Caderno de Atividades	3.100
Módulo PLI – Caderno de Estudo	1.800
Módulo PLI – Caderno de Atividades	1.800
Módulo PNAE – Caderno de Estudo	1.800
Módulo PNAE – Caderno de Atividades	1.800
Módulo PNATE – Caderno de Estudo	1.100
Módulo PNATE – Caderno de Atividades	1.100
Dados fornecidos pela Seed / MEC	

Para o desenvolvimento do curso de capacitação, neste primeiro momento, está sendo utilizada a versão básica (composta por material impresso). Para o ano de 2007, pretende-se incorporar ao processo a versão *on-line*, a ser disponibilizada via plataforma e-ProInfo (ambiente de aprendizagem via Internet), que pertence ao MEC. Cabe lembrar que o sistema de apoio à aprendizagem inclui os serviços de coordenação, tutoria e comunicação, organizados nos níveis local, estadual e nacional, e a avaliação está sendo realizada mediante o acompanhamento da participação do aluno pelo tutor, o processo de auto-avaliação do próprio participante e a correção, pelo tutor, do trabalho final de Módulo (Relato de Experiências).

A execução deste Programa é descentralizada, mediante parceria entre a União e os entes federados. O FNDE é o responsável pelo financiamento, o acompanhamento e a avaliação do Programa, enquanto a Seed compete a concepção e a definição do projeto de formação a distância, a coordenação do desenvolvimento do material didático em diferentes mídias e a capacitação das equipes envolvidas.

No exercício de 2006, o FormAção pela Escola já se tornou realidade nos seis estados que fazem parte do Projeto Piloto (RS, RJ, GO, PI, CE e RO). Até dezembro, foram finalizadas 31 turmas e formados 1.163 cursistas. Os resultados iniciais foram muito satisfatórios, pois o índice de aprovação atingiu o patamar de 88,3% e o de desistência, 8,2% . Noventa e cinco turmas (2.021 cursistas) estão em fase de conclusão dos módulos PDDE e PLI, nos primeiros meses de 2007.

Em um primeiro momento, o programa foi avaliado por meio de instrumentos produzidos pela Seed, e as principais considerações efetuadas pelos participantes das primeiras turmas e pelos componentes da Coordenação Estadual e Tutores Municipais foram as seguintes:

- o Programa teve grande receptividade e aceitação;
- o material instrucional foi considerado de excelente qualidade, porém necessita de revisões, por consequência das mudanças no cenário da política educacional brasileira;
- há grande demanda reprimida, por vagas, nos estados participantes;
- em alguns estados, as equipes coordenadoras encontram-se desfalcadas, fato que gera entraves à execução do FormAção pela Escola;
- há necessidade de adequação no *Sife Web*, sistema desenvolvido pela Seed, para monitorar o programa;

Após a consolidação do projeto piloto e a devida revisão dos módulos, será iniciada a fase de expansão nacional, prevista para transcorrer no exercício de 2007.

II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

9. Orçamento

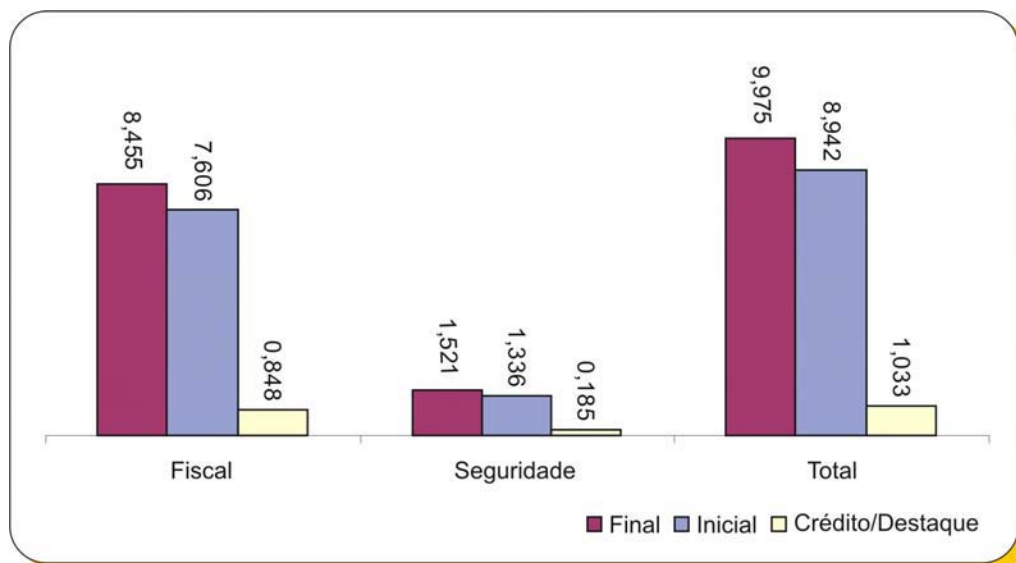


O Orçamento Geral da União, para o exercício de 2006, foi aprovado por intermédio da Lei n.º 11.306, de 27 de maio de 2006 (LOA/2006). No tocante ao FNDE, a lei fixou despesas relativas ao orçamento fiscal e da seguridade social, nos valores, respectivamente, de R\$ 7.606.346.859,00 e 1.335.822.159,00, totalizando R\$ 8.942.259.018,00. Mas, em virtude de créditos adicionais e destaques recebidos, a Autarquia encerrou o exercício com R\$ 9.975.379.967,90 de dotações consignadas em seu orçamento, registrando, portanto, um aumento de R\$ 1.033.120.949,90, sendo R\$ 848.148,90 do orçamento fiscal e R\$ 184.972.760,00 da seguridade, conforme demonstrado na tabela n.º 1 e no gráfico n.º 1.

Tabela n.º 01: Valor inicial e final do orçamento do FNDE, por esfera - em 2006

Dotação	Em R\$ (1,00)		
	Fiscal	Seguridade	Total
Final	8.454.585.048,90	1.520.794.919,00	9.975.379.967,90
Inicial	7.606.436.859,00	1.335.822.159,00	8.942.259.018,00
Crédito/Destaque	848.148.189,90	184.972.760,00	1.033.120.949,90
Fonte: Difin/FNDE			

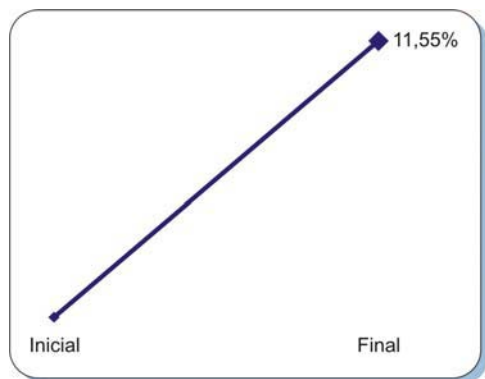
Gráfico n.º 1: Valor nominal inicial, crédito / destaque e o valor final do orçamento do FNDE, em R\$ bilhões, por esfera – Exercício de 2006.



Fonte: Difin / FNDE

Em termos percentuais, o aumento proveniente dos créditos corresponde a 11,55% da dotação inicialmente aprovada na LOA/ 2006, conforme demonstra o gráfico n.º 2.

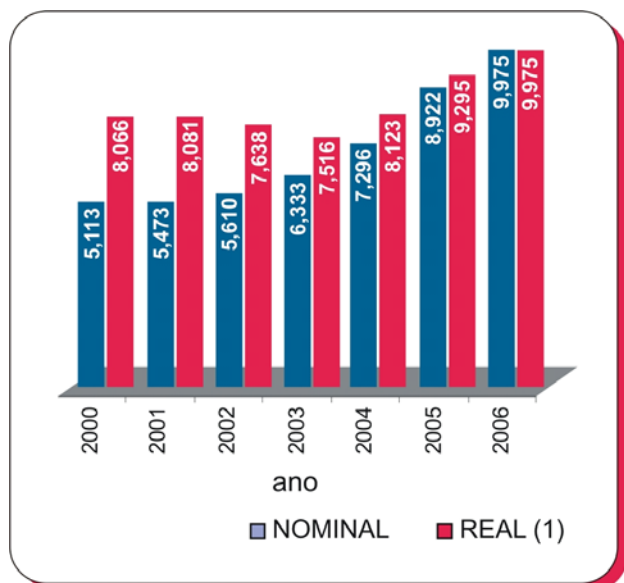
Gráfico n.º 2: Taxa incremental da dotação orçamentária inicial e final do FNDE em 2006



Fonte: Difin / FNDE

O FNDE é responsável pela gestão de programas com repasse de recursos destinados aos entes federados e pela execução direta de ações orçamentárias. Essas atribuições vêm se ampliando nos últimos anos e, para fazer face à realização de suas competências, seu orçamento apresenta tendência de acréscimos, cujos valores absolutos, nominal e real estão demonstrados no gráfico n.º 3.

Gráfico n.º 3: Evolução, real e nominal, do orçamento do FNDE, em R\$ bilhões – de 2000 a 2006.

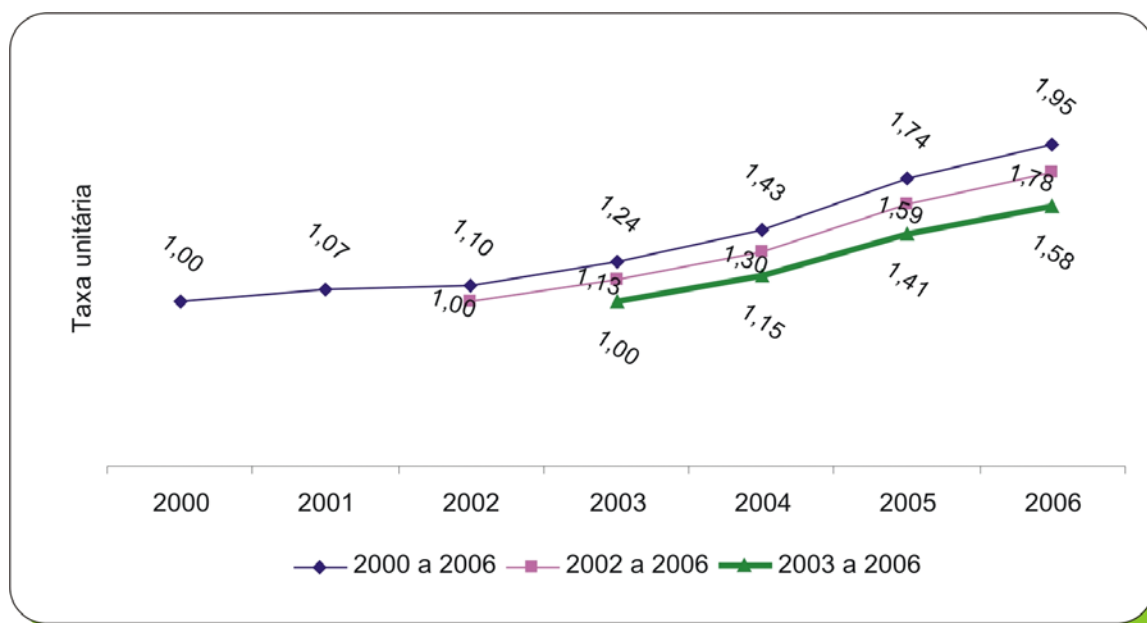


Fonte: Difin / FNDE

1. Corrigido a preço de 2006 pela média anual do IPCA

Esta propensão incremental apresentada no gráfico n.º 4 demonstra que nos últimos anos (2000 a 2006) o crescimento acumulado dos investimentos educacionais, no âmbito do FNDE, alcança 95%. No período de 2002 a 2006, o acréscimo foi de 78%. De 2000 para 2002, o crescimento médio anual foi de 5%, ao passo que de 2002 a 2006, a média foi de 15,6%. Portanto, a tendência evidencia a priorização governamental dada a este segmento e patenteia a decisão política de resgate da dívida social.

Gráfico n.º 4: Taxa de crescimento orçamentário nominal do FNDE - em 2006



Fonte: Difin/FNDE

No que tange à alocação orçamentária, foram consignadas dotações em 18 programas, conforme demonstrado na tabela n.º 2, cujos destaques couberam às Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica (0903), Brasil Escolarizado (1061) e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (1376).

Tabela n.º 2: Programas orçamentários com ações sob a gestão do FNDE - em 2006*

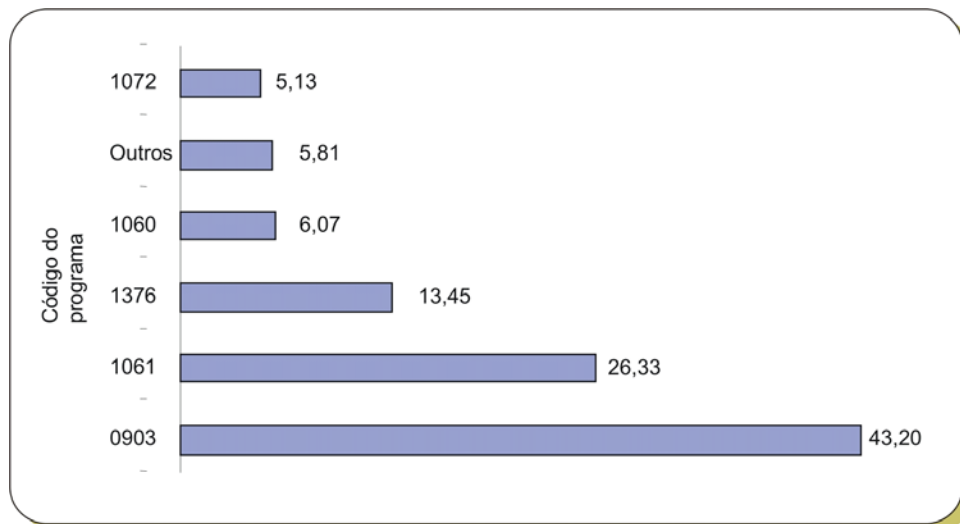
Código	Programa orçamentário	Dotação final	
		R\$ milhões	%
Total		9.975.379.967,90	100,00
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	18.781.591,00	0,19
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	5.600.000,00	0,06
0750	Apoio Administrativo	67.344.292,11	0,68
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.226.356,00	0,02
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.309.859.989,00	43,20
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	605.161.098,00	6,07
1061	Brasil Escolarizado	2.626.609.650,00	26,33
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	154.050.529,00	1,54
1065	Educação na Primeira Infância	27.941.100,00	0,28
1067	Gestão da Política de Educação	24.300.000,00	0,24
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	511.964.772,00	5,13
1073	Universidade do Século XXI	2.000.000,00	0,02
1336	Brasil Quilombola	5.172.000,00	0,05
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	47.415.322,00	0,48
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.342.102.496,00	13,45
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	46.470.000,00	0,47
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	58.905.915,00	0,59
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	119.474.857,79	1,20

*LOA/2006 + créditos adicionais + destaques orçamentários recebidos

Fonte: Difin/FNDE

Nestes programas destacados foram alocados, respectivamente, 43,20%, 26,33% e 13,45% da dotação, conforme pode ser observado no gráfico n.º 5. Juntos, estes percentuais totalizam cerca de 83%.

Gráfico n.º 5: Distribuição proporcional da dotação orçamentária final pelos principais programas com ações sob a gestão do FNDE – em 2006.



Fonte: Difin/FNDE

Em consonância com o que estabelecem os dispositivos legais e em razão das vicissitudes ocorridas ao longo de 2006, no transcorrer do exercício, foram realizados ajustes na peça orçamentária de modo a viabilizar a execução das despesas previamente fixadas. Inicialmente, foi necessário fazer conformações de dotações consignadas em fontes alocadas em ações governamentais para evitar inconseqüências na sua utilização. Tais ajustes podem ser observados no quadro n.º 1, “crédito de suplementação e cancelamento para ajustes de fontes, por ação orçamentária e ato legal autorizativo”.

Quadro n.º 1: Crédito de suplementação e cancelamento para ajustes de fontes, por ação orçamentária e ato legal autorizativo – em 2006.

Cód	Descrição	Fonte	R\$ 1,00		Portaria/SOF	
			Suplementação	Cancelamento	N.º	Data
Total		..	989.009.091,00	989.009.091,00	..	
0081	Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ens. Fund. a Jovens e Adultos - Fazendo Escola	0113	-	247.000.000,00	36	25/9/2006
		0312	247.000.000,00	-	36	25/9/2006
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	0113	-	53.700.000,00	20	17/7/2006
		0293	-	2.000.000,00	20	17/7/2006
		0312	53.700.000,00	-	20	17/7/2006
		0250	2.000.000,00	-	20	17/7/2006
0513	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	0113	-	497.344.140,00	20	17/7/2006
		0118	-	150.000.000,00	52	27/7/2006
		0300	94.979.140,00	-	20	17/7/2006
		0321	20.211.000,00	-	20	17/7/2006
		0322	382.154.000,00	-	20	17/7/2006
		0151	105.000.000,00	-	52	27/7/2006
		0351	45.000.000,00	-	52	27/7/2006
0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental	0113	-	7.538.950,00	20	17/7/2006
		1113	-	2.458.312,00	20	17/7/2006
		0312	7.538.950,00	-	20	17/7/2006
		1312	2.458.312,00	-	20	17/7/2006
09EM	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana	0112	-	3.000.000,00	20	17/7/2006
		0113	3.000.000,00		20	17/7/2006
09HS	Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania	0113	-	3.000.000,00	20	17/7/2006
		0112	3.000.000,00		20	17/7/2006
0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica	0113	-	9.400.000,00	43	7/12/2006
		0312	9.400.000,00		43	7/12/2006
2000	Administração da Unidade	0250	-	2.000.000,00	20	17/7/2006
		0293	2.000.000,00		20	17/7/2006
2272	Gestão e Administração do Programa	1113	-	11.567.689,00	20	17/7/2006
		1312	11.567.689,00		20	17/7/2006

Fonte: Difin/FNDE

O quadro n.º 2 e a tabela n.º 2 complementam as informações acerca dos ajustes orçamentários anteriormente mencionados. O referido quadro demonstra os créditos de suplementação e de cancelamento, com vistas a remanejamentos de dotações, que foram realizados durante o exercício de 2006, por ação orçamentária, e os atos que deram sustentação legal, enquanto que a tabela apresenta as dotações de destaques, também por ações, e que foram consignadas ao FNDE.

As suplementações totalizaram R\$ 1.145.452.876,00, ao passo que os cancelamentos somaram R\$ 235.320.927,00, e a diferença positiva de R\$ 910.131.949,00, adicionada ao total de destaques recebidos de 122.989.000,90, perfazem R\$ 1.033.120.949,90, os quais constituem a parcela (crédito + destaques recebidos) que foi somada à dotação inicial da LOA/ 2006, para formar o valor provisionado no orçamento do FNDE, no ano de 2006, e que foi apreciado no início deste tópico do relatório.

Quadro n.º 2: Créditos de suplementação e cancelamento de dotações de ações consignadas no orçamento do FNDE – em 2006

Código	Ação orçamentária	Suplementação	Cancelamento	Ato legal		
				Ato	nº	Data
..	Total	1.145.452.876,00	235.320.927,00	..	..	..
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (PRECATÓRIOS)	360.221,00	41.561,00	DEC	..	19/10/2006
0081	Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Fazendo Escola	-	6.000.000,00	DEC	..	12/12/2006
		-	30.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
		-	96.000,00	DEC	..	1/9/2006
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	35.072,00	-	DEC	..	16/10/2006
		1.997.492,00	-	DEC	..	27/11/2006
0304	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)	10.200.000,00	-	MP	333	14/12/2006
0507	Apoio a Iniciativas para a Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	54500	54.500,00	DEC	..	26/7/2006
		2.500.000,00	6.000.000,00	DEC	..	12/12/2006
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	550.000.000,00	-	LEI	11.385	14/12/2006
		250.000.000,00	-	MP	337	28/12/2006
0513	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	195.000.000,00	-	LEI	11.385	14/12/2006
		-	11.963.804,00	LEI	11.414	15/12/2006
0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental	2.955.176,00	2.955.176,00	DEC	..	7/11/2006
		-	8.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
0920	Concessão de Bolsa ao Alfabetizador	-	39.926.902,00	LEI	11.414	15/12/2006
0966	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental	-	336.055,00	LEI	11.414	15/12/2006
0968	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio - Promed	-	1.250.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
0969	Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental	6.000.000,00	-	DEC	..	12/12/2006
0973	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil	-	757.806,00	LEI	11.414	15/12/2006
09BT	Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos	-	1.100.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
09CW	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública	300.000,00	-	DEC	..	14/6/2006
09EL	Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar	-	2.500.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
09EM	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana	-	923.464,00	DEC	..	26/7/2006
		923.464,00	-	LEI	11.414	15/12/2006
09EP	Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos	-	2.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
09FD	Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para a Educação Especial	-	2.818.533,00	LEI	11.414	15/12/2006
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	213.000,00	-	DEC	..	27/11/2006
0A13	Concessão de Bolsa-Auxílio para Pré-Formação Profissional - Escola de Fábrica	5.155.000,00	-	DEC	..	7/6/2006
		-	8.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006

0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica	508.000,00	-	DEC	..	7/6/2006
		300.000,00	-	DEC	..	14/6/2006
		-	1.300.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
		-	22.586.280,00	LEI	11.414	15/12/2006
0E01	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental	700.000,00	-	DEC	..	14/6/2006
		-	627.000,00	DEC	..	19/2006
2000	Administração da Unidade	2.998.032,00	-	DEC	..	27/11/2006
		1.000.000,00	-	DEC	..	14/12/2006
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	81.919,00	-	DEC	..	26/7/2006
		15.000,00	-	LEI	11.414	15/12/2006
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	-	143.847,00	DEC	..	26/7/2006
2272	Gestão e Administração do Programa (1376)	-	7.600.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
2A74	Funcionamento da TV Escola	-	1.440.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
2C16	Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio (Crédito Extraordinário)	2.281.000,00	-	DEC	..	25/5/2006
3680	Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - Promed	-	3.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
3682	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - Promed	-	16.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
3686	Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Promed	-	9.200.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
4046	Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental	-	2.500.000,00	DEC	..	12/12/2006
		-	2.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
4641	Publicidade de Utilidade Pública	-	3.000.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
5079	Fortalecimento da Escola - Fundescola III	30.000.000,00	-	LEI	11.414	15/12/2006
6310	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial	1.300.000,00	-	LEI	11.414	15/12/2006
6332	Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação	-	8.200.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
6372	Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública	63.000.000,00	-	LEI	11.353	19/10/2006
		-	5.926.536,00	DEC	..	26/7/2006
		7.975.000,00	7.975.000,00	DEC	..	7/11/2006
7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - Proep	6.000.000,00	-	DEC	..	12/12/2006
		-	7.950.000,00	LEI	11.414	15/12/2006
		-	11.148.463,00	LEI	11.414	15/12/2006
7E12	Aquisição do Edifício-Sede do FNDE	3.600.000,00	-	LEI	11.414	15/12/2006

.....



10.1. Aspectos gerais

O salário-educação é uma contribuição social prevista no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988, calculada com base na alíquota de 2,5% incidente sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e distribuída, proporcionalmente, em quotas aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e à União, segundo critérios estabelecidos em lei.

Em 2006, ocorreram mudanças significativas nos diplomas legais que regem a contribuição social do salário-educação, quais sejam, as Leis n.ºs 9.424/96, 9.766/98 e 10.832/03, como também os Decretos n.ºs 3.142/99 e 4.943/03.

A principal mudança ocorrida foi a nova redação dada ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional n.º 53/06, que ampliou a aplicação do salário-educação para todos os níveis de ensino da educação básica, como fonte adicional de financiamento.

Tão significativo quanto a ampliação da aplicação do salário-educação para toda a educação básica foi a revogação, em 28 de dezembro de 2006, dos Decretos n.ºs 3.142/99 e 4.943/03, pelo Decreto n.º 6.003/06, que introduziu significativas mudanças no processo de gestão dessa contribuição social.

Até a publicação do Decreto n.º 6.003/06, a arrecadação da contribuição social do salário-educação era realizada da seguinte forma:

- diretamente ao FNDE, por meio do Comprovante de Arrecadação Direta (CAD), nas situações determinadas no art. 6º do Decreto n.º 3.142/99, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.943/03, nos casos em que a empresa tivesse:
 - recolhido suas contribuições ao FNDE no ano calendário de 2003 ou optado pela arrecadação direta naquele exercício;
 - processo de parcelamento junto ao FNDE;
 - como base de cálculo da contribuição valor igual ou superior a R\$ 2.400.000,00, cujo parâmetro é a folha de pagamento do mês de dezembro do exercício anterior ao da arrecadação, excluído o décimo terceiro salário; e
 - optado voluntariamente pela arrecadação direta ao FNDE.
- Ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por meio da Guia da Previdência Social (GPS), na rubrica Outras Entidades (Campo 9), na qual se incluiu o salário-educação, nos demais casos. Para realizar esta operação, o Instituto deduzia a importância equivalente a 1% do valor por ele arrecadado, a título de taxa de administração.

O novo modelo de gestão adotado a partir do advento do Decreto n.º 6.003/2006 representa um conjunto articulado de ações e medidas que desobriga o FNDE de realizar significativos investimentos na ampliação de seus quadros e de sua infra-estrutura nas áreas de arrecadação, fiscalização e cobrança, propiciando a desoneração de sua estrutura operacional e otimizando os seus recursos humanos e financeiros para atuar com eficiência na gestão da execução das políticas educacionais públicas, que certamente contribuirá para a universalização e desenvolvimento da educação no Brasil.

A adoção desse novo modelo pelo FNDE, sustentado na transferência integral da arrecadação, fiscalização e cobrança do salário-educação para a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), teve as seguintes motivações:

- inexistência de uma estrutura de fiscalização capaz de atuar com eficiência no conjunto dos contribuintes do salário-educação, por não dispor a Autarquia de um quadro de pessoal, em quantidade e especialização, suficientes para controlar a arrecadação, fiscalizar e cobrar um significativo número de contribuintes;
- inexistência de suporte tecnológico adequado e de estruturas descentralizadas nos estados capazes de garantir uma ação fiscalizadora abrangente e eficaz, a exemplo do que dispõe a receita previdenciária;
- sujeição aos mesmos prazos e às mesmas sanções administrativas, penais e demais normas relativas às contribuições destinadas à Seguridade Social;
- busca de uma melhor racionalização dos recursos de que dispõe a Administração Pública Federal, uma vez que se embasa no aproveitamento da estrutura de arrecadação existente no âmbito da SRP, o que segue o mesmo propósito governamental de unificação das receitas federal e previdenciária;
- intensificação das fiscalizações, que passará a contar com um elevado número de auditores fiscais experientes distribuídos por todas as Unidades da Federação;
- utilização da prova de regularidade fiscal aplicável aos tributos e contribuições administrados pela SRP (CND) para todos os contribuintes do salário-educação, a partir da transferência da arrecadação direta do FNDE para o novo órgão arrecadador;
- aumento da transparência e da eficiência que vem sendo demonstrada pela SRP nas ações concernentes ao salário-educação sob sua responsabilidade, inclusive com a adoção de uma nova metodologia para a apropriação da arrecadação efetuada por meio da Guia da Previdência Social (GPS) que, desde o mês de janeiro de 2005, passou a ser transferida ao FNDE pelos valores efetivamente arrecadados, a partir da implementação de uma sistemática de batimento entre os dados da GPS e da GFIP;
- padronização dos ritos aplicáveis à contribuição social do salário-educação no que diz respeito à arrecadação, fiscalização, cobranças, análise e julgamento de defesas e recursos administrativo-fiscais.

Dentre as alterações trazidas no bojo da edição do Decreto sobredito, destacam-se, abaixo, aquelas de maior relevância:

- transferência das funções de arrecadação, fiscalização e cobrança da contribuição social do salário-educação para a competência exclusiva da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), a partir da competência 01/2007;
- expedição pela SRP da Certidão Negativa de Débito (CND), a que se refere o art. 257 do Decreto n.º 3.048/99, quando das ações fiscais e demais procedimentos relativos à verificação da regularidade fiscal do salário-educação;
- delegação de competência exclusiva à Procuradoria-Geral Federal para representar judicial e extrajudicialmente o FNDE, inclusive na inscrição de créditos em dívida ativa;
- obrigatoriedade de a SRP, anualmente, prestar contas ao Conselho Deliberativo do FNDE dos resultados da arrecadação do salário-educação, nos termos do art. 58 da Lei Complementar n.º 101/00;

- migração gradativa para a SRP das bases de dados necessárias à apropriação dos créditos constituídos pelo FNDE, relativos às competências anteriores a 01/2007, incluídos ou não em parcelamentos, a ser detalhada por meio de ato conjunto da Autarquia e daquela Secretaria, mantido o recolhimento desses créditos, exclusivamente ao FNDE, por meio do Comprovante de Arrecadação Direta (CAD), até que se conclua o processo de migração, quando passarão a ser recolhidos à SRP, com código de pagamento específico e por meio da GPS;
- recolhimento da contribuição social do salário-educação, exclusivamente, à SRP por meio de GPS:
 - para os créditos relativos às competências 01/2007 em diante, juntamente com as contribuições previdenciárias e demais contribuições devidas a terceiros;
 - com códigos de pagamentos específicos, para os créditos relativos às competências anteriores a 01/2007 não recolhidos no prazo regulamentar e pendentes de constituição pelo FNDE.
- Alteração das datas de repasse das quotas estadual e municipal para até o vigésimo dia do mês do recebimento dos recursos pelo FNDE, que deverá ocorrer até o décimo dia de cada mês.

Das alterações apresentadas acima, merece destaque, pela relevância e importância, aquela relativa à exigência de comprovação da adimplência dos valores devidos a título de salário-educação para emissão da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Previdenciária, a exemplo do que já ocorre com as contribuições sociais destinadas à manutenção da Seguridade Social.

Essa medida implicará, inequivocamente, em considerável redução da inadimplência do salário-educação e do conseqüente incremento da sua arrecadação, sem que se institua ou se majorem custos para o contribuinte. A exigência de documento comprobatório de inexistência de débito tem-se constituído em um dos principais e mais eficientes instrumentos de que dispõe o Poder Público para promover o cumprimento regular e voluntário da obrigação de recolher os tributos e as contribuições federais. Além de estimular o contribuinte a tornar-se ou manter-se adimplente para com suas obrigações tributárias, o documento comprobatório de inexistência de débitos é requisito essencial para o desempenho de várias atividades da empresa contribuinte, incluindo a possibilidade de sua contratação com o Poder Público.

10.2. Desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação

A tabela n.º 1 e o gráfico n.º 1 demonstram o desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação, discriminando mês a mês os valores arrecadados pelo FNDE e INSS, assim como os valores do Programa de Recuperação Fiscal (Refis¹⁵).

Conforme se observa na tabela, foram arrecadados R\$ 6,97 bilhões e, de acordo com o gráfico, 44,17% via FNDE e 55,83% via INSS, destacando-se que, dos recursos repassados pelo INSS, 0,45% adveio dos Refis.

(15) **REFIS:** Leis n.ºs 9.964/00 e 10.684/03.

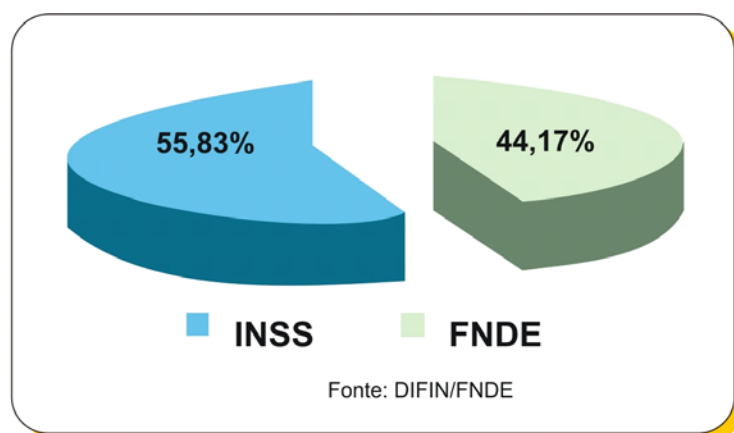
Tabela n.º 1: Arrecadação do salário-educação via FNDE e INSS – em 2006 (R\$)

Mês	FNDE (A)	INSS (B)			Total (A + B)
		NORMAL	REFIS	Subtotal	
Total	3.076.605.628,04	3.871.347.381,08	17.454.812,13	3.888.802.193,21	6.965.407.821,25
JAN	229.001.558,37	504.040.093,95	1.405.866,92	505.445.960,87	734.447.519,24
FEV	225.325.906,05	280.494.332,49	1.351.828,71	281.846.161,20	507.172.067,25
MAR	224.160.567,64	294.491.490,19	1.154.112,04	295.645.602,23	519.806.169,87
ABR	217.989.950,46	279.834.302,95	1.121.013,32	280.955.316,27	498.945.266,73
MAI	217.082.298,87	288.309.720,24	1.258.123,34	289.567.843,58	506.650.142,45
JUN	232.207.701,24	310.032.822,74	1.596.039,35	311.628.862,09	543.836.563,33
JUL	234.088.125,47	294.954.873,30	1.423.603,59	296.378.476,89	530.466.602,36
AGO	255.067.850,33	320.668.535,93	2.558.118,19	323.226.654,12	578.294.504,45
SET	232.285.291,87	309.364.747,65	1.488.490,98	310.853.238,63	543.138.530,50
OUT	230.609.004,51	330.125.330,86	1.534.069,64	331.659.400,50	562.268.405,01
NOV	232.101.258,33	329.515.565,39	1.316.452,32	330.832.017,71	562.933.276,04
DEZ	546.686.114,90	329.515.565,39	1.247.093,73	330.762.659,12	877.448.774,02

Fonte: Difin / FNDE – Siafi

Na arrecadação, via FNDE, estão somados os pagamentos referentes a juros e à segunda parte do principal da dívida da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA¹⁶), que foi paga depois de sua liquidação, mediante a emissão de Título do Tesouro Nacional (NTN-C). O valor total pago, em 2006, foi da ordem de R\$ 112,3 milhões, dos quais R\$ 3,0 milhões em junho e R\$ 109,2 milhões em dezembro.

Gráfico n.º 1: Percentual da arrecadação do salário-educação via INSS E FNDE – em 2006



É importante salientar os aspectos que levaram aos picos e vales demonstrados no gráfico n.º 2:

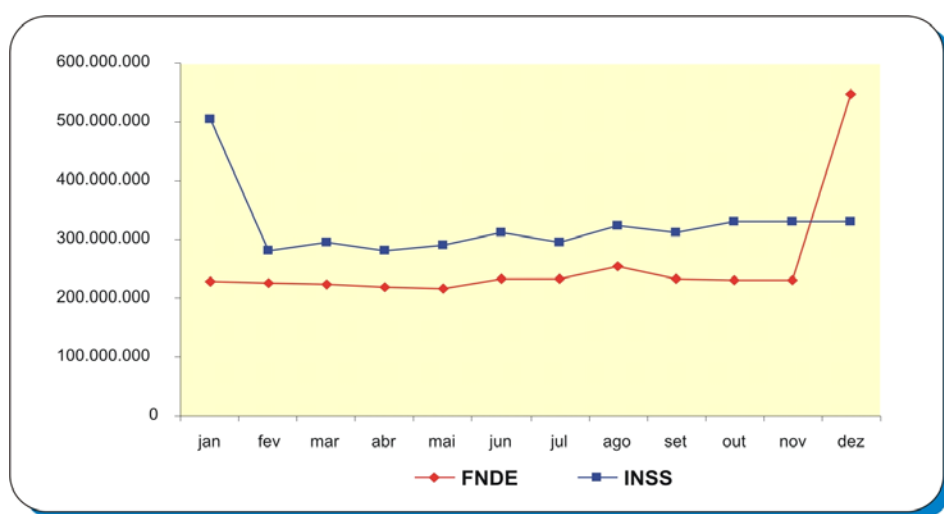
- A elevação nos meses de janeiro e dezembro é sazonal e decorre da arrecadação sobre o décimo terceiro salário. No primeiro caso, o recolhimento é efetuado ao INSS em dezembro, que só repassa ao FNDE no mês seguinte; no segundo caso, o recolhimento relativo ao décimo terceiro salário das empresas optantes pela

(16) **RFFSA** – Trata-se de dívida da RFFSA com a contribuição social do salário-educação, assumida pela União, no valor histórico de R\$ 105,5 milhões, mediante a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional (contrato publicado no DOU de 03/06/2002).

arrecadação direta do FNDE impacta o próprio mês do recolhimento, ou seja, dezembro;

- Na arrecadação do mês de junho, via FNDE, estão computados R\$ 3,0 milhões, oriundos dos juros do título de liquidação da RFFSA;
- Na arrecadação do mês de dezembro, estão somados R\$ 109,2 milhões advindos, também, de juros de parte do valor principal da dívida da RFFSA;
- No mês de dezembro, observa-se uma arrecadação na ordem de R\$ 745,52 mil referente a Cobranças Administrativas por meio do CAD – Guias Tipo 1003. Tal montante é resultado do envio de correspondências com Notificações de Débito às empresas que deduziam de forma incorreta a contribuição do salário-educação, junto a esta Autarquia.

Gráfico n.º 2: Arrecadação mensal do salário-educação via FNDE e INSS – em 2006



Comparando a arrecadação bruta da contribuição social do salário-educação, em 2006, com o exercício de 2005, segundo a tabela n.º 2, constata-se um crescimento nominal de 17,79% como também um crescimento real da ordem de 13,07%.

Tabela n.º 2: Arrecadação bruta do salário-educação – em 2005 e 2006 (R\$)

Mês	FNDE + INSS 2005	FNDE + INSS 2006	Var Nominal	Var Real ¹
Total	5.913.628.294,69	6.965.407.821,25	17,79	13,07
Janeiro	519.429.645,31	734.447.519,24	41,39	33,77
Fevereiro	576.286.590,38	507.172.067,25	(11,99)	(16,59)
Março	459.349.545,60	519.806.169,87	13,16	7,44
Abril	388.635.972,04	498.945.266,73	28,38	22,70
Mai	413.761.514,50	506.650.142,45	22,45	17,48
Junho	344.201.314,62	543.836.563,33	58,00	51,88
Julho	582.632.209,72	530.466.602,36	(8,95)	(12,43)
Agosto	452.458.921,93	578.294.504,45	27,81	23,08
Setembro	483.743.363,13	543.138.530,50	12,28	8,27
Outubro	500.528.015,18	562.268.405,01	12,34	8,78
Novembro	492.965.767,15	562.933.276,04	14,19	10,85
Dezembro	699.635.435,13	877.448.774,02	25,42	21,59
Fonte: Difin/FNDE				
(1) Na apuração da variação real é descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)				

Em face das alterações introduzidas pelo Decreto n.º 6.003/06, citadas anteriormente, espera-se, além do impacto da variação positiva da massa salarial, uma significativa elevação do índice de crescimento da arrecadação do salário-educação, com reflexo na arrecadação do próximo exercício.

10.3. Distribuição da contribuição social do salário-educação

O valor recolhido diretamente ao FNDE e ao INSS constitui, por definição, a arrecadação bruta. Após dedução de 1%, a título de taxa de administração, em favor do INSS, sobre o valor por ele arrecadado, chega-se à arrecadação líquida.

Do valor líquido arrecadado, 10% dos recursos são desvinculados, objetivando ampliar a execução de ações e programas educacionais geridos pelo FNDE, em benefício direto das redes públicas de ensino fundamental estadual, distrital e municipal.

Os outros 90% da arrecadação líquida são destinados às:

- quota federal na proporção de 1/3 e;
- quota estadual, distrital e municipal, correspondentes a 2/3.

Os recursos da quota federal, acrescidos dos 10% desvinculados, como também da quota devida aos demais entes federados, se destinaram a financiar programas, projetos e ações do ensino fundamental.

Desde 2004, de acordo com a Lei n.º 10.832/03, as quotas estadual, distrital e municipal são repassadas diretamente pelo FNDE aos entes federados de forma proporcional ao valor arrecadado em cada unidade da federação e ao número de alunos matriculados no ensino fundamental, nas respectivas redes de ensino, registrado no Censo Escolar realizado pelo MEC. Os coeficientes de distribuição da quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, em 2006, foram publicados mediante Portaria FNDE n.º 163, de 22 de maio de 2006.

Tal metodologia continuará sendo seguida, em 2007, porém, abrangendo os alunos matriculados na educação básica das respectivas redes públicas de ensino, conforme dispôs a Emenda Constitucional n.º 53/06.

Em 2006, os valores destinados à quota dos entes federados alcançaram R\$ 4,16 bilhões, sendo R\$ 1,85 bilhão da arrecadação direta do FNDE e R\$ 2,31 bilhões da arrecadação do INSS, conforme demonstrado na tabela n.º 3.

Tabela n.º 3: Distribuição da arrecadação bruta do salário-educação – em 2006 (R\$)

DESCRIÇÃO	FNDE	INSS	TOTAL
Arrecadação Bruta	3.076.605.628,04	3.888.802.193,21	6.965.407.821,25
(-) Taxa de Administração (INSS)	0,00	38.888.021,93	38.888.021,93
(=) Arrecadação Líquida	3.076.605.628,04	3.849.914.171,28	6.926.519.799,32
Desvinculação de 10%	307.660.562,80	384.991.417,13	692.651.979,93
Quota Federal	922.981.688,41	1.154.974.251,38	2.077.955.939,80
Quota Estadual, distrital e Municipal	1.845.963.376,82	2.309.948.502,77	4.155.911.879,59
Fonte: Difin/FNDE			

Devido à sistemática de distribuição dos recursos do salário-educação, a arrecadação observada no mês de dezembro de cada ano tem a sua distribuição efetuada para os estados, Distrito Federal e municípios somente em janeiro do ano seguinte.

No que respeita ao valor da quota devida ao Distrito Federal, foi apurada uma distribuição menor no valor de R\$ 1.066.151,28, que, devido aos restritos prazos estabelecidos para o encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2006, somente será regularizada no ano subsequente. A tabela n.º 4 demonstra a distribuição das quotas estadual, distrital e municipal por UF, bem como o valor a ser repassado em janeiro de 2007, como Restos a Pagar (RAP), à conta do orçamento de 2006.

10.4. Superávit do salário-educação

Dado o caráter tributário do salário-educação, anualmente esses recursos têm a sua receita e despesa consignadas na LOA, sendo que a quota-parte destinada aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é integralmente distribuída pelo FNDE, tomando-se por base a receita efetivamente observada em cada exercício.

A quota-parte federal (fonte 113), que fica em poder da União para utilização exclusiva em educação, vem acumulando superávits financeiros ao longo dos últimos anos, os quais, historicamente, são motivados por excessos de arrecadação, frustração e contingenciamentos de despesas.

Além desse superávit, existe aquele formado a partir do produto da aplicação financeira da arrecadação do salário-educação (fonte 293), também destinado ao financiamento exclusivo da educação.

Ao final de 2006, como pode ser visto na tabela n.º 5, os superávits financeiros destas duas importantes fontes de financiamento da educação, correspondente ao exercício em apreço, atingiram uma cifra bastante expressiva, da ordem de R\$ 1,13 bilhão, os quais, acumulados desde 1999, perfazem R\$ 3,06 bilhões.

Tabela n.º 5: Superávit do salário-educação – de 1999 a 2006

CODIGO	FONTE	1999 a 2005	2006	SUPERÁVIT (*)
TOTAL		1.923.758.131,00	1.132.537.164,23	3.056.295.295,23
113	Contribuição social do salário-educação	1.589.424.096,00	998.067.396,96	2.587.491.492,96
293	Prod. da aplicação dos recursos à conta do salário-educação	334.334.035,00	134.469.767,27	468.803.802,27
(*) Não foram considerados os restos a pagar cancelados em exercícios seguintes àquele da apuração e os créditos orçamentários, na sua totalidade, autorizados ao longo dos anos à conta do superávit do FNDE, como também os superávits da fonte 293 auferidos pela STN a título de aplicação financeira do salário-educação nos exercícios de 2004 a 2006. Fonte: Difin/FNDE				

A partir do advento do Decreto n.º 4.950/04, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, o superávit financeiro da arrecadação do salário-educação, assim como o produto da sua aplicação no mercado, passou a integrar as disponibilidades do Tesouro Nacional.

10.5. Programa integrado de inspeção em empresa e escolas (Proinspe)

Aspectos Gerais

Em face da edição da Medida Provisória n.º 258, de 21 de julho de 2005, o FNDE celebrou convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB), atribuindo-lhe as competências sobre a arrecadação, fiscalização, administração, lançamento e normatização do recolhimento da contribuição social do salário-educação.

Em decorrência desse convênio, houve a desmobilização das funções de gestão do salário-educação e, em especial, daquelas referentes à fiscalização dessa contribuição, motivando a constituição de um Grupo de Trabalho para proceder ao levantamento, triagem e

instrução do acervo documental relativo ao salário-educação, com vistas a encerrar essas atividades no âmbito do FNDE.

O levantamento revelou uma elevada massa documental ativa tramitando no FNDE, totalizando 6.364 documentos a serem catalogados, classificados e instruídos, com vistas ao encaminhamento à Receita Federal do Brasil.

Em 18 de novembro de 2005, a Medida Provisória n.º 258/05 perdeu sua eficácia, por não ter sido aprovada no prazo legal, ocasionando a revogação do convênio celebrado entre o FNDE e a RFB, assim como os demais atos editados na sua vigência.

Diante das dificuldades existentes e da desmobilização dos servidores alocadas na área de arrecadação, o FNDE não teve outra alternativa a não ser solicitar à Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) que assumisse, doravante, na sua totalidade e nos termos das suas competências legais, as atividades de fiscalização relativas às empresas optantes pela arrecadação direta.

Neste contexto, no ano de 2006, esta Autarquia atuou com base em Representações Administrativas (RA), efetuadas por fiscais da SRP, encaminhadas ao FNDE para as providências legais.

Com o advento do Decreto n.º 6.003/06, conforme já relatado anteriormente, estas atividades passaram definitivamente para a alçada exclusiva da SRP.

10.6. Cobrança administrativa

Com relação às cobranças administrativas, foram emitidas 3.692 Notificações para Recolhimentos de Débitos (NRD) e 2.809 Informações de Débitos (ID).

Dos processos de cobrança, 1.098 foram encaminhados com informações da Divisão de Análise de Defesa, para subsidiar a decisão da Presidência do FNDE, quanto à declaração de revelia do contribuinte, indeferimento de defesa, deferimento parcial, baixa de notificação por deferimento, pagamento do débito ou perda do objeto.

10.7. Parcelamento de débitos

Os Parcelamentos de Débitos, de acordo com a legislação vigente, foram apreciados conforme segue:

- **Parcelamento Administrativo Convencional:** com fundamento na Lei 8.212/91, corresponde ao parcelamento da contribuição em atraso ou com falha no recolhimento, incluída ou não em notificação de débitos que, após identificada e confessada, pode ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 meses, com a incidência de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC);
- **Parcelamento Administrativo Especial:** fundamentado nos termos da MP n.º 38/02 e IN/FNDE n.º 01, de 30 de julho de 2002, corresponde ao parcelamento de créditos tributários, constituídos ou não, oriundos de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2002, que seriam objeto de ações ajuizadas, podendo ser pagos ou parcelados em até seis parcelas iguais, mensais e sucessivas, desde que o pagamento da primeira parcela ou do valor integral da dívida ocorresse, até o dia 31 de julho de 2002, com a dispensa de acréscimos legais;

- **Parcelamento Administrativo Especial:** fundamentado nos termos da Lei n.º 10.684/03 e da Resolução FNDE n.º 03, de 16 de julho de 2003, corresponde ao parcelamento de créditos tributários, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e objeto de acordo para divisão, em até 180 prestações mensais, desde que tenha sido requerido até o último dia útil do segundo mês subsequente ao de publicação da lei que regulamentou; e
- **Parcelamento Administrativo Especial:** fundamentado nos termos da Medida Provisória n.º 303, de 29 de junho de 2006, e da Resolução FNDE n.º 02, de 23 de agosto de 2006, que dispôs sobre o parcelamento especial da contribuição social do salário-educação junto ao FNDE, com os benefícios fiscais instituídos de acordo com cada modalidade prevista na referida MP.

Em 2006, foram analisadas 80 novas solicitações de parcelamentos administrativos convencionais, as quais correspondem ao montante de R\$ 42.510.174,10 (na data da consolidação do débito), além de mais 222 pedidos de parcelamento na vigência da MP 303/06.

11. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa



Este capítulo examina a execução orçamentária e financeira havida no exercício de 2006. Neste sentido, foi elaborada a tabela n.º 1, agrupando os programas e as ações de governo que tiveram recursos alocados no orçamento da Autarquia, com a finalidade de possibilitar que se faça uma visualização do desempenho dessa execução.

Tabela n.º 1: Execução financeira por programa e ação de governo

CÓDIGO	PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO NA EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	VALORES PAGOS			
					DEMAIS ENTIDADES	ENTIDADES FEDERAIS	TOTAL	%
					D	E	F = D + E	G = F / B
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	18.781.591,00	17.632.005,60	93,88%	17.632.005,60	0,00	17.632.005,60	100,00%
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	18.781.591,00	17.632.005,60	93,88%	17.632.005,60	0,00	17.632.005,60	100,00%
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	5.600.000,00	5.437.212,39	97,09%	1.731.667,10	440.569,80	2.172.236,90	39,95%
0948	APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL ESCOLAR INDÍGENA	4.100.000,00	3.952.433,07	96,40%	528.542,78	440.569,80	969.112,58	24,52%
09DX	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL INDÍGENA	1.500.000,00	1.484.779,32	98,99%	1.203.124,32	0,00	1.203.124,32	81,03%
0750	Apoio Administrativo	67.344.292,11	57.900.894,08	85,98%	46.297.268,75	0,00	46.297.268,75	79,96%
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	3.966.418,00	3.957.770,73	99,78%	3.945.856,26	0,00	3.945.856,26	99,70%
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	58.978.625,11	51.235.024,41	86,87%	39.740.862,71	0,00	39.740.862,71	77,57%
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS	2.185.963,00	1.517.015,65	69,40%	1.419.466,49	0,00	1.419.466,49	93,57%
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	139.080,00	61.668,48	44,34%	61.668,48	0,00	61.668,48	100,00%
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	779.582,00	670.605,63	86,02%	670.605,63	0,00	670.605,63	100,00%
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.294.624,00	458.809,18	35,44%	458.809,18	0,00	458.809,18	100,00%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%	0,00	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%	0,00	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.309.859.989,00	4.308.769.989,00	99,97%	3.492.162.818,74	0,00	3.492.162.818,74	81,05%
0369	QUOTA-PARTE DOS ESTADOS E DO DF DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.309.859.989,00	4.308.769.989,00	99,97%	3.492.162.818,74	0,00	3.492.162.818,74	81,05%
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	605.161.098,00	594.941.167,66	98,31%	528.872.361,17	8.129.619,94	537.001.981,11	90,26%
0081	APOIO À AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FAZENDO ESCOLA	412.213.000,00	412.213.000,00	100,00%	412.212.986,53	0,00	412.212.986,53	100,00%

0507	APOIO A INICIATIVAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	16.450.000,00	12.300.324,77	74,77%	0,00	8.129.619,94	8.129.619,94	66,09%
0920	CONCESSÃO DE BOLSA AO ALFABETIZADOR	164.823.098,00	162.078.742,09	98,33%	111.626.614,64	0,00	111.626.614,64	68,87%
09BT	APOIO A CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES DE JOVENS E ADULTOS	11.275.000,00	7.949.200,80	70,50%	5.032.760,00	0,00	5.032.760,00	63,31%
09EP	APOIO A AÇÕES ASSISTENCIAIS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	400.000,00	399.900,00	99,98%	0,00	0,00	0,00	0,00%
1061	Brasil Escolarizado	2.626.609.650,00	2.592.987.034,22	98,72%	2.166.795.484,24	24.852.081,50	2.191.647.565,74	84,52%
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	919.043.562,00	908.370.251,86	98,84%	651.630.840,45	13.001.257,51	664.632.097,96	73,17%
0513	APOIO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.496.036.142,00	1.480.312.595,15	98,95%	1.479.818.502,84	270.682,03	1.480.089.184,87	99,98%
09CW	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA	28.536.000,00	28.053.107,89	98,31%	15.142.290,72	400.000,00	15.542.290,72	55,40%
09EV	APOIO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE PÚBLICA	4.400.000,00	4.399.253,49	99,98%	1.786.667,25	0,00	1.786.667,25	40,61%
2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	23.000.000,00	20.274.287,17	88,15%	16.675.378,95	0,00	16.675.378,95	82,25%
2A74	FUNCIONAMENTO DA TV ESCOLA	14.512.000,00	13.616.680,00	93,83%	0,00	7.941.157,00	7.941.157,00	58,32%
4042	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE DO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.791.223,00	3.790.027,10	99,97%	0,00	0,00	0,00	0,00%
4045	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	49.000.000,00	46.509.183,56	94,92%	757.368,00	0,00	757.368,00	1,63%
4389	CAPACITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL	1.450.723,00	1.438.625,00	99,17%	984.436,03	250.549,00	1.234.985,03	85,84%
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00%	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00%
6372	INTEGRAÇÃO E EXPANSÃO DO USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	80.840.000,00	80.840.000,00	100,00%	0,00	180.670,00	180.670,00	0,22%
6375	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AO USO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	4.000.000,00	3.383.043,00	84,58%	0,00	807.765,96	807.765,96	23,88%
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	154.050.529,00	139.258.415,36	90,40%	36.647.023,32	8.497.120,09	45.144.143,41	32,42%
0A13	CONCESSÃO DE BOLSA-AUXÍLIO PARA PRÉ-FORMAÇÃO PROFISSIONAL - ESCOLA DE FÁBRICA	15.155.000,00	14.008.500,00	92,43%	1.431.900,00	0,00	1.431.900,00	10,22%
3676	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	2.170.000,00	2.170.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
3681	DESENVOLVIMENTO DE MODELOS DE GESTÃO ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	580.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	
3685	IMPLEMENTAÇÃO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	11.940.000,00	7.374.083,05	61,76%	4.245.586,26	0,00	4.245.586,26	57,57%
3687	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	2.250.000,00	821.508,71	36,51%	0,00	0,00	0,00	0,00%
7109	IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	121.955.529,00	114.884.323,60	94,20%	30.969.537,06	8.497.120,09	39.466.657,15	34,35%
1065	Educação na Primeira Infância	27.941.100,00	18.666.959,07	66,81%	1.727.525,01	0,00	1.727.525,01	9,25%
09HI	APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	3.050.000,00	2.999.588,42	98,35%	121.598,31	0,00	121.598,31	4,05%

09HJ	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22.091.100,00	14.717.371,75	66,62%	1.605.926,70	0,00	1.605.926,70	10,91%
0E04	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.800.000,00	99.999,90	5,56%	0,00	0,00	0,00	0,00%
6351	DISTRIBUIÇÃO DE PERÍODICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000.000,00	849.999,00	85,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
1067	Gestão da Política de Educação	24.300.000,00	24.214.265,54	99,65%	413.892,90	0,00	413.892,90	1,71%
4029	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E SUA REGULAR APLICAÇÃO	200.000,00	116.330,00	58,17%	82.953,31	0,00	82.953,31	71,31%
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	500.000,00	497.935,54	99,59%	330.939,59	0,00	330.939,59	66,46%
7E12	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FNDE	23.600.000,00	23.600.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	511.964.772,00	491.348.993,13	95,97%	328.936.557,26	7.674.233,94	336.610.791,20	68,51%
0304	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF	460.200.000,00	447.972.488,15	97,34%	315.250.675,64	0,00	315.250.675,64	70,37%
0966	APOIO À FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	8.663.945,00	8.663.944,58	100,00%	8.361.100,97	0,00	8.361.100,97	96,50%
0968	APOIO À CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NO ENSINO MÉDIO - PROMED	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
0973	APOIO À FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.702.194,00	2.702.171,05	100,00%	2.472.589,78	0,00	2.472.589,78	91,50%
09DP	APOIO À FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS TRABALHADORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.990.633,00	5.990.566,39	100,00%	604.707,28	4.386.425,00	4.991.132,28	83,32%
09EB	APOIO À FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	3.500.000,00	3.492.505,94	99,79%	2.247.483,59	0,00	2.247.483,59	64,35%
0A30	CONCESSÃO DE BOLSA DE INCENTIVO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	24.708.000,00	16.400.000,00	66,38%	0,00	0,00	0,00	0,00%
6332	FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PROFORMAÇÃO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
6369	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA - PROINFO	3.700.000,00	3.637.808,01	98,32%	0,00	1.823.850,12	1.823.850,12	50,14%
6377	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PARA O PROGRAMA TV ESCOLA	2.500.000,00	2.489.509,01	99,58%	0,00	1.463.958,82	1.463.958,82	58,81%
1073	Universidade do Século XXI	2.000.000,00	503.780,09	25,19%	0,00	0,00	0,00	0,00%
4004	SERVIÇOS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	2.000.000,00	503.780,09	25,19%	0,00	0,00	0,00	0,00%
1336	Brasil Quilombola	5.172.000,00	2.942.410,14	56,89%	925.150,49	0,00	925.150,49	31,44%
0974	APOIO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ATUAÇÃO NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	800.000,00	766.251,22	95,78%	556.841,82	0,00	556.841,82	72,67%

09CG	APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS SITUADAS NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO	800.000,00	368.308,67	46,04%	368.308,67	0,00	368.308,67	100,00%
09CJ	APOIO À AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA ESCOLAR NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO	3.572.000,00	1.807.850,25	50,61%	0,00	0,00	0,00	0,00%
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	47.415.322,00	40.441.468,52	85,29%	23.512.369,88	5.138.662,02	28.651.031,90	70,85%
0511	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.820.000,00	1.049.500,00	57,66%	0,00	0,00	0,00	0,00%
0959	APOIO À ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.339.855,00	2.313.336,79	98,87%	1.813.694,09	0,00	1.813.694,09	78,40%
0977	APOIO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	8.200.000,00	8.189.614,65	99,87%	6.358.675,34	908.810,66	7.267.486,00	88,74%
09DK	COMPLEMENTAÇÃO AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PAED	7.860.000,00	6.792.049,31	86,41%	6.791.278,81	0,00	6.791.278,81	99,99%
09EJ	QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	1.600.000,00	1.591.298,63	99,46%	783.143,24	0,00	783.143,24	49,21%
09FD	APOIO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.706.467,00	2.361.466,73	41,38%	872.170,23	0,00	872.170,23	36,93%
09GL	FORMAÇÃO DE GESTORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%
6113	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.500.000,00	2.495.246,28	99,81%	1.794.446,08	213.066,37	2.007.512,45	80,45%
6310	DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	11.889.000,00	10.148.981,64	85,36%	4.183.093,58	16.784,99	4.199.878,57	41,38%
8371	EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSÃO ESCOLAR	1.500.000,00	1.499.974,49	100,00%	915.868,51	0,00	915.868,51	61,06%
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.342.102.496,00	1.281.147.479,91	95,46%	897.049.946,17	5.878.416,39	902.928.362,56	70,48%
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	342.000.000,00	326.688.329,44	95,52%	325.704.392,09	0,00	325.704.392,09	99,70%
0969	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	276.000.000,00	275.995.250,22	100,00%	275.995.250,22	0,00	275.995.250,22	100,00%
09CK	APOIO À AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA 9 ANOS	2.500.000,00	2.499.892,44	100,00%	570.402,41	0,00	570.402,41	22,82%
0E01	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	11.760.000,00	2.581.952,28	21,96%	360.000,00	0,00	360.000,00	13,94%
2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	27.333.689,00	24.739.518,46	90,51%	11.438.610,24	1.850.000,00	13.288.610,24	53,71%
4046	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	566.542.496,00	563.725.709,98	99,50%	222.126.379,63	4.028.416,39	226.154.796,02	40,12%
5079	FORTELECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III	115.966.311,00	84.916.827,09	73,23%	60.854.911,58	0,00	60.854.911,58	71,66%
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	46.470.000,00	46.056.072,46	99,11%	34.501.058,40	4.656.920,95	39.157.979,35	85,02%
0946	APOIO À EDUCAÇÃO DO CAMPO	6.500.000,00	6.497.727,81	99,97%	3.587.936,92	200.860,00	3.788.796,92	58,31%
09EL	APOIO A ATIVIDADES EDUCACIONAIS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR	16.800.000,00	16.799.926,70	100,00%	13.713.121,48	0,00	13.713.121,48	81,63%
09EM	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS, CULTURAIS E DE LAZER EM ESCOLAS	20.000.000,00	19.986.585,23	99,93%	17.200.000,00	2.149.959,10	19.349.959,10	96,81%

	ABERTAS NOS FINAIS DE SEMANA									
09HS	APOIO À QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA	3.170.000,00	2.771.832,72	87,44%	0,00	2.306.101,85	2.306.101,85			83,20%
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	58.905.915,00	52.544.027,83	89,20%	20.175.431,58	0,00	20.175.431,58			38,40%
2C16	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO MÉDIO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	2.281.000,00	2.281.000,00	100,00%	1.458.628,61	0,00	1.458.628,61			63,95%
3680	ESTUDOS E PESQUISAS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED	2.750.000,00	2.210.805,45	80,39%	2.010.805,45	0,00	2.010.805,45			90,95%
3682	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROMED	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			
3686	IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED	12.800.000,00	7.055.780,41	55,12%	6.940.338,96	0,00	6.940.338,96			98,36%
6322	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO MÉDIO	41.074.915,00	40.996.441,97	99,81%	9.765.658,56	0,00	9.765.658,56			23,82%
8034	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	119.474.857,79	118.882.679,20	99,50%	106.482.283,43	0,00	106.482.283,43			89,57%
2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	12.040.027,52	11.447.850,90	95,08%	9.845.178,16	0,00	9.845.178,16			86,00%
2A95	ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PROJOVEM	87.151.537,47	87.151.536,15	100,00%	78.714.691,47	0,00	78.714.691,47			90,32%
86AB	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO	1.328.940,00	1.328.940,00	100,00%	0,00	0,00	0,00			0,00%
86AC	QUALIFICAÇÃO DE JOVENS	14.517.537,70	14.517.537,55	100,00%	13.672.857,70	0,00	13.672.857,70			94,18%
86AD	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO PROJOVEM	4.436.815,10	4.436.814,60	100,00%	4.249.556,10	0,00	4.249.556,10			95,78%
TOTAL		9.975.379.967,90	9.795.901.210,20	98,20%	7.703.862.844,04	67.493.980,63	7.771.356.824,67			79,33%

NOTA:

A ação 7109 teve devolvido na UG 152174, UG Secundária da UG FNDE 153173, o valor de R\$ 161.018,19.

Porém, nesta devolução foram utilizados eventos indevidos, que, ao invés de estomarem à conta Destaque Concedido, contabilizaram a conta Crédito

Recebidos, ocasionando uma execução orçamentária divergente da constante deste Anexo.

Estes resultados, entre outros correlatos à execução orçamentária e financeira, serão objeto de exame nos tópicos seguintes.

11.1. Execução orçamentária

Desempenho da execução orçamentária

O orçamento disponibilizado para o FNDE, no exercício de 2006, considerando as suplementações, os cancelamentos e as descentralizações recebidas, alcançou a cifra de R\$ 9.975.379.967,90, da qual foi empenhado o montante de R\$ 9.795.901.210,20, o que corresponde a uma execução de 98,20%, restando R\$ 179,478 milhões de saldo orçamentário, correspondente a 1,80% da dotação final, em face, sobretudo, dos limites de movimentação e empenho impostos pelo Decreto n.º 5.780, de 19 de maio de 2006, conforme demonstrado na tabela n.º 2 e no Gráfico n.º 1.

Tabela n.º 2: Execução Orçamentária (R\$) por Programa de Governo – em 2006

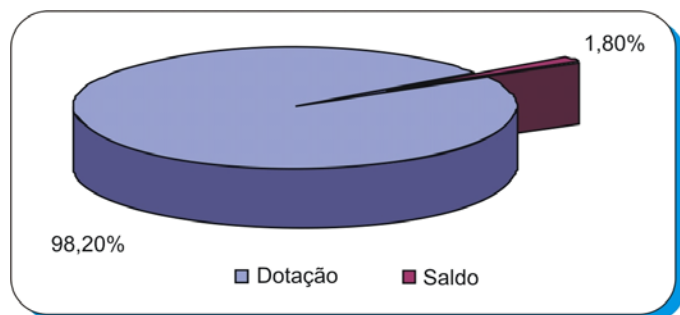
CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	% EXECUTADO	SALDO
		A	B	C = B/A	D = A - B
TOTAL		9.975.379.967,90	9.795.901.210,20	98,20%	179.478.757,70
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	18.781.591,00	17.632.005,60	93,88%	1.149.585,40
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	5.600.000,00	5.437.212,39	97,09%	162.787,61
0750	Apoio Administrativo	67.344.292,11	57.900.894,08	85,98%	9.443.398,03
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%	0,00
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica ⁽¹⁷⁾	4.309.859.989,00	4.308.769.989,00	99,97%	1.090.000,00
1060	Brasil Alfabetizado	605.161.098,00	594.941.167,66	98,31%	10.219.930,34
1061	Brasil Escolarizado	2.626.609.650,00	2.592.987.034,22	98,72%	33.622.615,78
1062	Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	154.050.529,00	139.258.415,36	90,40%	14.792.113,64
1065	Educação na Primeira Infância	27.941.100,00	18.666.959,07	66,81%	9.274.140,93
1067	Gestão da Política de Educação	24.300.000,00	24.214.265,54	99,65%	85.734,46
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	511.964.772,00	491.348.993,13	95,97%	20.615.778,87
1073	Universidade do Século XXI	2.000.000,00	503.780,09	25,19%	1.496.219,91
1336	Brasil Quilombola	5.172.000,00	2.942.410,14	56,89%	2.229.589,86
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	47.415.322,00	40.441.468,52	85,29%	6.973.853,48

⁽¹⁷⁾ A dotação orçamentária da ação 0369 (quota-parte dos estados e do DF do salário-educação) componente do Programa 903 – Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica - resulta no início do exercício de estimativas da arrecadação dessa contribuição social. Isto posto, e considerando que, por um lado, as receitas do mês de dezembro são apuradas e creditadas a favor do FNDE após o encerramento do período de execução orçamentária e, por outro lado, toda dotação é empenhada antes da apuração final das receitas, é previsível que haja divergências entre dotação e valor executado. Esta é a razão da discrepância, da ordem de R\$ 153,92 milhões, entre os valores apresentados nesta tabela e a tabela n.º 4 do item 10.3, mas que será ajustada mediante cancelamento, no exercício de 2007.

1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental ⁽¹⁸⁾	1.342.102.496,00	1.281.147.479,91	95,46%	60.955.016,09
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	46.470.000,00	46.056.072,46	99,11%	413.927,54
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	58.905.915,00	52.544.027,83	89,20%	6.361.887,17
8034	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem ⁽¹⁹⁾	119.474.857,79	118.882.679,20	99,50%	592.178,59

Fonte: Siafi Gerencial

Gráfico n.º 1: Proporção da execução orçamentária, em relação à dotação final – em 2006



Ressalte-se que a proporção dos saldos orçamentários vêm diminuindo seguidamente, nos últimos períodos. Ao utilizar a execução orçamentária como indicador de eficácia do FNDE na implementação dos programas, projetos e ações educacionais sob sua responsabilidade, constata-se, na observação da tabela n.º 3, que a Autarquia vem melhorando consideravelmente sua performance, fato demonstrado pela queda do hiato do orçamento²⁰, de 0,0866 para 0,0180.

Tabela n.º 3: Evolução da taxa de avaliação do desempenho de execução orçamentária (R\$) valores nominais - de 2001 a 2006

Ano	Dotação Autorizada	Dotação Utilizada	Saldo	D=(C/A)*
	A	B	C	
2001	5.473.130.311,69	4.999.223.838,04	473.906.473,65	0,0866
2002	5.553.477.435,85	5.066.771.874,44	486.705.561,41	0,0876
2003	6.333.021.446,00	5.831.590.780,55	501.430.665,45	0,0792
2004	7.296.328.933,87	6.847.260.496,93	449.068.436,94	0,0615
2005	8.922.055.840,35	8.676.038.672,19	246.017.168,16	0,0276
2006	9.975.379.967,90	9.795.901.210,20	179.478.757,70	0,0180

Fonte: Difin/FNDE

Hiato do orçamento

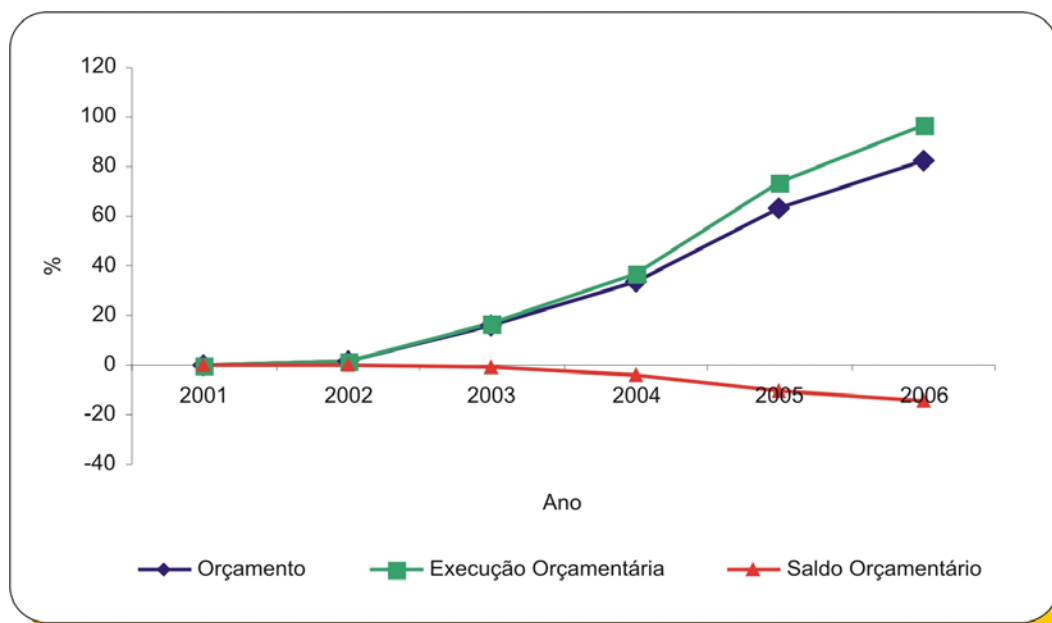
⁽¹⁸⁾ Existe uma divergência de R\$ 3.718.000,00 entre os valores do SIAFI Gerencial e os constantes da Tabela n.º 2, por devoluções efetuadas ao FNDE com eventos indevidos, que contabilizaram as contas de “Créditos e Provisões Recebidas” ao invés de estornarem as de “Créditos Concedidos”.

⁽¹⁹⁾ Existe uma divergência de R\$ 288.000,00 entre os valores do SIAFI Gerencial e os constantes da Tabela n.º 2, por uma devolução efetuada pelo FNDE diretamente à Secretaria de Administração da Presidência da República, utilizando eventos indevidos, que contabilizaram as contas de “Créditos Concedidos” ao invés de estornaram a conta de “Créditos Recebidos”.

⁽²⁰⁾ Hiato do orçamento é o índice obtido da razão entre o saldo orçamentário e a dotação autorizada. Quanto mais próximo de zero, menor é o custo social – neste caso, compreendido como as oportunidades perdidas, em razão de não terem sido empregadas as dotações orçamentárias consignadas ao FNDE e alocadas nos programas e ações educacionais.

Essa constatação de melhor desempenho do FNDE pode ser vista, também, no gráfico n.º 2. Tomando-se por referência o orçamento de 2001, em termos nominais, os valores do eixo vertical foram obtidos calculando-se a evolução percentual das dotações do período, da execução e dos saldos. De 2001 a 2006, cresceram as variáveis orçamento e a sua execução, destacando-se que, a partir de 2003, a proporção incremental da execução passou a ter aumentos maiores em relação às dotações. Esta afirmação pode ser vista, também, pela ótica do saldo, cujas taxas passaram a apresentar decrementos, a partir de 2003, como demonstrado pela inflexão da função apresentada graficamente.

Gráfico n.º 2: Evolução percentual da dotação autorizada, execução e saldo orçamentários – de 2001 a 2006



Para demonstrar com maior detalhe o desempenho da execução orçamentária da Autarquia, é importante dividi-lo em dois grupos:

a) o primeiro grupo reúne as ações que não se submeteram aos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – Decreto n.º 5.780, de 19 de maio de 2006. Neste grupo estão a quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, a Complementação da União ao FUNDEF, despesas com pessoal e precatórios, bem como créditos extraordinários abertos no exercício. O orçamento total aprovado para este grupo foi da ordem de R\$ 5,90 bilhões, e sua execução orçamentária alcançou 98,69% da dotação final autorizada. Além das ações anteriormente citadas, o FNDE recebeu um total de R\$ 123,0 milhões em créditos orçamentários descentralizados de outras entidades. Os créditos recebidos, que não impactaram o limite de empenho somaram R\$ 111,7 milhões e foram efetivados em 98,13%, totalizando neste primeiro grupo 99,68% de execução da dotação final autorizada, qual sejam R\$ 6,015 bilhões.

b) o segundo grupo inclui as ações submetidas às limitações de empenho em decorrência do referido Decreto, ainda que houvesse orçamento disponível. A dotação alocada neste grupo totalizou R\$ 3,960 bilhões, em 2006. Entretanto, somente foi disponibilizado limite de empenho no montante de R\$ 3,863 bilhões, dos quais R\$ 3,860 bilhões foram utilizados pelo FNDE. A execução orçamentária no âmbito das ações que integram este grupo alcançaram 97,47% da dotação final autorizada.

Vale destacar que todos os saldos de limite de empenho não utilizados pelos órgãos e pelas unidades orçamentárias do Poder Executivo, até 15/12/06, data limite para emissão de empenhos, segundo o art. 16 do Decreto n.º 5.780/06, foram bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No âmbito do FNDE, o bloqueio foi da ordem R\$ 28,1 milhões, os quais deixaram de ser empenhados devido a problemas operacionais com o Siafi, que encerrou suas operações às 11:00 horas do dia 15 de dezembro, quando o inicialmente previsto seria às 24 horas daquele mesmo dia.

Somente a partir do dia 21.12.2006, por intermédio de contas contábeis específicas de encerramento de exercício, é que o Ministério da Fazenda liberou novos limites de empenho para a execução de ações consideradas prioritárias, tendo o FNDE, neste segundo momento, contado com limite da ordem de R\$ 84,9 milhões. Deste montante, nos termos do art. 3º do Decreto n.º 6.001/2006, o FNDE executou R\$ 81,7 milhões, que corresponde a 96,23% do limite recebido.

É importante ressaltar que o saldo de limite orçamentário não executado é oriundo de anulações de empenho feitas no período destinado aos ajustes visando ao encerramento do exercício de 2006 e da não utilização da totalidade das dotações pelas UG para as quais o FNDE efetuou descentralizações, pois independentemente de essa execução ocorrer na UG recebedora do crédito, o reflexo ocorria na conta contábil de limite de empenho da UO detentora da dotação orçamentária, como foi o caso do FNDE.

Considerados esses fatores e tomando-se por base o limite orçamentário disponibilizado para a emissão de empenho em 2006, a execução orçamentária do FNDE atingia expressiva cifra de 99,92%, conforme demonstrado na tabela n.º 4.

Tabela n.º 4: Demonstrativo da execução das despesas (R\$) – em 2006

GRUPO	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	% EXECUTADO	SALDO	LIMITE ORÇ. RECEBIDO (*)	% EXECUTADO	SALDO
	A	B	C = B/A	D = A - B	E	F = B/E	F = E - B
TOTAL GERAL	9.975.379.967,90	9.795.901.210,20	98,20%	179.478.757,70	-	-	-
TOTAL GRUPO 1	6.015.346.723,40	5.936.212.966,24	98,68%	79.133.757,16	-	-	-
TOTAL GRUPO 2	3.960.033.244,50	3.859.688.243,96	97,47%	100.345.000,54	3.862.930.107,67	99,92%	3.241.863,71

(*) expurgado R\$ 28,1 milhões bloqueados pela STN, em 15.12.2006.

11.2. Execução financeira

Desempenho da execução financeira

O FNDE realizou pagamentos, à conta do orçamento de 2006, em torno de R\$ 7,77 bilhões, conforme demonstrado na tabela n.º 5. Este valor indica que foi possível liquidar e pagar 79,33% da dotação empenhada e descentralizada, dentro do próprio exercício. A diferença de 20,67% corresponde aos valores inscritos em restos a pagar em 2007.

Do valor pago, R\$ 67,5 milhões correspondem aos repasses aos órgãos federais decorrentes das descentralizações de créditos orçamentários efetuadas pelo FNDE, e R\$ 7,70 bilhões referem-se aos pagamentos realizados aos demais órgãos e entidades.

Desconsiderando-se os Programas de Previdência de Inativos e Pensionistas da União e o Cumprimento de Sentenças Judiciais, foi o Brasil Alfabetizado o programa que apresentou melhor desempenho financeiro, qual seja, 90,26% do total do orçamento utilizado, com destaque para a Ação de Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos

(Fazendo Escola cód. 0081), na qual repassaram-se aos estados e municípios R\$ 412,2 milhões, ou seja, 100% da dotação autorizada para esta ação.

Em seguida, tem-se o denominado Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), de competência da Presidência da República, mas executado pelo FNDE, com repasses no valor de R\$ 106,5 milhões, o equivalente a 89,57% dos valores empenhados. Destacou-se, também, o Programa Educação para Diversidade e Cidadania que, com um total de R\$ 39,2 milhões pagos, apresentou uma execução financeira de 85,02% do orçamento utilizado.

Ademais, é importante ressaltar que devido à legislação que rege o repasse da quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, ação integrante do programa denominado Operações Especiais (0903), não foi possível efetuar, na sua totalidade, em 2006, a execução financeira dos valores efetivamente arrecadados, pois, devido às determinações legais, somente no mês seguinte ao da arrecadação é que as quotas são transferidas aos respectivos entes da federação.

Outra ação que merece ser comentada é a 0304, Complementação da União ao FUNDEF, integrante do Programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação (1072), cuja execução orçamentária ocorre pelo total da dotação autorizada, porém sua execução financeira obedece aos limites estabelecidos anualmente em portaria editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo que o saldo restante sempre é inscrito em restos a pagar para cobrir eventuais ajustes que venham a surgir em decorrência do refazimento dos cálculos por parte do Ministério da Fazenda.

Tabela n.º 5: Execução financeira por programa de governo - em 2006

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	DOTAÇÃO UTILIZADA	VALORES PAGOS	% PAGO
		A	B	C = B/A
Total		9.795.901.210,20	7.771.356.824,67	79,33%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	17.632.005,60	17.632.005,60	100,00%
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	5.437.212,39	2.172.236,90	39,95%
0750	Apoio Administrativo	57.900.894,08	46.297.268,75	79,96%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.308.769.989,00	3.492.162.818,74	81,05%
1060	Brasil Alfabetizado	594.941.167,66	537.001.981,11	90,26%
1061	Brasil Escolarizado	2.592.987.034,22	2.191.647.565,74	84,52%
1062	Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	139.258.415,36	45.144.143,41	32,42%
1065	Educação na Primeira Infância	18.666.959,07	1.727.525,01	9,25%
1067	Gestão da Política de Educação	24.214.265,54	413.892,90	1,71%
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	491.348.993,13	336.610.791,20	68,51%
1073	Universidade do Século XXI	503.780,09	0,00	0,00%
1336	Brasil Quilombola	2.942.410,14	925.150,49	31,44%
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	40.441.468,52	28.651.031,90	70,85%
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.281.147.479,91	902.928.362,56	70,48%
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	46.056.072,46	39.157.979,35	85,02%
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	52.544.027,83	20.175.431,58	38,40%
8034	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	118.882.679,20	106.482.283,43	89,57%
Fonte: Siafi Operacional e Gerencial				

Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

Os programas que apresentaram execução financeira mais baixa foram aqueles cujas ações estão enquadradas na modalidade de transferências voluntárias, executadas mediante a formalização de convênios, devido ao regramento de limite financeiro destinado a este tipo de transferência, e o Programa Gestão da Política de Educação, que abarcou a ação destinada à

aquisição do edifício sede do FNDE, ainda em 2006, cujo pagamento, devido às condições contratuais pactuadas, somente ocorrerá no exercício seguinte.

Não se pode deixar de examinar, também, outras ações integrantes dos Programas Brasil Alfabetizado (1060), Brasil Escolarizado (1061) e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (1376), que constituem obrigações legais ou constitucionais da União e, portanto, não estão sujeitos a limitação de empenho, quais sejam:

- Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos – Fazendo Escola (PEJA - cód. 0081);
- Apoios à Alimentação do Escolar na Educação Básica (PNAE – cód. 0513);
- Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental (PDDE – cód. 0515); e
- Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental (PNATE – cód. 0969).

Apesar de não estarem adstritas à limitação de empenho, a execução parcial dessas ações decorre de omissão dos entes beneficiados quanto à apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos em exercícios anteriores e à constituição e/ou atualização dos conselhos responsáveis pelo controle social dos programas, como também de deduções financeiras ocorridas em função do saldo apurado na conta corrente do programa em 31 de dezembro de cada ano, quando superiores a 30% do montante previsto para repasse no exercício corrente.

11.3. Análise da execução orçamentária e financeira sob os aspectos da classificação da despesa

O sistema orçamentário brasileiro está fundado em diversos conceitos que têm por objetivo promover o acompanhamento da destinação dada aos recursos do Governo Federal. Entre as diversas classificações, destaca-se neste relatório a natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, a seguir analisadas.

Natureza da despesa

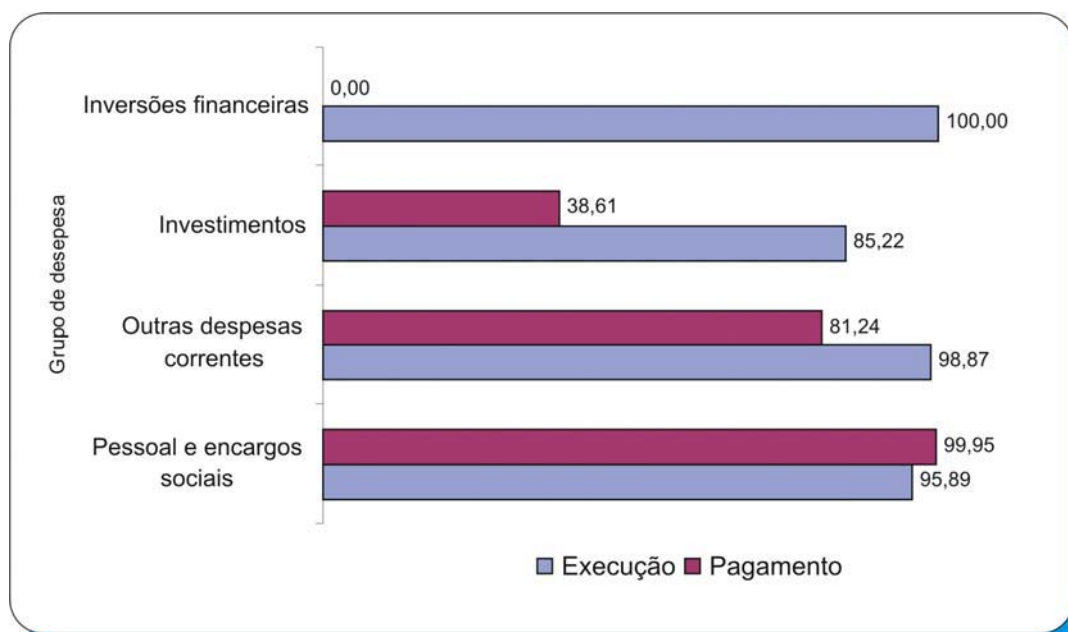
Da análise sob a ótica da natureza das despesas realizadas no exercício de 2006, depreende-se, da observação da tabela n.º 6, que 94,45% do orçamento do FNDE estavam alocados em despesas correntes, 4,86% em despesas de capital e o restante destinado a pessoal e inversões financeiras.

Tabela n.º 6: Demonstrativo resumido da execução orçamentária e financeira (R\$) por grupo de natureza de despesa – em 2006

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO FINAL		DOTAÇÃO UTILIZADA		VALOR TOTAL PAGO	
	A	%	B	C=B/A	D	E=D/B
Total	9.975.379.967,90	100,00%	9.795.901.210,20	98,20%	7.771.356.824,67	79,33%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.397.118,11	0,46%	43.529.564,16	95,89%	43.507.244,27	99,95%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.421.925.279,79	94,45%	9.315.908.305,49	98,87%	7.568.448.696,27	81,24%
INVESTIMENTOS	484.457.570,00	4,86%	412.863.340,55	85,22%	159.400.884,13	38,61%
INVERSÕES FINANCEIRAS	23.600.000,00	0,24%	23.600.000,00	100,00%	0,00	0,00%
Fonte: Siafi Operacional e Gerencial						

Conforme demonstrado na citada tabela n.º 6 e no gráfico n.º 3, foram executados 95,89% do orçamento destinado a pessoal e encargos sociais. A execução de despesas correntes também foi bastante elevada, alcançando 98,87%. Em seguida, tem-se o grupo de despesas de capital com 85,22% e de inversões financeiras com 100% da dotação utilizada, destinada à aquisição do edifício sede do FNDE.

Gráfico n.º 3: Avaliação comparativa proporcional entre execução orçamentária e os pagamentos efetuados – em 2006



Com relação ao financeiro, ainda de acordo com o gráfico n.º 3 e a tabela n.º 6 acima citados, observa-se uma execução de 99,95% no grupo de pessoal, 81,24% em despesas correntes e 38,61% em capital. A execução financeira do grupo de capital foi mais baixa, por força de sua concentração nas ações executadas mediante transferências voluntárias pois, conforme já mencionado, em razão dos limites impostos pelo Ministério da Fazenda, os pagamentos dos programas de transferências legais são priorizados. A execução do grupo inversões financeiras, devido a condições pactuadas em contrato, deverá ocorrer somente no início do exercício de 2007, portanto todo o valor empenhado inscreveu-se em restos a pagar.

Modalidade de aplicação

Considerada a modalidade de aplicação, verifica-se na tabela n.º 7 que a maior parte dos recursos do FNDE foi destinada aos municípios brasileiros, os quais foram beneficiados com 47,35% do orçamento executado, ou seja, R\$ 4,64 bilhões. Deste valor, R\$ 4,06 bilhões, correspondendo a 87,64%, foram transferidos no próprio exercício e a diferença inscrita em restos a pagar.

Em seguida, têm-se as transferências a estados e ao Distrito Federal, que comprometeram 38,48% da dotação executada pelo FNDE. Este percentual representa um valor total de R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 3,2 bilhões, equivalentes a 84,89%, já foram efetivamente transferidos, e a diferença inscrita, também, em restos a pagar.

Tabela n.º 7: Demonstrativo resumido por modalidade de aplicação – em 2006

CÓDIGO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA		VALORES PAGOS	
		A	B	%	C	% D = C/B
Total		9.975.379.967,90	9.795.901.210,20	100,00%	7.771.356.824,67	79,33%
30	TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	3.798.131.617,25	3.769.380.430,59	38,48%	3.199.766.140,12	84,89%
40	TRANSFERÊNCIAS A MUNICIPIOS	4.719.169.916,58	4.638.384.435,21	47,35%	4.064.904.799,14	87,64%
50	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	177.601.075,05	153.569.072,26	1,57%	59.958.633,96	39,04%
80	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	33.627.582,95	20.834.771,78	0,21%	7.539.459,92	36,19%
90	APLICACÕES DIRETAS	1.223.400.957,83	1.097.460.232,65	11,20%	365.185.526,01	33,28%
91	APLICACÕES DIRETAS - OPERACÕES INTERNAS	16.457.718,24	10.056.402,90	0,10%	6.508.284,89	64,72%
99	A DEFINIR	6.991.100,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
-	DESTAQUES CONCEDIDOS	0,00	106.215.864,81	1,08%	67.493.980,63	63,54%

O FNDE executou diretamente R\$ 1,11 bilhão, correspondente a 11,30% do orçamento. As transferências a instituições privadas sem fins lucrativos alcançaram R\$ 153,57 milhões (1,57%) e as transferências a organismos internacionais, encarregados da execução de Projetos de Cooperação Técnica (Prodocs), atingiram R\$ 20,84 milhões (0,21%).

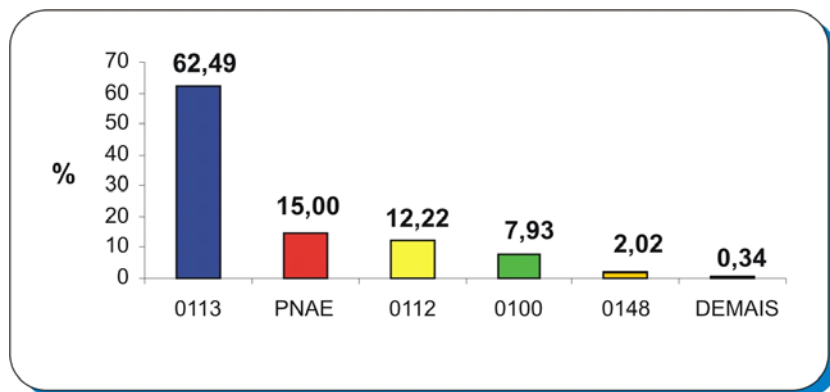
Os valores alocados na modalidade 99 (A Definir), representando 0,07% da dotação final, referem-se a emendas que não receberam projetos aptos a serem aprovados pela Autarquia e/ou não tiveram seus respectivos limites de empenho liberados pelo Ministério da Fazenda.

No que concerne aos destaques e repasses concedidos a outros órgãos federais, por força da indisponibilidade de informações analíticas, haja vista que os documentos emitidos no Siafi pelo FNDE não possuem informações detalhadas em condições de classificá-los por modalidade de aplicação, sua execução orçamentária e financeira só pôde ser demonstrada de forma consolidada.

Fonte de recursos

O orçamento do FNDE para o exercício de 2006 contou com as fontes de recursos demonstradas no gráfico n.º 4 e na tabela n.º 8, merecendo destaque aquela oriunda da contribuição social do salário-educação e o elenco de fontes que financiaram a ação (0513), que representaram, respectivamente, 62,49% e 15% da dotação autorizada na peça orçamentária da Autarquia:

Gráfico n.º 4: Distribuição proporcional do orçamento por fontes – em 2006



*(PNAE) - Reúne as fontes 0100, 0118, 0151, 0300, 0321, 0322 e 0351 consignadas exclusivamente para a ação 0513 (Alimentação Escolar).

Tabela n.º 8: Demonstrativo da execução orçamentária e financeira, por fonte de recursos - em 2006

GRUPO DE FONTE	DOTAÇÃO FINAL		DOTAÇÃO UTILIZADA		TOTAL PAGO	
	A	%	B	% C = B/A	D	% E = D/B
Total	9.975.379.967,90	100,00%	9.795.901.210,20	98,20%	7.771.356.824,67	79,33%
0100	971.234.960,79	9,74%	948.838.078,37	97,69%	713.666.215,02	75,21%
0112	475.577.163,00	4,77%	451.830.054,46	95,01%	294.064.858,25	65,08%
0113	6.028.496.333,00	60,43%	5.984.592.265,30	99,27%	4.612.138.570,91	77,07%
0118	483.667.213,00	4,85%	483.356.487,15	99,94%	483.133.076,87	99,95%
0148	201.196.237,00	2,02%	164.648.604,79	81,83%	84.425.139,19	51,28%
0151	105.014.143,11	1,05%	105.014.143,11	100,00%	105.014.143,11	100,00%
0153	9.782.830,00	0,10%	9.782.830,00	100,00%	9.782.830,00	100,00%
0156	3.212.779,00	0,03%	3.212.779,00	100,00%	3.212.779,00	100,00%
0169	3.753.418,00	0,04%	3.599.694,20	95,90%	3.599.694,20	100,00%
0250	4.497.215,00	0,05%	1.038.136,80	23,08%	394.956,11	38,04%
0293	7.969.796,00	0,08%	6.941.283,24	87,09%	2.029.994,81	29,25%
0300	288.971.494,00	2,90%	286.784.082,98	99,24%	286.725.861,98	99,98%
0312	649.356.950,00	6,51%	646.499.142,92	99,56%	509.773.505,13	78,85%
0313	726.000,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0321	17.330.418,00	0,17%	17.187.898,52	99,18%	17.187.898,52	100,00%
0322	376.283.315,00	3,77%	363.207.751,22	96,53%	363.207.751,22	100,00%
0351	45.000.000,00	0,45%	45.000.000,00	100,00%	45.000.000,00	100,00%
1113	204.505.314,00	2,05%	193.406.846,70	94,57%	192.535.057,80	99,55%
1312	14.026.001,00	0,14%	11.637.327,26	82,97%	9.408.364,24	80,85%
2112	80.278.388,00	0,80%	69.323.804,18	86,35%	36.056.128,31	52,01%
2250	4.500.000,00	0,05%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

11.4. Restos a pagar

Do exercício de 2006

Conforme demonstrado no quadro n.º 1, foram inscritos em 31 de dezembro de 2006 R\$ 2,02 bilhões em restos a pagar (RAP), sendo R\$ 1,95 inscrito pelo próprio FNDE, dos quais R\$ 1,22 processado e R\$ 721,55 milhões não processados.

No que tange às inscrições relativas às descentralizações de créditos orçamentários efetuados pelo FNDE ao longo do ano para outros órgãos da Administração Pública Federal, estas somaram R\$ 79,13 milhões, sendo R\$ 11,13 processados e R\$ 68,0 não processados, conforme também demonstrado no Quadro n.º 1:

Quadro n.º 1: Total Inscrito pelo FNDE – em 2006

Fonte	Processado	Não processado	Total inscrito
0100	109.318.089,62	103.570.719,44	212.888.809,06
0112	121.827.693,45	33.322.193,52	155.149.886,97
0113	913.601.946,47	444.660.030,87	1.358.261.977,34
0148	37.561.607,14	24.312.601,91	61.874.209,05
0250	638.136,80	5.043,89	643.180,69
0293	1.750.000,00	2.614.321,00	4.364.321,00
0300	58.221,00	0,00	58.221,00
0312	26.313.515,19	101.185.576,62	127.499.091,81
1113	540.371,36	331.417,54	871.788,90
1312	102.264,22	276.698,80	378.963,02
2112	12.464.162,31	11.268.176,46	23.732.338,77
Total (A)	1.224.176.007,56	721.546.780,05	1.945.722.787,61
Total Inscrito pelos demais UG – em 2006			
0100	4.568.440,15	18.109.263,49	22.677.703,64
0112	806.559,68	2.187.697,43	2.994.257,11
0113	3.005.375,55	11.244.429,43	14.249.804,98
0118	226.717,54	14.038,27	240.755,81
0148	234.283,05	17.456.306,04	17.690.589,09
0293	20.334,37	551.671,73	572.006,10
0312	1.105.356,28	8.102.789,30	9.208.145,58
1312	740.000,00	1.480.000,00	2.220.000,00
2112	427.445,44	8.851.626,69	9.279.072,13
Total (B)	11.134.512,06	67.997.822,38	79.132.334,44
Total (A + B)	1.235.310.519,62	789.544.602,43	2.024.855.122,05

É importante ressaltar que, do total dos restos a pagar de 2006, R\$ 816,6 milhões referem-se à quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, sendo que não foi possível repassar dentro do exercício R\$ 662,7 desse valor,, pois, devido às definições legais, somente no mês seguinte ao do ingresso da arrecadação é que as quotas são transferidas aos respectivos entes da federação.

À conta dos Programas de Distribuição de Livros Didáticos e Acervos Bibliográficos para o Ensino Fundamental e Médio foram inscritos outros R\$ 496,87 milhões, já que, devido aos prazos operacionais necessários à seleção, negociação, contratação e entrega das obras que compõem os acervos dos programas, a quase totalidade da sua execução financeira ocorre, via de regra, somente nos meses iniciais do exercício seguinte.

Já com relação à Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, devido à necessidade de garantir no exercício seguinte recursos para cobrir possíveis ajustes decorrentes do fechamento da arrecadação dos impostos que integraram o Fundo em 2006, houve a necessidade de se efetuar a inscrição dos saldos dos empenhos apurados em 31.12.2006, no valor correspondente a R\$ 132,7.

Quanto aos demais valores inscritos, estes são decorrentes de saldos de notas de empenho, cuja liquidação e/ou pagamento não foi possível realizar até o dia 31.12.2006, conforme já mencionado neste relatório.

Do exercício de 2005

Em 31 de dezembro de 2005, conforme demonstrado na tabela n.º 9, foi inscrito R\$ 1,66 bilhão em restos a pagar (RAP), sendo R\$ 1,64 bilhão inscrito pelo próprio FNDE e R\$ 14,9 milhões referentes a créditos descentralizados a entidades federais. Do total inscrito, R\$ 1,14 bilhão foi pago no exercício de 2006, representando uma execução financeira de 68,94%.

Com o advento do Decreto n.º 6.007, de 29/12/06, o saldo dos restos a pagar do exercício de 2005 foi prorrogado para 28/02/07.

Tabela n.º 9: Inscrição em restos a pagar por fonte de recursos – situação em 2006

RAP FNDE E UGS SECUNDÁRIAS - 2005						
FONTES	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	PROC. A PAGAR	Ñ PROC. BLOQ.	TOTAL A PAGAR
	A	B	C	D	E	F = D + E
0100	227.014.172,28	24.159.707,92	1.728.951,50	1.210.632,61	199.914.880,25	201.125.512,86
0112	232.860.128,72	146.923.241,57	1.529.155,08	1.053.454,92	83.354.277,15	84.407.732,07
0113	1.071.343.360,85	873.479.933,75	1.909.403,81	27.531.590,51	168.422.432,78	195.954.023,29
0118	3.709,06	0,00	0,00	1.918,06	1.791,00	3.709,06
0148	73.060.996,74	60.394.470,88	702.720,00	11.921.138,23	42.667,63	11.963.805,86
0250	1.982.094,59	1.982.094,59	0,00	0,00	0,00	0,00
0293	9.030.601,67	8.039.683,63	48.540,67	85.696,37	856.681,00	942.377,37
0300	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00	9.000.000,00
0312	2.035.152,80	2.026.632,24	3.000,00	0,00	5.520,56	5.520,56
0379	220.087,89	0,00	0,00	16.504,55	203.583,34	220.087,89
1112	75.900,00	43.800,00	0,00	0,00	32.100,00	32.100,00
1113	2.144.656,45	1.895.825,64	0,00	76.191,74	172.639,07	248.830,81
2112	14.124.186,55	10.002.581,52	0,00	4.121.605,03	0,00	4.121.605,03
TOTAL	1.642.895.047,60	1.128.947.971,74	5.921.771,06	46.018.732,02	462.006.572,78	508.025.304,80
0100	538.522,23	511.869,87	24.147,64	2.504,72	0,00	2.504,72
0112	4.868.247,92	4.366.772,16	499.459,91	2.014,80	1,05	2.015,85
0113	9.458.226,38	9.072.836,93	341.802,86	6.078,00	37.508,59	43.586,59
0118	30.879,31	29.342,11	1.537,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.895.875,84	13.980.821,07	866.947,61	10.597,52	37.509,64	48.107,16
TOTAL GERAL	1.657.790.923,44	1.142.928.792,81	6.788.718,67	46.029.329,54	462.044.082,42	508.073.411,96

De exercícios anteriores a 2005

O FNDE iniciou 2006 com R\$ 351,45 milhões de RAP inscritos, relativos ao período compreendido entre 2002 a 2004. Ao longo do ano, foram pagos R\$ 19,5 milhões e cancelados R\$ 331,9 milhões, por força do Decreto n.º 5.843/06, que limitou o pagamento do RAP destes exercícios à data de 15 de agosto de 2006.

A tabela n.º 10 apresenta os saldos, em 1.1.2006, dos restos a pagar inscritos no período de 2002 a 2004, com reflexo na execução financeira do exercício de 2006.

Tabela n.º 10: Restos a pagar de 2002 a 2004 – situação em 2006

ANO	RAP FNDE - 2002 A 2004		
	INSCRITO	PAGO	CANCELADO
2002	1.430.892,39	0,00	1.430.892,39
2003	136.421.043,95	5.012.069,02	131.408.974,93
2004	213.594.743,89	14.512.184,54	199.082.559,35
TOTAL	351.446.680,23	19.524.253,56	331.922.426,67

O detalhamento da execução orçamentária e financeira deste relatório consta dos anexos V e VI do mesmo.

11.5. Aplicação financeira

Até 2003, quando o produto da arrecadação do salário-educação era recolhido diretamente à conta única do FNDE, todos os valores eram aplicados por esta Autarquia e os rendimentos se revertiam em benefício do próprio FNDE. Entretanto, a partir da sistemática de centralização de todas as receitas na conta do órgão central do Sistema de Programação Financeira do Governo Federal (Secretaria do Tesouro Nacional - STN), pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, condicionada por meio do Decreto n.º 4.950, de 9 de janeiro de 2004, a rentabilidade da aplicação do produto da arrecadação do salário-educação dos exercícios de 2004 e seguintes passou a compor a disponibilidade do Tesouro Nacional.

Os valores que já estavam na conta única do FNDE, referentes aos superávits do salário-educação de anos anteriores, permaneceram sob a gestão da Autarquia e são mantidos em Fundo de Aplicação Extramercado Exclusivo do FNDE, junto ao BBTVM/Banco do Brasil, com amparo na Resolução Bacen n.º 2.917, de 19.12.01.

Em 01 de janeiro de 2006, o valor total dos recursos aplicados tanto na conta única do Tesouro Nacional, quanto no Fundo Extramercado do BBTVM, foi de R\$ 950,7 milhões. Ao longo do ano de 2006, foram sacados para efetuar pagamentos de despesas da fonte 0293 R\$ 9,7 milhões, sendo R\$ 8,2 milhões para pagamentos de despesas de 2005, inscritas em RAP, e R\$ 1,5 milhão referente ao orçamento de 2006.

Os rendimentos das aplicações financeiras renderam juros, em 2006, no total de R\$ 141,2 milhões, sendo R\$ 139,99 milhões via Extramercado e R\$ 1,08 milhão via conta única do Tesouro Nacional, valor 5,96% inferior ao de 2005, quando a receita de juros atingiu R\$ 150,01 milhões. Em 2003, o rendimento de juros foi cerca de 50% superior ao rendimento obtido em 2004, pois naquele exercício parte do produto da arrecadação do salário-educação que não era executado imediatamente pelo FNDE era direcionado para a aplicação. Conforme já explicitado, a partir de 2004, não houve novos investimentos no Fundo Extramercado, e o incremento nos saldo decorre apenas dos rendimentos auferidos que superaram os desembolsos realizados, conforme detalhado na tabela n.º11.

Tabela n.º 11: comparativo dos saldos e rendimentos de aplicação financeira - de 2003 a 2006*

Ano	INSTITUIÇÃO	Saldo da aplicação 01/JAN	Saldo da aplicação 31/DEZ	RESGATES / APLICAÇÕES	Rendimento no ano - R\$	Variação do rendimento
2003	CONTA ÚNICA	5.376.296,92	34.088.952,90	27.878.737,75	833.918,23	-
	BCO BRASIL	917.626.890,29	1.443.497.033,23	265.511.720,51	260.358.422,43	-
	TOTAL	923.003.187,21	1.477.585.986,13	293.390.458,26	261.192.340,66	-
2004	CONTA ÚNICA	34.088.952,90	14.445.718,92	(22.407.958,49)	2.764.724,51	231,53%
	BCO BRASIL	1.443.497.033,23	846.218.537,18	(730.726.257,47)	133.447.761,42	-48,74%
	TOTAL	1.477.585.986,13	860.664.256,10	(753.134.215,96)	136.212.485,93	-47,85%
2005	CONTA ÚNICA	14.445.718,92	7.225.840,08	(8.291.215,01)	1.071.336,17	-61,25%
	BCO BRASIL	846.218.537,18	943.485.035,87	(51.673.643,50)	148.940.142,19	11,61%
	TOTAL	860.664.256,10	950.710.875,95	(59.964.858,51)	150.011.478,36	10,13%
2006	CONTA ÚNICA	7.225.840,08	8.307.127,06	0,00	1.081.286,98	0,93%
	BCO BRASIL	943.485.035,87	1.073.746.248,65	(9.729.285,96)	139.990.498,74	-6,01%
	TOTAL	950.710.875,95	1.082.053.375,71	(9.729.285,96)	141.071.785,72	-5,96%

Fonte: Difin/FNDE

* A tabela resgata informações históricas sobre as aplicações financeiras da Conta Única, não apresentada em relatórios anteriores.



Desde 1998, o FNDE assumiu a incumbência de providenciar a abertura das contas correntes depositárias de recursos destinados à execução dos programas sob sua responsabilidade, mediante a parceria com instituições financeiras públicas e privadas e, desta forma, garantir segurança e agilidade aos repasses e, ainda, facilitar o acompanhamento e a gestão da aplicação desses recursos pelos órgãos e entidades beneficiários.

As parcerias são formalizadas por meio de Acordos de Cooperação Mútua assinados entre esta Autarquia e os Bancos que manifestem interesse. O processo de seleção da instituição financeira ocorre por adesão, desde que satisfeitas condições mínimas exigidas, como é o caso da isenção de tarifas bancárias e da remessa de comunicados de pagamento aos beneficiários.

A partir da formalização dos acordos, ocorre a ampla divulgação das instituições parceiras, cabendo aos beneficiários dos repasses efetuados indicarem o banco e a agência de sua preferência, observadas as situações relativas às transferências voluntárias, em que a indicação deve cumprir as exigências da Instrução Normativa STN n.º 1/97, e às transferências automáticas em que a indicação deve cumprir as determinações das resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE, que regulam a execução desses programas.

Os quadros n.ºs 1 e 2, a seguir, apresentam as instituições financeiras parceiras do FNDE no exercício de 2006:

Quadro n.º1: Bancos parceiros do FNDE – conta corrente Pessoas Físicas – em 2006

N.º Banco	Banco	N.º do Acordo	Data de Assinatura	Data da Última Renovação
001	Banco do Brasil	030/2006	08/08/2006	• •
001	Banco do Brasil	033/2006	18/12/2006	• •
003	Bco. da Amazônia - BASA	015/2002	28/07/2005	28/07/2006
027	Bco. de Santa Catarina – BESC	025/2004	13/04/2005	01/04/2006
037	Bco. do Estado do Pará – BANPARÁ	031/2006	05/10/2006	• •
047	Bco. do Estado de Sergipe – BANESE	032/2006	20/12/2006	• •

* O Acordo n.º 030/2006 refere-se aos beneficiários do Projeto Escola de Fábrica e n.º 033/2006 refere-se aos beneficiários dos Programas de Formação Inicial e Continuada de Professores para Educação Básica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Quadro n.º 2: Bancos parceiros do FNDE – conta corrente Pessoas Jurídicas – em 2006

N.º Banco	Banco	N.º do Acordo	Data de Assinatura	Data da Última Renovação
001	Banco do Brasil	028/2005	18/11/2005	• •
003	Bco. da Amazônia - BASA	015/2002	07/03/2002	06/03/2006
008	Bco. Santander MERIDIONAL	011/2001	04/12/2001	02/12/2005
021	Bco. Estado Espírito Santo- BANESTES	022/2003	14/02/2003	14/02/2006
027	Bco. do Estado de Santa Catarina – BESC	025/2004	01/04/2004	31/03/2006
033	Bco. do Estado de São Paulo – BANESPA	013/2001	04/12/2001	02/12/2005
047	Bco. do Estado de Sergipe – BANESE	032/2006	20/12/2006	• •
104	Caixa Econômica Federal – CEF	026/2005	10/10/2005	09/10/2006
151	Nossa Caixa Nosso Banco – NCB	027/2005	09/10/2005	09/10/2006
341	Bco. ITAÚ	016/2002	21/05/2002	19/05/2006
037	Bco. do Estado do Pará – BANPARÁ	031/2006	05/10/2006	• •

* A vigência do acordo é de um ano da sua assinatura ou renovação, exceto o do Banco do Brasil que é de cinco anos.
 ** No Banco Itaú estão incluídos os Bancos do Estado do Rio de Janeiro, do Estado de Goiás, do Estado do Paraná e do Estado de Minas Gerais.

Em 2005, decorrente da criação do Programa Escola de Fábrica, foi necessária a abertura de contas destinadas ao pagamento de bolsa-auxílio a jovens carentes, na faixa etária de 16 a 24 anos, matriculados nos cursos técnicos oferecidos pelo programa. Apesar de os Acordos de Cooperação não contemplarem esta modalidade de conta corrente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal efetuaram a abertura das contas necessárias à implementação da 1.^a etapa do programa. Já em 2006, na 2.^a etapa do programa, por força da Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005, a abertura e movimentação das contas do Escola de Fábrica passaram a ser regidas por contrato firmado entre o FNDE e a Caixa Econômica Federal.

Também em 2006, o FNDE iniciou parceria com os bancos em comento para a abertura de contas correntes destinadas ao pagamento de bolsistas matriculados em cursos de formação inicial e continuada de professores da educação básica, ministrados no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB e dos Programas Pró-Licenciatura, Pró-Letramento e Proformação.

Destas ações, entre outras, resultou a abertura de 29.711 contas correntes, o que representa 18,66% das 159.217 contas atualmente ativas, apresentadas na tabela n.º 1.

Tabela n.º1: Relação de contas correntes ativas por instituição financeira e programa

Banco	Bralf	Peja	Pnate	Pnae	Quota	PNTE	PNSE	Bolsas	PDDE	Fundef	PTA	Outros programas	Total
TOTAL	1.149	3.679	5.489	10.392	5.531	106	245	14.019	94.724	5.443	9.325	9.115	159.217
BB	1.049	3.388	5.447	7.402	5.475	95	221	8.694	77.921	5.443	8.850	7.579	131.564
Basa	0	1	1	0	0	0	0	0	82	0	2	6	92
Meridional	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Banestes	1	7	1	0	0	0	1	0	1.299	0	8	63	1.380
BESC	1	2	1	56	0	0	0	0	99	0	3	12	174
Banespa	3	28	0	461	0	0	1	0	261	0	10	1	765
Banese	2	1	1	87	0	0	0	0	774	0	17	178	1.060
CEF	84	220	38	2.259	56	11	21	5.325	13.584	0	407	1.272	23.277
NCNB	5	26	0	8	0	0	0	0	417	0	14	1	471
Itaú	4	6	0	110	0	0	1	0	287	0	14	3	425

13. Publicidade dos Pagamentos



Em cumprimento ao disposto na Lei n.º 9.452/97 e em resoluções editadas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, são expedidos, por meio de sistema informatizado próprio, Avisos de Pagamento às Assembléias Legislativas dos estados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, às Câmaras Municipais, aos Ministérios Públicos nos estados e no Distrito Federal, aos Conselhos de controle social e também às equipes, às comissões e comitês ligados à execução dos programas sob a responsabilidade desta Autarquia.

Em 2006, foram enviados aos órgãos envolvidos com a execução dos programas um total de 448.303 comunicados, sendo 1.494 para as Assembléias Legislativas, 94.580 para os Conselhos de Alimentação, 61.721 para o Conselho de Acompanhamento do Fundef, 60 para Câmaras Legislativas, 262.990 para Câmaras Municipais, 27.160 para Equipes Coordenadoras do Programa Fazendo Escola (Peja) e 298 para os Ministérios Públicos Estaduais.

Em face do estabelecido nos Acordos de Cooperação Mútua assinados com as instituições bancárias parceiras, a expedição dos Avisos de Pagamento aos beneficiários dos repasses fica a cargo do banco detentor da conta corrente depositária dos correspondentes recursos.



Durante o exercício de 2006, destacaram-se os seguintes feitos:

- análise e acompanhamento de contas contábeis;
- análise dos processos de despesas do FNDE, com o objetivo de verificar a exatidão dos atos e fatos praticados pela gestão;
- apropriação de todas as despesas que contemplem a retenção de impostos e da folha de pagamento de salários dos servidores do FNDE;
- cadastramento e acompanhamento no Siafi de todos os contratos, termos aditivos e reforços aos empenhos deles decorrentes;
- classificação das Receitas arrecadadas;
- emissão de parecer inerente à Escrituração Contábil;
- resposta aos questionamentos da Auditoria Interna, Secretaria Federal de Controle Interno, Tribunal de Contas da União e Receita Federal;
- articulação com o MEC e o STN, com a finalidade de atender às solicitações emanadas daqueles Órgãos;
- atualização do Rol de Responsáveis;
- cadastramento de senhas SIAFI OPERACIONAL, SIAFI GERENCIAL e SIASG;
- conformidades diárias e dos registros das contas contábeis movimentadas pelo Siafi;
- baixa no Siafi dos valores aprovados das prestações de contas dos convênios, conforme pareceres da área responsável;
- registro da Dívida contábil de Dívida ativa do FNDE.



15.1. Aspectos gerais

Em 2006, deu-se prosseguimento a uma série de medidas estratégicas e administrativas, iniciadas em 2005, visando melhorar o desempenho da Autarquia para desincumbir-se com mais eficiência das atividades atinentes à prestação de contas, colocando-se em desenvolvimento um plano de ação que possa identificar e solucionar os problemas diagnosticados, cujas principais medidas são as seguintes:

- reestruturação organizacional da Divisão de Análise de Prestação de Contas de Repasses Automáticos (Dipra), da Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas (Cgcap), mediante aprovação pelo Decreto n.º 5.973/2006, transformando-a em Coordenação e segregando suas atividades em duas Divisões: uma para recebimento, instrução e preparação de processos; outra para análise de prestações de contas, visando dar maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades;
- desenvolvimento, em conjunto com a Coordenação Geral de Tecnologia de Informática (Cgeti), do Sistema Informatizado de prestação de contas (Sigap). Este sistema vai agregar elementos que favoreçam a análise físico-financeira e a apuração de irregularidades na aplicação de recursos, por CPF de gestores e CNPJ de órgãos parceiros, bem como promover melhor racionalização dos recursos humanos e materiais no desenvolvimento de tarefas, principalmente quanto às instaurações de Tomadas de Contas Especiais (TCEs), cujos valores serão agrupados por CPF gerando uma única Tomada por gestor responsável;
- constituição de dois Grupos de Trabalho (GT), para os quais foram convocados servidores analistas de prestação de contas de outros órgãos públicos federais, para proceder a análises de prestações de contas e instaurações de Tomadas de Contas Especiais, tendo em vista o volume de processos pendentes de providências e a baixa capacidade operacional da área;
- uniformização de procedimentos quanto aos aspectos da prestação de contas, implementada mediante modificação das resoluções de diversos programas;
- implantação de medida de padronização, no âmbito da Autarquia, para que a providência jurídica a ser adotada pelo atual gestor contra o ex-gestor negligente seja a impetração de Representação Criminal junto ao Ministério Público. Esta medida foi adotada na Norma de Financiamento de Projetos Educacionais de 2006 e também nas Resoluções dos diversos Programas de Transferências Automáticas;
- controle de processos para instauração de Tomada de Contas Especial, dando tempestividade às instaurações, conforme determina Instrução Normativa (IN) n.º 13 do Tribunal de Contas da União (TCU);
- capacitação de todos os servidores da Coordenação sobre as diversas ações financiadas pela Autarquia, no que concerne à legislação e às regras de prestação de contas;
- realização de 28 eventos em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), a Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (Segecex/TCU), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Diretorias do FNDE, com o objetivo de orientar e capacitar conselheiros, agentes multiplicadores do controle social, gestores públicos e contadores, inclusive o terceiro setor, sobre prestação de contas e ações financiadas pela Autarquia;

- cumprimento de 43 acórdãos do TCU, alguns dos quais orientando alteração de procedimentos, fluxos e rotinas de prestação de contas;
- análise de aproximadamente 1.200 representações criminais, liminares e outras determinações judiciais, com o objetivo de suspensão da inadimplência de convênios ou transferências automáticas;
- atendimento a 4.456 diligências externas (Polícia Federal, Ministério Público, Tribunais de Contas dos Estados, TCU, Promotorias e Controladoria Geral da União), ressaltando-se que, em relação ao exercício de 2005, a demanda cresceu em 74,8%;
- atendimento, também, de 1.329 demandas dos estados, municípios, organizações não-governamentais e demais convenientes do FNDE, em apoio à Coordenação de Atendimento Institucional da Autarquia.

15.2. Análise de prestações de contas de repasses voluntários de vigência anual

Análise documental

De acordo com a tabela n.º 1, durante o ano de 2005, o FNDE firmou 3.505 convênios, com vistas à realização de repasses voluntários. Deste total, 1.719 não encerraram seus prazos finais de apresentação da prestação de contas no transcorrer de 2006 (visto que 1.644 convênios permanecem vigentes e, também, restam liberar parcelas de recursos de outros 75).

Ainda da observação da referida tabela n.º 1, 1.532 prestações de contas foram recepcionadas pelo FNDE, das quais 1.406 foram examinadas e seguiram para a análise financeira, enquanto que 126 apresentaram irregularidades documentais que as tornaram inadimplentes. Finalmente, registre-se que 254 convenientes ficaram omissos com a apresentação de suas prestações de contas junto ao FNDE.

Tabela n.º 1: Situação em 2006 dos convênios firmados com o FNDE em 2005, quanto à prestação de contas

Situação	Quantidade
Total de convênios firmados (A + B + C)	3.505
Convênios vigentes	1.644
Convênios com recursos a liberar	75
Subtotal (A)	1.719
Inadimplência efetiva por irregularidade documental	126
Análise documental com parecer de habilitação	1.406
Subtotal – análise documental (B)	1.532
Inadimplência efetiva por omissão de prestação de contas (C)	254
Fonte: Siafi Gerencial, em 31/12/2006	

Como parte das atividades de exame de prestações de contas de repasses voluntários, foram realizados, também, conforme demonstrado na tabela n.º 2, análises de 916 convênios relativos a exercícios anteriores a 2005, as quais culminaram na formalização de 904 recomendações para aprovação e 71 pareceres de indicação de instauração de tomada de contas especiais. Portanto, somando-se as análises documentais dos convênios de 2005 com as dos anos anteriores, no decorrer de 2006, totalizam-se 2.448 pareceres.

Tabela n.º 2: Pareceres realizados sobre prestação de contas de convênios firmados com o FNDE, até 2004 – em 2006

Pareceres	Quantidade
Recomendando aprovação	904
Recomendando a instauração de Tomada de Contas Especial	71
Total de pareceres	975
Fonte: SIAPC, em 31/12/2006.	

Finalmente, dois aspectos devem ser ressaltados:

- 59 pareceres, do total de 904, referem-se à baixa de responsabilidade de convenientes que não executaram os recursos, devolvendo-os ao FNDE, os quais somaram cerca de R\$ 1,95 milhão;
- das 71 recomendações para instauração de tomada de contas especiais (TCE), 61 deram-se por motivos de irregularidades na prestação de contas e 10, em razão de sua omissão.

Análise financeira

A tabela n.º 3 demonstra os procedimentos adotados para o alcance dos objetivos de análise financeira conclusiva de prestações de contas, em 2006. Por falta de respostas às diligências emitidas, foram mantidos os pareceres de omissão, aprovação parcial, desaprovação parcial e não aprovação de prestação de contas e, em cumprimento à legislação vigente, foram encaminhados 531 processos para instauração de Tomada de Contas Especial, cujos valores dos débitos somam cerca de R\$ 15,67 milhões.

Tabela n.º 3: Pareceres adotados nos procedimentos de análise financeira conclusiva de prestação de contas de convênios firmados com o FNDE, em exercícios anteriores a 2005 - em 2006

Tipo de Parecer	Período		Total
	Até 2004 (A)	2005 (B)	(A + B)
Total (A + B + C)	3.665	371	4.036
Omissão	42	0	42
Aprovação Parcial	188	0	188
Desaprovação Parcial	28	0	28
Desaprovação	273	0	273
Subtotal (A)	531	0	531
Em diligência (B)	955	152	1.107
Aprovação (C)	2.179	219	2.398
Fonte: Dipre/CGCAP/Difin/FNDE e SIAPC			

Vale informar, ainda, que 1.107 diligências foram realizadas com vistas à regularização e aprovação de prestação de contas, bem como 2.398 processos de prestação de contas foram aprovados, e, em razão destes procedimentos, 217 convenientes recolheram ao FNDE R\$ 2,85 milhões, créditos devidamente comprovados via Siafi.

15.3. Exame de prestações de contas de repasses voluntários com vigência plurianual

As atividades analíticas de prestação de contas de convênios do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (Proep) e do Programa de Expansão e Melhoria da Rede Escolar (Promed) são mais complexas e demandam maior quantidade de mão-de-obra, inclusive, com grau mais elevado de especialização. Isto se dá em razão, por um lado, de no cronograma de desembolso firmado constarem várias parcelas de liberação de recursos bem como de serem os planos de trabalho complexos, envolvendo elevado volume de recursos externos e, por outro lado, de inexistir, ainda, um sistema informatizado.

As atividades acerca das prestações de contas relativas aos 307 convênios do Proep e aos 86 do Promed realizadas no exercício de 2006 encontram-se apresentadas na tabela n.º 4.

Tabela n.º 4: Situação dos processos de prestação de contas do Proep e Promed analisados - em 2006

Situação	Quantidade		Total
	Proep	Promed	
TOTAL	507	53	560
Aprovadas	23	10	33
Em análise	240	21	261
Diligenciados	77	18	95
Para análise técnica (DIPRO)	167	4	171
Fonte: CGCAP/Difin/FNDE			

Acerca da tabela n.º 4 ainda convém destacar que:

- a quantidade de procedimentos apresentada na referida tabela é diferente do total de convênios plurianuais firmados no âmbito dos programas, uma vez que as liberações de recursos transcorrem em várias parcelas, gerando uma prestação de contas para cada liberação financeira; e
- dos 307 convênios do Proep, encerraram-se 07, 02 encontram-se inadimplentes e foram encaminhados para instauração da Tomada de Contas Especial. No caso do Promed, dentre seus 86 convênios, um foi submetido aos procedimentos de TCE.

Ainda de acordo com a tabela n.º 4, 560 atividades foram realizadas, de modo a se assegurarem os procedimentos tempestivos que levem à conclusão dos processos de prestações de contas dos convênios plurianuais dos referidos programas.

15.4. Exame de prestações de contas de repasses automáticos

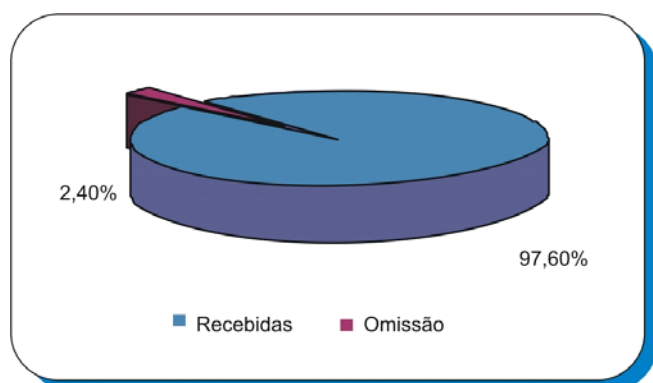
As prestações de contas de transferências automáticas analisadas, em 2006, estão descritas nas tabelas de n.ºs 5 e 6 e referem-se às ações de governo relativas ao PDDE, Pnate, Peja, Brasil Alfabetizado, Pnae, Pnac, Penai, PME e Pape.

Tabela n.º 5: Situação das prestações de contas de repasses automáticos realizados pelo FNDE, em 2005 - situação em 2006

Situação da prestação de contas	Quantidade	%
Recebidas (A)	22.630	100,00
Instauração de TCE	57	0,25
Diligenciadas	2.246	9,92
Em análise	3.706	16,38
Aprovadas	7.026	31,05
Para análise	9.595	42,40
Omissas (B)	571	-
Devidas (A + B)	23.201	-
Fonte: Sispco e CGCAP/Difin/FNDE		

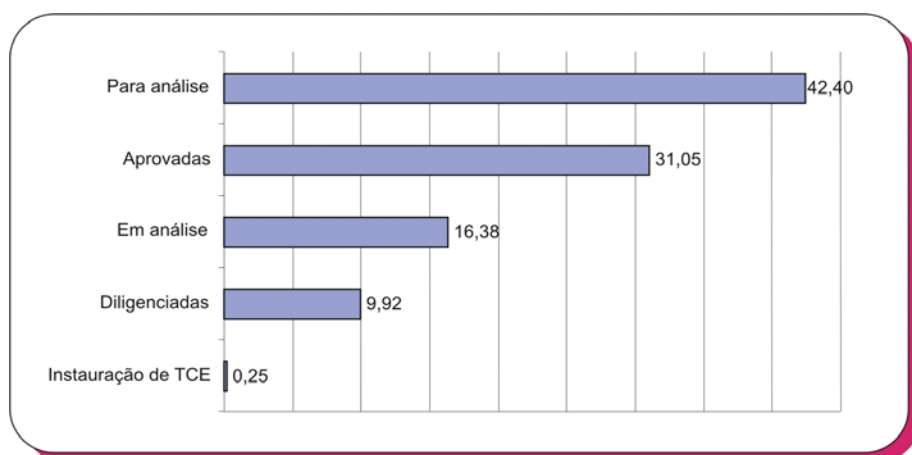
No primeiro caso, o exame refere-se às transferências automáticas de recursos realizadas pelo FNDE, no exercício de 2005. De acordo com o que se observa na tabela n.º 5 e no gráfico n.º 1, 97,60% das prestações de contas devidas e relativas ao ano em apreço foram recebidas pela Autarquia, o que corresponde a 22.630 que, somadas às omissões (571), totalizam 23.201.

Gráfico n.º 1- Avaliação comparativa entre omissão e o recebimento das prestações de contas de repasses automáticos realizados pelo FNDE, em 2005 - situação em 2006



Ainda com base na tabela n.º 5 e no gráfico n.º 2, constata-se que, do total de prestações de contas recebidas, 42,40% estão aguardando análise, 31,05% foram aprovadas e 16,38% estão em análise, 9,92% diligenciadas e 0,25% em situação de instauração de TCE.

Gráfico n.º 2: Prestações de contas recebidas de repasses automáticos realizados pelo FNDE em 2005 - situação em 2006

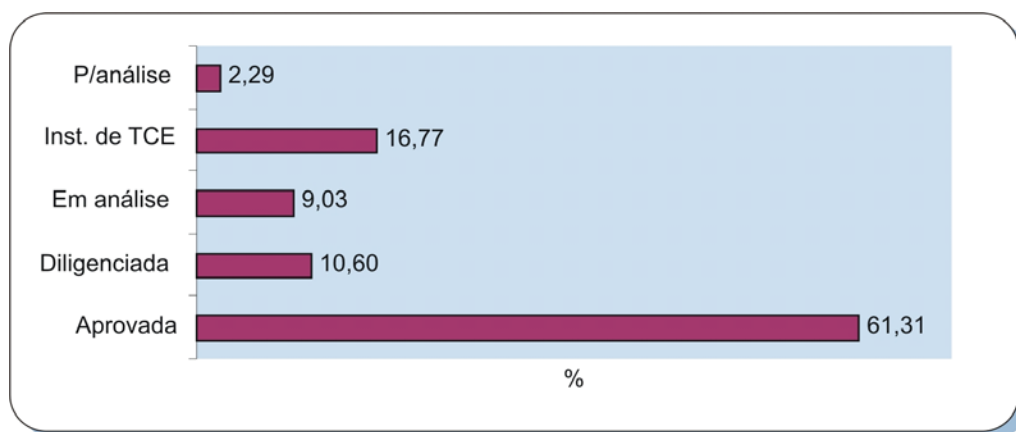


No que concerne a exercícios anteriores a 2005, de acordo com a tabela n.º 6 e o gráfico n.º 3, foram efetivados 6.558 procedimentos que culminaram, entre outras medidas, na aprovação de 4.021 prestações de contas, 1.100 instaurações de TCE e 695 diligências que, em termos percentuais, equivalem, respectivamente, a 61,31%, 16,77% e 10,60%. Estes números demonstram o esforço da instituição, no sentido de reduzir o passivo de prestações de contas, no âmbito dos repasses automáticos realizados pela Autarquia.

Tabela n.º 6: Situação das prestações de contas de transferências automáticas realizadas pelo FNDE, anteriores a 2005 - situação em 2006

Situação da prestação de contas	Quantidade
Total	6.558
Aprovadas	4.021
Diligenciadas	695
Em análise	592
Instauração de TCE	1.100
Para análise	150
Fonte: CGCAP/Difin/FNDE	

Gráfico n.º 3: Avaliação das prestações de contas de transferências automáticas realizadas pelo FNDE, anteriores a 2005 - situação em 2006



15.5. Instauração de tomadas de contas especiais

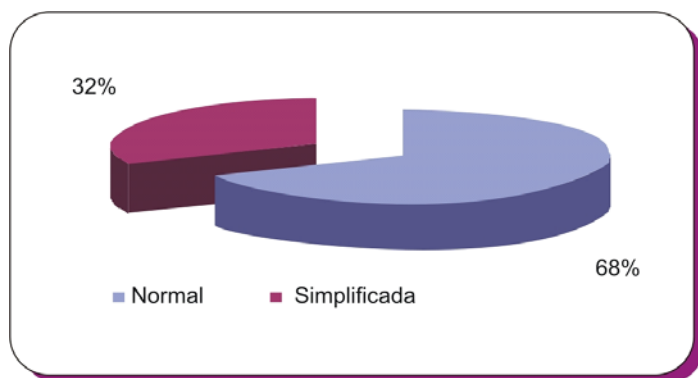
Dos procedimentos analíticos das prestações de contas, 602 convênios (531 relativos ao ano 2005 e 71 correspondentes a exercícios anteriores) receberam parecer recomendando a instauração de TCE, dos quais 472 casos já foram instaurados e constam do resumo apresentado na tabela n.º 7. Os outros 750 casos correspondem a transferências automáticas de recursos, pelo FNDE.

Tabela n.º 7: TCE, por tipo, de repasses automáticos realizados pelo FNDE, até 2005 – situação em 2006

Tipo de TCE	Quantidade
Total	1.222
Normal	833
Simplificada	389
Fonte: CGCAP/Difin/FNDE	

Ainda segundo a tabela n.º 7 e o gráfico n.º 4, das 1.222 TCEs instauradas, 883 (68%) foram de valores acima de R\$ 21 mil e, portanto, seguiram os procedimentos do modelo normal, enquanto que para as 389 (32%) de valores abaixo de R\$ 21 mil adotou-se a modalidade de TCE simplificada, nos termos do art. 7.º da Instrução Normativa n.º 35/2000, do TCU.

Gráfico n.º 4: TCE, normal e simplificada, de repasses automáticos de recursos e de convênios firmados com o FNDE - em 2006



III – DESEMPENHO DOS PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO ÂMBITO DO FNDE

16. (0150) – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas



Desde os primeiros contatos com os colonizadores, a população indígena foi drasticamente reduzida, em consequência de uma história de violência, doenças e falta de proteção. Somente nas últimas décadas, o respeito à diversidade étnica foi consagrado no Estatuto do Índio²¹ e na Constituição Federal de 1988. Por exemplo, no texto constitucional²², o índio foi reconhecido como grupo étnico diferenciado e, portanto, com direito a manter sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições, entendendo que suas várias culturas fazem parte do patrimônio humano nacional, que expressa a riqueza e a complexidade do País.

Em consonância com a Carta Magna, a LDB²³ estabelece, como objetivo do Sistema de Ensino da União, proporcionar às comunidades indígenas a possibilidade de recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e, ainda, garantir o acesso às informações e à oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural. Também a questão indígena é analisada no texto do Plano Nacional de Educação, que reconhece que “há ainda muito a ser feito no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas”²⁴, dada a dispersão e heterogeneidade da população, fatores que “tornam difícil a implementação de uma política educacional adequada”²⁵.

É fato que a população indígena é hoje de aproximadamente 460 mil indivíduos, que vivem em áreas de aldeias, distribuídos entre 225 sociedades, em mais de 600 reservas. Ainda há estimativas de que 100 a 190 mil índios vivem fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas²⁶. Embora exista a defesa dos direitos dos povos da floresta sob o aspecto legal, muitas comunidades indígenas encontram-se em situação de risco social, em decorrência de constantes invasões e depredações de seus territórios, aliciamento e corrupção de suas lideranças, exploração sexual, preconceito, discriminação, uso de drogas e exploração de seu trabalho.

Para fazer face ao desafio constitucional de proteger esta população, o governo federal estabeleceu no Plano Plurianual - PPA 2004-2007, Megaobjetivo III - Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia - o desafio 26: “Garantir a integridade dos povos indígenas, respeitando sua identidade cultural e organização econômica”²⁷. Neste contexto, deve ser destacado o **Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas**, que foi implementado por meio de um conjunto de ações interinstitucionais e multidisciplinares, definidas a partir do planejamento participativo, levadas a efeito por unidades governamentais descentralizadas, apoiadas por organizações não-governamentais e indígenas coordenadas pela Funai.

Cabe ao FNDE a responsabilidade de descentralizar recursos, via convênio, para viabilizar os projetos educacionais, elaborados sob a forma de Plano de Trabalho, aprovados previamente pela Secretaria de Educação Fundamental - SEB e que promovam a inclusão dessas populações no processo de ensino, com qualidade social.

Para serem desenvolvidas as duas ações previstas, no programa, em 2006, foram consignadas dotações da ordem de R\$ 5.600.000,00, sendo executados R\$ 5.437.212,39.

21 Brasil. Lei n.º 6.001- Estatuto do Índio de 19/12/1973.

22 Brasil. Constituição Federal CF de 05/10/1988, art. 231, p.138.

23 Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 20/12/1996, artigos 78 e 79, p.18.

24 Brasil. Lei 10.172. Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2011 de 09/01/01, p. 66.

25 PNE, op. cit. p. 66.

26 Dados referentes à população indígena disponíveis em <http://www.funai.gov.br>.

27 Brasil. Lei n.º 10.933/ 2004. Plano Plurianual. PPA 2004-2007 Anexo I. p.2.

16.1. (0150.0948) – Ação: Apoio ao ensino fundamental escolar indígena

Finalidade: Apoiar a ampliação e melhoria da rede escolar indígena, incluindo infra-estrutura física e de pessoal para a educação fundamental nas comunidades indígenas.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 1. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
6.500	8.221	126,48%	4.100.000,00	3.952.433,07	96,40%
Produto: aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Em primeiro lugar, cabe salientar que houve descentralização de créditos, no valor de R\$ 505.403,80, para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC.

Quanto à avaliação de sua execução, a ação, que está relacionada à construção, reforma, aquisição de equipamentos e qualificação de técnicos e gestores para as escolas indígenas, mostrou uma execução financeira de 96,40% do autorizado. Isso se deve ao fato de que trâmites administrativos e legais, em relação às terras indígenas e à autorização de construção nas mesmas, terminaram por demandar um tempo maior para a consecução dessa atividade.

16.2. (0150.09DX) – Ação: Capacitação de professores para a educação fundamental indígena

Finalidade: Capacitar professores para o ensino escolar bilíngüe indígena, considerando a multiculturalidade dos povos indígenas.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 2. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
1.500	2.833	188,87%	1.500.000,00	1.484.779,32	98,98%
Produto: Professor capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Da avaliação da execução da meta física por meio das informações de alunos beneficiados pelos convênios firmados, verifica-se que a ação possibilitou a formação de 2.833 professores, ou seja, quase o dobro dos 1.500 previstos. Esse expressivo resultado decorre do esforço acima do esperado das Unidades da Federação.

Este esforço denota o interesse pelo tema, destacando-se, inclusive, que, nos últimos anos, a população ameríndia no Brasil vem aumentando de maneira significativa. Segundo o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os índios passaram de 294 mil, em 1991, para 734 mil, em 2000. Com o objetivo de garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas, pretende-se que esta ação estenda-se a todo o País .

17. (0903) - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica



O programa corresponde à transferência aos entes federados dos dois terços da contribuição social do salário-educação, recolhido pelas empresas, como fonte adicional para financiar o ensino fundamental.

O orçamento de 2006 autorizou para este programa R\$ 4.309.859.989,00, sendo que, deste total, foram executados R\$ 4.308.769.989,00.

17.1. (0903.0369) – Ação: Quota-parte dos estados, municípios e do Distrito Federal do salário-educação

Desempenho:

Tabela n.º 1 - Execução físico-financeira

Ente da Federação	Meta financeira		
	Prevista	Realizada	%
Quota-parte dos estados	2.105.506.051,81	2.104.416.051,81	99,95
Quota-parte dos municípios	2.204.353.937,19	2.204.353.937,19	100,00

Destaque-se que, em razão da natureza da ação, não há meta física, bem como as informações sobre a sua execução encontram-se na Parte II deste relatório.

18. (1060) - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos



A educação é o primeiro direito social previsto na Constituição Federal²⁸, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho²⁹. Ainda a própria Constituição Federal estabelece que uma das metas de nosso sistema educacional é a erradicação do analfabetismo³⁰, fato que é consagrado em objetivos, prioridades e metas estabelecidas no PNE³¹. Porém, mesmo a educação sendo reconhecida como um direito constitucional, o quadro educacional brasileiro precisa urgentemente ser alterado, pois cerca de 65,9 milhões de brasileiros não possuem o ensino fundamental completo, sendo que, destes, segundo o IBGE³², 16,5 milhões, com 10 anos ou mais, são analfabetos absolutos ou com menos de um ano de instrução, 38 milhões são considerados analfabetos funcionais (com menos de quatro anos de escolaridade); e a escolaridade média é de 5,8 anos de estudos³³. Quanto à população específica de 15 anos ou mais, 11% são compostos por analfabetos.

Associados ao alto índice de analfabetismo e aos baixos índices de escolaridade, surgem outros problemas: a necessidade de inserção social dessa população, a redução das desigualdades como instrumento de promoção de justiça social, a inclusão no mercado de trabalho e a conseqüente ampliação da cidadania e distribuição de renda. Para o atendimento a essas demandas, o governo federal, em seu planejamento estratégico (PPA 2004-2007), estabeleceu como Megaobjetivo I³⁴ a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, inclusive definindo como desafio a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, e a luta pela erradicação do analfabetismo como diretriz específica. Desta maneira, foram previstas ações articuladas e integradas, de forma a garantir a universalização dos direitos sociais básicos, em especial o acesso ao ensino fundamental, à escolarização mínima e a oferta de escola de qualidade.

É neste contexto que foi criado pelo governo federal, em 2003, o programa **Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos**, para ofertar oportunidade àqueles que não tiveram acesso ao ensino básico, na idade escolar própria. É função do poder público assegurar políticas públicas educacionais adequadas a esse alunado, respeitando suas características, seus interesses, suas condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames³⁵. O programa tem por público-alvo jovens e adultos com mais de quinze anos, não alfabetizados ou com baixa escolaridade, e os educadores que atuam nessa modalidade de ensino, e pretende contribuir para a inserção social desta parcela expressiva de brasileiros. Tem como objetivo complementar empreender ataque ao analfabetismo em duas frentes: a mobilização para a alfabetização inicial e a continuidade do processo de educação daqueles que tardiamente ingressaram ou reingressaram nos sistemas de ensino.

Atualmente, a execução ocorre por meio de parcerias que o governo federal estabelece com estados, o Distrito Federal e municípios, e ainda com instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil com experiência comprovada no desenvolvimento de projetos de alfabetização de jovens e adultos. Para a participação no programa, a entidade interessada precisa apresentar projetos educacionais, que

28 CF, art. 6º, op. cit. p. 23.

29 LDB, art. 2º, op. cit. p. 1.

30 CF, art. 214, op. cit. p. 131.

31 PNE, op. cit. p. 6 e 44.

32 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD-2004-2005, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/brasilpnad2005.pdf>, acessado em 31/10/2006, 15h30.

33 PPA, op. cit. p. 1, 15 a 17.

34 Fonseca. Ricardo Tadeu Marques da. Entrevista a UniFAE Inteligência, em 20/10/2006, disponível em <http://www.fae.edu/inteligencia/includes/imprimir.asp?lngIdNoticia=58701>, acessado em 31/10/2006 às 17h.

34 LDB, art. 37º, op. cit. p. 10.

são avaliados e aprovados pelo MEC, órgão responsável pelo acompanhamento, pelo monitoramento e pela avaliação destas propostas.

O orçamento para o programa, em 2006, foi de R\$ 605.161.098,00, visando atender à maioria dos municípios brasileiros, e foram executados R\$ 594.941.167,66.

18.1. (1060.0081) - Ação: Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos - Fazendo Escola

Finalidade: Propiciar o atendimento, nas escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, a jovens e adultos matriculados na modalidade "supletivo presencial com avaliação no processo", por meio da ampliação da oferta de vagas e do ensino de qualidade, resgatando para a escola essa clientela que foi, involuntariamente, excluída da educação fundamental e assegurando o aprendizado do alunado.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 1: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
1.792.852	3.327.307	185,58%	412.213.000,00	412.213.000,00	100%
Produto: Aluno Beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

A meta física superou em muito a quantidade de alunos beneficiados prevista na LOA/2006: 85,58%. Isso porque a meta traçada por ocasião da elaboração da LOA tinha por base outro desenho para o Fazendo Escola, no qual apenas uma parte dos estados e municípios que tinham matrículas em EJA era beneficiada. Atualmente, a ação beneficia todos os estados e municípios que tenham matrículas de EJA presenciais com avaliação no processo. Quanto à execução financeira, esta, por sua vez, foi realizada em 100%.

18.2. (1060.0507) - Ação: Apoio a iniciativas para a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos

Finalidade: Prover ações supletivas e redistributivas para a ampliação do acesso à correção progressiva das disparidades de acesso à garantia de padrão mínimo de qualidade da Educação de Jovens e Adultos mediante o desenvolvimento de projetos especiais.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:**Tabela n.º 2 - Execução físico-financeira**

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
564.103	438.161	77,67%	16.450.000,00	12.300.324,77	74,77%
Produto: Aluno Beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

A meta física ficou em aproximadamente 80% da prevista. Isso porque o universo dos alunos, em especial da educação prisional, lida com estimativas, devido ao fluxo da população carcerária. A meta financeira, por sua vez, teve um desempenho bastante semelhante, em termos percentuais, de 74,77%.

18.3. (1060.0920) – Ação: concessão de bolsa ao alfabetizador

Finalidade: Estimular a participação de estudantes e voluntários no processo de alfabetização de jovens e adultos.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:**Tabela n.º 3 - Execução físico-financeira**

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
109.959	86.775	78,92%	164.823.098,00	162.078.742,09	98,33%
Produto: Bolsa Concedida					
Unidade de Medida: Unidade					

Houve descentralização de crédito no valor de R\$ 993.320,00, conforme tabela n.º 4 abaixo.

Tabela n.º 4 – Destaques concedidos em 2006

UF	Entidade	Valor R\$
Total		993.320,00
BA	Universidade Federal da Bahia	699.640,00
DF	Fundação Universidade de Brasília	60.840,00
MG	Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MG	115.400,00
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	110.000,00
SP	Universidade Federal de São Paulo - Unifesp	7.440,00
Fonte: FNDE/Dirpe		

A intempestividade da publicação das Resoluções CD/FNDE n.º 22, de 20 de abril de 2006, e CD/FNDE n.º 31, de 10 de agosto de 2006, que regulamentam a execução das ações no âmbito, respectivamente, dos estados e municípios e das entidades privadas diminuiu o prazo para a execução da ação, mas, apesar do exposto, foi possível realizar o repasse dos recursos

incluindo a descentralização de créditos, no valor de R\$ 993.320,00 às entidades apresentadas na tabela n.º 4, e atingiu-se a meta de 98,33%.

A execução orçamentária transcorreu mediante repasses diretos aos entes federados, descentralização para as entidades federais e convênios firmados com as entidades privadas sem fins lucrativos, possibilitando o atingimento da meta física em torno de 79%.

18.4. (1060.09BT) – Ação: Apoio à capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos

Finalidade: Qualificar alfabetizadores garantindo uma formação inicial e continuada, específicas para atuar com jovens e adultos.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 5 - Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
109.959	70.346	63,97%	11.275.000,00	7.949.200,80	70,50%
Produto: Alfabetizador capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

O repasse de recursos ocorreu por meio de transferências voluntárias a estados, municípios e universidades, bem como por convênios para organizações não-governamentais. A execução financeira foi de 70,50% da meta prevista. E a meta física, de 63,97%. A razão pela qual esta ação não atingiu as metas previstas foi o contingenciamento orçamentário ocorrido em 2006.

18.5. (1060.09EP) – Ação: Apoio a ações assistenciais aos alunos de educação de jovens e adultos

Finalidade: Possibilitar o desenvolvimento de ações de apoio à educação de jovens e adultos pelos órgãos e entidades que garantam seu acesso, sua permanência e o melhor aproveitamento escolar do aluno, reduzindo o alto índice de evasão verificado nas turmas de educação de jovens e adultos.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 6 - Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
9.600	1.600	16,67	400.000,00	399.900,00	99,99%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

O valor desta ação foi todo descentralizado para a Secad/MEC, que assinou convênio, no valor de R\$ 199.900,00, com o Centro Ativo de Programas Sociais – Semear, do Rio de Janeiro, para atuação no município de São Gonçalo e adjacências. O projeto tem por objetivo o desenvolvimento de ações para a melhoria de qualidade de vida, com orientação na área de saúde, inclusive com consultas oftalmológicas e distribuição de óculos para jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado.

Ainda no âmbito desta ação, a Secad realizou transferência direta de R\$ 200.000,00 à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap – PR), visando à aquisição e distribuição de óculos aos alunos do projeto Saberes das Águas (projeto de alfabetização de jovens e adultos implementado em articulação com o Programa Brasil Alfabetizado), nos municípios de Xique-Xique, Remanso e Barra (região do médio São Francisco, no Estado da Bahia).



Ao ser avaliado o sistema educacional brasileiro, pode-se afirmar que, no transcorrer dos anos, inúmeras políticas públicas, que buscavam a solução de gargalos existentes no ensino fundamental, foram adotadas pelo governo federal. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), foi adotada uma nova organização dos níveis escolares da educação: definiu-se que a educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio³⁶. Porém, mesmo após alguns anos da aprovação da LDB, a educação infantil e o ensino médio continuaram órfãos, pois estas permaneceram sem espaço na agenda política do governo, embora suas carências tenham sido esboçadas, com detalhes, no Plano Nacional de Educação 2001-2011³⁷.

Neste contexto, o governo federal, buscando alterar o quadro educacional existente, adotou como meta, no PPA 2004-2007, uma política voltada para garantir a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal aos três níveis da educação básica³⁸. Esse novo princípio é marcado pelo reconhecimento de um direito: todo cidadão deve ter a seu dispor uma escola de qualidade até o final do ensino médio.

Para tanto, foi criado o Programa Brasil Escolarizado, que objetiva contribuir para a universalização da educação básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência, em seus três níveis. O citado Programa tem como público-alvo crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas, em todo o território nacional. Sua implantação ocorre em parceria com estados, o Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais, e visa promover ações conjuntas entre as três esferas da administração pública e obedece a diretrizes estabelecidas pelas Secretarias e órgãos do MEC envolvidos. Para sua execução, está prevista a utilização de recursos internos e externos, a assinatura de convênios e contratos, além das transferências legais, voluntárias e diretas.

Para o exercício específico de 2006, foram disponibilizados R\$ 2.626.609.650,00 visando o atendimento das ações previstas no programa, dos quais se executaram R\$ 2.592.987.034,22.

19.1. (1061.0509) – Ação: Apoio ao desenvolvimento da educação básica

Finalidade: Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do ensino básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

Unidade administrativa responsável: FNDE

³⁶ LDB. Art. 21, op.cit. , p. 6.

³⁷ PNE, op. cit. p. 09 a 16, 24 a 31.

³⁸ PPA 2004-2007, op. cit, Anexo I, p 15-A.

Desempenho:

Tabela n.º 1 - Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
63	62	98,41%	919.043.562,00	908.370.251,86	98,84%
Produto: Projeto apoiado					
Unidade de Medida: Unidade					

A finalidade desta ação é contribuir para o desenvolvimento e a universalização da educação básica, mediante o aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

Sua implementação se deu por meio de apoio a projetos educacionais junto a entidades públicas e privadas, e a organismos internacionais, mediante a realização de transferências voluntárias e a efetivação de contratações diretas.

Além de financiar a execução de projetos relacionados à construção e reforma de escolas voltadas para a educação infantil e fundamental, entre outros fatores, esta ação também apoiou importantes investimentos no âmbito do ensino médio, de forma a garantir a sua progressiva universalização.

Com este objetivo, enquanto avançavam as negociações para a promulgação da Emenda Constitucional de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), foram aplicados no ensino médio recursos da ordem de R\$ 406,5 milhões para minimizar problemas estruturais de oferta de vagas nesse nível de ensino em 27 unidades da federação, mediante a formalização de convênios.

Neste contexto, por intermédio da mesma ação, foram investidos nesse nível de ensino o correspondente a R\$ 81,0 milhões, destinados a promover a aquisição de livros didáticos para distribuição gratuita às escolas públicas de ensino médio.

No ano de 2006, foram alocados à conta desta ação recursos da ordem de R\$ 919,0 milhões, dos quais foram executados R\$ 908,4 milhões, para o financiamento de 62 projetos, dentre 63 previstos, equivalendo, respectivamente, a 98,41% e 98,84% de execução das metas física e financeira.

19.2. (1061.0513) - Ação: Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (**Pnae**), que corresponde à ação orçamentária “Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica”, objetiva suprir as necessidades alimentares e nutricionais dos alunos, promovendo, conseqüentemente, hábitos alimentares adequados e saudáveis, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento físico e mental, além de concorrer para a aprendizagem e o rendimento escolar bem como, indiretamente, fomentar a economia local.

Desde o advento da edição da Medida Provisória n.º 1.784/98 (que, em sua última reedição, recebeu o n.º 2.178-36/01), a execução do Pnae tornou-se descentralizada. De acordo com a Medida Provisória, os recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar são repassados diretamente às entidades executoras (Secretarias estaduais e distrital de Educação, prefeituras municipais e escolas federais), mediante depósito

em contas correntes específicas abertas pelo FNDE, sem a necessidade de se firmar convênio ou outro tipo de instrumento legal próprio contratual.

Os recursos recebidos à conta do Pnae devem ser empregados, exclusivamente, na aquisição de gêneros alimentícios, sendo 70%, obrigatoriamente, em produtos básicos, ou seja, alimentos indispensáveis para a promoção de uma alimentação saudável, que respeitem a legislação de alimentos em vigor e, ainda, em consonância com a cultura alimentar de cada localidade e sua vocação agrícola. O programa determina que os cardápios, bem como todo o planejamento de preparação e oferta das refeições aos escolares, sejam elaborados por nutricionistas, os quais assumem a responsabilidade técnica do programa.

Para que as Secretarias de Educação estaduais e distrital e as prefeituras municipais recebam os recursos do programa é necessário que instituam seus Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) aos quais, entre outras responsabilidades, compete o acompanhamento das etapas acima descritas para assegurar a correta aplicação dos recursos e, principalmente, analisar e emitir parecer conclusivo quanto à prestação de contas anual realizada pelo gestor responsável nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

Os recursos são repassados em dez parcelas mensais, a partir de fevereiro, para o atendimento de 20 dias, cobrindo, assim, 200 dias letivos.

O cálculo do montante a ser repassado é feito com base no número de alunos apurado no censo escolar realizado, anualmente, pelo Inep. Para o exercício de 2006, os recursos consignados no orçamento da União foram de R\$ 1.496.036.142,00, visando ao atendimento de:

- 34 milhões de alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede pública e de entidades filantrópicas do ensino regular e especial;
- 1,14 milhão de alunos matriculados em creches;
- 147.184 estudantes de creches, pré-escolas da educação indígena; e
- 77.993 estudantes de creches, pré-escolas e escolas com os demais níveis de ensinos localizadas em áreas remanescentes de Quilombos.

A totalidade desses alunos corresponde a 19,5% da população brasileira que, segundo os últimos dados de censo populacional do IBGE, corresponde a 186 milhões de habitantes.

Desde 2003, o Programa vem sofrendo inovações que se refletem positivamente na sociedade, tais como: mudança de paradigma de assistencialismo para direito humano; extensão do atendimento aos alunos matriculados em creches; atendimento com valores *per capita* diferenciados para alunos de creches, pré-escolas e escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de Quilombos.

Essas inovações se refletem nos princípios estabelecidos para o Programa, que se traduzem na universalidade do atendimento, compreendendo:

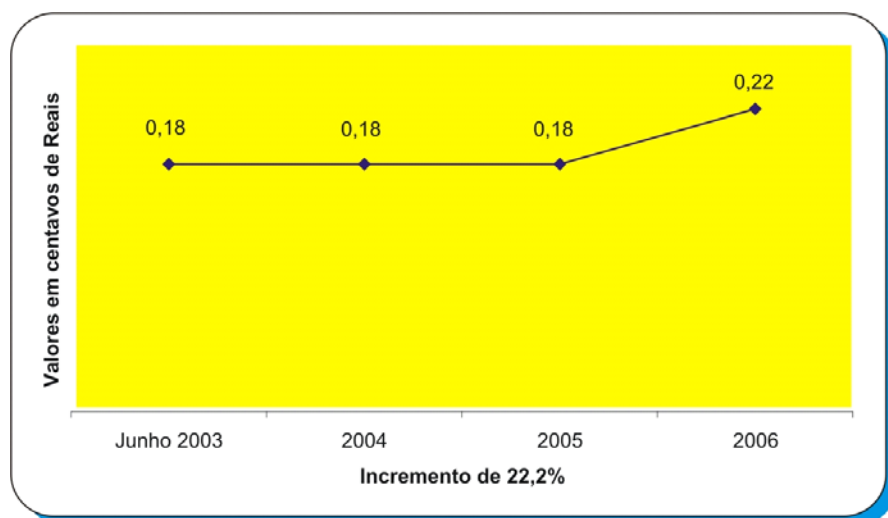
- todos os alunos das escolas públicas da educação infantil e do ensino fundamental; alunos das escolas filantrópicas que oferecem alimentação gratuitamente;
- o respeito aos hábitos alimentares de cada localidade;
- a equidade no atendimento que garante o acesso à alimentação escolar de forma igualitária a todos os alunos;

- o respeito às diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitam de atenção específica e dos que se encontram em insegurança alimentar;
- a descentralização das ações, pelo compartilhamento da responsabilidade com a oferta da alimentação escolar entre os entes federados, conforme prevê a Constituição Federal; e
- a participação social no controle e acompanhamento das ações realizadas pelas entidades executoras do Programa, para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.

Assim, sob o novo paradigma do direito, iniciou-se, a partir de junho de 2003, com a transferência de créditos orçamentários provenientes do extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) para o FNDE, o atendimento de alunos de creche, que, não só permitiu o incremento das refeições intermediárias necessárias ao bom desenvolvimento físico e mental das crianças na faixa etária de 6 meses a 3 anos de idade, período formativo em que a criança necessita de maior atenção, principalmente, no que diz respeito à alimentação, mas também provocou a inserção dos alunos de creche no sistema educacional, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996).

O atendimento iniciou-se com R\$ 0,18, em junho de 2003, e encontra-se atualmente com o valor de R\$ 0,22, o que representa um incremento de 22,2%, ocorrido em três anos, conforme demonstrado no Gráfico n.º 1.

Gráfico n.º 1 - Evolução nominal *per capita* do atendimento às creches

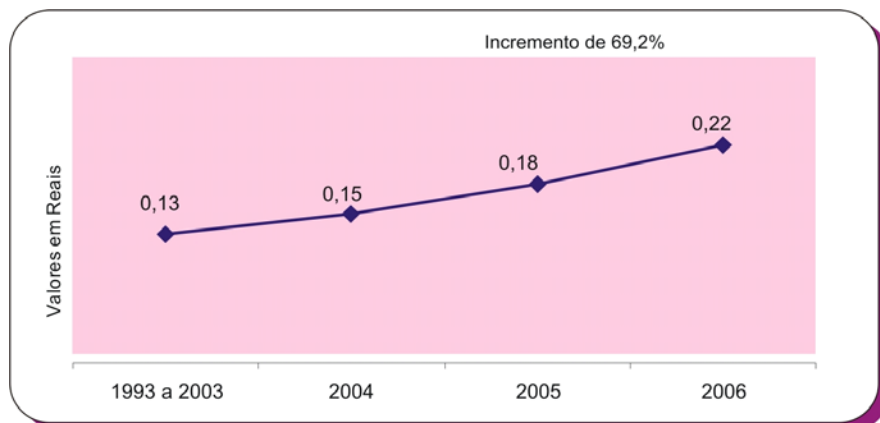


Fonte: FNDE/Dirae

Após dez anos de congelamento do valor *per capita* destinado à alimentação escolar, nos últimos quatro anos, houve um incremento financeiro de cerca de 69,2% nos investimentos destinados ao atendimento dos alunos do ensino fundamental, passando-se de R\$ 0,13, em 2003, para R\$ 0,22, em 2006, ao passo que, para os alunos da pré-escola das escolas públicas e para os alunos das escolas filantrópicas, esse *per capita* passou de R\$ 0,06 para R\$ 0,22, o que significa um incremento de 266,67%.

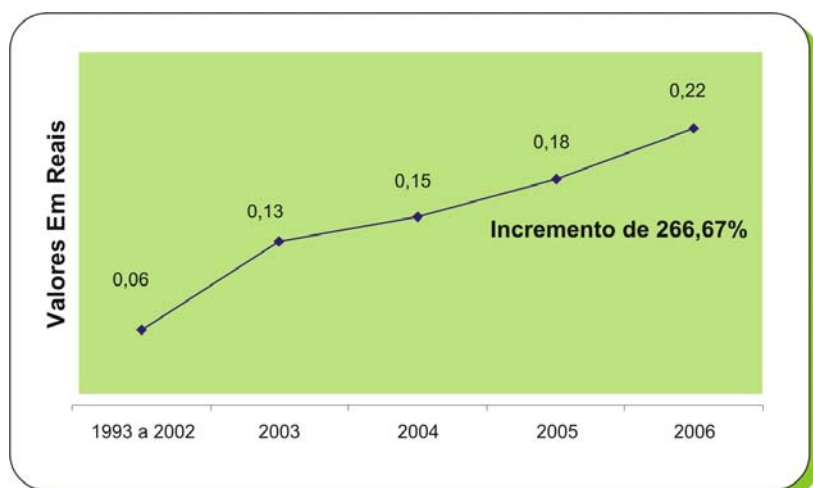
Os gráficos n.ºs. 2 e 3, a seguir, ilustram a evolução dos valores *per capita* do ensino fundamental, da pré-escola e das escolas filantrópicas, conforme mencionado acima.

Gráfico n.º 2 – Evolução nominal *per capita* do atendimento do ensino fundamental



Fonte: FNDE/Dirae

Gráfico n.º 3 - Evolução nominal *per capita* do atendimento do pré-escolar e escolas filantrópicas



Fonte: FNDE/Dirae

No mesmo ritmo, foi incrementado ainda o valor *per capita* destinado aos alunos das escolas indígenas, inclusive da educação infantil, passando de R\$ 0,13, para os alunos do ensino fundamental, e de R\$ 0,06, destinados aos da pré-escola, para R\$ 0,34, a partir de outubro de 2003, valor atualmente fixado em R\$ 0,44, desde maio de 2006, o que significou um investimento de mais de 238,46%.

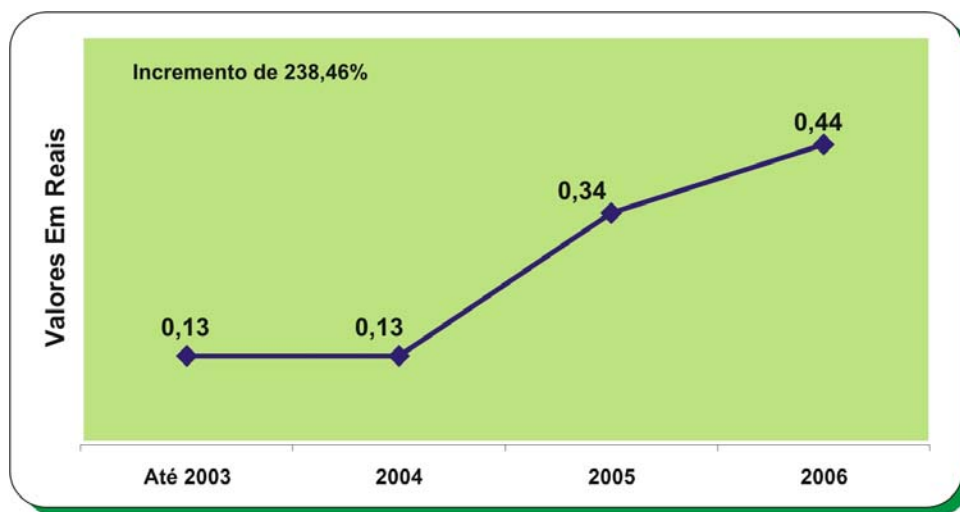
Os alunos de creche indígena passaram a ser atendidos também com um *per capita* específico, passando de R\$ 0,18 para R\$ 0,34 e, posteriormente, para R\$ 0,44.

Esses investimentos objetivaram oferecer um atendimento de forma diferenciada aos alunos que se encontram em maior risco de insegurança alimentar e nutricional, para que possam chegar às mesmas condições que os demais alunos das escolas públicas, atendendo, assim, aos princípios estabelecidos para o Programa.

Em 2005, os alunos das escolas localizadas em áreas remanescentes de Quilombos também passaram a ser atendidos com *per capita* diferenciado de R\$ 0,13, destinados aos alunos da pré-escola, e R\$ 0,06, aos do ensino fundamental, repassados desde 1993 até 2002. Atualmente, recebem o valor *per capita* de R\$ 0,44, a exemplo dos alunos das escolas indígenas, inclusive aqueles atendidos nas creches.

O gráfico n.º 4 apresenta a evolução *per capita* do atendimento da educação indígena e remanescentes quilombola.

Gráfico n.º 4 - Evolução nominal *per capita* do atendimento da educação indígena e remanescentes quilombola



Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 2 – Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
36.239	36.180	99%	1.496.036.142,00	1.480.312.595,15	99%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Milhar					

O atendimento da meta física foi inferior ao previsto, em virtude do decréscimo de matrícula ocorrido no Censo Escolar/2005, em especial no que se refere ao ensino fundamental.

Foram repassados aos estados e municípios o montante de R\$ 1.479.818.502, 84, e de R\$ 494.092,31 para as escolas federais, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento da alimentação escolar, totalizando investimentos da ordem de R\$ 1.480.312.595,15, conforme demonstrado nas tabelas n.ºs 2 e 3.

Tabela n.º 3 - Indicador de desempenho: investimento por aluno atendido pelo Pnae

Investimento total do programa = R\$ 1.480.312.595,15	R\$ 40,91
Alunos atendidos = 36.180.242	

Considerando o indicador econômico que está sendo adotado, o desempenho do Programa, no que se refere à relação repasse financeiro/aluno atendido, foi de R\$ 40,90, para todo o ano letivo, o que corresponde a 200 dias de atendimento.

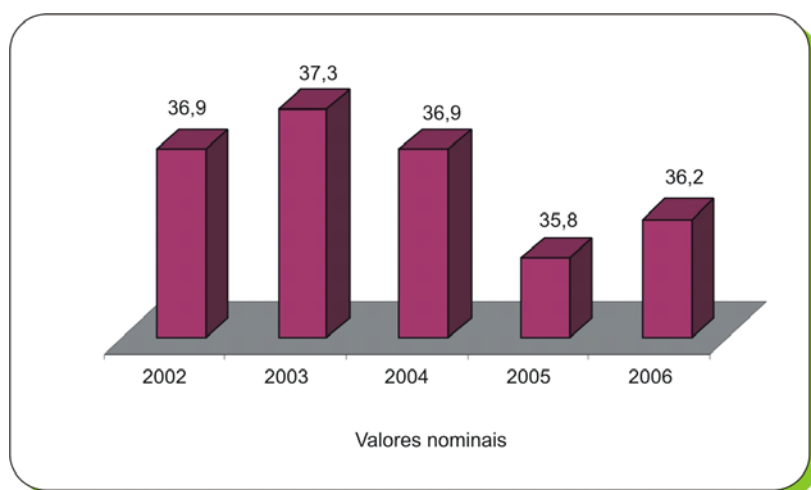
Cabe ressaltar, no entanto, que os recursos orçamentários e financeiros para o atendimento de todos os alunos da educação infantil e do ensino fundamental, inclusive, indígena e de áreas remanescentes de Quilombos, em 2006, foram consignados no orçamento anual do FNDE, sendo, portanto, contabilizados na tabela n.º 4 - Execução Físico-Financeira do Pnae em 2006, a seguir:

Tabela n.º 5 - Execução físico-financeira do Pnae em 2006 – Escolas Federais

UF	N.º de Alunos Atendidos				Valor repassado
	Pré-escola	Fundamental	Creches	Total	
Total	984	15.914	581	17.479	494.092,31
DF	0	1.378	0	1.378	55.203,88
MA	0	1.127	0	1.127	40.549,93
MG	224	1.994	0	2.218	28.306,88
PR	85	476	85	646	7.275,95
RJ	253	8.803	119	9.175	289.813,38
RS	86	1.334	58	1.478	14.559,17
SC	157	614	135	906	37.145,52
SP	179	188	184	551	21.237,60

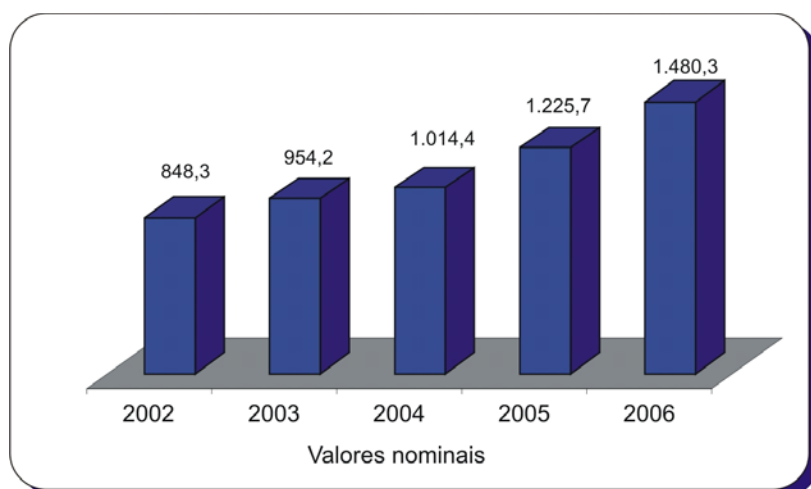
Fonte: FNDE/Dirae

Gráfico n.º 5 - Evolução histórica da clientela do Pnae (milhões de alunos)



Fonte: FNDE/Dirae

Gráfico n.º 6 - Evolução histórica dos recursos financeiros investidos no Pnae (em milhões de Reais)



Fonte: FNDE/Dirae

Missões internacionais

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Brasil vem se propondo a cooperar com países em desenvolvimento, por meio da elaboração de projetos de cooperação internacional, por intermédio dos quais tornam-se possíveis ações de fomento e de parceria técnica para a formulação e a implementação de políticas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional, como é o caso do Haiti, de Cabo Verde de Moçambique e de Angola. Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes ações no exercício de 2006:

- missão a Cabo Verde, com o objetivo de identificar as possibilidades de cooperação entre o Governo Brasileiro e o país de Cabo Verde;
- missão a Angola, com o objetivo de identificar as possibilidades de cooperação entre o Governo Brasileiro e o país de Angola;
- missão a Moçambique, com o objetivo de identificar as possibilidades de parceria de cooperação entre o Governo Brasileiro e o Governo de Moçambique;
- elaboração de projeto de implantação de um Programa de Alimentação Escolar no Haiti, a fim de dar cumprimento ao Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, uma vez que foi realizada viagem de diagnóstico no país, no exercício de 2005.

Além das ações de parceria com países em desenvolvimento, o Programa Nacional de Alimentação Escolar vem sendo constantemente convidado a conhecer experiências de outros países e a participar de eventos, palestras, entre outras ações. No exercício de 2006, esteve presente nos seguintes eventos:

Chile

- Participação, na qualidade de palestrante, do “XVII Congresso de la Sociedad Chilena de Nutrición, Bromatología y Toxicología, Primera Reunión de las Sociedades de Nutrición Del Cono Sur y España y Primeras Jornadas Peruano-Chilenas de Nutrición”.

Genebra

- Participação, na qualidade de palestrante, na “33.ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas – SCN”.

Bolívia

- Acompanhamento do Secretário-Geral das Relações Exteriores, para tratar das possíveis formas de cooperação com aquele país.

Barcelona

- Participação, na qualidade de palestrante, no “I World Congress of Public Health Nutrition”.

19.3. (1061.09CW) – Ação: Apoio à reestruturação da rede física pública

Finalidade: Destina-se a apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a reestruturação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares. Dotar a rede de escolas do nível básico de condições adequadas de funcionamento no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 6 – Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
300	298	99,33%	28.536.000,00	28.053.107,89	97,93%
Produto: Escola apoiada					
Unidade de Medida: Unidade					

Os resultados físico-financeiros da ação, no exercício de 2006, aproximaram-se da totalidade das metas previstas. No caso da meta física, 298 escolas foram atendidas (99,33%), das quais 80 estabelecimentos de ensino mediante convênios plurianuais. No caso da meta financeira, cerca de 27,7 milhões, correspondendo a 97,93%, foram executados, inclusive considerando o destaque de crédito concedido ao Colégio Naval do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 400.000,00.

Ressalte-se que o valor financeiro executado, em torno de R\$ 7,1 milhões, refere-se às escolas que foram atendidas em regime plurianual e, ainda, a diferença entre a meta física e a financeira decorreu da indisponibilidade orçamentária, em razão da concessão de uma emenda parlamentar.

Tabela n.º 7 - Execução Financeira por Região / UF - em 2006

Região/ UF	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	80.228	298	28.053.107,89
Norte	7.491	39	3.930.141,57
Rondônia	2.416	7	839.029,78
Acre	617	1	900.000,00
Amazonas			200.000,00
Roraima			100.000,00
Pará	2.509	26	1.188.111,92
Amapá			100.000,00
Tocantins	1.949	5	1.002.999,87
Nordeste	33.155	109	9.222.152,95
Maranhão	4.396	25	1.801.362,86
Piauí	320	1	407.835,05
Ceará	4.874	10	1.512.624,31
Rio Grande do Norte	14.474	42	2.605.977,30
Paraíba	300	1	341.625,95
Pernambuco	2.166	7	193.650,82

Alagoas	2.720	3	410.611,49
Sergipe	1.518	3	449.888,38
Bahia	2.387	17	1.498.576,79
Sudeste	15.097	34	3.418.093,66
Minas Gerais	2.869	21	691.431,83
Espírito Santo			
Rio de Janeiro	9.220	4	1.002.193,18
São Paulo	3.008	9	1.724.468,65
Sul	18.926	100	7.960.989,73
Paraná	8.046	30	1.857.771,09
Santa Catarina	3.405	11	535.176,68
Rio Grande do Sul	7.475	59	5.568.041,96
Centro-Oeste	5.559	16	3.121.729,98
Mato Grosso do Sul	1.216	6	676.414,72
Mato Grosso	2.613	4	931.134,21
Goiás	1.730	6	1.514.181,05
Fonte: FNDE/Dirpe			

19.4. (1061.09EV) – Ação: Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública

Finalidade: Destina-se a apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal e também entidades não-governamentais que atuem na educação especial, com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para novos espaços educacionais ou espaços reformados.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 8: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
178	488	274,15%	4.400.000,00	4.399.253,49	99,98%
Produto: Escola equipada					
Unidade de Medida: Unidade					

Em 2006, a ação de apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública atingiu os seguintes resultados:

A meta física realizada superou a prevista em 174,15%. Do total estabelecido, 96 escolas, 19,68%, são referentes aos convênios plurianuais. A superação da meta física deveu-se ao aperfeiçoamento no critério de distribuição de equipamentos por escola, bem como à orientação sugerida aos convenientes para a atualização da modalidade de licitação e pregão para as compras de equipamentos.

A meta financeira foi atingida em 99,98%, correspondente a R\$ 4.399.253,49. Desse total, 17,41%, perfazendo um valor de R\$ 765.887,63, são referentes a convênios plurianuais.

Tabela n.º 9 - Execução Financeira por Região / UF – em 2006

Região/UF	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	66.043	488	4.399.253,49
Norte	14.027	72	482.017,37
Rondônia	11.788	47	379.557,87
Acre			
Amazonas			
Roraima			
Pará	2.239	25	102.459,50
Amapá			
Tocantins			
Nordeste	13.020	130	660.167,85
Maranhão	1.109	12	68.725,80
Piauí	1.160	2	39.697,00
Ceará	580	2	104.790,11
Rio Grande do Norte			
Paraíba	4.489	56	137.461,50
Pernambuco	475	6	42.427,44
Alagoas			
Sergipe	4.707	35	99.000,00
Bahia	500	17	168.066,00
Sudeste	20.347	172	1.688.710
Minas Gerais	17.523	164	1.021.181,19
Espírito Santo			
Rio de Janeiro			
São Paulo	2.824	8	667.529,29
Sul	16.164	106	1.335.637
Paraná	200	1	16.389,45
Santa Catarina	12.838	75	310.600,00
Rio Grande do Sul	3.126	30	1.008.647,44
Centro-Oeste	2.485	8	232.721
Mato Grosso do Sul			
Mato Grosso	1.735	5	92.009,00
Goiás	750	3	140.711,90
Distrito Federal			
Fonte: FNDE/Dirpe			

19.5. (1061.2272) – Ação: Gestão e administração do Programa

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 10 – Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
..	..	..	23.000.000,00	20.274.267,17	88,15%

Em função de suas peculiaridades, a ação não possui meta física. Neste sentido, a avaliação limita-se ao contexto financeiro. Portanto, no exercício de 2006, foram custeadas despesas de cunho administrativo, no âmbito do Programa Brasil Escolarizado, com as quais foram despendidos cerca de R\$ 20,2 milhões.

A avaliação isolada desta ação não traduz a efetividade de sua execução. Sua função é propiciar suporte à execução de um conjunto de ações que compõem o Programa Brasil Escolarizado, cujo desempenho, em 2006, alcançou o percentual de 98,7%.

Fazendo-se esse comparativo, percebe-se que, com 88,15% da dotação autorizada na ação em comento, foi possível propiciar apoio ao Programa Brasil Escolarizado e, ao contrário do que se concluiria numa análise isolada deste índice e comparado-o com a média da execução orçamentária do FNDE, este indicador demonstra que o desempenho foi positivo retratando, inclusive, retrata o esforço organizacional por uma atuação eficiente e racional.

19.6. (1061.2A74) – Ação: Funcionamento da TV Escola

Finalidade: Prover as escolas públicas brasileiras de infra-estrutura tecnológica para receber e utilizar pedagogicamente os conteúdos disponibilizados pelo programa TV Escola, apoiando o processo de ensino-aprendizagem; gerar e transmitir, por satélite ou via terrestre, os sinais necessários ao transporte, até as escolas públicas brasileiras, dos conteúdos disponibilizados pelo programa TV Escola; promover pesquisas e projetos para oferecer à comunidade educacional um veículo de comunicação integrado que possibilite a interatividade, a construção do conhecimento, o aprimoramento profissional e a convergência digital.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seed

Desempenho:

Tabela n.º 11- Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
7.000	50.000	714,28%	14.512.000,00	13.616.680,00	93,83%
Produto: Escola beneficiada					
Unidade de Medida: Unidade					

A ação subdivide-se em:

- geração e transmissão dos conteúdos do programa TV Escola; e
- aquisições de novas tecnologias para a disponibilização dos conteúdos transmitidos pelo Programa TV Escola, sendo que a clientela é formada por todas as unidades escolares detentoras de *kit* de recepção de sinal de TV via satélite ou de acesso às TVs por assinatura conveniadas: Tecsat (canal 4); Sky (canal 27); e Directv (canal 237).

Incluindo o destaque de cerca de R\$ 8,7 milhões para a Seed/MEC, a execução financeira aproximou-se da sua totalidade, próximo de 94% da meta estabelecida. Já a física foi suplantada por mais de seis vezes.

Dois aspectos justificam os resultados da meta física:

a) A meta originalmente estipulada (7000) referia-se à quantidade de *kits* da TV Escola previstos para serem adquiridos. Entretanto, dificuldades operacionais e logísticas forçaram o abandono do modelo de aquisição de *kits*, passando-se a adotar como meta física o número de unidades beneficiadas com os *kits* de recepção do sinal da TV Escola, que são 50 mil, entre escolas e Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs). Esses novos critérios estarão refletidos no PPA 2008-2011.

b) A eficiência econômica obtida nos pregões foi responsável pela não-utilização da totalidade da dotação orçamentária.

Quadro n.º 1: Pregões realizados em 2006

Instituição	Pregão/Contrato	Valor (R\$)	Resumo do Objeto
Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP)	Contrato n.º 02 / 2006	8.663.080,00	Geração e transmissão da programação da TV Escola
OMNI Comércio e Serviços Ltda.	Pregão n.º 33	2.553.600,00	Aquisição de 26.250 aparelhos de DVD
	Contrato n.º 89 / 2006 com termo aditivo		
SONOPRESS Rimo Amazônia Ind. e Com. Fonográfica Ltda.	Pregão n.º 34	2.400.000,00	Aquisição de 31.250 <i>kits</i> de mídias de DVD – Volume 1
	Contrato n.º 88 / 2006 com termo aditivo		
Total		13.616.680,00	***
Fonte: FNDE/Dirpe			

19.7. (1061.4042) – Ação: Promoção e desenvolvimento da saúde do escolar na educação básica

Finalidade: Implementar políticas públicas suplementares de saúde voltadas para a orientação de alunos da educação básica no que se refere à prevenção de DST/Aids, à orientação sexual, ao uso de drogas e à alimentação adequada e, ainda, contribuir para a identificação e prevenção de problemas ligados à saúde visual e auditiva do alunado, regularmente matriculado nas redes estaduais, municipais e federal de ensino público, visando propiciar-lhe melhor desempenho escolar.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 12: Execução físico–financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
57.143	59.953	104,91%	3.791.233,00	3.790.027,10	99,96%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

O Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) foi criado em 1984 e, na sua atual concepção, concede aos municípios apoio financeiro, em caráter suplementar, para a realização de consultas oftalmológicas, e a aquisição e distribuição de óculos para os alunos com problemas visuais matriculados na 1.ª série do ensino fundamental público das redes municipais e estaduais. Seu objetivo é a identificação e a correção precoces de problemas visuais e deficiências auditivas que possam comprometer o processo de aprendizagem, visando à diminuição dos índices de repetência e evasão escolar. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 10% dos alunos da 1.ª série do ensino fundamental público apresentam deficiências visuais, necessitando de medidas corretivas.

Foi com a aprovação da Resolução CD/FNDE n.º 37, em 06/11/2006, que esta ação iniciou a sua execução. Foram atendidos 130 municípios e 59.953 alunos, utilizando o recurso de R\$ 3.790.027,10, atingindo 104,91% da meta física prevista e 99,96% da meta financeira, cujo detalhamento da execução pode ser visto na tabela n.º 12.

Tabela n.º 13 - Execução Financeira por Região/UF – em 2006

Região/UF	Beneficiários	Valores em R\$
	Alunos	
Brasil	59.953	3.790.027,10
Norte	4.897	344.998,00
Rondônia	1.692	113.988,60
Acre	200	20.287,00
Amazonas	621	27.829,80
Roraima	0	0,00
Pará	1.944	135.253,80
Amapá	150	13.186,80
Tocantins	290	34.452,00
Nordeste	29.591	1.844.842,60
Maranhão	8.572	290.644,20
Piauí	1.649	195.901,20
Ceará	5.502	461.122,20
Rio Grande do Norte	287	21.978,00
Paraíba	4.211	319.156,20
Pernambuco	2.542	216.334,80
Alagoas	358	25.601,40
Sergipe	360	44.787,60
Bahia	6.110	269.317,00
Sudeste	11.613	830.615,10
Minas Gerais	984	67.359,60
Espírito Santo	515	53.757,00
Rio de Janeiro	1.243	157.944,00
São Paulo	8.871	551.554,50
Sul	3.808	318.502,80
Paraná	1.709	168.874,20
Santa Catarina	615	59.875,20
Rio Grande do Sul	1.484	89.753,40
Centro-Oeste	10.044	451.068,60
Mato Grosso do Sul	2.952	105.192,00
Mato Grosso	4.688	216.742,20
Goiás	2.404	129.134,40
Distrito Federal	0	0,00
Fonte: FNDE/Dirpe		

19.8 (1061.4045) – Ação: Distribuição de acervos bibliográficos

Finalidade: Prover de acervos bibliográficos e de materiais de referência de qualidade, prioritariamente, as escolas públicas do ensino fundamental das redes federal, estaduais, distrital e municipais, visando promover e estimular a leitura, além de propiciar as melhores condições para a inserção dos alunos de escolas públicas brasileiras na cultura letrada e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e aos professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente nos países do Mercosul. Tal iniciativa pretende garantir equidade nas condições de acesso e qualidade do ensino público.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 14: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
3.575	7.233	202,32	49.000.000,00	46.509.183,56	94,92
Produto: Exemplar distribuído					
Unidade de Medida: Milhar					

No PNBE/2006, a aquisição dos acervos acumulou até dezembro de 2006, e a entrega foi feita ao depósito do FNDE, em Brasília, para serem montados os acervos e distribuídos às escolas de 5.ª a 8.ª série, no primeiro semestre de 2007. Neste sentido, foram adquiridos 7.233.075 livros, formando 96.441 acervos, ao custo de R\$ 38.749.350,86. Este valor, acrescido das parcelas correspondentes às demais etapas do processo de execução do programa, entre as quais distribuição, mixagem etc., totalizou R\$ 46.509.186,56, valor que corresponde a cerca de 95% da execução da meta financeira estimada, com cujos recursos foi possível suplantar a meta física estimada, em 102,32%, conforme demonstrado na tabela n.º 14.

O êxito apresentado é fruto da constante preocupação com a melhoria da gestão do programa, inclusive nos processos de negociação e aquisição de livros.

A distribuição de acervos bibliográficos, consolidada no Programa Nacional Biblioteca da Escola, em 2006, buscou a ampliação de acervos das bibliotecas das escolas públicas para as séries finais do ensino fundamental (5.ª a 8.ª), com pelo menos um acervo composto de 75 títulos diferentes, contemplando os gêneros literários poesia, cantigas, crônicas, fábulas, lendas e novelas, entre outros. Em 2005, esses acervos eram voltados para as séries iniciais (1.ª a 4.ª).

No PNBE/2006, foram compostos 3 acervos, constituídos por 225 títulos, montados com obras de diferentes níveis de dificuldade, de forma que os alunos leitores tivessem acesso a textos com autonomia de leitura e a outros para serem lidos com a mediação dos professores nas salas de aula.

Tabela n.º 15: Valores investidos na operacionalização da ação distribuição de acervos bibliográficos

PNBE	Aquisição	Distribuição	Outros	Geral
TOTAL/PNBE	39.000.094,86	5.587.146,00	1.921.942,70	46.509.183,56
Aquisição, mixagem e distribuição de acervos bibliográficos	38.749.350,86	5.424.750,00	837.065,77	45.011.166,63
Aquisição CD- ROM - Conhecendo o Brasil/IBGE	250.744,00	..	..	250.744,00
Triagem de obras do PNBE/2006	..	..	757.368,00	757.368,00
Controle de qualidade	..	..	152.524,00	152.524,00
Transcrição de livros em Braille	..	..	174.984,93	174.984,93
Doação PNBE/2003 - avulso e Coleção Literatura em Minha Casa	..	162.396,00	..	162.396,00
Fonte: FNDE/Dirae				

Tabela n.º 16: Valores investidos com a Aquisição e Distribuição de acervos bibliográficos - PNBE 2006

Exercício de 2006 – PNBE/2006								
UF	Alunos Beneficiados	Escolas	FÍSICO		FINANCEIRO			
			Acervos	Exemplares	Aquisição	Distribuição	Mixagem	Total
AC	51.781	301	462	34.650	185.628,52	27.259,46	4.009,96	216.897,94
AL	290.826	616	1.451	108.825	583.002,13	85.613,58	12.594,05	681.209,76
AM	288.011	1.096	1.929	144.675	775.059,34	113.817,08	16.742,88	905.619,30
AP	51.340	200	360	27.000	144.645,60	21.241,14	3.124,64	169.011,38
BA	1.183.402	3.543	7.317	548.775	2.939.921,82	431.726,08	63.508,37	3.435.156,27
CE	703.665	3.921	6.054	454.050	2.432.456,84	357.205,10	52.546,08	2.842.208,02
DF	140.667	205	557	41.775	223.798,89	32.864,76	4.834,52	261.498,17
ES	229.750	778	1.600	120.000	642.869,33	94.405,05	13.887,30	751.161,68
GO	429.692	1.550	3.141	235.575	1.262.032,86	185.328,91	27.262,51	1.474.624,28
MA	574.038	3.376	5.239	392.925	2.104.995,27	309.117,53	45.472,23	2.459.585,03
MG	1.485.603	4.274	9.540	715.500	3.833.108,40	562.890,09	82.803,03	4.478.801,52
MS	185.067	683	1.422	106.650	571.350,12	83.902,49	12.342,34	667.594,95
MT	264.051	1.299	2.227	167.025	894.793,75	131.400,02	19.329,39	1.045.523,16
PA	524.134	2.286	3.827	287.025	1.537.663,09	225.805,07	33.216,69	1.796.684,85
PB	335.056	909	2.038	152.850	818.854,81	120.248,43	17.688,95	956.792,19
PE	680.881	1.652	3.869	290.175	1.554.538,41	228.283,20	33.581,23	1.816.402,84
PI	242.772	1.457	2.251	168.825	904.436,79	132.816,10	19.537,70	1.056.790,59
PR	728.999	1.896	4.334	325.050	1.741.372,31	255.719,67	37.617,23	2.034.709,21
RJ	861.144	2.198	5.098	382.350	2.048.342,41	300.798,08	44.248,41	2.393.388,90
RN	228.969	897	1.722	129.150	691.888,12	101.603,43	14.946,21	808.437,76
RO	131.830	562	1.036	77.700	416.257,89	61.127,27	8.992,03	486.377,19
RR	33.503	213	326	24.450	130.984,63	19.235,03	2.829,54	153.049,20
RS	725.999	4.774	7.247	543.525	2.911.796,29	427.595,86	62.900,80	3.402.292,95
SC	415.431	1.723	3.357	251.775	1.348.820,22	198.073,59	29.137,29	1.576.031,10
SE	148.550	528	1.059	79.425	425.499,14	62.484,34	9.191,66	497.175,14
SP	2.459.320	5.121	13.452	1.008.900	5.404.923,92	793.710,43	116.757,49	6.315.391,84
TO	110.505	642	1.025	76.875	411.838,17	60.478,21	8.896,55	481.212,93
Subtotal	13.504.906	46.700	91.940	6.895.500	36.940.879,07	5.424.750,00	797.999,08	43.163.628,15
Res. Técnica MEC/FNDE			4.501	337.575	1.808.471,79		39.066,69	1.847.538,48
Total:			96.441	7.233.075	38.749.350,86	5.424.750,00	837.065,77	45.011.166,63
Fonte: FNDE/Dirae								

Avanços

Os avanços contabilizados no PNBE/2005, em relação aos dos anos anteriores, ficaram por conta da forma de atendimento da ação de governo. Nos anos anteriores a 2005, esta ação distribuía livros diretamente aos alunos para utilização individual. Nos dois últimos anos, os acervos passaram a ser de uso coletivo, possibilitando que mais alunos tenham acesso a uma variedade maior de títulos e gêneros. Além disso, no PNBE 2005 e 2006, ficou garantido que todas as escolas, mesmo aquelas com menor quantidade de alunos, recebessem acervos. Criou-se com o PNBE/2006 uma regularidade no atendimento, ou seja, em um ano são atendidas escolas de 1.^a a 4.^a série e, no outro ano, escolas de 5.^a a 8.^a série.

19.9. (1061.4389) – Ação: Capacitação para o exercício do controle social

No Brasil, o Controle Social surge a partir da Constituição Federal de 1988 que, apesar de possuir características diferenciadas em relação aos outros países, ressalta a importância da instituição e a efetiva atuação dos conselhos.

O Pnae prevê nos preceitos legais a constituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), visando partilhar com a sociedade a responsabilidade pela fiscalização da utilização dos recursos financeiros repassados para os demais entes federados, entidades executoras do Programa para o atendimento da alimentação escolar.

Considerando que a composição do CAE se faz por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo locais, além de pais, professores e entidades civis não-governamentais, é necessário que se invista na capacitação dos cidadãos para que o exercício de suas atribuições junto aos Conselhos ocorra de forma eficaz, reduzindo, assim, os índices de irregularidades encontradas na execução do Programa.

Essa ação, além de aportar recursos visando capacitar os conselheiros de alimentação escolar, também atende aos conselhos das unidades executoras do Dinheiro Direto na Escola, abrangendo todos os níveis de ensino e do Fundef.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 17: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
5.000	4.195	83,90%	1.450.723,00	1.438.625,00	99,17%
Produto: Cidadão capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Os números expressos no desempenho físico-financeiro desta ação resultaram de atividades de extrema importância desenvolvidas no decorrer de 2006, entre as quais elencaram-se algumas relacionadas a seguir.

Quanto ao Pnae, no exercício de 2006, optou-se por três estratégias de capacitação de conselheiros, com vistas a atender o maior número de cidadãos e, ainda, atender a demanda solicitada pelas próprias entidades executoras, pelos conselhos e pelas demais entidades civis envolvidas com a alimentação escolar nos estados e municípios, a saber: Capacitação por Demanda (solicitada pelos municípios), Encontro Nacional do Pnae (promovido anualmente pelo FNDE) e Capacitação de Conselheiros de Alimentação Escolar e Agentes Envolvidos na Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae nas regiões Norte e Nordeste.

1 – Capacitação realizada por solicitação das próprias entidades executoras:

Nessa estratégia, o município solicita a capacitação, disponibiliza a infra-estrutura e a logística para a realização do Encontro, e o FNDE desloca a equipe técnica, com diárias e passagens, para promover palestras e realizar oficinas de atividades relacionadas à atuação dos conselheiros, e custeia as diárias dos conselheiros das cidades circunvizinhas, possibilitando o seu deslocamento para o local do Encontro.

Considerando ter essa ação a finalidade de promover fóruns de instrução e capacitação de membros da sociedade civil para a garantia da correta aplicação de recursos públicos nas ações do governo cujo controle social é parte integrante de sua forma de implementação, bem como a para a produção e distribuição de material de apoio, ela destina-se à capacitação dos conselhos de alimentação escolar do Fundef, assim como às Unidades Executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Assim, as capacitações realizadas no decorrer do exercício se deram em conjunto com esses demais programas.

Para cada localidade em que ocorreu a capacitação, foram convidados 35 municípios circunvizinhos, sendo que o FNDE se propõe a arcar com a despesa de diárias para os três membros do CAE, representantes da sociedade civil: 01(um) representante de pais de alunos, 01 (um) representante dos professores e 01(um) representante da sociedade civil e, ainda, 01 (uma) nutricionista, 01 (um) representante do Conselho do Fundef e 01 (um) representante das Unidades Executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola.

2 – Encontro Nacional de Alimentação Escolar – 2006

Esse Encontro vem sendo realizado anualmente, desde 2003, no qual se concentram conselheiros e nutricionistas, responsáveis técnicos pelo Programa nas entidades executoras, provenientes de todas as regiões do País. No ano de 2006, o Encontro, custeado com recursos da ação *Capacitação para o Controle Social*, reuniu 334 pessoas, entre conselheiros e nutricionistas.

A realização do evento teve como meta aprimorar e fortalecer o exercício do controle social, promovendo a cidadania e o compartilhamento da execução do Pnae com a sociedade, beneficiária direta das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, assim como aprimorar a qualidade do trabalho oferecido pelos profissionais que atuam diretamente na execução do Programa.

Cabe relatar, ainda, como atividade de importância fundamental realizada com recursos da ação 4389, o atendimento aos Relatórios de Fiscalização, resultado do Programa de Fiscalização da CGU/PR a partir de Sorteios Públicos e Ações de Controle.

Este Programa de Sorteios Públicos, inovador no governo brasileiro e desenvolvido pela CGU, consiste num mecanismo de sorteio público para a definição de regiões onde serão desenvolvidas fiscalizações especiais, por amostragem, com relação aos recursos públicos federais ali aplicados, por via dos órgãos da administração federal, diretamente ou por meio de repasse, sob qualquer forma, para órgãos das administrações dos estados ou dos municípios e quaisquer outros órgãos ou entidades legalmente habilitados.

Os sorteios realizados desde 2003 geraram cerca de 60 relatórios/mês, sendo constatadas impropriedades na execução do Pnae em quase todos os municípios auditados, as quais foram encaminhadas ao FNDE que, por sua vez, encaminhou ofícios aos gestores municipais responsáveis, bem como aos conselheiros dos CÂES, com as devidas orientações, com vistas à regularização de procedimentos de gestão que contrariam a legislação que afeta o Programa.

19.10. (1061.4641) – Ação: Publicidade de utilidade pública

Finalidade: Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou o segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar sua qualidade de vida.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 18: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
..	..	..	2.000.000,00	2.000.000,00	100%

19.11. (1061.6372) – Ação: Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública – ProInfo

Finalidade: Contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da escola pública, por intermédio do uso pedagógico da telemática, e educar para a cidadania em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seed

Desempenho:

Tabela n.º 19: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
500	7.580	1.516%	80.840.000,00	80.840.000,00	100%
Produto: Unidade equipada					
Unidade de Medida: Unidade					

Do total executado, houve descentralização de crédito no valor de R\$ 1.193.750,00, conforme quadro abaixo:

Tabela n.º 20: Destaques efetuados em 2006

UF	Entidade	Valor – R\$
PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	180.670,00
SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	700.000,00
DF	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	200.000,00
DF	Seed	113.080,00
Total		1.193.750,00
Fonte: FNDE/Dirpe		

Esta ação de governo é desenvolvida de modo a promover a capacitação e o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio, sendo executada em parceria com as Secretarias de Educação estaduais e municipais. Em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual do ProInfo, que articula as ações dos Núcleos de

Tecnologia Educacional (NTEs), voltadas para a capacitação do corpo docente e para a manutenção dos laboratórios de informática educativa instalados por meio da ação de governo.

A previsão orçamentária para a execução desta ação foi inicialmente de R\$ 15.840.000,00 de capital e R\$ 2.000.000,00 de custeio. Entretanto, por meio da MP N.º 299/2006, houve um crédito suplementar de R\$ 63.000.000,00 de capital, com o objetivo de elevar a meta prevista e de possibilitar a universalização do atendimento com laboratórios de informática educativa às escolas públicas de ensino médio, ainda não contempladas com programas de tecnologia aplicados à educação, totalizando a dotação orçamentária em R\$ 80.840.000,00.

19.12. (1061.6375) – Ação: Distribuição de material de apoio à educação a distância e ao uso de tecnologias de informação e comunicação na educação

Finalidade: Apoiar a inserção crítica e criativa da TV Escola e tecnologias no projeto político-pedagógico da escola; divulgar experiências, apresentar conteúdos pedagógicos para estudos, sugerir atividades, mostrando o potencial da educação a distância na melhoria da qualidade do ensino público; informar a grade de veiculação da TV Escola orientando e incentivando a utilização dos vídeos educativos em atividades de integração escola/comunidade, promovendo a cidadania e a gestão democrática da escola.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seed

Desempenho:

Tabela n.º 21: Execução físico- financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
1.800	1.651	91,72%	4.000.000,00	3.383.043,00	84,57%
Produto: Exemplar distribuído					
Unidade de Medida: Unidade					

Os recursos foram executados mediante descentralização de créditos às entidades que propiciaram a produção de material para a Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme tabela n.º 21. Do total da dotação executaram-se cerca de 85%.

Tabela n.º 22: Destaques efetuados em 2006

UF	Entidade	Valor
Total		3.383.043,00
AL	Universidade Federal de Alagoas	38.400,00
AL	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet de Alagoas	9.600,00
AM	Fundação Universidade do Amazonas	26.920,00
CE	Universidade Federal do Ceará	19.200,00
CE	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet do Ceará	2.360,00
DF	Fundação Universidade de Brasília	517.999,00
ES	Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet do Espírito Santo	67.200,00
ES	Universidade Federal do Espírito Santo	251.480,00
GO	Universidade Federal de Goiás	96.000,00
MA	Universidade Federal do Maranhão	9.600,00
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	172.800,00
MG	Universidade Federal de Juiz De Fora	38.400,00
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	48.000,00
MG	Universidade Federal de Itajubá	46.800,00
MG	Universidade Federal de São João Del Rei	48.000,00
MT	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet de Mato Grosso	55.400,00
PA	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet do Pará	115.200,00
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	28.800,00
PI	Universidade Federal do Piauí	211.200,00
PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	28.800,00
RN	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet do Rio Grande do Norte	38.400,00
RR	Universidade Federal de Roraima	48.000,00
RS	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet de Pelotas	78.400,00
RS	Universidade Federal de Santa Maria	191.600,00
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	67.200,00
RS	Fundação Universidade do Rio Grande	86.400,00
SC	Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet de Santa Catarina	38.400,00
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	437.500,00
SP	Fundação Universidade Federal de São Carlos	528.684,00
SP	Universidade Federal de São Carlos	36.300,00
Fonte: FNDE/Dirpe		



A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades não são somente um princípio fundamental instituído pela Constituição Federal³⁹, mas também estão presentes nas prioridades do governo federal, estabelecidas em seu Planejamento Estratégico (PPA- 2004-2007), no Megaobjetivo I, “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”⁴⁰. É inquestionável a percepção de que é necessário combater a exclusão social, processo que impossibilita grande parte da população de partilhar dos bens e recursos essenciais oferecidos pela sociedade para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à educação, segurança, justiça, cidadania e representação política.

No que se refere à exclusão educacional, os dados são preocupantes, pois o País tem um contingente de cerca de 27,3⁴¹ milhões de jovens e adultos sem escolaridade ou com até dois anos de frequência na escola. Em 2004, apenas cerca de 5,8% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam cursos universitários.⁴² Os números da educação profissional no Brasil, apresentados em seu último censo – 707 ⁴³ mil matrículas no nível técnico –, são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País.

Na tentativa de minimizar gradualmente esses hiatos sociais, a educação profissional e tecnológica tornou-se peça fundamental para “generalizar as oportunidades de formação para o trabalho”⁴⁴. Para tanto, faz-se necessário que seja ampliada a oferta desta modalidade educacional, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Neste contexto, o governo federal lançou em 2003 o *Programa “Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária”*, que tem por objetivo ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade. Este programa busca, entre outros aspectos:

- otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades da sociedade civil;
- revitalizar 150 unidades escolares agrícolas dispersas pelo interior do País, para que possam oferecer educação profissional de nível básico e técnico;
- apoiar a criação de 500 novas instituições de educação profissional, fortalecendo uma política de inclusão social.

Para o desenvolvimento dessas ações voltadas para a educação profissional, as estratégias de implementação diretas e descentralizadas são coordenadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Setec) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que prevê, entre outras ações: o estabelecimento de parcerias com os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e, ainda, com estados e municípios, ONGs e o Sistema 'S', de modo a permitir a inclusão do público almejado. O repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades se deram por meio da realização de convênios entre o MEC e as diversas instituições envolvidas.

39 CF. artigo 3º, inciso III, op. cit. p. 15.

40 PPA, Anexo I - op. cit. p. 1.

41 PNAD 2005, op. cit. p.54.

42 INEP. Resumo Técnico da Educação Superior, p.23. Disponível em www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf. Acessado em 13/11/06, 15h42.

43 INEP. Censo Escolar 2005. Tabela 1.1 - Número de Matrículas de Educação Básica, por Etapas e Modalidade, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 30/3/2005.

44 PNE 2001-2011, op. cit. p. 51.

Para 2006, os recursos orçamentários disponíveis foram da ordem de R\$ 154.050.529,00. Deste total, foram executados R\$ 139.258.415,36.

Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep

O Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep é uma iniciativa do MEC para a implementação dos preceitos e dispositivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e do Decreto n.º 2.208/97, que regulamentou os dispositivos dessa Lei.

O Proep teve seu início em 24 de novembro de 1997. Visa à implantação da reforma da educação profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação. Abrange aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional.

Por intermédio do Programa, procura-se criar um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio e do ensino universitário. O referido sistema habilita jovens e adultos para o mercado de trabalho mediante a oferta de cursos pós-médios não universitários e cursos livres de nível básico e de aperfeiçoamento, com o objetivo de obter uma oferta, dentro do País, de mão-de-obra melhor qualificada.

Concomitantemente, foram financiados estudos para preparar uma reforma do ensino médio acadêmico, bem como para apoiar a disseminação da revisão curricular e do planejamento estratégico para a expansão e melhoria desse nível de ensino.

Os principais objetivos específicos do Programa são:

- a) criar, com base nas atuais escolas técnicas federais, estaduais e municipais (comunitárias), e mediante a construção de novas unidades, uma rede de Centros de Educação Profissional (CEPs);
- b) fortalecer no MEC e nas secretarias estaduais, responsáveis pela educação profissional, as funções de normatizar, apoiar, coordenar, monitorar e avaliar o desempenho do sistema, bem como informar o público acerca do mesmo;
- c) utilizar pesquisas de demanda e de estudos de tendências de mercado de trabalho para a determinação dos cursos que deverão ser oferecidos;
- d) promover a oferta curricular com organização modular, de acordo com os requisitos de capacidade ocupacional para cada profissão;
- e) promover colaboração entre as instituições de formação profissional, instituições públicas, empresas e sindicatos para compartilhar experiências inovadoras, desenvolver e implementar políticas integradas, e apoiar a gestão e financiamentos dos CEPs através de associação ou de outras formas de apoio mútuo;
- f) incentivar a autonomia e o melhor desempenho dos centros educativos através de: financiamento e participação na gestão por parte da comunidade, implantação progressiva de sistemas de financiamento na forma de captação quando se tratar de recursos públicos, e acesso público à informação referente ao desempenho e à efetividade dos CEPs;
- g) criar sistemas de certificação de competências que contribuam para o melhor funcionamento do mercado de trabalho, facilitando uma relação flexível do trabalhador com o sistema educativo;

h) atender à demanda para a qualificação e requalificação dos trabalhadores por intermédio da compra de cursos de entidades públicas e privadas, especialmente as financiadas pelo Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor);

i) incentivar a transformação das escolas federais financiadas com recursos do Programa em escolas que atendam aos objetivos do ensino profissional, reduzindo gradualmente as matrículas no ensino médio regular;

j) garantir que o aumento de estabelecimentos de educação profissional dar-se-á por meio dos estados, do Distrito Federal ou de municípios, isoladamente ou em associação com o setor privado, ou por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, isoladamente ou em associação com o setor público; e

k) estimular a adoção de formas flexíveis de contratação de pessoal com base na legislação vigente.

Implementação

O Programa ainda compreende quatro componentes de atuação:

- **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS**, que consiste em formular e implementar políticas de educação profissional com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta dessa modalidade de educação no País;
- **REDIMENSIONAMENTO DA OFERTA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, buscando o desenvolvimento de ações para o seu reordenamento, envolvendo aspectos de adequação de currículos, diversidade de oferta de cursos, ampliação e reforma de infra-estrutura, aquisição de equipamentos e materiais de ensino-aprendizagem e capacitação de recursos humanos;
- **REORDENAMENTO DE REDE ESTADUAL**, buscando conceber e operacionalizar planos de educação profissional em todas as Unidades da Federação, envolvendo o financiamento de centros de educação profissional, visando à diversidade de oferta, à adequação e à construção curricular, aos novos modelos de gestão, à ampliação da oferta de vagas, à construção, ampliação e reforma de infra-estrutura e à aquisição de equipamentos; e
- **APOIO AO SEGMENTO COMUNITÁRIO**, mediante financiamento para construção de centros de educação profissional a serem geridos pela própria comunidade, com significativa expansão e diversificação da oferta de cursos e adequação às peculiaridades locais e regionais.

Subprogramas

Para alcançar seus objetivos, o Proep conta com os seguintes subprogramas:

- Subprograma A

Implementação de políticas globais (Projetos Nacionais), estruturada de modo a alcançar:

1) desenvolvimento gerencial, que visa promover o fortalecimento do MEC e desenvolver um sistema de informação da educação profissional e modelos de gestão escolar;

2) desenvolvimento técnico-pedagógico, que visa estudos de mercado de trabalho, desenvolvimento curricular e certificação de competências;

3) desenvolvimento de recursos humanos, que prevê a realização de cursos de atualização pedagógica e tecnológica para gestores de instituições federais e estaduais sobre análise e tratamento de dados e sobre modulação dos currículos, cursos de especialização em gestão curricular, estratégias de adequação ao mercado, seminários estaduais e internacionais e ainda visitas técnicas de diretores e docentes para conhecimento de experiências internacionais;

4) plano de comunicação, que inclui a organização de seminários nacionais e encontros para a divulgação da reforma da educação profissional para os representantes do programa, para empresários e para a mídia, bem como a publicação de artigos, a realização de entrevistas e o apoio à campanha institucional sobre a reforma da educação.

Planos estaduais e projetos escolares, que financiam projetos de investimento nos estados e nas escolas, com base em planos estaduais e em projetos escolares.

O Plano Estadual de Educação Profissional é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com os diversos atores do setor, para definir o desenvolvimento da educação profissional em um estado, de acordo com a legislação atual e com as diretrizes da política nacional e do Proep. Abrange as necessidades de mudanças na legislação, de fortalecimento ou criação de órgãos normativos e gestores, com as funções de apoiar, coordenar, monitorar, avaliar e informar ao público sobre o sistema de educação profissional e, ainda, as necessidades de formação profissional e de expansão ou criação de centros profissionais. O financiamento da implementação deste plano e dos projetos escolares permite o fortalecimento da gestão da educação profissional, a identificação de áreas de formação, a implantação de um novo modelo técnico-pedagógico e de recursos humanos.

Já o Plano da Escola (Projetos Escolares) é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com o objetivo de definir um projeto de Centro de Educação Profissional com propostas organizacionais e técnico-pedagógicas ajustadas à legislação atual e aos requisitos do Proep. O financiamento dos projetos escolares refere-se à ampliação e à reforma de escolas existentes (federais, estaduais ou do segmento comunitário), ou à criação de novos centros. O financiamento compreende, ainda, a aquisição de laboratórios de aprendizagem, equipamentos, material de ensino-aprendizagem, consultorias e capacitações.

Em conformidade com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União n.º 81, de 06 de dezembro de 2006, apresenta-se a seguir o demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados no Programa de Expansão da Educação profissional – Proep:

Discriminação

- Código do projeto: 1052/OC – BR
- Descrição: Programa de Expansão de Educação Profissional.
- Finalidade: Apóia a implantação da reforma de educação profissional.
- Organismo financiador: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Tabela n.º 1- Demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados – Proep 2006

Custo total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos* (em R\$)			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou de etapa	
			Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
312.000.000,00	156.000.000,00	156.000.000,00	Amortização	0	0	Juros e comissão de acordo com o contrato de empréstimo no primeiro e segundo semestre de 2006	xxx
			Pagamento de juros	9.242.142,35	31.929.132,47	Em 2006 não houve cobrança, por parte do BID, da taxa de inspeção e supervisão	xxx
			Comissão de crédito	117.828,54	7.415.114,76		
			Inspeção e supervisão	0	1.912.000,00		

Fonte: FNDE/Dipro

20.1. (1062.0A13) – Ação: Concessão de bolsa-auxílio para pré-formação profissional – Escola de Fábrica

Finalidade: Ampliar as possibilidades de formação profissional e propiciar a elevação da escolaridade de jovens de baixa renda com idade entre 16 e 24 anos.

Unidade administrativa responsável: Setec/MEC

Desempenho:

Tabela n.º 2. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
32.500	22.263	68,50%	15.155.000,00	14.008.500,00	92,43%
Produto: Bolsa concedida					
Unidade de Medida: Unidade					

Não obstante o percentual alcançado na meta física, abaixo do previsto, 68,50%, deve-se ressaltar a importância da concessão de 22.263 bolsas-auxílio a jovens de baixa renda que buscam elevar as respectivas escolaridades.

Outro fator que merece atenção refere-se à falta de estudos prévios para a definição das metas previstas quando da elaboração da proposta orçamentária, como forma de evitar a subestimação das mesmas, o que justificaria, neste caso, a execução financeira desta ação em relação ao percentual da meta física.

20.2. (1062.3676) – Ação: Capacitação dos profissionais da educação profissional - Proep

Finalidade: Proporcionar, aos profissionais de educação profissional (gestores, docentes e pessoal técnico-administrativo), oportunidade de capacitação, visando o aprofundamento teórico do campo de educação profissional, o discernimento crítico das políticas educacionais e a eficiência no uso de recursos tecnológicos necessários à sua atuação.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 3. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
3.400	2.898	85,24%	2.170.000,00	2.170.000,00	100%
Produto: Profissional capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Esta ação propiciou a capacitação de jovens da educação profissional e tecnológica em Normatização Brasileira de EPT, num total de 12 participantes, bem como a realização da 1.ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, ocorrida no período de 05 a 08 de novembro de 2006, em Brasília-DF, com a participação de 2.761 pessoas.

20.3. (1062.3685) – Ação: Implementação da expansão profissional de educação profissional – Proep

Esta ação tem por finalidade apoiar a implementação da reforma da educação profissional, por meio do fortalecimento da rede federal, do reordenamento das redes estaduais e da expansão das escolas do segmento comunitário, investindo na construção de novas escolas, na melhoria e ampliação da infra-estrutura de escolas já existentes, na modernização de laboratórios, na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento técnico-pedagógico e de modelos de gestão.

Sua realização ocorre por meio da criação de condições para o estabelecimento e a manutenção de uma estrutura operacional que proporcione a infra-estrutura física e a alocação dos recursos humanos necessários ao apoio à implementação da reforma da educação profissional, garantindo, conseqüentemente, a expansão da oferta de matrículas dos níveis básico, técnico e tecnológico.

O produto da ação é programa implantado, especificado pela implementação de 400 centros escolares de educação profissional, por meio de estabelecimento de convênios com os segmentos federal, estadual e comunitário. Estes convênios estão baseados nos preceitos e dispositivos estabelecidos pela LDB e demais legislações pertinentes, o que permitiu a oferta de matrículas, no ano de estabilização dos mesmos, de 600 mil no nível técnico e de 1 milhão no nível básico.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 4. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
10	20	200%	11.940.000,00	7.374.083,05	80,8%
Produto: Programa implantado					
Unidade de Medida: % de execução física					

A execução física desta ação em 2006 superou em 100% a meta estabelecida pela Lei Orçamentária Anual. Esta performance deve-se principalmente se considerarmos que, do início do exercício à segunda metade do segundo semestre de 2006, o Proep passou por uma fase de expressiva aceleração na execução física, registrando altos percentuais de execução de obras, equipamentos e serviços, entre outras razões, pela instituição do uso da modalidade de pregão eletrônico nos processos licitatórios, o que proporcionou maior agilidade no processo de aquisição e contratação de bens e serviços em todos os segmentos.

20.4. (1062.3687) – Ação: Implantação do sistema de informação da educação profissional – Proep

Finalidade: Implantação do Sistema de Informação da Educação Profissional (Siep), composto por subsistemas de acompanhamento de egressos; das receitas e despesas; de avaliação institucional; e de currículos de educação profissional, visando garantir a uniformidade no tratamento das informações da educação profissional, a fim de subsidiar o processo de planejamento estratégico dos Centros de Educação Profissional e de monitorar os padrões de desempenho acadêmico destas instituições e dos cursos ofertados, tendo em vista a melhoria contínua da qualidade dessa educação, apoiando, assim, a formulação de políticas públicas setoriais.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 5. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
2	5	250,00%	2.250.000,00	821.508,71	36,51%
Produto: Subsistema implantado					
Unidade de Medida: Unidade					

20.5. (1062.7109) – Ação: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – Proep

A finalidade desta ação é expandir e melhorar os subsistemas públicos federal e estadual de educação profissional e redefinir a linha de incentivos à oferta de educação profissional pelo segmento comunitário.

O desenho do Proep respeita e incorpora as atribuições de cada uma das esferas de governo. Leva em conta, também, a necessidade de aparelhar os estados e o Distrito Federal para que possam assumir a função de Gestores da Educação Profissional.

Sendo a primeira e única fonte de financiamento da educação profissional, colaborou decisivamente para a implantação ou o incremento de três redes de educação profissional no país, quais sejam: a rede federal – na qual investiu recursos para a revitalização e atualização

tecnológica; a rede estadual – que, na maioria dos estados, foi criada a partir dos investimentos do Proep, e a rede do segmento comunitário – totalmente criada pelo Proep em parceria com instituições privadas sem fins lucrativos.

Os Planos Estaduais e Projetos Escolares, utilizados na seleção de propostas, revelaram-se importantes instrumentos de priorização e definição de estratégias de inversão de recursos.

A divisão do Proep em dois sub-programas quais sejam: A - para a implantação de Políticas Globais, e B – para a implantação de Planos Estaduais e Projetos Escolares, foi positiva como concepção, porém sua execução desarticulada não gerou os resultados esperados na sua totalidade.

A diversidade de ações e componentes fizeram do Proep um Programa complexo, requerendo alta qualificação dos profissionais e órgãos envolvidos.

Processo de implementação

O processo de seleção e aprovação dos Planos e Projetos do Proep obrigou ao exercício de Planejamento por parte do MEC e das instituições convenentes.

O acompanhamento passo a passo da execução dos convênios foi excessivo, retardando a execução e, conseqüentemente, a finalização do Programa em 2003.

A desvalorização cambial, as dificuldades orçamentárias e os contingenciamentos de recursos, ocorridos em alguns períodos, contribuíram, de forma decisiva, para a defasagem no cronograma de execução do Proep, desde a sua implantação.

As alterações nos contextos institucionais, as mudanças nas equipes e a inexistência durante um longo período de um sistema de informações gerenciais, tiveram participação importante, também, nos atrasos e descompassos na execução desse Programa.

Estrutura organizacional

A criação de uma estrutura própria e quase autônoma do Proep revelou-se prejudicial à execução e dificultou sua integração e aceitação dentro da estrutura do Ministério.

Garantir equipe permanente, durante o período previsto para a implementação de programas desta natureza, é fator crucial para a sua execução.

A aquisição de alguns equipamentos e materiais didáticos bem como a realização de capacitações e consultorias podem e devem ser centralizadas, como forma de viabilizar a execução e baratear custos.

Comunicação com convenentes

Constatou-se ser necessário o estabelecimento de fóruns permanentes de discussão e avaliação com os parceiros executores do programa, que poderiam se dar por meio de:

- encontros regionais de realinhamento da execução;
- videoconferências voltadas para a capacitação e divulgação de assuntos de interesse;
- seminários anuais de avaliação em processo.

Relacionamento com os executores

O estabelecimento de convênios com estados e com o segmento comunitário deve levar em conta as seguintes considerações:

▪ **Segmento estadual**

A boa execução, neste segmento, depende da implementação e manutenção de uma estrutura de gestão e da redução da excessiva burocracia nos procedimentos.

É muito importante intensificar e fortalecer os fóruns de gestores estaduais, como forma de manter a educação profissional na pauta dos debates nos estados.

▪ **Segmento comunitário**

A seleção de projetos deve levar em conta a experiência em educação profissional da instituição solicitante, e estes só devem ser liberados após pré-qualificação em edital público.

É necessário garantir assistência técnica durante o processo de execução e implantação dos projetos.

▪ **Segmento federal**

É muito importante haver uma comunicação permanente com os executores desse segmento, bem como garantir apoio na execução e monitoramento e avaliação do processo de implementação dos projetos.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 6. Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
150	143	95,3%	121.955.529,00	114.884.323,60	94,20%
Produto: Centro implantado					
Unidade de Medida: Unidade					

As ações financiadas pelo Proep, tanto no que diz respeito à implementação da reforma, quanto à expansão da oferta de educação profissional, têm um período de maturação para evidenciar seus resultados.

As mudanças preconizadas pela reforma, na forma de ministrar a educação profissional, de projetar cursos e construir currículos, de definir a missão, o modelo de gestão, o projeto pedagógico e as metodologias de ensino e avaliação adotados pelas instituições de ensino, implicam em revisões profundas nos paradigmas e comportamentos dos profissionais, do alunado, dos pais, dos empresários e de toda a comunidade envolvida, que não ocorrem com rapidez nem podem ser mensuradas por meio de indicadores físicos ou numéricos.

No entanto, de imediato, é possível mensurar e avaliar a quantidade de escolas que foram construídas ou ampliadas e modernizadas pelo Proep; contudo, a implementação plena das metas de matrículas, da oferta de gratuidade e das inovações pedagógicas projetadas depende de ações de acompanhamento, supervisão e apoio a essas instituições, por parte do MEC.

Os resultados projetados nos projetos apoiados pelo Proep podem ser sintetizados em:

▪ **Impactos na oferta de educação profissional**

- a) Implementação de **126 novos** Centros de Educação Profissional e ampliação, reforma e modernização de outros **133** que já existiam.
- b) Criação, ampliação e modernização de laboratórios.
- c) Oferta de educação profissional em **todas as áreas profissionais**.
- d) Financiamento dos 27 Planos Estaduais de Educação Profissional – PEP e 27 Planos Estaduais de Educação Média – PEM.
- e) Incremento de, no mínimo, 40% no total de vagas de todo o país, em educação profissional nos níveis de: educação inicial e continuada, ensino técnico e tecnológico.
- f) Disseminação de conceitos, informações, princípios e diretrizes curriculares nacionais da educação profissional.
- g) Implementação de um sistema de certificação de competências laborais, em nível nacional.

▪ **Impactos nas instituições de educação profissional**

- a) Estímulo à construção e permanente atualização de currículos em sintonia com o mercado de trabalho e com as aspirações de jovens e adultos das diferentes regiões do país.
- b) Capacitação de milhares de profissionais que atuam na educação profissional.
- c) Implementação de modernos sistemas de gestão educacional na esfera estadual e no segmento comunitário.
- d) Aproximação das instituições de ensino com o mercado, através das parcerias estabelecidas e da criação de departamentos de integração escola-empresa e de conselhos deliberativos participativos em cada uma delas.
- e) Estímulo à utilização de modernas práticas pedagógicas que facilitem a interdisciplinaridade e contextualização na organização curricular.
- f) Estabelecimento de compromisso, por parte das instituições de educação profissional, com a empregabilidade dos egressos.

▪ **Impactos nas instituições e nos órgãos executores do Proep**

- a) Promoção de uma cultura de parcerias.
- b) Criação ou incrementação e capacitação de pessoal de órgãos gestores da educação profissional nos estados.
- c) Disseminação do uso de instrumentos de planejamento e controle.
- d) Capacitação dos profissionais de órgãos públicos e instituições privadas, da área da educação, na execução de projetos bilaterais.

Tabela n.º 7 – Oferta de Curso por Região e Áreas Profissionais

Região	Áreas profissionais																				
	Agropecuária	Artes	Comércio	Comunicação	Const.Civil	Design	Geomática	Gestão	Imagem Pessoal	Indústria	Informática	Lazer e Des. Social	Meio Ambiente	Mineração	Química	Rec.Pesqueiros	Saúde	Telecomunicações	Transportes	T. Hospitalidade	T o t a l
BRASIL	88	8	22	10	54	12	9	96	10	124	121	9	48	10	35	8	90	40	10	76	880
Norte	14	0	4	1	4	3	3	8	0	11	9	2	10	1	2	2	11	0	1	4	90
Nordeste	24	3	4	2	16	3	1	22	2	24	33	3	9	1	7	4	24	8	1	24	215
Sudeste	17	1	8	4	19	1	2	25	4	52	37	3	14	6	13	1	28	24	3	21	283
Sul	16	1	2	1	9	4	2	23	2	32	25	1	10	1	11	1	17	4	3	11	176
Centro-Oeste	17	3	4	2	6	1	1	18	2	5	17	0	5	1	2	0	10	4	2	16	116
Fonte: FNDE/Dipro																					

▪ Oferta de vagas projetadas

Figura n.º 1: Número de Escolas de Educação Profissional - antes e depois do Proep

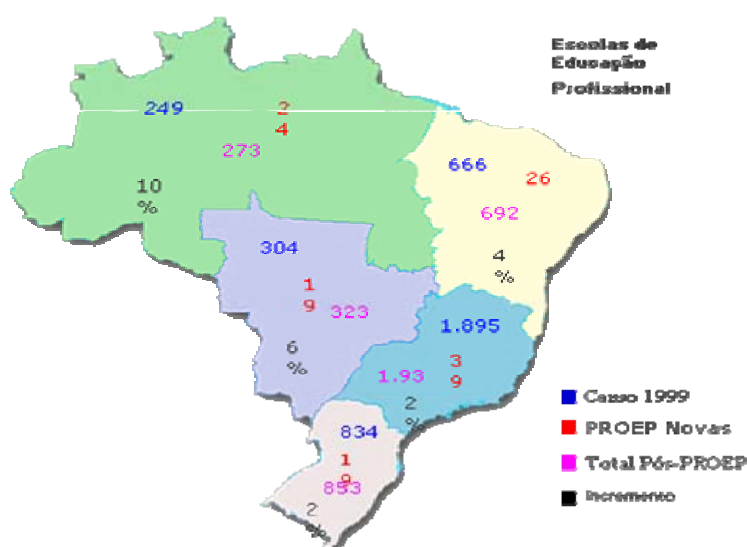


Figura n.º 2: Número de Cursos de Formação Inicial e Continuada - Educação Profissional antes e depois do Proep

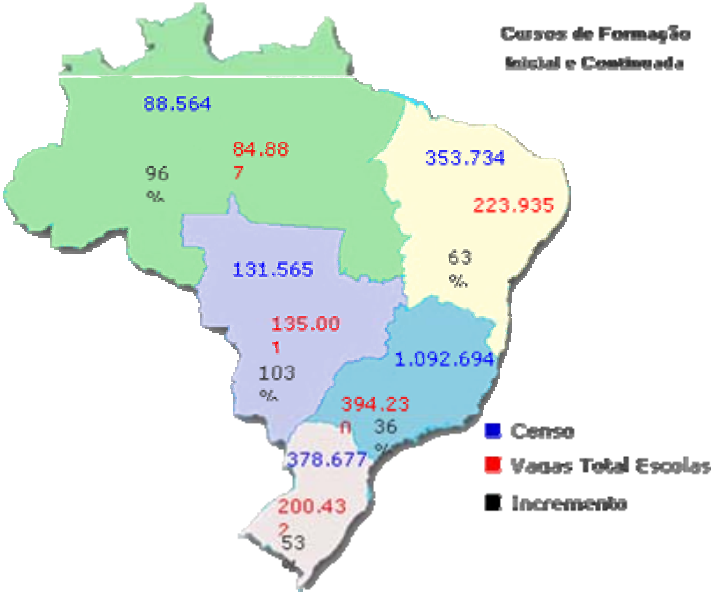


Figura n.º 3: Número de Cursos Técnicos - Educação Profissional antes e depois do Proep

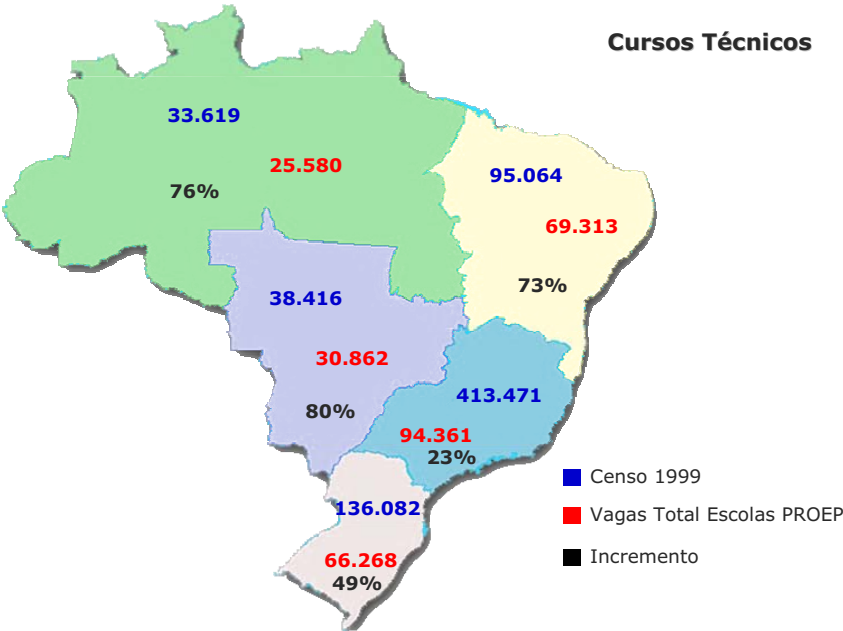


Figura n.º 4- Cursos Tecnológicos - Educação Profissional antes e depois do Proep

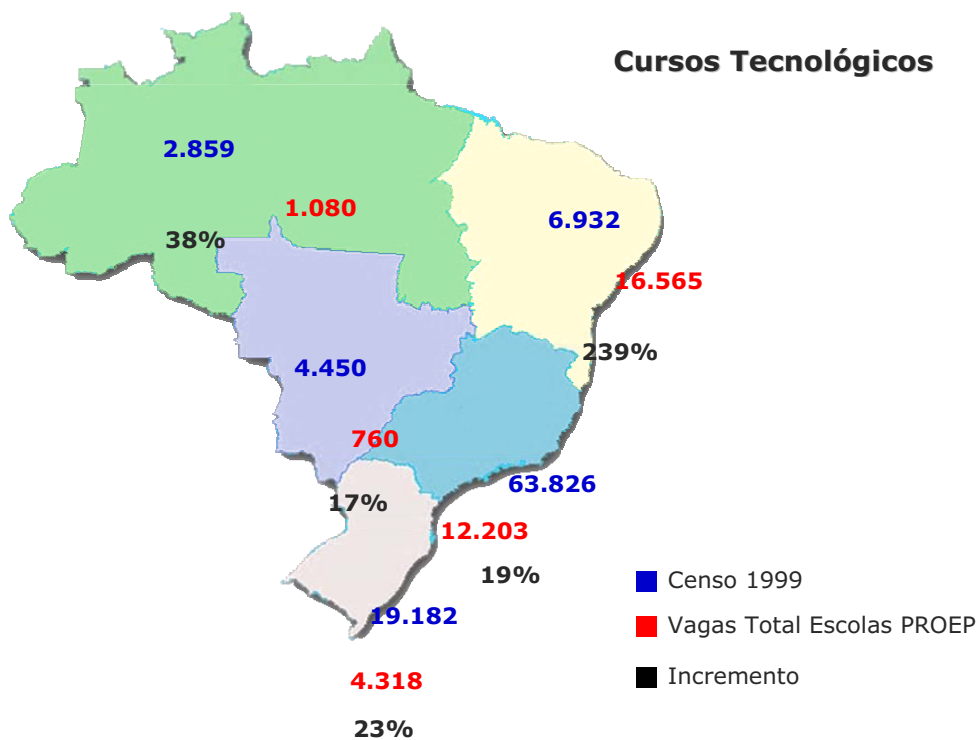
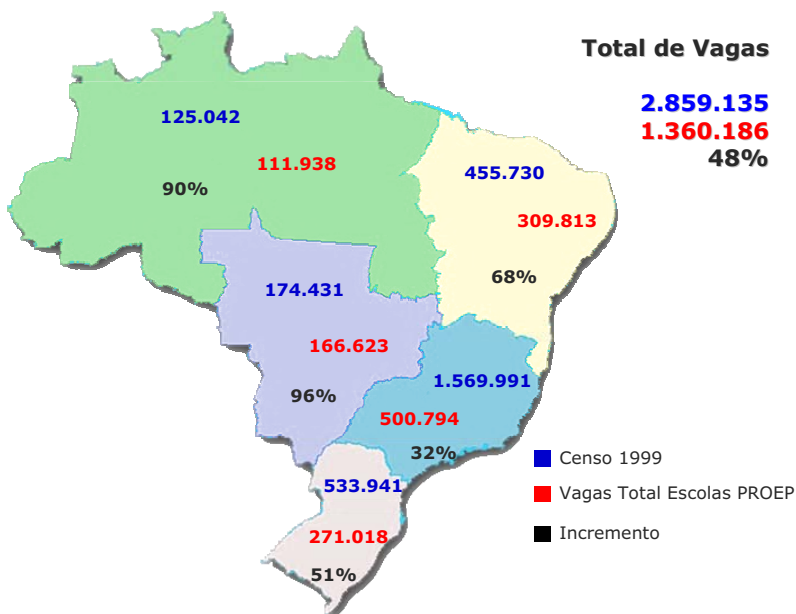


Figura n.º 5- Número Total de Vagas - Educação Profissional antes e depois do Proep



21. (1065) – Desenvolvimento da Educação Infantil



A educação infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado⁴⁵, e tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus vários aspectos, pois o ensino estabelece as bases da personalidade humana e da socialização⁴⁶. A partir da aprovação da LDB, essa modalidade educacional passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de frequência obrigatória, deverá ser oferecida em creches e pré-escolas, para toda a população⁴⁷.

Apesar do reconhecimento de sua importância, a educação infantil continua órfã, limitando-se a algumas iniciativas de prefeituras municipais. Os dados estatísticos apresentados sobre esse segmento são preocupantes em relação ao atendimento escolar: apenas cerca de 11,7% das crianças de 0 a 3 anos estão frequentando creches, e 68,4% a pré-escola⁴⁸. O problema de insuficiência de oferta, aliado à baixa qualidade do processo educacional e à necessidade de sua universalização, compõe a primeira parte do desafio a ser enfrentado pelo governo federal.

A segunda parte diz respeito à formação de professores que atuam nessa modalidade de ensino: o censo revela que, dos 328 mil professores que atuam nas creches e pré-escolas brasileiras, 69% têm curso médio completo e apenas 12,9% possuem nível superior.

O fato de o governo federal ter ciência de que os investimentos em educação infantil trazem taxa de retorno econômico superior a qualquer outro⁴⁹, aliado à questão de essa etapa de ensino ser considerada ponto estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país, levou à implementação do Programa Desenvolvimento da Educação Infantil, tendo por público-alvo crianças de até seis anos de idade, e objetiva, principalmente, ampliar o atendimento dessa clientela, com qualidade.

A execução do programa é efetivada por meio de parcerias com estados, o Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública.

Foram autorizados, em 2006, mediante dotações alocadas nas ações orçamentárias do programa, R\$ 27.941.100,00, sendo que, deste total, investiram-se R\$ 18.666.959,07.

21.1. (1065.0E04) – Ação: Apoio ao desenvolvimento da educação infantil

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 1 - Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
15	1	6,66%	1.800.000,00	99.999,90	5,55%
Produto: Projeto apoiado					
Unidade de Medida: Unidade					

45 CF, art. 208, inciso IV, op. cit. p. 41.

46 PNE 2001, 2011, op. cit., p.11.

47 LDB. Artigo 29, op. cit., p. 8.

48 PNAD 2003 op. cit.

49 PNE 2001-2007, op. cit. p. 11

A ação apresentou desempenho físico-financeiro aquém dos valores estimados, em virtude de problemas de contingenciamento que indisponibilizaram cerca de 94,4% da dotação orçamentária.

21.2. (1065.09HI) – Ação: Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil

Finalidade: Destina-se a apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino destas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para espaços educacionais de educação infantil, novos ou reformados.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 2- Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
50	50	100%	3.050.000,00	2.999.588,42	98,34%
Produto: Escola equipada					
Unidade de Medida: Unidade					

Os indicadores físico-financeiros demonstram que a ação foi executada dentro das condições programadas e, desta forma, alcançou-se a meta de apoiar as 50 escolas pré-estabelecidas, levando-se, portanto, à conclusão de que houve eficácia no seu desempenho.

21.3. (1065.09HJ) – Ação: Apoio à reestruturação da rede física da educação infantil

Finalidade: Destina-se a apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a reestruturação da rede física de ensino destas esferas de governo, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares de educação infantil; dotar a rede de escolas de educação infantil de condições adequadas de funcionamento no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 3- Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
2.500	1.000	40,00%	22.091.100,00	14.717.371,75	66,62%
Produto: Área modernizada / recuperada					
Unidade de Medida: M ²					

A dotação orçamentária consignada nesta ação alcançou cerca de R\$ 22,1 milhões, dos quais em torno de R\$ 19,6 relativos a emendas parlamentares e à diferença classificada na categoria nacional.

Quanto ao desempenho da execução, foram investidos R\$ 14,7 milhões (66,6%), com os quais foram contempladas 511 escolas, beneficiando 18.645 alunos.

21.4. (1065.6351) – Ação: Distribuição de periódicos para a educação infantil

Finalidade: Proporcionar a melhoria do atendimento na educação infantil, com a produção de periódicos para a formação continuada de professores e demais profissionais da área.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 4- Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
600.000	600.000	100%	1.000.000,00	849.999,00	84,99%
Produto: Exemplar distribuído					
Unidade de Medida: Unidade					

O recurso financeiro desta ação foi destinado à produção, impressão e distribuição da Revista Criança, do professor de educação infantil. Esta revista é desenvolvida pelo MEC desde 1986 com o objetivo de subsidiar a formação continuada dos professores de educação infantil de todo o país. Uma educação básica de qualidade é direito de todos os cidadãos e condição para a formação de sujeitos críticos, autônomos e criativos.

Para garantir um padrão de qualidade na educação de crianças de zero a seis anos, o MEC tem como meta investir na formação continuada dos professores, que atendem a esta faixa etária, pois eles necessitam estar atualizados e bem preparados para garantir padrões de excelência no trabalho com a educação infantil, uma vez que é nesta fase que se estabelecem e se desenvolvem aspectos cognitivos, lúdicos, éticos, artísticos etc., que influenciarão todo o desenvolvimento do indivíduo.

A Revista Criança, reconhecida como instrumento para o desenvolvimento da prática docente e de formação continuada dos profissionais de educação infantil, torna-se um relevante canal de comunicação com os professores, para a melhoria da qualidade do ensino. Para muitos educadores, é o único canal de atualização disponível, já que é enviada a todas às creches e pré-escolas constantes no banco de dados do censo escolar.

A publicação aborda questões teóricas e práticas, estimulando o debate e a análise de temas relativos ao trabalho pedagógico na educação infantil. Atualiza os docentes e valoriza o trabalho do professor, bem como proporciona a troca de experiências mediante relatos de trabalhos desenvolvidos pelos professores com seus alunos e incita à leitura constante, fundamental a todo profissional docente.

No que concerne ao desempenho da realização da ação, há que se destacar que o bom resultado alcançado com a licitação para a produção e distribuição da Revista Criança, tendo em vista que o custo apresentado pela empresa vencedora foi inferior ao inicialmente previsto, concorreu para o alcance do resultado eficiente e eficaz da execução.



A educação garantida como um direito social e um dever do Estado⁵⁰ está pautada por referenciais legais bem definidos (LDB, PNE, Lei do Fundeb, entre outros), porém são inúmeros os desafios a serem enfrentados para que se tenha uma política educacional pública que atenda a todas as demandas sociais. A educação, além de ser um modo de inclusão, é instrumento de desenvolvimento social, sendo fundamental o envolvimento de toda a coletividade na gestão democrática educacional⁵¹. O próprio Plano Nacional de Educação define como prioridade a democratização da gestão do ensino público, inclusive defendendo a participação das comunidades escolar e local no processo decisório das escolas, por meio dos conselhos escolares ou equivalentes⁵².

Neste contexto, o governo federal, no PPA 2004-2007, estabeleceu como megaobjetivo III a promoção e expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia⁵³, definindo como diretrizes, notadamente:

- a) a implementação de uma nova forma de gestão pública, marcada pela ética, eficácia, eficiência, transparência, participação, descentralização e controle social, orientada para o cidadão;
- b) o aprofundamento da democracia participativa e a conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
- c) o respeito aos direitos humanos na formulação e implementação de qualquer política pública.

Baseado no pressuposto da democracia participativa e inclusiva, foi criado o Programa Gestão da Política de Educação, que tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área da educação.

O conjunto de ações que compõem o programa busca, em última instância, melhorar a equidade, eficiência e eficácia na implementação das políticas educacionais, mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços prestados.

Para a efetivação das ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, foram destinados, em 2006, R\$ 24.300.000,00 e foram executados R\$ 24.214.265,54.

22.1. (1067.4029) – Ação: Controle e inspeção da arrecadação do salário-educação e sua regular aplicação

Finalidade: Contribuir para a melhoria da gestão da contribuição social do salário-educação, de forma a garantir a eficiência e a eficácia dos processos de arrecadação, fiscalização, cobrança e controle, que têm por escopo o incremento da arrecadação e o combate à fraude e à sonegação fiscal, além de possibilitar a correta repartição e a regular aplicação dos recursos.

Unidade administrativa responsável: FNDE

⁵⁰ CF, art. 6º, e 205. op. cit. p. 7 e 41.

⁵¹ LDB art. 3º, inciso VIII, op. cit. p. 1.

⁵² PNE, op. cit. p. 6.

⁵³ PPA 2004-2007, Anexo 1, op. cit. p.43.

Desempenho:**Tabela n.º 1- Execução físico-financeira**

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
50	28	56,00%	200.000,00	116.330,00	58,17%
Produto: Órgão / entidade inspecionada					
Unidade de Medida: Unidade					

Esta ação, originariamente, financia atividades de fiscalização e controle, tanto no que tange à arrecadação quanto à aplicação dos recursos da contribuição social do salário-educação no financiamento do ensino.

Todavia, em face de mudanças implementadas na estrutura dos órgãos federais responsáveis pela administração tributária e previdenciária no âmbito da União, a exemplo daquelas emanadas da edição da Medida Provisória n.º 258/05 e do Projeto de Lei n.º 6272/2005, desde a segunda metade do exercício de 2005, a competência de fiscalizar o recolhimento do salário-educação passou a estar sob a responsabilidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) e da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP).

Nesse contexto, no exercício de 2006, as atividades desta ação voltaram-se basicamente para os procedimentos de fiscalização e controle, no que tange à verificação da regular utilização dos recursos oriundos do salário-educação, como também para o acompanhamento de ações judiciais em andamento nos tribunais sediados nos diversos estados da Federação, o que justifica a execução havida à conta da presente ação.

22.2. (1067.4572) – Ação: Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:**Tabela n.º 2- Execução físico-financeira**

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
500	606	121,20%	500.000,00	497.935,54	99,59%
Produto: Servidor capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Esta ação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

As mudanças verificadas no contexto das necessidades de treinamento e desenvolvimento vêm servindo para ressaltar o recurso humano como principal patrimônio das organizações. Não há como desconsiderar esse capital como o mais evidente diferencial competitivo das corporações. Para lidar com os desafios da inovação e da concorrência, cada vez mais se

necessita de profissionais ágeis, competentes e empreendedores, razão pela qual desenvolver competências é o grande desafio contemporâneo.

Desenvolver pessoas não significa apenas proporcionar-lhes conhecimentos e habilidades para o adequado desempenho de suas tarefas. Significa dar-lhes a formação básica para que modifiquem antigos hábitos, desenvolvam novas atitudes e se capacitem para aprimorar seus conhecimentos, tornando-se melhores naquilo que fazem.

Neste cenário, em 2006, foram proporcionados meios de atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos para melhor preparação dos servidores, mediante a realização de cursos, oficinas, palestras, treinamentos internos e externos, pós-graduação e outros, convergindo para uma melhor formação de conhecimentos voltados para a excelência no desempenho das atividades finalísticas da instituição.

Ao analisar o desempenho físico-financeiro da ação de capacitação em 2006, constata-se que foram efetivamente capacitados 606 servidores, 21,2% acima da meta física estabelecida, com a utilização de R\$ 0,49 milhão, correspondente a 98,0% dos recursos financeiros previstos.

23. (1072) – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica



A Constituição Federal define que um dos princípios básicos da educação é a “valorização dos profissionais de ensino”, por meio de carreira e piso salarial profissional⁵⁴. Em consonância com a Carta Magna, a LDB preceitua que os “sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação” assegurando-lhes, inclusive, aperfeiçoamento continuado e progressão profissional, baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho, bem como período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e, ainda, condições adequadas de trabalho⁵⁵. No PPA 2004-2007, o governo federal, ao tratar do megaobjetivo I – inclusão social e redução das desigualdades – afirma, como desafio, a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população e, como diretrizes, a garantia da formação continuada dos profissionais da área de educação e a valorização dessas carreiras⁵⁶.

A realidade da educação no Brasil ainda demonstra estar muito distante da efetivação desses princípios. Dentre os maiores problemas, identificam-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que estes renovem sua prática pedagógica, que se traduzem na ausência de um plano sistemático de formação continuada que possibilite a atualização permanente em termos científicos e pedagógicos, a inexistência de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científico-pedagógica dos professores, o difícil acesso aos meios de trabalho e bens culturais, bem como o predomínio de currículos centrados na mera transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora.

O MEC, ciente de que é o responsável pela elaboração de um plano de formação continuada para os professores e de valorização dos trabalhadores que atuam no espaço das escolas públicas, por meio da SEB, criou o Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica, tendo por objetivo oferecer condições para a formação e capacitação continuadas aos professores e trabalhadores da educação básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, à promoção de acesso aos bens culturais e a meios de trabalho adequados.

A execução do programa tem por estratégia implantar parcerias com os estados, o Distrito Federal, municípios, instituições federais de ensino, ONGs, organizações da sociedade civil, e suas ações podem ser financiadas com recursos internos e externos, advindos de contratos, convênios e transferências legais.

Em 2006, para a efetivação das ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, foram destinados aos programas R\$ 511.964.772,00 (quinhentos e onze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais), dos quais foram executados R\$ 491.348.993,13 (quatrocentos e noventa e um milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e três reais e treze centavos).

23.1. (1072.0304) – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)

Finalidade: Garantir aplicação mínima de recursos por aluno do ensino fundamental das escolas públicas nos estados que não conseguirem atingir o mínimo nacional fixado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

Unidade administrativa responsável: FNDE

⁵⁴ CF, art. 206, inciso V, op. cit. p. 41;

⁵⁵ LDB art 67, incisos II, IV, V e VI, op. cit. p. 16

⁵⁶ PPA, Anexo 1, op. cit. p. 15 a 17

Desempenho:

Tabela n.º 1- Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
..	..	..	460.200.000,00	447.972.488,15	97,34%

Em razão da natureza da ação, a meta física pode ser compreendida como a quantidade de entes federados que não atingiram o valor mínimo por aluno, conforme estabelecem os preceitos legais. A tais entes é assegurada a complementação financeira, de modo que, tanto físico como financeiramente, as metas, via de regra, alcançaram desempenho com eficiência e eficácia, a exemplo do que ocorreu neste exercício, cujo percentual dos repasses alcançou 97,34% da dotação programada.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado pela Emenda Constitucional n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto n.º 2.264/97, objetivava assegurar o desenvolvimento e a universalização do ensino fundamental e a valorização do magistério, mediante remuneração condigna, cujos recursos advinham dos entes federados, originários de fontes já existentes, acrescidos de parcela de outros recursos da União.

Tratava-se de fundo de natureza contábil, constituído por 15% das seguintes fontes de recursos:

- Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI Exportação); e
- recursos oriundos da Lei Complementar n.º 87/96, que prevê o ressarcimento, pela União, das perdas de receitas na desoneração das exportações de produtos primários.

Além das receitas referenciadas, a União, por meio do FNDE, a título de complementação ao Fundef, assegurava recursos adicionais aos entes federados que não atingissem o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente.

O valor mínimo anual, definido para 2006, pelo Decreto n.º 5.690, de 03.02.2006, as séries e as modalidades são os seguintes:

- alunos de 1.ª a 4.ª:

da área rural – R\$ 696,25; e
da área urbana – R\$ 682,60.

- alunos de 5.ª a 8.ª:

da área rural – R\$ 730,38 e
da área urbana – R\$ 716,73

- alunos de educação especial = R\$ 730,38.

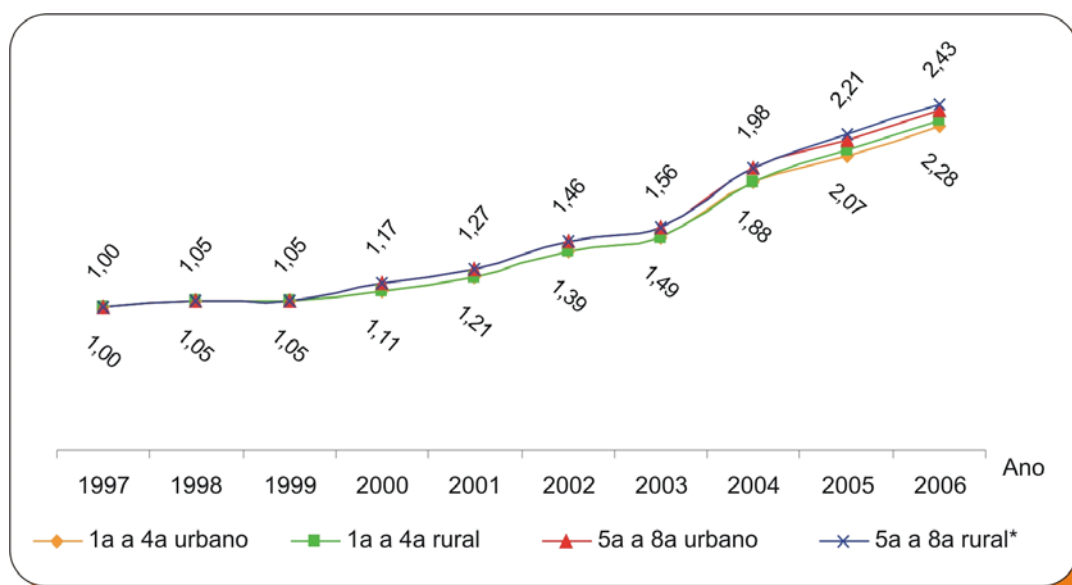
A diferenciação entre os valores da área urbana e rural foi introduzida a partir do exercício de 2005. A série histórica dos valores mínimos é apresentada no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1: Valores mínimos anuais por aluno da complementação da União ao Fundef e a base legal – de 1997 a 2006

VALOR MÍNIMO/ ALUNO	1.ª a 4.ª série - R\$				5.ª a 8.ª série - R\$				Base Legal
	Urbano	Δ%	Rural	Δ%	Urbano	Δ%	Rural e Educação Especial	Δ%	
1997	300	100,00	300	100,00	300	100,00	300	100,00	Lei 9.424/96(§ 4.º - art. 6.º)
1998	315	105,00	315	105,00	315	105,00	315	105,00	Dec. 2.440/97
1999	315	105,00	315	105,00	315	105,00	315	105,00	Dec. 2.935/99
2000	333	111,00	333	111,00	349,65	116,55	349,65	116,55	Dec. 3.326/99
2001	363	121,00	363	121,00	381,15	127,05	381,15	127,05	Dec. 3.742/01
2002	418	139,33	418	139,33	438,9	146,30	438,9	146,30	Dec. 4.103/02
2003	446	148,67	446	148,67	468,3	156,10	468,3	156,10	Dec. 4.580/03
2004	564,63	188,21	564,63	188,21	592,86	197,62	592,86	197,62	Dec. 5.299/04
2005	620,56	206,85	632,97	210,99	651,59	217,20	664	221,33	Dec. 5.374/05
2006	682,6	227,53	696,25	232,08	716,73	238,91	730,38	243,46	Dec. 5.690/06

De 1997 a 2006, conforme demonstrado no quadro n.º 1, os valores mínimos aumentaram em 127,53% (1.ª a 4.ª série urbana), 132,08% (1.ª a 4.ª série rural), 138,91% (5.ª a 8.ª série urbana) e 143,46% (5.ª a 8.ª série rural). Essa tendência de crescimento pode ser observada, também, no gráfico n.º 1⁵⁷.

Gráfico n.º1: Taxa incremental dos valores mínimos nominais por aluno fixados para fins de complementação do Fundef – de 1997 a 2006



* inclusive para educação especial

⁵⁷ Optou-se em apresentar apenas os valores das séries de maior e menor evolução.

Os recursos do Fundef foram repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos governos dos entes federados vinculadas ao Fundo, abertas para esse fim e mantidas junto ao Banco do Brasil, conforme previsto no art. 93 da Lei n.º 5.172/66, cuja distribuição tinha por base o quantitativo de alunos matriculados no ensino fundamental regular e na educação especial. A série histórica dos coeficientes de cálculo para a apuração dos valores repassados pode ser vista no quadro n.º 2.

Quadro n.º 2: Coeficientes estaduais de distribuição dos recursos da complementação da União ao Fundef – de 1997 a 2006

UF	Esfera de Governo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
AL	Gov. Estadual	-	0,27	0,27	0,28	0,28	-	-	0,26	0,26	-
	Govs. Municipais		0,73	0,73	0,72	0,72			0,74	0,74	-
BA	Gov. Estadual	-	0,48	0,38	0,37	0,36	0,35	0,33	0,26	-	-
	Govs. Municipais		0,52	0,62	0,63	0,64	0,65	0,67	0,74	-	-
CE	Gov. Estadual	-	0,36	0,32	0,29	0,27	-	-	0,17	-	-
	Govs. Municipais		0,64	0,68	0,71	0,73			0,83	-	-
MA	Gov. Estadual	-	0,32	0,28	0,28	0,27	0,27	0,25	0,23	0,21	0,18
	Govs. Municipais		0,68	0,72	0,72	0,73	0,73	0,75	0,77	0,79	0,82
PA	Gov. Estadual	0,61	0,59	0,4	0,37	0,3	0,28	0,27	0,25	0,24	0,23
	Govs. Municipais	0,39	0,41	0,6	0,63	0,7	0,72	0,73	0,75	0,76	0,77
PB	Gov. Estadual	-	0,47	0,43	0,41	-	-	-	-	-	-
	Govs. Municipais		0,53	0,57	0,59					-	-
PE	Gov. Estadual	-	0,48	0,44	0,43	-	-	-	-	-	-
	Govs. Municipais		0,52	0,56	0,57	-	-	-	-	-	-
PI	Gov. Estadual	-	0,4	0,36	0,37	0,36	0,35	0,31	0,26	0,26	-
	Govs. Municipais		0,6	0,64	0,63	0,64	0,65	0,69	0,74	0,74	-
BASE LEGAL		PORT. MEC 811/97	PORT. MEC 319/98 e 2.302/97 e 2.223/97	PORT. MEC 1.500/98 e 131/99	PORT. MEC 13/00 e 127/00	PORT. MEC 2.188/00	PORT. MEC 3.090/01	PORT. MEC 3.477/02 e 3.678/02	PORT. MEC 2/2004	PORT. MEC 743/2005	PORT MF 40/2006

Foram contemplados, em 2006, os Estados do Maranhão e do Pará, apresentados no quadro n.º 3, com os recursos que foram executados no âmbito da ação orçamentária de complementação do Fundef. Embora houvesse previsão orçamentária para o Estado do Piauí, por não atingir o valor mínimo por aluno/ano estabelecido na Portaria MF 40/2006, este estado não teve direito à complementação da União.

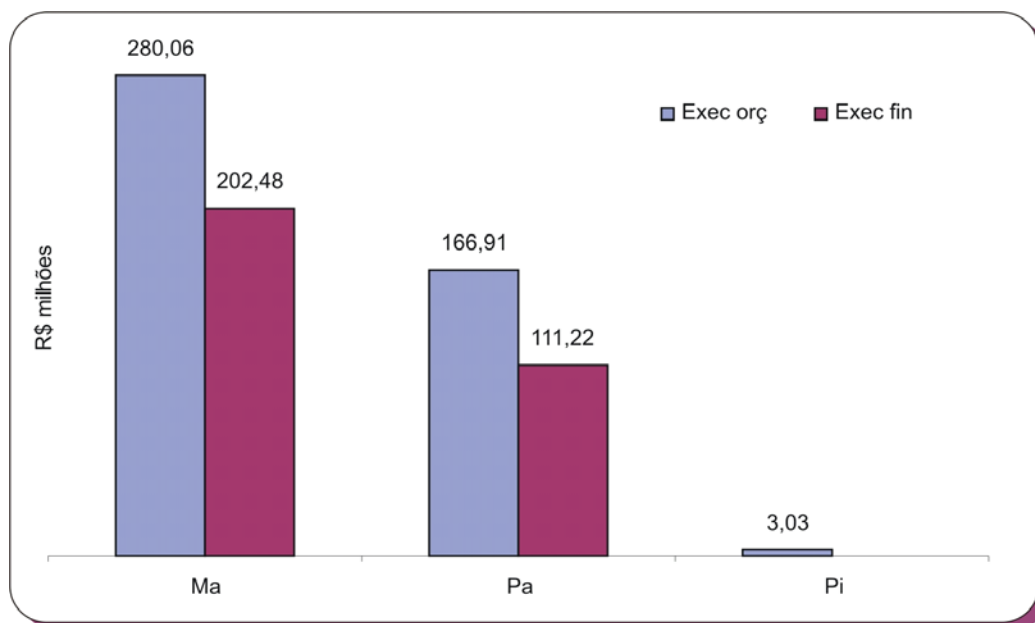
Com base na estimativa publicada na Portaria MF n.º 40/2006, foram repassados R\$ 313,70 milhões, cabendo ao Maranhão a maior participação, a quem foram destinados R\$ 202,47 milhões, e ao Pará o valor de R\$ 111,22 milhões.

Quadro n.º 3: Demonstrativo da complementação da União ao Fundef – em 2006

Unidade Federativa	Execução Orçamentária	Execução Financeira
Maranhão	280.064.644,00	202.478.925,00
Pará	166.905.556,00	111.221.310,00
Piauí	3.029.800,00	-
Total	450.000.000,00	313.700.235,00

Foram inscritos em restos a pagar todos os saldos orçamentários que não tiveram execução financeira nos termos da Portaria MF n.º 40/2006, para contemplar eventuais ajustes decorrentes do refazimento do cálculo das médias nacionais.

Gráfico n.º 2: Demonstrativo da execução orçamentária e financeira da complementação da União ao Fundef, por UF – em 2006



Ajustes referentes a exercícios anteriores

Em 21 de dezembro de 2004, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria n.º 400/2004, divulgando a reestimativa dos valores mensais da complementação da União ao Fundef referente ao exercício, bem como os valores dos ajustes dos anos de 2002 e 2003.

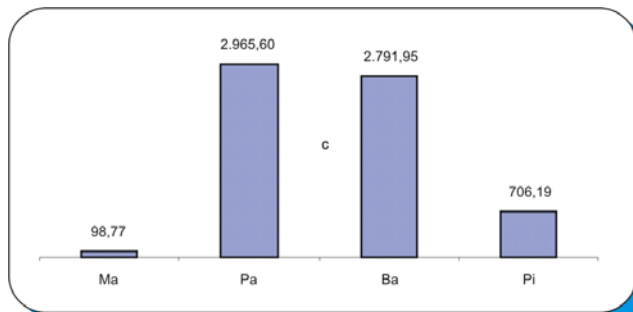
Os ajustes de 2002 e 2003 foram efetuados em dezembro de 2004, mediante repasse do valor líquido, somando ou descontando-se o ajuste, conforme o caso. Entretanto, ao longo do exercício de 2006, decisões judiciais concederam a diversos municípios o direito ao recebimento do valor descontado em dezembro de 2004. Assim, foram pagos, em 2006, R\$ 6,56 milhões decorrentes das referidas decisões judiciais. Para tanto, utilizou-se do orçamento de exercícios anteriores inscritos em restos a pagar. Porém, devido à insuficiência de recursos orçamentários para o Estado da Bahia, em 2006, tanto por inscrição em restos a pagar quanto por indisponibilidade na LOA, por meio da Medida Provisória n.º 333, de 14/12/2006, foram alocados

R\$ 10,2 milhões, visando ao pagamento das decisões judiciais oriundas de municípios desse estado, cujos valores podem ser vistos na tabela n.º 2 e no gráfico n.º 3.

Tabela n.º 2: Execução financeira de decisões judiciais - em 2006

Unidade Federativa	Valor Pago R\$
Maranhão	98.774,38
Pará	2.965.599,94
Bahia	2.791.948,32
Piauí	706.187,02
Total	6.562.509,66

Gráfico n.º 3: Execução financeira da complementação da União ao Fundef, por decisão judicial - em 2006



Em face das diversas liminares judiciais, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda decidiu não efetivar os ajustes de 2004 e 2005 no exercício de 2006, até que se tenha decisão definitiva do Poder Judiciário sobre o assunto. O quadro n.º 4 apresenta o histórico dos valores repassados aos estados referentes à complementação ao Fundef, indicando o montante repassado em cada exercício, incluindo valores dos ajustes.

Alterações oriundas da MP n.º 339/2006

Tendo em vista que a vigência do Fundef expirou no exercício de 2006, e visando estender o atendimento da manutenção e desenvolvimento do ensino e da valorização de seus profissionais à clientela da educação básica, já que o Fundef se limitava ao atendimento do ensino fundamental, a Emenda Constitucional n.º 53/2006 alterou o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Diante disso, em 28/12/06, foi editada a Medida n.º 339, regulamentando e instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, com vigência de 14 anos, compreendendo o período dos exercícios financeiros de 2007 a 2020.

Trata-se de fundo de natureza contábil, constituído por 20% das seguintes fontes de receitas:

- Imposto sobre transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens ou direitos, previsto no [art. 155, inciso I, da Constituição](#).
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- Parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo [inciso I do art. 154 da Constituição](#), prevista no [art. 157, inciso II, da Constituição](#).
- Parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

- Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI Exportação).
- Receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas eventualmente incidentes.
- Recursos oriundos da Lei Complementar n.º 87/96, que prevê o ressarcimento, pela União.

Além dos recursos mencionados, o fundo contará com a Complementação da União, sempre que, em cada estado e no Distrito Federal, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Vale enfatizar que uma das mudanças mais significativas em relação ao Fundef foi a vedação da utilização dos recursos oriundos da arrecadação do salário-educação na Complementação da União.

O Fundeb atenderá os alunos efetivamente matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, conforme os dados apurados no censo escolar mais atualizado, realizado pelo Inep/MEC.

A distribuição proporcional de recursos do Fundo levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica:

- creche;
- pré-escola;
- séries iniciais do ensino fundamental urbano;
- séries iniciais do ensino fundamental rural;
- séries finais do ensino fundamental urbano;
- séries finais do ensino fundamental rural;
- ensino fundamental em tempo integral;
- ensino médio urbano;
- ensino médio rural;
- ensino médio em tempo integral;
- ensino médio integrado à educação profissional;
- educação especial;
- educação indígena e quilombola;
- educação de jovens e adultos com avaliação no processo; e
- educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo.

Destaca-se que, somente a partir de março de 2007, os recursos do Fundeb serão distribuídos na forma prevista na MP 339/06.

No entanto, nos meses de janeiro e fevereiro de 2007, será mantida a mesma sistemática de repartição de recursos prevista na Lei n.º 9.424/96. Outra ressalva contida na MP 339/06 é que a Complementação da União ao Fundeb só passará a ser distribuída integralmente a partir de março de 2007.

Quadro n.º 4: Recursos financeiros repassados pela União aos entes federados, em complementação ao Fundef, no período de 1998 a 2007*

ANO	1997			1998			1999			2000			2001		
UF		1997		1998	AJUSTE 1997	TOTAL	1999	AJUSTE 1998	TOTAL	2000	AJUSTE 1999	TOTAL	2001	AJUSTE 2000	TOTAL
AL	0		1.300.426		0	1.300.426	5.180.878	(1.300.426)	3.880.452	4.161.430	(1.960.530)	2.200.900	2.616.050	(4.161.430)	(1.545.380)
BA	0		112.330.100		0	112.330.100	217.130.496	31.612.407	248.742.903	181.147.799	(1.983.197)	179.164.602	183.718.200	10.039.525	193.757.725
CE	0		48.201.500		0	48.201.500	58.803.593	(1.788.423)	57.015.170	20.314.457	(25.284.512)	(4.970.055)	15.300.708	(17.442.969)	(2.142.261)
MA	0		130.499.500		0	130.499.500	158.109.459	23.036.539	181.145.998	157.463.601	16.371.601	173.835.202	137.222.800	11.386.571	148.609.371
PA	59.218.680		94.024.151		3.477.423	97.501.574	115.267.023	18.429.954	133.696.977	90.126.301	1.234.065	91.360.366	66.536.800	4.104.025	70.640.825
PB	0		3.163.937		0	3.163.937	13.381.132	(3.163.937)	10.217.195	3.820.427	(8.657.717)	(4.837.290)	0	(3.820.427)	(3.820.427)
PE	0		10.534.766		0	10.534.766	15.954.805	(4.278.442)	11.676.363	1.499.055	(7.834.922)	(6.335.867)	0	(1.499.055)	(1.499.055)
PI	0		21.417.450		0	21.417.450	25.845.640	2.636.885	28.482.525	29.497.900	(1.568.867)	27.929.033	21.016.600	(1.182.231)	19.834.369
TOTAL	59.218.680		421.471.830		3.477.423	424.949.253	609.673.026	65.184.557	674.857.583	488.030.970	(29.684.079)	458.346.891	426.411.158	(2.575.991)	423.835.167
BASE LEGAL	PORT. MF 165/97		PORT. MF 341/98		PORT. MF 013/99	-	PORT. MF 349/99	PORT. MF 317/99	-	PORT. MF 354/00	PORT. MF 353/00	-	PORT. MF 288/01	PORT. MF 312/01	-
ANO	2002			2003			2004			2005			2006		
UF	2002	AJUSTE 2001	TOTAL	2003			2004	AJUSTE 2002	AJUSTE 2003	TOTAL	2005	2006	Reembolso ajuste 2002/2003	TOTAL	TOTAL DO PERÍODO
AL	0	(2.616.050)	(2.616.050)	0		0	24.689.000	0	0	24.689.000	10.373.570	0	0	0	38.282.918
BA	173.887.488	(20.207.586)	153.679.902	101.195.100		101.195.100	99.600.400	(61.903.149)	(3.379.537)	34.317.714	0	0	2.791.948	2.791.948	1.025.979.994
CE	0	(15.300.708)	(15.300.708)	0		0	4.545.000	0	0	4.545.000	0	0	0	0	87.348.646
MA	148.425.922	9.570.729	157.996.651	144.655.200		144.655.200	239.485.500	(3.341.071)	44.214.089	280.358.518	236.591.805	202.478.925	98.774	202.577.699	1.656.269.944
PA	71.670.072	(4.934.986)	66.735.086	71.339.400		71.339.400	155.452.700	(24.843.511)	(20.488.778)	110.140.411	127.887.855	111.221.310	2.965.600	114.186.910	942.708.084
PB	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.723.415
PE	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.376.207
PI	27.820.782	(1.364.106)	26.456.676	18.556.100		18.556.100	36.111.700	(11.190.791)	6.022.023	30.942.932	20.411.815	0	706.187	706.187	194.737.087
TOTAL	421.804.264	(34.852.707)	386.951.557	335.745.800		335.745.800	559.884.300	(101.278.522)	26.387.797	484.993.575	395.265.045	313.700.235	6.562.510	320.262.745	3.964.426.295
BASE LEGAL	PORT. MF 27/02	PORT. MF 239/02	-	PORT. MF 10/03		PORT. MF 10/03		PORT. MF 400/04			PORT. MF 41/2005		PORT. MF 40/2006		-



23.2. (1072.0966) – Ação: Apoio à formação continuada de professores do ensino fundamental

Finalidade: Assegurar aos professores do ensino fundamental as condições para reflexão sobre a prática pedagógica visando melhor qualidade da educação.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 3: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
27.000	26.801	99,26%	8.663.945,00	8.663.944,58	99,99%
Produto: Professor formado					
Unidade de Medida: Unidade					

Esta ação apresentou um desempenho dentro dos padrões da normalidade, conforme demonstram os índices de execução físico-financeira, os quais se aproximaram da totalidade programada.

23.3. (1072.0973) – Ação: Apoio à formação continuada de professores da educação infantil

Finalidade: Melhorar a qualidade da oferta da educação de crianças de 0 a 6 anos por meio da formação continuada de professores.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 4: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
10.472	6.382	61%	2.702.194,00	2.702.171,05	99,99%
Produto: Professor formado					
Unidade de Medida: Unidade					

Com a finalidade de melhorar a qualidade da oferta da educação de crianças de 0 a 6 anos, vem sendo implementado o apoio à formação continuada de professores da educação infantil. A ação é executada mediante aporte financeiro aos sistemas municipais, distrital e estadual de educação, para viabilizar a realização de cursos presenciais e a distância, oficinas pedagógicas e seminários voltados aos professores que atuam na educação infantil.

Em 2006, foram aprovados 174 projetos, para formação de 6.382 professores, 384 profissionais e 60 técnicos de 2.389 escolas, beneficiando indiretamente 129.835 alunos. Foram transferidos recursos na ordem de 2,7 milhões e, devido a contingenciamento orçamentário, a meta física atingiu 61% da previsão inicial de atendimento, considerada adequada em relação aos recursos financeiros disponíveis.

23.4. (1072.09DP) – Ação: Apoio à formação inicial e continuada dos trabalhadores estaduais e municipais da educação básica

Finalidade: Proporcionar a formação e a capacitação permanente dos trabalhadores da educação que atuam nos sistemas de ensino básico, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento de suas competências de gestão e pedagógicas, como forma de qualificar sua atividade profissional e melhorar a eficiência dos sistemas e das escolas públicas.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 5: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
15.708	1.808	11,51%	5.990.633,00	5.990.566,39	99,99%
Produto: Profissional capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Nesta ação, foi realizado um Destaque no valor de R\$ 5.326.181,45 para a Fundação Universidade de Brasília.

Quanto aos recursos não descentralizados, houve compatibilidade entre a execução da meta física e financeira, pelos convênios assinados.

23.5. (1072.09EB) – Ação: Apoio à formação continuada em educação ambiental para profissionais da educação básica

Finalidade: Apoiar projetos de educação ambiental, propor metodologia, material paradidático e apoiar encontros de formação continuada para auxiliar os profissionais de educação em sua prática pedagógica e atuação política pela promoção da sustentabilidade socioambiental da escola e da comunidade.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 6: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
5.000	9.825	196,5%	3.500.000,00	3.492.505,94	99,78%
Produto: Profissional beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Analisando a execução da meta física, verifica-se que a ação possibilitou a formação de 9.825 profissionais, ou seja, quase o dobro dos 5.000 previstos. Este resultado ocorreu devido à estratégia da adoção de multiplicadores. Executaram-se, em contrapartida, 99,78% da meta financeira prevista, incluindo neste percentual o destaque concedido, no valor de R\$ 400 mil para a Secad/MEC.

23.6. (1072.0A30) – Concessão de bolsa de incentivo à formação de professores da educação básica

Finalidade: Estimular a formação de professores para atuação na educação básica.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 7: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
72.000	33.400	46,39%	24.708.000,00	16.400.000,00	66,37%
Produto: Bolsa concedida					
Unidade de Medida: Unidade					

Esta ação beneficia profissionais que trabalham em atividade de apoio aos programas de formação inicial e continuada de professores do ensino básico (Proinfantil, Proformação, Pró-Letramento e Pró-Licenciatura).

Com a promulgação da Lei n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudos e de pesquisas a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica, iniciou-se todo um processo de discussão para a elaboração das resoluções específicas, para o planejamento da operacionalização dos pagamentos de bolsas (Pague Bolsa) e para firmar acordos com os bancos que poderiam participar do programa. Além dos fatores mencionados, merece ser destacado, também, que os impedimentos legais impostos pelas normas eleitorais dificultaram o cumprimento das metas I.

Apesar do exposto, ressalte-se que ainda foi possível realizar empenhos nesta ação, no valor de R\$ 16.400.000,00, conforme quadro abaixo, caracterizando uma execução da ordem de 66%.

Tabela n.º 8: Empenhos realizados em 2006

Entidade	Valor - R\$
Total	16.400.000,00
Proformação	1.691.000,00
Proinfantil	3.947.000,00
Pró-Letramento	1.000.000,00
Pró-Licenciatura	6.200.000,00
UAB	3.562.000,00
Fonte: FNDE/Dirpe	

23.7. (1072.6369) – Ação: Capacitação de recursos humanos de tecnologias na educação pública

Finalidade: Disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual, distrital e municipal, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, educando alunos, professores e técnicos para atuarem numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seed

Desempenho:

Tabela n.º 9 - Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
10.000	25.000	250%	3.700.000,00	3.637.808,01	98,31%
Produto: Profissional capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Houve descentralização de crédito no valor de R\$ 2.627.557,45, conforme tabela n.º 10, abaixo:

Tabela n.º 10: Descentralização de créditos concedidos – em 2006

UF	Entidade	Valor – R\$
Total		2.627.557,45
CE	Universidade Federal do Ceará	91.000,00
DF	Secretaria de Educação a Distância	454.506,37
DF	Fundação Universidade de Brasília	115.775,00
DF	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	80.000,00
MA	Universidade Federal do Maranhão	132.050,50
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	626.282,00
PB	Universidade Federal da Paraíba	75.000,00
PE	Universidade Federal de Pernambuco	288.439,50
PR	Universidade Federal do Paraná	118.330,00
RJ	Universidade Federal do Rio De Janeiro	172.188,00
RS	Centro Federal de Edu Tecnológica de Pelotas-Cefet	51.160,00
RS	Universidade Federal de Santa Maria	361.218,07
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	93.330,00
SE	Fundação Universidade Federal de Sergipe	30.470,00
(-) Crédito Indisponível		62.191,99
Fonte: MEC/Seed		

Nesta ação, foi repassado para a PUC/ Rio de Janeiro o valor de R\$ 1.010.250,56 para o Programa de Especialização a Distância, referente ao Termo Aditivo do Convênio Plurianual firmado em 2005.

O aumento da meta física desta Ação, de 10.000 para 25.000 profissionais capacitados em 2006, deve-se aos 23.366 acessos pelos professores aos objetos de aprendizagem no repositório do Sítio do Rived (Rede Interativa Virtual de Educação). Os conteúdos desses objetos educacionais são utilizados tanto por professores quanto por alunos, com ênfase na integração de aplicações tecnológicas.

O Projeto Rived prevê, dentre o rol de seus resultados, a transferência do conhecimento adquirido no desenvolvimento da sua metodologia e do processo para a construção dos conteúdos digitais, para as instituições de ensino superior.

OBS: A Ação será revista na elaboração do PPA 2008/2011.

23.8. (1072.6377) – Ação: Capacitação de recursos humanos para a educação a distância e para o Programa TV Escola

Finalidade: Atender a demanda de cerca de 80% dos professores da rede pública de ensino por capacitação para utilização de tecnologia, tanto no seu aperfeiçoamento profissional, quanto em sala de aula, contribuindo, desta forma, para a motivação de alunos e professores e a melhoria da qualidade do ensino.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seed

Desempenho:

Tabela n.º 11: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
30.000	26.034	86,78%	2.500.000,00	2.489.509,01	99,58%
Produto: Profissional capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

Tendo em vista a necessidade de produzir o material didático (mídias e impressos) utilizado na capacitação dos professores inscritos no Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, assim como a realização dos encontros técnicos presenciais com os coordenadores dos estados, os recursos não foram suficientes para o alcance da meta física estimada, motivo pelo qual com os 99,58% dos recursos, que compreendem, inclusive, o destaque concedido no valor de R\$ 2,5 milhões (vide tabela n.º 12), foram alcançados 86,78% da programação inicial.

Tabela n.º 12 – Descentralização de créditos – em 2006

UF	Entidade	Valor R\$
Total		2.489.509,01
AL	Universidade Federal de Alagoas	85.952,00
AM	Fundação Universidade do Amazonas	74.400,00
AP	Fundação Universidade do Amapá	30.342,60
CE	Universidade Federal do Ceará	151.277,50
DF	Fundação Universidade de Brasília	830.216,00
GO	Universidade Federal de Goiás	52.435,00
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	143.061,00
MS	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	76.555,19
MT	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso	63.417,50
PA	Universidade Federal do Pará	41.452,50
PB	Universidade Federal de Campina Grande	29.008,68
PE	Universidade Federal de Pernambuco	343.046,00
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	74.400,00
PI	Universidade Federal do Piauí	30.470,00
RJ	Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro	118.330,00
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	118.648,75
RO	Fundação Universidade Federal de Rondônia	52.435,00
RR	Universidade Federal de Roraima	30.470,00
RS	Universidade Federal do Rio Grande do	51.160,00
RS	Fundação Universidade do Rio Grande	51.047,90
TO	Fundação Universidade Federal do Tocantins	41.383,39
Fonte: MEC/Seed		



No PPA 2004-2007, o governo brasileiro reconhece que “o caminho para um projeto de futuro para o Brasil começa pela educação”⁵⁸, e que, dentre os principais avanços nesta área está a ampliação da matrícula no ensino superior⁵⁹.

Concomitantemente, nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo⁶⁰. Em decorrência desta crise, o Ministério da Educação estabeleceu como uma de suas diretrizes reformar o modelo de educação superior, que atualmente dá sinais de esgotamento, fazendo-a adaptar-se aos novos tempos, tornando-a capaz de responder a novas demandas, por meio da criação de cursos e inovadores processos pedagógicos, promovendo o desenvolvimento integral do ensino superior, da pesquisa e da extensão.

É nesse contexto que foi criado o Programa Universidade do Século XXI, que tem por principal objetivo ampliar o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do País. O citado programa prevê, além da recuperação e manutenção das instalações físicas, e a valorização dos quadros, criar oportunidades para repensar “o fazer universitário”, ampliando o debate acerca dos papéis da universidade para construção da paz, do desenvolvimento e da soberania nacional. Tem como público-alvo os alunos e professores das instituições federais de ensino superior (IFES), bem como estudantes bolsistas das instituições de ensino superior privadas.

Os métodos e instrumentos de avaliação do projeto educacional devem ser adequados à construção de um novo modelo que permita a participação da sociedade civil e de gestores educacionais.

Para o desenvolvimento da ação “Serviços à Comunidade”, sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, no exercício de 2006, foram previstos R\$ 2.000.000,00, e executados 503.780,09.

24.1. (1073.4004) – Ação: Serviços à comunidade por meio da extensão Universitária

Finalidade: Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas para a coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a instituição e a comunidade.

Unidade administrativa responsável: MEC/Senesu

Desempenho:

Tabela n.º 1: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
100.000	26.190	26,19%	2.000.000,00	503.780,09	25,15%
Produto: Pessoa beneficiada					
Unidade de Medida: Unidade					

⁵⁸ PPA, op. cit. p.15.

⁵⁹ PPA, op. cit. p.15 e PNE, op. cit. p. 33.

⁶⁰ PNE, op. cit. p. 38.

Não obstante os baixos percentuais alcançados nesta ação, alguns projetos mereceram destaques, entre ao quais: Jovens Artistas (projeto que aposta na universidade enquanto o espaço público de liberdade de expressão nas diferentes áreas); ProCampo (projeto de valorização de cursos voltados para o campo); PROEXT (projeto de apoio a diversos temas relacionados à educação básica, às políticas de direitos humanos e desenvolvimento social); UniAfro (programa de apoio de projetos educacionais de promoção da igualdade racial).



O expressivo contingente de brasileiros afrodescendentes faz com que o país detenha a segunda população negra do mundo, atrás somente da Nigéria. São 79 milhões de pessoas⁶¹, o que corresponde a 45% dos habitantes da sociedade, de acordo com os dados do Censo 2.000. Parte desta população vive em cerca de 743 comunidades remanescentes de quilombos, que, em consequência de sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem atenção especial dos poderes públicos. Essas comunidades representam setores esquecidos e marginalizados, que enfrentam graves problemas de cunho socioeconômico e cultural. Estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico, de atendimento à saúde, de escola de qualidade, entre outros benefícios. Tais condições de vida inscrevem as comunidades quilombolas no rol de nossa população mais carente e necessitada de medidas urgentes de inclusão social⁶².

Por outro lado, é clara a preocupação do Estado brasileiro em relação a essa dívida social, uma vez que o governo estabeleceu como meta, no PPA 2004-2007, promover a inclusão social, a redução da desigualdade racial⁶³ e caminhar em busca da construção de uma sociedade mais justa, coesa, democrática e equânime⁶⁴.

Para tanto, o governo federal criou o Programa Brasil Quilombola, balizado na inclusão social e na promoção da cidadania. O mesmo tem por objetivo assegurar às comunidades remanescentes de quilombos desenvolvimento econômico sustentável e etnodesenvolvimento, bem como justiça social e propriedade de suas terras. Tem por estratégia de implementação a incorporação de ações, referentes à questão, dispersas em diversos programas distribuídos em outros órgãos, além das responsabilidades da Seppir.

Em 2006, para a efetivação das ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, foram destinados R\$ 5.172.000,00, e foram executados R\$ 2.942.410,14.

25.1. (1336.0974) – Ação: Apoio à formação de professores da educação básica para a atuação nas comunidades remanescentes de Quilombos

Finalidade: Capacitar professores que atuem em comunidades quilombolas, de modo a potencializar sua atuação, considerando as especificidades dessas comunidades e contribuindo para a melhoria do ensino fundamental para alunos quilombolas.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 1: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
800	393	49,16%	800.000,00	766.251,22	95,78%
Produto: Professor capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

61 Disponível em <http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=824>; acessado em 24 de novembro de 2006, às 16 horas.

62 NERY, Tito César dos Santos. Saneamento: ação de inclusão social. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100028&lng=es&nrm=&tlng=pt, acessado em 24 de novembro de 2006, às 16 horas.

63 PPA, Anexo 1, op. cit. p. 1.

A tabela mostra a meta física realizada atingindo 393 professores capacitados, o que representa 49,16% da previsão. Já a meta financeira realizada alcançou 95,78%. Em face destes resultados, fez-se necessária uma reavaliação dos estimadores dos atributos da ação, de modo a compatibilizar as metas físico-financeiras.

25.2. (1336.09CG) – Ação: Apoio à distribuição de material didático para escolas situadas nas comunidades remanescentes de Quilombos

Finalidade: Proporcionar condições materiais para a melhoria do ensino fundamental das comunidades remanescentes de quilombos disponibilizando recursos para produção e distribuição de material didático e paradidático adequado à realidade dessas comunidades.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 2: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
40.000	35.468	88,67%	800.000,00	368.308,67	46,03%
Produto: Material distribuído					
Unidade de Medida: Unidade					

A execução física alcançou 88,67%. A meta financeira realizada, por sua vez, alcançou 46,03% da meta prevista. Em face destes resultados, fez-se necessária uma reavaliação dos estimadores dos atributos da ação, de modo a compatibilizar as metas físico-financeiras.

25.3. (1336.09CJ) – Ação: Apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades remanescentes de quilombos

Finalidade: Apoiar a ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades remanescentes de quilombos, aumentando a cobertura e a qualidade desta rede e contribuindo para a melhoria da oferta do ensino nestas comunidades.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 3: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
45	3	6,67%	3.572.000,00	1.807.850,25	50,61%
Produto: Estabelecimento beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

A ação teve uma execução financeira de R\$ 1.807.850,25, atingindo 50,61% da meta prevista. Entretanto, somente 6,67% da meta física foi alcançada, em razão do problema histórico da posse da terra por comunidades remanescentes de quilombos, que impossibilitou o estabelecimento de convênios para construir escolas.

Assim como as demais ações, é preciso rever as estimativas e as unidades de custo desta ação para tornarem compatíveis as metas físico-financeiras.

26. (1374) – Desenvolvimento da Educação Especial



A igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a não-discriminação a qualquer título são valores presentes na legislação brasileira⁶⁵. Porém, crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais enfrentam diariamente barreiras para a plena participação na sociedade e, em especial, na escola. Os problemas identificados como comprometedores da vida escolar são, entre outros, a inadequação dos prédios escolares, a falta de sinalização, de informações acessíveis, de material didático, de equipamentos e tecnologias e, ainda, o pequeno número de professores capacitados para atuarem especificamente na educação especial.

Os dados oficiais demonstram que 90% das matrículas dos alunos portadores de necessidades especiais concentram-se em níveis mais elementares de ensino, e cerca de 70% estudam em classes ou escolas especiais. Torna-se evidente que a falta de apoio pedagógico especializado dificulta o progresso nos estudos, o desenvolvimento das potencialidades individuais desta clientela e mesmo a inserção no mundo do trabalho.

O governo federal, defensor da necessidade de implementar políticas públicas que promovam a plena integração social das pessoas com deficiência e de eliminar todas as formas de discriminação, criou o “Programa Desenvolvimento da Educação Especial”, que visa assegurar aos alunos portadores de necessidades especiais as condições de acesso e permanência na escola e a oferta de uma educação de qualidade, além de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns, nas escolas públicas, e garantir a eles o atendimento educacional especializado e inclusivo. Este objetivo encontra-se fundamentado na inclusão social e na promoção da cidadania, temas que permeiam os desafios e as diretrizes do PPA 2004-2007, e que, neste caso específico, prevê a “promoção de política inclusiva para os portadores de necessidades especiais”⁶⁶.

A estratégia para a implementação do Programa está baseada na execução direta, via celebração de parcerias, acordos, convênios e contratos com órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, instituições privadas sem fins lucrativos, ONGs e organismos internacionais.

Em 2006, para a execução das ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, foram destinados R\$ 47.415.322,00, e foram executados R\$ 40.441.468,52.

26.1. (1374.0959) – Ação: Apoio à adequação de prédios escolares para a educação especial

Finalidade: Assegurar as condições básicas de acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino ministrado no ambiente escolar comum ou especial.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Com o recurso da ação, no valor de R\$ 2.339.855,00, foi realizada a adequação de prédios em 652 escolas, superando a meta prevista de 510, em função da reavaliação do valor dos projetos conveniados nessa ação, possibilitando a aprovação de maior número de projetos e a ampliação do número de escolas contempladas.

⁶⁵ CF, artigo 206, op. cit. p. 41; LDB, artigos 58 a 60, op. cit. p. 14 e 15.

⁶⁶ PPA, Anexo 01, op. cit. p. 17.

Tabela n.º 1: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
510	652	127,84%	2.339.855,00	2.313.336,79	98,87%
Produto: Escola atendida					
Unidade de Medida: Unidade					

26.2. (1374.0977) – Ação: Apoio à formação de professores e profissionais para a educação especial

Finalidade: Promover a capacitação de professores e profissionais da escola e dos sistemas de ensino com vistas à melhoria do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Tabela n.º 2: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
10.000	25.921	259,21%	8.200.000,00	8.189.614,65	99,87%
Produto: Profissional formado					
Unidade de Medida: Unidade					

Nesta ação, foi realizada uma descentralização de crédito no valor de R\$ 934.243,09, conforme tabela n.º 3.

De 2005 para 2006, o número de novas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular cresceu em 61.738. Além desta ampliação de quantitativo de alunos, a coleta de dados da formação docente na área da educação especial passou a ser feita no Censo Escolar. Este novo cenário requereu que se impulsionasse o desenvolvimento de cursos para atender à demanda dos sistemas de ensino.

Com o recurso da ação no valor de R\$ 8.200.000,00, foram conveniados projetos que utilizaram a metodologia de cursos de formação com a presença de professores multiplicadores em todas as regiões brasileiras, o que possibilitou o envolvimento de um maior contingente de professores e, desta forma, concorreu para ultrapassar o valor da meta prevista.

No que tange ao aspecto orçamentário financeiro, a quase totalidade da meta prevista foi alcançada, incluindo-se, inclusive, destaque da ordem de R\$ 934,2 mil.

Tabela n.º 3: Descentralização de créditos – em 2006

UF	Entidade	Valor – R\$
Total		934.243,39
DF	Fundação Universidade de Brasília	82.799,75
RJ	Instituto Benjamin Constant	246.143,64
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	555.300,00
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	50.000,00
Fonte: MEC/Seesp		

26.3. (1374.09DK) – Ação: Complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência – Paed

O Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (Paed) foi criado por meio da Lei n.º 10.845, de 05/03/04, regulamentada pelas Resoluções n.º 4, de 13 de março de 2006, e n.º 28, de 14 de julho de 2006, ambas do Conselho Deliberativo do FNDE. Tem por finalidade garantir, supletivamente, recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos básicos de promover o atendimento especializado aos educandos portadores de necessidades especiais e sua progressiva inclusão em classes comuns de ensino. Seu público-alvo são as escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Os recursos financeiros, liberados exclusivamente na categoria econômica de custeio, são destinados às seguintes finalidades:

- a) remuneração do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- b) aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- c) manutenção e conservação de equipamentos e instalações vinculados ao ensino especial;
- d) aquisição de material didático-escolar; e
- e) realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento das atividades de ensino especial.

O Paed, em seu terceiro ano de execução, dispôs de um orçamento de R\$ 7.860.000,00. A partir deste valor e da quantidade de alunos matriculados, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do atendimento, foi fixado o valor *per capita* anual de R\$ 33,50, repassado em parcela única, sem celebração de convênio.

Para receber os recursos do programa, as entidades privadas, potencialmente beneficiárias do Paed, devem apresentar, ao FNDE, plano de aplicação com a descrição das ações a serem financiadas, previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Conselho do Fundef).

Do orçamento de 2006, foi repassado às entidades de educação especial beneficiárias do Paed, o montante de R\$ 6.792.049,31, atendendo a 1.677 escolas e beneficiando 202.787 alunos, conforme demonstrado na tabela n.º 4.

Tabela n.º 4: Execução do Paed – em 2006 (Posição em 17/01/2006)

Região	Previsto		Executado			
	Escola	Aluno	Entidade	Escola	Aluno	Valor
Total (*)	2.257	243.763	1.659	1.677	202.787	6.792.049,31
Norte	63	8.998	35	38	5.912	198.039,00
Nordeste	305	35.896	166	167	24.819	831.348,43
Sudeste	957	112.759	699	703	95.933	3.212.590,87
Sul	749	69.077	627	637	62.540	2.095.047,53
Centro Oeste	183	17.033	132	132	13.583	455.023,48
(*) No total, está incluída 01 entidade mantenedora de 01 escola para atendimento de 23 alunos, no valor de R\$ 770,50 na região Nordeste. Este valor encontra-se inscrito em restos a pagar, aguardando a liberação do pagamento, portanto, considerado executado orçamentariamente. Fonte: FNDE/Dirae						

A execução anual do Paed, a exemplo do PDDE, depende, por força regulamentar, dos processos de adesão e habilitação, do exame e aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores. Em 2006, de acordo com a tabela n.º 4, 580 escolas deixaram de ser atendidas, das quais 533 por falta de adesão das entidades mantenedoras ou por inconsistência no plano de aplicação, e 47 em função de inadimplência com prestação de contas do exercício anterior.

Tabela n.º 5: Detalhamento do não-atendimento em 2006

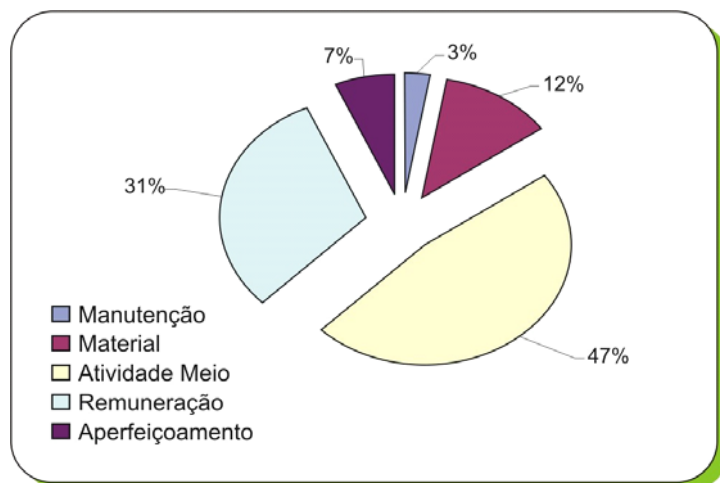
Região	Inadimplência PC				Não Adesão		Total	
	Quantidade			Valor	Quantidade		Quantidade	
	Entid	Escola	Aluno		Escola	Aluno	Escola	Aluno
Brasil	47	47	3.965	130.973,28	533	37.011	580	40.976
Norte	02	02	417	13.039,63	23	3.669	25	3.086
Nordeste	04	04	470	15.744,95	134	10.607	138	11.077
Sudeste	21	21	1.571	51.704,20	233	15.255	254	16.826
Sul	15	15	985	32.997,50	97	5.552	112	6.531
Centro Oeste	05	05	522	17.487,00	46	2.928	51	3.450
Fonte: FNDE/Dirae								

A tabela n.º 6 e o Gráfico n.º 1 demonstram que a maior parte dos recursos, 47%, foi empregada na atividade-meio, seguida da Ação “Remuneração do pessoal docente e demais profissionais da educação”, representando 31% do total liberado. Já as Ações “Aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação” e “Manutenção” representaram apenas 7% e 3%, respectivamente, ficando a Ação “Material” com 12% da totalidade dos recursos repassados.

Tabela n.º 6: Distribuição dos recursos, por ação, no exercício de 2006

Região	Valores por ação					Total
	Manutenção	Material	Ativ. Meio	Remuneração	Aperfeiç.	
Brasil	1.740.638,97	2.988.530,97	238.491,29	1.340.970,25	483.417,83	6.792.049,31
Norte	72.550,89	77.997,86	7.366,50	26.144,00	13.979,75	198.039,00
Nordeste	191.084,27	275.177,39	64.439,98	190.927,24	109.719,55	831.348,43
Sudeste	729.780,22	1.367.744,46	91.298,20	791.922,97	231.845,02	3.212.590,87
Sul	654.650,35	1.006.360,51	62.459,61	270.215,86	101.361,20	2.095.047,53
Centro-Oeste	92.573,24	261.250,75	12.927,00	61.760,18	26.512,31	455.023,48
Fonte: FNDE/Dirae						

Gráfico n.º 1: Percentuais de distribuição dos recursos, por ação – em 2006



No total, foram executados 86,41% do orçamento de R\$ 7.860.000,00 milhões disponibilizado, o que corresponde a 74,30% da meta física (escola), de acordo com o demonstrado na tabela n.º 7.

Tabela n.º 7: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
2.257	1.677	74,30%	7.860.000,00	6.792.049,31	86,41%
Produto: Escola atendida					
Unidade de Medida: Unidade					

Tabela n.º 8: Indicador de desempenho: índice de atendimento – alunos

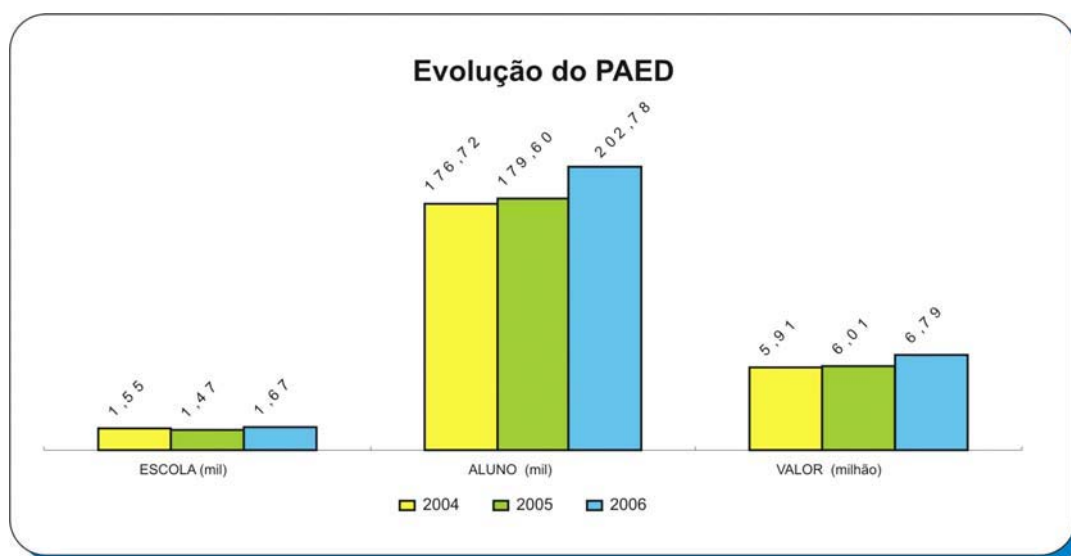
Alunos beneficiados = 202.787 Total de alunos = 243.763	= 83,19%
--	----------

Tabela n.º 9: Indicador de desempenho: índice de atendimento – escolas

Escolas beneficiadas = 1.677 Total de escolas = 2.257	= 74,30%
--	----------

Ao serem analisados os dados, relativos aos exercícios de 2004 e 2005, conforme demonstrado no gráfico n.º 2, observa-se que o programa manteve-se próximo aos percentuais de escolas beneficiadas, de alunos atendidos e no valor total repassado. Com relação ao exercício de 2006, houve um pequeno aumento no número de escolas, de alunos e no valor repassado, em que pese à situação de inadimplência das entidades mantenedoras quanto à prestação de contas, fato não ocorrido no exercício de 2004, em razão de ter sido este o primeiro ano de execução do Paed.

Gráfico n.º 2: Evolução da execução do Paed – de 2004 a 2006



26.4. (1374.09EJ) – Ação: Qualificação para o trabalho da pessoa com necessidades especiais

Finalidade: Possibilitar melhores condições de acesso ao mercado de trabalho de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais por meio da formação e qualificação para o trabalho.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Tabela n.º 10: Execução físico financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
2.000	3.870	193,50%	1.600.000,00	1.591.298,63	99,45%
Produto: Pessoa capacitada					
Unidade de Medida: Unidade					

Com o recurso utilizado, no valor de R\$ 1.591.298,63, foram realizados convênios que contemplaram 387 escolas para a capacitação de 3.870 pessoas. Foram conveniados projetos que utilizaram a metodologia de cursos de formação com a presença de professores multiplicadores em todas as regiões brasileiras, o que possibilitou o envolvimento de um maior contingente de alunos com necessidades educacionais especiais, ultrapassando a meta prevista.

26.5. (1374.09FD) – Ação: Apoio à aquisição de veículos escolares para a educação especial

O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) consiste no repasse de recursos financeiros às organizações não-governamentais sem fins lucrativos e destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais. As entidades recebem, em uma única parcela, o valor máximo de R\$ 35.000,00, mediante celebração de convênios, para aquisição de veículo escolar zero quilômetro, com capacidade mínima para nove passageiros.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 11: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
154	68	44,16%	5.706.467,00	2.361.466,73	41,31%
Produto: Veículo adquirido					
Unidade de Medida: Unidade					

No ano de 2006, as metas não atingiram 100% devido ao contingenciamento dos recursos previstos, sendo somente liberados R\$ 2.361.466,73 para pagamentos dos convênios firmados para a aquisição de 68 veículos.

O Ministério da Educação executa dois programas voltados para o transporte dos estudantes: o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate).

O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) foi criado por meio da Portaria Ministerial n.º 955, de 21 de junho de 1994, com o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e as organizações não-governamentais para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais.

A partir de 2004, o Programa Nacional de Transporte Escolar foi modificado e, agora, consiste no repasse de recursos financeiros somente às organizações não-governamentais sem fins lucrativos que mantenham escolas especializadas de ensino fundamental, atendendo até 100 alunos com necessidades educacionais especiais.

As entidades recebem, em uma única parcela, o valor máximo de R\$ 35.000,00, mediante celebração de convênio, para aquisição de veículo escolar zero quilômetro. Para ser atendida em 2006, a entidade não poderá ter sido contemplada nos últimos três anos.

Tabela n.º 12: Execução financeira do PNTE por região/UF – em 2006

Região/ UF	PNTE			
	Veículo Adquirido	Beneficiários		R\$
		Aluno	Escola	
Brasil	68	5.712	68	2.361.466,73
Norte	4	299	4	140.000,00
Rondônia	3	209	3	105.000,00
Acre	1	90	1	35.000,00
Amazonas	..	..	..	..
Roraima	..	..	..	..
Pará	..	..	..	..
Amapá	..	..	..	..
Tocantins	..	..	..	..
Nordeste	13	1.398	13	453.943,00
Maranhão	..	..	..	..
Piauí	5	496	5	174.300,00
Ceará	4	476	4	139.996,50
Rio Grande do Norte	1	100	1	35.000,00
Paraíba	-	-	-	0
Pernambuco	-	-	-	0
Alagoas	1	50	1	34.650,00
Sergipe	-	-	-	0
Bahia	2	276	2	69.996,50
Sudeste	28	2.281	28	963.927,23
Minas Gerais	20	1.643	20	684.650,00
Espírito Santo	2	81	2	69.650,00
Rio de Janeiro	1	72	1	35.000,00
São Paulo	5	485	5	174.627,23
Sul	13	845	13	455.000,00
Paraná	11	740	11	385.000,00
Santa Catarina	-	-	-	0
Rio Grande do Sul	2	105	2	70.000,00
Centro-Oeste	10	889	10	348.596,50
Mato Grosso do Sul	3	215	3	104.650,00
Mato Grosso	7	674	7	243.946,50
Goiás	-	-	-	0
Distrito Federal	-	-	-	0
Fonte: FNDE/Dirpe				

26.6. (1374.09GL) – Ação: Capacitação de gestores e educadores para a educação especial

Finalidade: Disseminar, apoiar e subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de implementação das políticas da educação inclusiva nos municípios brasileiros.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Tabela n.º13: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
2.800	2.800	100%	4.000.000,00	4.000.000,00	100%
Produto: Município atendido					
Unidade de Medida: Unidade					

O recurso destinado a esta ação foi todo descentralizado para a Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC, visando a viabilização da formação, em 2.800 municípios de 21.110 profissionais, além da elaboração e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos pelo MEC, que serviram de subsídios aos cursos de formação de professores para o atendimento educacional especializado.

26.7. (1374.6113) – Distribuição de material didático para a educação especial

Finalidade: Assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições básicas para acompanhamento do ensino ministrado, em ambiente escolar, visando à qualidade do processo educacional.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Tabela n.º14: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
23.000	34.073	148,14%	2.500.000,00	2.495.246,28	99,80%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Houve descentralização de crédito no valor de R\$ 219.876,79, conforme tabela abaixo:

Tabela n.º 15: Descentralização de créditos em 2006

UF	Entidade	Valor – R\$
Total		219.876,79
DF	Fundação Universidade de Brasília	37.949,66
RJ	Instituto Benjamin Constant	16.357,88
RS	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves	76.969,25
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	88.600,00
Fonte: MEC/Seesp		

Da dotação autorizada da ação, empenharam-se R\$ 2.275.369,49, com os quais foi realizada a distribuição de materiais didático-pedagógicos empenhados a 34.073 alunos, superando a meta prevista de 23.000 alunos. A superação da meta deveu-se à reavaliação dos projetos, que propiciou a redução de seus valores, possibilitando a aprovação de maior número de convênios e a ampliação do número de alunos beneficiados.

Quanto à meta financeira, incluindo descentralização de crédito no valor de R\$ 219,88 mil, conforme tabela n.º 14, foram executados cerca de 99,8%.

26.8. (1374.6310) – Ação: Distribuição de equipamento para a educação especial

Finalidade: Assegurar, em caráter suplementar, as condições básicas de acesso e permanência com qualidade dos alunos com necessidades educacionais especiais à educação escolar, bem como fomentar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta de construção de conhecimento.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Tabela n.º 16: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
340	943	277,35%	11.889.000,00	10.148.981,64	85,36%
Produto: Escola atendida					
Unidade de Medida: Unidade					

Da dotação autorizada da ação, empenharam-se R\$ 10.119.342,14 com os quais foram realizados convênios com estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, e, ainda, distribuídos laboratórios de informática e salas de recursos multifuncionais, por meio de procedimento licitatório realizado no FNDE, que, pela economicidade do processo de pregão, foi possível contemplar 943 escolas, o que propiciou a expansão da meta física, empregando-se cerca de 85,4% dos recursos financeiros, incluindo R\$ 29,6 mil de descentralização de créditos, conforme tabela n.º 17.

Tabela n.º 17: Descentralização de créditos em 2006

UF	Entidade	Valor – R\$
Total		29.639,50
RS	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves	16.000,00
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	13.639,50

26.9. (1374.8371) – Ação: Educação especial como fator de inclusão escolar

Finalidade: Criar condições favoráveis à estruturação de sistemas educacionais inclusivos, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Unidade administrativa responsável: MEC/Seesp

Desempenho:

Tabela n.º 18: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
464	1.269	273,49%	1.500.000,00	1.499.974,49	99,99%
Produto: Escola atendida					
Unidade de Medida: Unidade					

A aplicação dos recursos, no valor de R\$ 1.499.974,49, realizou-se mediante a apresentação de projetos específicos financiados pelo FNDE por meio de repasse voluntário, que contemplaram 1.269 escolas. A superação da meta física deve-se à redução do valor dos projetos conveniados, possibilitando a aprovação de maior número de convênios e a ampliação do número de escolas beneficiadas.

27. (1376) – Desenvolvimento do Ensino Fundamental



A Constituição Federal atribui ao Estado o dever de garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito⁶⁷. No entanto, não basta garantir o acesso, faz-se necessário assegurar a permanência na escola e ainda ofertar este nível de ensino com qualidade.

De acordo com o PPA 2004-2007, o desempenho educacional dos alunos da educação básica, principalmente de ensino fundamental, está muito abaixo do adequado, revelando sérios problemas no aprendizado. Cerca de 39% dos estudantes estão com defasagem série-idade e, de cada 100 alunos que hoje se encontram matriculados na 1.^a série, estima-se que apenas 41 chegarão ao final da 8.^a série.

Além da situação acima descrita, outros dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, Saeb, de 2001, realizado pelo Inep, indicam que, dos alunos matriculados na 4.^a série, em torno de 59% não desenvolveram habilidades elementares de leitura, cerca de 52% não conseguiram dominar conhecimentos e habilidades necessários ao seqüenciamento escolar, enquanto que apenas 9,55% adquiriram competência suficiente para operar com textos mais complexos.

O governo federal, na expectativa de minimizar este quadro preocupante, criou, em 2005, o Programa Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que objetiva assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e os adolescentes no ensino fundamental, com melhoria da qualidade da educação ofertada. A implementação efetuada por meio de parcerias que envolvem as três esferas da administração, as instituições de ensino federais, entidades privadas e públicas, ONGs e representações da sociedade civil poderão contar com recursos internos e adquiridos de empréstimos internacionais e, para a mesma, serão permitidos repasses via transferências legais (obrigatórias) e voluntárias (convênios).

O programa, que reúne seis ações, entre as quais o “Dinheiro Direto na Escola” (PDDE), a distribuição de livro didático para o Ensino Fundamental (PNLD), o Fortalecimento da Escola - Fundescola III -, e o apoio ao transporte escolar (Pnate), teve como dotação autorizada, em 2006, R\$ 1.342.102.496,00, e sua execução atingiu R\$ 1.324.532.905,09.

27.1. (1376.0515) – Ação: Dinheiro direto na escola para o ensino fundamental

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho

Tabela n.º 1: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
149.934	131.534	87,73	342.000.000,00	326.688.329,44	95,52
Produto: Escola beneficiada					
Unidade de Medida: Unidade					

De acordo com a tabela n.º 1, foram executados em torno de 96% dos recursos financeiros, contemplando cerca de 88% das escolas beneficiárias, cuja análise detalhada encontra-se a seguir.

67 CF, art.208, inciso 1º, op. cit. p. 41.

Aspectos gerais

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é parte do conjunto de ações governamentais implementadas com o intuito de propiciar a universalização e a elevação da qualidade do ensino, de modo a que toda criança tenha acesso e possa permanecer na escola. Porém esta escola deverá ser dotada de recursos didático-pedagógicos, e também humanos, de qualidade, com vistas à promoção da equidade de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania.

A concepção de uma escola que ofereça ensino de qualidade é responsabilidade de todos — governos e sociedade. E é neste contexto que se insere o PDDE, seja provendo, supletivamente, meios para aquisição dos recursos didático-pedagógicos, equipamentos, reparos e conservação do prédio da unidade de ensino, seja reforçando a autogestão escolar e a participação social, mediante descentralização decisória e funcional do emprego do dinheiro.

O PDDE tem por objetivo assegurar às escolas melhores condições físicas e pedagógicas, de modo a:

- contribuir para a elevação da qualidade do ensino fundamental, tornando sua oferta equitativa;
- reforçar a autonomia gerencial e a participação nas unidades de ensino de alunos, pais de alunos, professores, diretores e demais profissionais da educação, colaboradores, voluntários e todos aqueles irmanados pelo propósito comum de tornar a escola uma organização que propicie ensino de qualidade.

Para a consecução de tal objetivo, o FNDE destina, em caráter supletivo, recursos consignados na ação orçamentária denominada Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental aos estabelecimentos de ensino das redes estadual, distrital e municipal, bem como às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos e inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Os recursos podem ser empregados:

- a) na aquisição de material permanente;
- b) na manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- c) na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- d) na avaliação da aprendizagem;
- e) na implementação de projeto pedagógico;
- f) no desenvolvimento de atividades educacionais;
- g) no Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (FEFS);
- h) na implantação do Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape); e
- i) na implantação do Projeto de Melhoria da Escola (PME).

O PDDE foi institucionalizado pela Medida Provisória n.º 1.784/98, que, em sua última reedição, recebeu o n.º 2.178-36, de 24/08/2001. Em 2006, o programa foi regulamentado pelas Resoluções n.º 6, de 28 de março de 2006, e n.º 27, de 14 de julho de 2006, ambas do Conselho Deliberativo do FNDE.

O programa é executado em parceria com os entes federados e as organizações sociais e, para que as escolas sejam atendidas, as prefeituras, Secretarias estaduais e do Distrito Federal de Educação e entidades mantenedoras, de acordo com a vinculação do estabelecimento de ensino, devem formalizar os processos de adesão e habilitação de suas unidades educacionais.

O valor devido a cada escola beneficiária é calculado, conforme apresentado nas tabelas n.º 1, 2, 3, 4 e 5, tendo como referência os quantitativos de alunos matriculados no ensino fundamental e na educação especial, dados obtidos no censo escolar do exercício anterior ao do

repassse. No caso das unidades educacionais públicas, o cálculo da parcela a ser transferida baseia-se, também, no princípio redistributivo, visando concorrer para a redução das desigualdades sócio-educacionais existentes nas regiões brasileiras. Desse modo, os valores destinados às escolas situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, excluindo o Distrito Federal, são superiores às demais regiões.

Tabela n.º 2: Forma de cálculo dos valores das escolas públicas do ensino fundamental – em 2006

Intervalo de classe com a quantidade de alunos	Valor base segundo a região ⁽¹⁾		Fator de Correção ⁽²⁾	Valor total ⁽³⁾
	NO/NE/CO ^(*)	SL/SE/DF		
21 a 50	600,00	500,00	$(X - 21) \times K$	$VB + (X - 21) \times 4.20$
51 a 99	1.300,00	1.100,00	$(X - 51) \times K$	$VB + (X - 51) \times 4.20$
100 a 250	2.700,00	1.800,00	$(X - 100) \times K$	$VB + (X - 100) \times 4.20$
251 a 500	3.900,00	2.700,00	$(X - 251) \times K$	$VB + (X - 251) \times 4.20$
501 a 750	6.300,00	4.500,00	$(X - 501) \times K$	$VB + (X - 501) \times 4.20$
751 a 1.000	8.900,00	6.200,00	$(X - 751) \times K$	$VB + (X - 751) \times 4.20$
1.001 a 1.500	10.300,00	8.200,00	$(X - 1.001) \times K$	$VB + (X - 1.001) \times 4.20$
1.501 a 2.000	14.400,00	11.000,00	$(X - 1.501) \times K$	$VB + (X - 1.501) \times 4.20$
Acima de 2.000	19.000,00	14.500,00	$(X - 2.000) \times K$	$VB + (X - 2.000) \times 4.20$

- (*) Exceto o Distrito Federal
- VB = Valor Base
- K = R\$ 4.20
- X = Quantidade de alunos no início de cada classe

⁽¹⁾ Valor Base: parcela mínima a ser destinada à instituição de ensino que apresentar quantidade de alunos matriculados, segundo o censo escolar, igual ao limite inferior de cada Intervalo de Classe de Número de Alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado.

⁽²⁾ Fator de Correção: resultado da multiplicação da constante K pela diferença entre o número de alunos matriculados na escola e o limite inferior de cada Intervalo de Classe de Número de Alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado - $(X - \text{Limite Inferior}) \times K$ – representando X o número de alunos da escola, segundo o censo escolar, e K o valor adicional por aluno acima do limite inferior de cada Intervalo de Classe de Número de Alunos.

⁽³⁾ Valor Total: resultado, em cada intervalo de classe, da soma horizontal do Valor Base mais o Fator de Correção.

As escolas públicas, com até 20 alunos, são contempladas com as importâncias de R\$ 29,00 e R\$ 24,00 por aluno-ano, na categoria econômica de custeio, quando situadas, respectivamente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal) e nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal.

Tabela n.º 3: Forma de cálculo dos valores das escolas privadas de educação especial – em 2006

Intervalo de Classe de Número de Alunos	Valor Base (1) (R\$ 1,00)	Fator de Correção (2)	Valor Total (3) (R\$ 1,00)
06 a 25	1.050	$(X - 06) \times 18,00$	$1.050 + (X - 06) \times 18,00$
26 a 45	1.800	$(X - 26) \times 18,00$	$1.800 + (X - 26) \times 18,00$
46 a 65	2.700	$(X - 46) \times 18,00$	$2.700 + (X - 46) \times 18,00$
66 a 85	3.600	$(X - 66) \times 18,00$	$3.600 + (X - 66) \times 18,00$
86 a 125	4.800	$(X - 86) \times 18,00$	$4.800 + (X - 86) \times 18,00$
126 a 200	5.700	$(X - 126) \times 18,00$	$5.700 + (X - 126) \times 18,00$
201 a 300	7.100	$(X - 201) \times 18,00$	$7.100 + (X - 201) \times 18,00$
Acima de 300	9.000	$(X - 301) \times 18,00$	$9.000 + (X - 301) \times 18,00$

(1) Valor Base: parcela mínima a ser destinada à instituição de ensino que apresentar quantidade de alunos matriculados, segundo o censo escolar, igual ao limite inferior de cada Intervalo de Classe de Número de Alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado.

(2) Fator de Correção: resultado da multiplicação da constante E pela diferença entre o número de alunos matriculados na escola e o limite inferior de cada Intervalo de Classe de Número de Alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado - $(X - \text{Limite Inferior}) \times E$ – representando X o número de alunos da escola, segundo o censo escolar, e E o valor adicional por aluno acima do limite inferior de cada Intervalo de Classe de Número de Alunos.

(3) Valor Total: resultado, em cada intervalo de classe, da soma horizontal do Valor Base mais o Fator de Correção.

Fonte: Dirae/FNDE

As escolas privadas de educação especial, com até 05 alunos, são contempladas com a importância de R\$ 120,00 por aluno-ano, na categoria econômica de custeio.

No exercício de 2006, além das ações do Fundescola, concernentes ao Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape) e ao Projeto de Melhoria da Escola (PME), a ação atinente ao Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (FEFS) passou a ser executada em conformidade com os procedimentos do PDDE, cujas formas de cálculo dos valores a serem repassados aos estabelecimentos beneficiários estão apresentadas nas tabelas n.ºs. 4, 5 e 6.

Tabela n.º 4: Forma de cálculo dos valores destinados às escolas participantes da Ação do PME – em 2006

Intervalo de Classe de Número de Alunos	Valor da Assistência Financeira (R\$)		
	Repasse (70%)	Contrapartida (30%)	Total (100%)
100 a 199	3.080,00	1.320,00	4.400,00
200 a 500	4.340,00	1.860,00	6.200,00
501 a 1.000	7.000,00	3.000,00	10.000,00
1.001 a 1.500	8.400,00	3.600,00	12.000,00
Acima de 1.500	10.500,00	4.500,00	15.000,00

Fonte: FNDE/Dirae

Tabela n.º 5: Forma de cálculo dos valores destinados às escolas participantes da ação do Pape – em 2006

Salas de Aula		Sanitários para Alunos			Total (R\$)
N.º	Valor (R\$)	N.º Masculino	N.º Feminino	(R\$) Valor	
1	até 8.000,00	1	1	até 4.000,00	até 12.000,00
2	até 16.000,00				até 20.000,00
3	até 24.000,00	2	2	até 8.000,00	até 32.000,00
4	até 32.000,00				até 40.000,00
5	até 40.000,00	3	3	até 12.000,00	até 52.000,00
6	até 48.000,00				até 60.000,00
7	até 56.000,00	4	4	até 16.000,00	até 72.000,00
8	até 64.000,00				até 80.000,00
9	até 72.000,00	5	5	até 20.000,00	até 92.000,00
10	até 80.000,00				até 100.000,00
11	até 88.000,00				até 108.000,00
12 ou mais	até R\$ 8.000,00 X N*	6	6	até 24.000,00	até R\$ 8.000,00 X N* + até R\$ 24.000,00

• N = número de salas
Fonte: FNDE/Dirae

Tabela n.º 6: Forma de cálculo dos valores destinados às escolas participantes da ação Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana – em 2006

Intervalo de Classe de Número de Alunos	Valores			
	Valor Base ⁽¹⁾ (R\$)	Fator de Correção ⁽²⁾	Valor Parcial (VP) ⁽³⁾ (R\$)	Valor Total ⁽⁴⁾ (VP + 1.500,00)
até 500	17.500,00	Grau 1: P= 0,9 Grau 2: P= 1 Grau 3: P= 1,1	Grau 1: 15.750,00 Grau 2: 17.500,00 Grau 3: 19.250,00	Grau 1: 17.250,00 Grau 2: 19.000,00 Grau 3: 20.750,00
501 a 1.500	17.900,00	Grau 1: P= 0,9 Grau 2: P= 1 Grau 3: P= 1,1	Grau 1: 16.110,00 Grau 2: 17.900,00 Grau 3: 19.690,00	Grau 1: 17.610,00 Grau 2: 19.400,00 Grau 3: 21.190,00
Acima de 1.500	18.300,00	Grau 1: P= 0,9 Grau 2: P= 1 Grau 3: P= 1,1	Grau 1: 16.470,00 Grau 2: 18.300,00 Grau 3: 20.130,00	Grau 1: 17.970,00 Grau 2: 19.800,00 Grau 3: 21.630,00

(1) Valor Base: valor de referência para cálculo do recurso a ser destinado à instituição de ensino, tendo por base a quantidade de alunos matriculados, segundo o censo escolar do ano anterior ao do atendimento.
(2) Fator de Correção P: indica o grau de participação da comunidade aos finais de semana, sendo obtido a partir do seguinte cálculo:
- Grau 1 – participação baixa: público, aos finais de semana, em número igual ou inferior a 50% do número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino; P = 0,9
- Grau 2 – participação média: público, aos finais de semana, em número entre 50% e 75% do número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino; P = 1
- Grau 3 – participação alta: público, aos finais de semana, em número superior a 75% do número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino. P = 1,1
(3) Valor Parcial: resultado, em cada intervalo de classe, do produto do Valor Base pelo Fator de Correção.
(4) Valor Total: Valor Parcial acrescido da parcela de R\$ 1.500,00, destinada à aquisição de material permanente.
Fonte: FNDE/Dirae

As ações do Fundescola estão condicionadas à elaboração e apresentação de Plano de Trabalho mediante a utilização dos formulários próprios e observadas as instruções divulgadas em manual específico dos referidos projetos, enquanto à Secad/MEC cabe a seleção das escolas que serão atendidas pela ação do FEFS.

No exercício de 2006, como resultado das constantes preocupações do FNDE em elevar a qualidade da gestão de seus programas, foram introduzidas inovações no PDDE, entre as quais destacam-se:

- 1) majorado o fator de correção “K” do PDDE, que passou de R\$ 1,30, para R\$ 4,20, resultando um substancial aumento de 323%;
- 2) modificada a tabela referencial de cálculo dos valores a serem repassados às escolas privadas que ministram educação especial com a criação de fator de correção “E”, cujo valor adicional por aluno foi fixado em R\$ 18,00;
- 3) incremento no valor destinado às escolas privadas de educação especial, que possuírem até 05 alunos, de R\$ 75,00 para R\$ 120,00, representando um reajuste de mais de 60%;
- 4) devido à impossibilidade das Entidades Executoras (EEx) sub-repassarem os recursos do programa às escolas, que não possuem Unidade Executora Própria (UEX), por força do disposto nos arts. 1.º, § 6.º, e 12 da Medida Provisória n.º 2.178–36/2001, foi patenteado que a concessão do benefício, nesta hipótese, deve dar-se mediante a aquisição de materiais de consumo e a contratação de serviços em favor das referidas escolas;
- 5) abolido o processo de habilitação das escolas públicas, ao programa, que se transformou apenas em processo de adesão;
- 6) modificados os critérios, relacionados com prestação de contas, que poderão levar à não liberação dos recursos do programa;
- 7) expressa a possibilidade de aplicação dos saldos de recursos do programa, em fundo financeiro de curto prazo, quando a sua utilização se der em prazo inferior a um mês;
- 8) explicitado que, em caso de falta de apresentação ou de não aprovação de prestação de contas por culpa ou dolo dos gestores públicos das EEx e dos dirigentes das UEX e das Entidades Mantenedoras (EM), as justificativas deverão ser apresentadas pelos gestores e dirigentes que estiverem no exercício do mandato; e
- 9) abolido dispositivo que estabelecia que a representação contra ex-dirigentes de UEX, que inviabilizassem a apresentação ou a aprovação de prestação de contas por não franquearem os documentos para esse fim, deveria ser movida pelas EEx, uma vez que tal iniciativa compete aos dirigentes de UEX que estejam no exercício do mandato.

Neste exercício, do orçamento inicialmente autorizado, de R\$ 350 milhões, foram cancelados R\$ 8 milhões para atender a outras programações de interesse do Ministério da Educação. Desta forma, a dotação final ficou em R\$ 342 milhões para atender ao PDDE.

De acordo com a tabela n.º 7, pode-se verificar que, nacionalmente, o programa alcançou índices positivos no ano de 2006, visto que 92,80% dos recursos estimados foram executados. Se for considerado o cancelamento dos R\$ 8 milhões, o índice passa a ser de 94,98%. No que se refere à meta física, o percentual foi de 89,93%, contemplando 94,61% dos alunos potencialmente beneficiários do programa. Isto equivale a cerca de 28,8 milhões de discentes atendidos em 131,5 mil escolas distribuídas em todo o território brasileiro.

Tabela n.º 7: Avaliação de desempenho da execução – em 2006

Variáveis observadas	Metas			(D) = (B/A)
	Previstas (A)	Executadas (B)	C = (A-B)	(%)
Rede pública municipal (1)				
Município	5.464	4.965	499	90,87
Escola	114.216	101.081	13.135	88,50
Aluno	18.036.816	16.753.888	1.282.928	92,89
Valor	220.120.797,00	201.137.896,60	18.982.900,40	91,38
Rede pública estadual (2)				
Sec. Estado de Educação	27	27	0	100,00
Escola	29.774	28.701	1.073	96,40
Aluno	12.189.280	11.864.818	324.462	97,34
Valor	121.338.485,00	115.291.028,00	6.047.457,00	95,02
Rede pública (3=1+2)				
Sec Estado Educ / Município	5.491	4.992	499	90,91
Escola	143.990	129.782	14.208	90,13
Aluno	30.226.096	28.618.706	1.607.390	94,68
Valor	341.459.282	316.428.924,60	25.030.357,40	92,67
Rede privada (4)				
Escola	2.257	1.752	505	77,63
Aluno	243.763	209.003	34.760	85,74
Valor	8.540.718,00	8.399.158,00	141.560,00	98,34
Seduc / PREFEITURA / EM (5=3+4) (*)				
Escola	146.247	131.534	14.713	89,93
Aluno	30.469.859	28.827.709	1.642.150	94,61
Valor	350.000.000,00	324.828.082,60	25.171.917,40	92,8
(*) No total, estão incluídas 16 UEx de 21 escolas para atendimento de 5.084 alunos, no valor de R\$ 55.754,40, da rede pública, e 8 entidades mantenedoras de 8 escolas para atendimento de 1.162 alunos, no valor de R\$ 35.882,00, totalizando R\$ 91.636,40. Estes valores encontram-se inscritos em restos a pagar, aguardando liberação de pagamento, sendo, portanto, considerados executados orçamentariamente. Obs.: A estimativa aqui apresentada correspondeu à expectativa anterior à publicação da LOA, que fixou a despesa em R\$ 342 milhões. Deste total, executaram-se 326,7 milhões, sendo R\$ 324,8 com o repasse para as escolas públicas e privadas e R\$ 1,9 milhão com as demais ações executadas no âmbito das resoluções 006/06 e 27/20, do Conselho Deliberativo do FNDE.				

A execução anual do PDDE depende, por força regulamentar, dos processos de adesão e habilitação, do exame e da aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores.

Em 2006, de acordo com a tabela n.º 8, 13.135 escolas municipais deixaram de ser beneficiadas com o programa, por falta de ação das prefeituras municipais, por não terem atendido ao quesito adesão, por inadimplência com a prestação de contas e por outros motivos, tais como documentação de habilitação incompleta, escolas extintas/paralisadas por não terem atendido a exigência de criação de UEx.

No caso das redes estaduais, 1.073 estabelecimentos de ensino deixaram de ser contemplados com o PDDE, devido a ocorrências de escolas extintas/paralisadas, não criação de UEx, ou UEx inadimplentes com a prestação de contas.

No tocante à rede privada, 505 escolas de educação especial deixaram de ser beneficiadas, por não adesão ou habilitação ao programa, como também por inadimplência da entidade mantenedora com a prestação de contas.

A inexecução de parte do programa, ocasionada pelos fatores citados, representou o não atendimento de 1,6 milhões de alunos e de 14,7 mil unidades de ensino, deixando de ser repassados cerca de R\$ 25,1 milhões, ou seja, 7,19% da meta prevista.

Tabela n.º 8: Detalhamento do número de escolas, alunos não atendidos e valores não liberados por fator impeditivo – em 2006

Quantidade		Rede			
		Municipal	Estadual	Privada	Brasil
Inadimplência PC	Escola	4.151	0	49	4.200
	Aluno	410.469	0	4.361	414.830
	Valor	5.842.433,20	0,00	28.736,00	5.871.169,20
Não Adesão/habilitação	Escola	2.711	0	456	3.167
	Aluno	193.738	0	30.399	224.137
	Valor	2.997.344,60	0,00	112.824,00	3.110.168,60
Outros (*)	Escola	6.273	1.073	0	7.346
	Aluno	678.721	324.462	0	1.003.183
	Valor	10.149.396,00	6.047.457,00	0,00	16.196.853,00
Total	Escola	13.135	1.073	505	14.713
	Aluno	1.282.928	324.462	34.760	1.642.150
	Valor	18.989.173,80	6.047.457,00	141.560,00	25.178.190,80

(*) Entidades com documentação incompleta, escolas inativas, escolas sem UEx própria e escolas de UEx inadimplente.
Fonte: FNDE/Dirae

A tabela n.º 9 e o gráfico n.º 1 apresentam a execução do PDDE, considerando as escolas com e sem UEx, por região. Do exame da tabela, observa-se que foram destinados R\$ 316,4 milhões para o atendimento de 129,7 mil escolas públicas. Deste total, 92,65% (R\$ 293,1 milhões) foram destinados a UEx, o que representa 64,82% (84,1 mil) das escolas e 96,33% (27,5 milhões) de alunos, enquanto que 7,35% (R\$ 23,2 milhões) dos recursos foram destinados a escolas sem UEx, isto é, creditados nas contas das Secretarias estaduais e distrital de Educação ou prefeituras municipais, de acordo com as respectivas esferas administrativas.

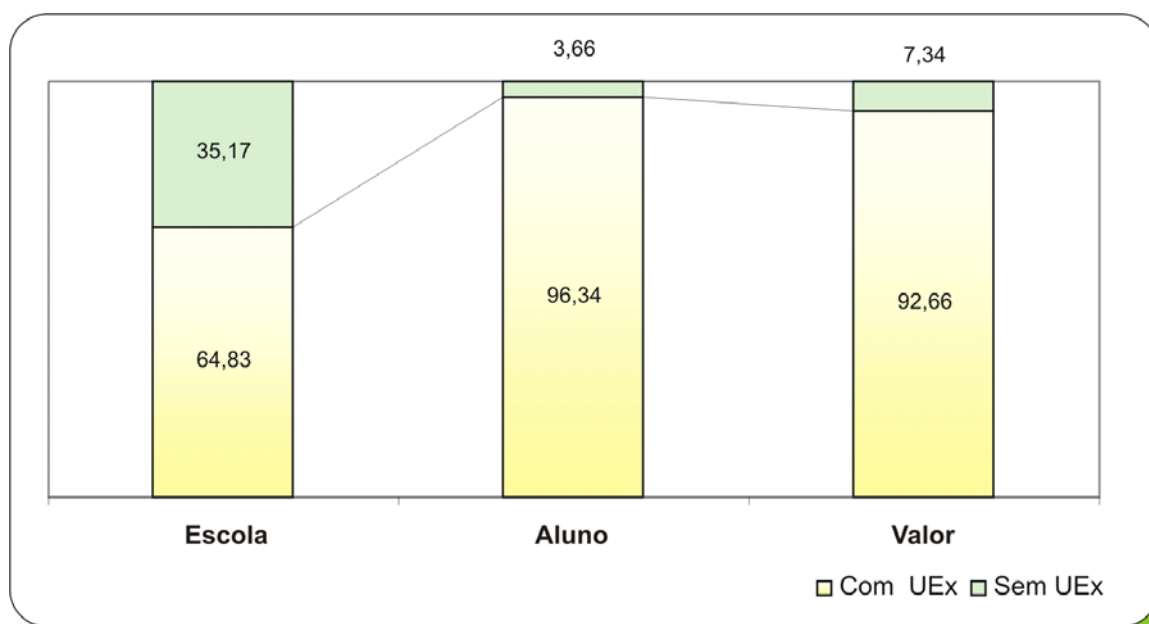
Estes números comprovam que, a cada edição do programa, vem sendo ampliada a descentralização de recursos, reforçando cada vez mais a autonomia financeira, administrativa e pedagógica das escolas.

Tabela n.º 9: Demonstrativo da execução das escolas públicas com e sem UEx., por região – em 2006.

Reg	Atendimento								
	C/UEx (a)			S/UEx (b)			Total (A + B)		
	Esc	Aluno	R\$	Esc	Aluno	R\$	Esc	Aluno	R\$
BR	84.134	27.571.687	293.191.036,20	45.648	1.047.497	23.237.888,40	129.782	28.619.184	316.428.924,60
N	8.164	2.458.822	30.242.537,00	9.491	234.142	5.217.409,00	17.655	2.692.964	35.459.946,00
NE	36.030	8.882.675	116.740.613,60	26.295	623.035	14.178.723,20	62.325	9.505.710	130.919.336,80
CO	5.066	2.062.422	23.627.071,20	936	17.550	415.647,40	6.002	2.079.972	24.042.718,60
SE	22.161	10.435.282	87.711.647,60	5.848	120.904	2.358.543,20	28.009	10.556.186	90.070.190,80
S	12.713	3.732.486	34.869.166,80	3.078	51.866	1.067.565,60	15.791	3.784.352	35.936.732,40

Fonte: FNDE/Dirae

Gráfico n.º 1: Percentuais das variáveis – escola, alunos e recursos – escolas com e sem UEx da rede pública – em 2006

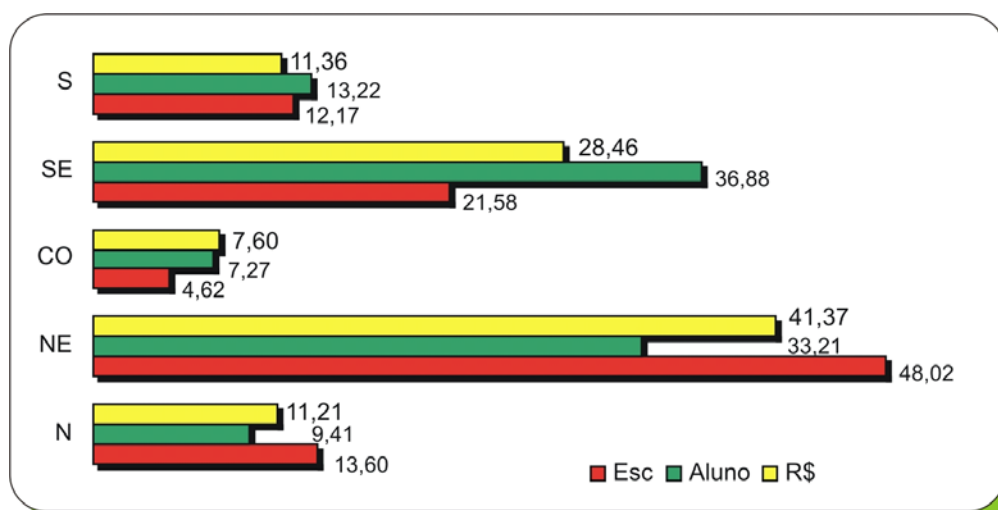


Fonte: FNDE/Dirae

Esses dados demonstram que, apesar de somente 64,83% de escolas possuírem UEx, a quase totalidade dos recursos, cerca de 92,66%, foi destinada às unidades educacionais beneficiárias do programa, sem trânsito pelos governos distrital, estadual e municipal. Esses números indicam que próximo da totalidade dos recursos recebem o efetivo controle social e que, a cada dia, vem sendo consubstanciada a política de descentralização.

Segundo o gráfico n.º 2, as regiões que mais receberam recursos do programa foram a Nordeste e a Sudeste. Observa-se que, no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a proporção de recursos em relação à quantidade de alunos é superior às regiões Sul e Sudeste, confirmando a política redistributiva e de equalização das desigualdades existentes entre os espaços geográficos brasileiros.

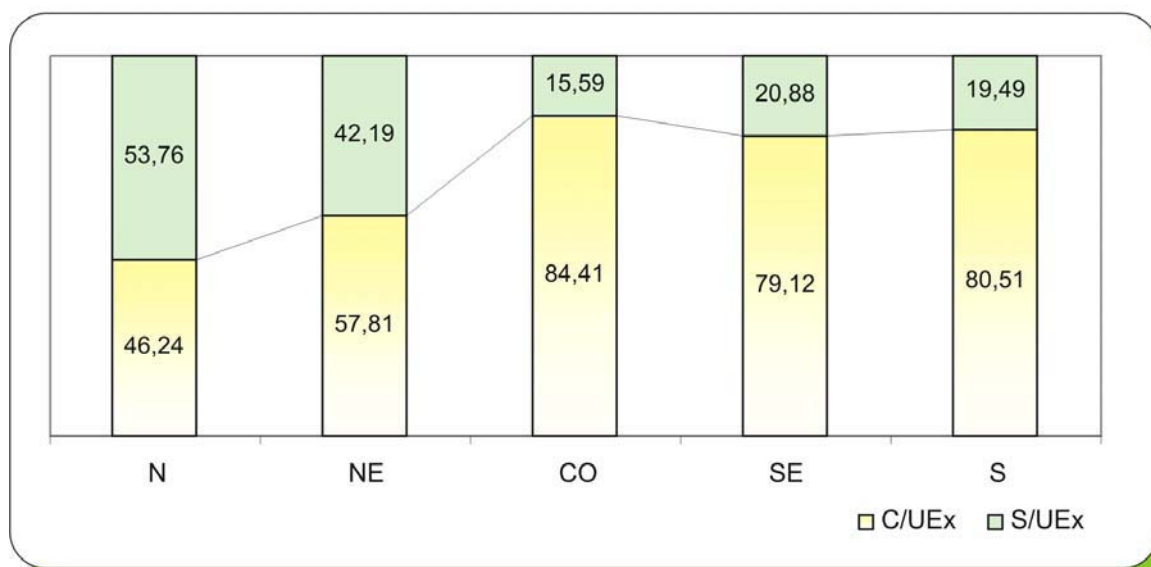
Gráfico n.º 2: Porcentagens das variáveis escola, aluno e recursos nas regiões, em relação ao atendimento na rede pública em 2006



Fonte: FNDE/Dirae

De acordo com o gráfico n.º 3, as regiões com maiores proporções de escolas sem UEx são, em primeiro lugar, a Norte, seguida da Nordeste. A região Centro-Oeste apresenta o maior índice de escola com UEx. Já as regiões Sul e Sudeste apresentam praticamente os mesmos percentuais de atendimento.

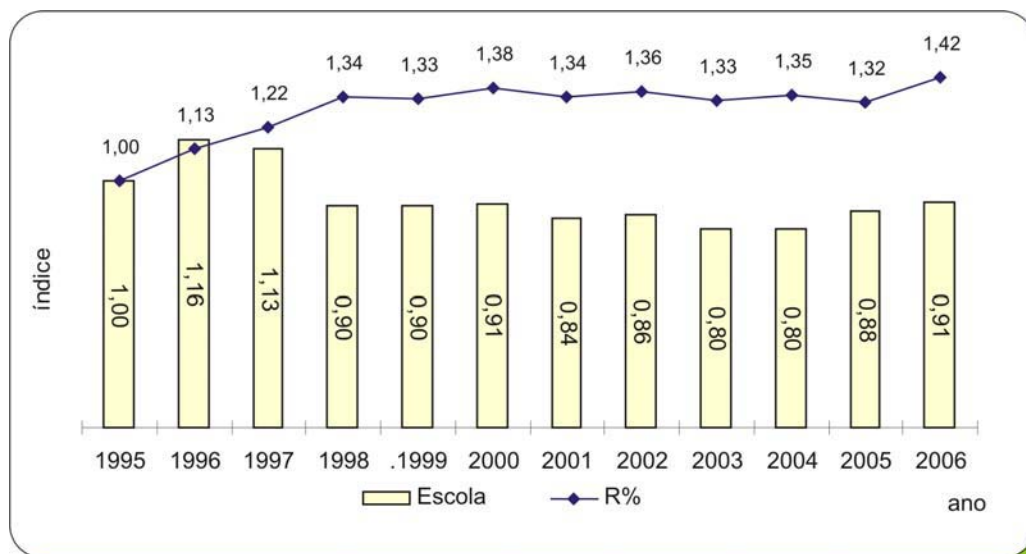
Gráfico n.º 3: Percentagens de escolas com e sem UEx, no atendimento, por região da rede pública – em 2006



Fonte: FNDE/Dirae

Ao serem avaliados os dados relativos aos períodos de 1995 a 2006, conforme demonstrado no gráfico n.º 4, observa-se que, se comparados os exercícios de 2005 e 2006, percebe-se uma redução na quantidade de escolas e um aumento na proporção dos recursos repassados. Esse fato reflete, de certa forma, o processo de nucleação das escolas e a política de otimização dos recursos, proporcionando aumento médio do valor por escola, que foi influenciado pela adoção do valor do fator de correção nas tabelas de cálculo, e no número de alunos beneficiados, e demonstra o esforço governamental em torno da educação brasileira.

Gráfico n.º 4: Índice de evolução da execução do PDDE – de 1995 a 2006



Fonte: FNDE/Dirae

No tocante às escolas de educação especial privadas, mantidas por entidades filantrópicas, de acordo com a tabela n.º10, a Região Sudeste recebeu R\$ 3,8 milhões, para atender 745 estabelecimentos de ensino. Para a Região Sul, foram repassados R\$ 2,7 milhões destinados a 647 unidades educacionais. Nestas duas regiões, estão situadas cerca de 79% das escolas beneficiárias, que receberam em torno de 78% dos recursos do programa, voltados a esta modalidade de ensino.

Tabela n.º 10: Educação Especial – em 2006

Região	Escola	Alunos	R\$
Brasil	1.752	209.003	8.399.158,00
Norte	43	6.801	250.944,00
Nordeste	176	25.656	975.820,00
Centro-Oeste	141	14.709	625.124,00
Sudeste	745	98.894	3.823.262,00
Sul	647	62.943	2.724.008,00
Fonte: FNDE/Dirae			

Indicador de desempenho econômico = investimento

a) Escola pública

- escola atendida pelo PDDE; e
- por aluno beneficiado.

Tabela n.º 11: Indicador de desempenho - escola pública – em 2006

Investimento total do programa = R\$ 316.428.924,60	
Escolas beneficiadas = 129.782	= R\$ 2.438,16 por escola
Alunos atendidos = 28.618.706	= R\$ 11,06 por aluno

b) Escola privada

- escola atendida pelo PDDE; e
- por aluno beneficiado.

Tabela n.º 12: Indicador de desempenho - escola pública – em 2006

Investimento total do programa = R\$ 8.399.158,00	
Escolas beneficiadas = 1.752	= R\$ 4.794,03 por escola
Alunos atendidos = 209.003	= R\$ 40,18 por aluno

Tabela n.º 13: Índice de controle e envolvimento social das escolas públicas

Valor executado por escola com UEx = R\$ 316.428.924,60	= 92,66%
Valor total executado = R\$ 293.191.036,20	

Tabela n.º 14: Índice de autonomia administrativa e financeira das escolas públicas

Escolas com unidade executora = 84.134	= 64,82%
Total de escolas = 129.782	

Hiato da execução = proporção:

a) Escola Pública

- das escolas não atendidas em relação à estimativa; e
- dos alunos de escolas não beneficiados em relação à estimativa.

Tabela n.º 15: Indicador de hiato da execução de escolas públicas

Escolas não beneficiadas = 14.208	= 9,86%
Quantidade de escolas estimada = 143.990	
Alunos não beneficiados = 1.607.390	= 5,31%
Quantidade de alunos estimada = 30.226.096	

b) Escola Privada

- das escolas não atendidas em relação à estimativa; e
- dos alunos de escolas não beneficiados em relação à estimativa.

Tabela n.º 16: Indicador de hiato da execução de escolas particulares

Escolas não beneficiadas = 505	= 22,37%
Quantidade de escolas estimada = 2.257	
Alunos não beneficiados = 34.760	= 14,25%
Quantidade de alunos estimada = 243.763	

O hiato da execução reflete a proporção das quantidades de escolas e de alunos que foram excluídos do atendimento do programa, considerando a estimativa e a execução. Quanto mais próximo de zero, melhor a performance do PDDE e o benefício social promovido pela ação governamental, haja vista que o índice retrata o custo de oportunidade da não execução de parte dos recursos educacionais assegurados.

Tabela n.º. 17- Atendimento do PDDE por período - de 1995 a 2006

Elemento	Períodos											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Escolas com UEx	11.643	27.426	48.266	55.390	67.865	71.276	71.660	75.689	75.278	76.643	80.349	85.886
Estaduais	7.017	20.322	28.550	30.021	28.611	28.643	27.957	27.587	27.464	27.041	26.875	26.390
Municipais	4.626	7.104	19.045	24.642	38.231	41.506	42.462	46.642	46.308	48.015	53.474	57.744
ONGs	0	0	671	727	1.023	1.127	1.241	1.460	1.506	1.587	1.618	1.752
Escolas sem UEx	132.663	140.334	115.861	75.082	62.859	60.945	51.507	49.624	42.265	40.677	46.599	45.648
Estaduais	33.892	22.974	9.090	7.459	3.630	3.053	2.553	2.336	1.946	1.681	2.832	2.311
Municipais	98.771	117.360	106.771	67.623	59.229	57.892	48.954	47.288	40.319	38.996	43.742	43.337
Total de Escolas	144.306	167.760	163.456	129745	129.701	131.094	121.926	123.853	116.037	115.733	126.923	131.534
Alunos	28.350.299	31.287.583	26.672.800	28.961.218	30.665.933	31.491.575	30.589.908	30.809.581	29.989.008	29.543.278	28.543.098	28.828.187
Valores (R\$)	229.348.000,00	259.745.000,00	279.419.450,00	306.374.680,00	305.787.150,00	315.634.500,00	307.160.125,00	312.595.650,00	304.522.600,00	309.257.744,50	302.138.828,60	324.828.082,60
Fonte: FNDE/Dirae												



Tabela n.º 18: Execução financeira do PDDE por região/ UF - em 2006

Região/ UF	Escola com Unidade Executora Própria (A)						Escola sem Unidade Executora Própria (B)				Total (A + B)			
	Nº Esc	Nº Alun	1,00			Total	Nº Esc	Nº Alun	1,00			Total	Nº Esc	Nº Alun
			Municipal	Estadual	Privada				Municipal	Estadual	Total			
Br	85.886	27.780.690	178.973.261,20	114.217.775,00	8.399.158,00	301.590.194,20	45.648	1.047.497	22.164.635,40	1.073.253,00	23.237.888,40	131.534	28828187	201.137.896,60
No	8.207	2.465.623	18.073.115,00	12.169.422,00	350.944,00	30.493.481,00	9.491	234.142	4.771.254,20	446.154,80	5.217.409,00	17698	2699765	22.844.369,20
Ro	928	271.265	1.621.555,20	1.694.062,20	86.338,00	3.401.955,40	822	14.450	362.234,00	2.344,20	364.578,20	1750	285715	1.983.789,20
Ac	520	119.571	566.163,80	1.009.237,80	13.358,00	1.588.759,60	882	19.118	265.360,00	190.160,20	455.520,20	1402	138689	831.523,80
Am	1.426	580.125	3.264.481,40	3.299.303,00	55.758,00	6.619.542,40	1.813	42.604	973.258,60	709,20	973.967,80	3239	622729	4.237.740,00
Ro	178	56.077	134.179,00	571.856,00	0,00	706.035,00	270	4.217	27.696,60	97.333,00	107.333,00	448	60294	161.875,60
Pa	4.082	1.130.089	10.966.144,00	3.150.012,80	79.290,00	14.195.446,80	4.992	140.053	2.875.534,80	111.284,80	2.986.819,60	9074	1270142	13.841.678,80
Am	238	83.618	317.066,20	665.295,00	14.238,00	996.599,20	205	4.553	63.090,00	41.075,80	104.165,80	443	88171	380.156,20
To	835	224.878	1.203.525,40	1.779.655,20	1.982,00	2.985.142,60	507	9.147	204.080,20	20.944,20	225.024,40	1342	234025	1.407.605,60
Ne	36.206	8.908.331	88.381.210,20	28.359.403,40	975.820,00	117.716.433,60	26.295	623.035	13.851.892,00	326.831,20	14.178.723,20	62501	9531366	102.233.102,20
Ma	5.282	1.211.274	13.326.175,60	3.094.597,60	101.976,00	16.522.749,20	5.613	136.426	2.994.343,60	92.489,40	3.086.833,00	10895	1347700	16.320.519,20
Pi	2.919	532.308	5.690.939,80	2.080.009,20	111.600,00	7.882.549,00	2.986	69.790	1.609.673,60	3.971,40	1.613.645,00	5905	602098	7.300.613,40
Ce	5.480	1.423.290	16.031.563,20	2.416.256,60	159.752,00	18.607.571,80	2.479	56.960	1.302.589,00	621,00	1.303.210,00	7959	1480250	17.334.152,20
Rn	1.715	475.178	3.772.172,00	2.401.173,80	77.690,00	6.251.035,80	1.147	25.617	527.181,40	63.391,80	590.573,20	2862	500795	4.299.353,40
Pb	2.688	667.186	5.390.217,40	3.309.472,40	58.896,00	8.758.585,80	2.551	55.258	1.183.862,60	106.700,80	1.290.563,40	5239	722444	6.574.080,00
Pe	4.005	1.262.411	10.424.769,40	5.004.495,80	91.462,00	15.520.727,20	3.239	80.933	1.768.818,60	42.786,40	1.811.605,00	7244	1343344	12.193.588,00
Al	2.050	622.808	5.825.265,20	1.750.065,00	37.284,00	7.612.614,20	746	20.416	437.346,80	4.971,40	442.318,20	2796	643224	6.262.612,00
Se	1.273	327.464	2.677.425,00	1.569.747,80	40.556,00	4.287.728,80	510	13.335	282.114,00	5.625,60	287.739,60	1783	340799	2.959.539,00
Ba	10.794	2.386.412	25.242.682,80	6.733.585,20	296.604,00	32.272.871,80	7.024	164.300	3.745.962,40	6.273,40	3.752.235,80	17818	2550712	28.988.645,00
Sd	22.906	10.534.176	43.549.108,60	44.162.539,00	3.823.262,00	91.534.909,60	5.848	120.904	2.139.207,00	219.336,20	2.358.543,20	28754	10655080	45.688.315,60
Mg	7.837	3.088.114	11.810.316,80	14.294.714,60	1.744.290,00	27.849.321,20	3.004	66.214	1.267.526,20	6.872,80	1.274.399,00	10841	3124328	13.077.842,80
Es	1.244	467.920	2.555.807,20	1.500.100,20	275.426,00	4.331.333,40	1.468	24.924	451.371,80	69.004,60	520.376,40	2712	492844	3.007.179,00
Rj	4.297	1.939.748	11.899.963,40	4.462.657,40	307.366,00	16.669.986,80	629	13.718	233.988,00	25.489,00	259.477,00	4926	1953466	12.133.951,40
Sp	9.528	5.068.394	17.283.021,40	23.905.066,80	1.496.180,00	42.684.268,20	747	16.048	186.321,00	117.969,80	304.290,80	10275	5084442	17.469.342,40
S	13.360	3.795.429	17.877.611,40	16.991.555,40	2.724.008,00	37.593.174,80	3.078	51.866	987.910,40	79.655,20	1.067.565,60	16438	3847295	18.865.521,80
Pr	4.863	1.478.443	7.226.928,40	6.146.061,60	1.458.284,00	14.831.274,00	763	15.565	303.102,40	2.475,80	305.578,20	5626	1494008	7.530.030,80
Sc	3.027	853.845	3.929.971,80	3.811.375,80	608.744,00	8.350.091,60	586	8.025	170.518,80	1.176,00	171.694,80	3613	861870	4.100.490,60
Rs	5.470	1.463.141	6.720.711,20	7.034.118,00	656.980,00	14.411.809,20	1.729	28.276	514.289,20	76.003,40	590.292,60	7199	1491417	7.235.000,40
Co	5.207	2.077.131	11.092.216,00	12.534.855,20	625.124,00	24.252.195,20	936	17.550	414.371,80	1.275,60	415.647,40	6143	2094681	11.506.587,80
Mt	866	395.095	2.513.870,40	1.991.668,60	198.406,00	4.703.945,00	9	286	4.762,40	650,40	5.412,80	875	395381	2.518.632,80
Ms	1.408	525.290	3.035.332,20	3.228.805,80	218.268,00	6.482.406,00	551	11.271	260.227,40	625,20	260.852,60	1959	536561	3.295.559,60
Go	2.443	862.605	5.543.013,40	4.961.248,60	174.672,00	10.678.934,00	376	5.993	149.382,00	0,00	149.382,00	2819	868598	5.692.395,40
Df	490	294.141	0,00	2.353.132,20	33.778,00	2.386.910,20	0	0	0,00	0,00	0,00	490	294141	2.353.132,20
Fonte:SISTEMA SAE														



Tabela n.º 19. Quantidade de escolas mantidas por ONGs atendidas, alunos beneficiados e recursos transferidos rede privada - PDDE em 2006

Região/UF			Valor (em R\$)		
	Escolas	Alunos	Custeio	Capital	Total
Brasil	1.752	209.003	4.199.579,00	4.199.579,00	8.399.158,00
Norte	43	6.801	125.472,00	125.472,00	250.944,00
Rondônia	18	2.019	43.169,00	43.169,00	86.338,00
Acre	2	368	6.679,00	6.679,00	13.358,00
Amazonas	9	1.450	27.879,00	27.879,00	55.758,00
Roraima	0	0	0	0	0
Pará	11	2.411	39.645,00	39.645,00	79.290,00
Amapá	2	518	7.119,00	7.119,00	14.238,00
Tocantins	1	35	981	981	1.962,00
Nordeste	176	25.656	487.910,00	487.910,00	975.820,00
Maranhão	19	2.606	50.988,00	50.988,00	101.976,00
Piauí	22	2.712	55.800,00	55.800,00	111.600,00
Ceará	29	4.128	79.876,00	79.876,00	159.752,00
Rio Grande do Norte	12	2.252	38.845,00	38.845,00	77.690,00
Paraíba	11	1.723	29.448,00	29.448,00	58.896,00
Pernambuco	15	2.439	45.731,00	45.731,00	91.462,00
Alagoas	7	1.045	18.642,00	18.642,00	37.284,00
Sergipe	9	936	20.278,00	20.278,00	40.556,00
Bahia	52	7.815	148.302,00	148.302,00	296.604,00
Sudeste	745	98.894	1.911.631,00	1.911.631,00	3.823.262,00
Minas Gerais	340	44.255	872.145,00	872.145,00	1.744.290,00
Espírito Santo	55	7.502	137.713,00	137.713,00	275.426,00
Rio de Janeiro	61	8.128	153.683,00	153.683,00	307.366,00
São Paulo	289	39.009	748.090,00	748.090,00	1.496.180,00
Sul	647	62.943	1.362.004,00	1.362.004,00	2.724.008,00
Paraná	332	34.130	729.142,00	729.142,00	1.458.284,00
Santa Catarina	166	13.619	304.372,00	304.372,00	608.744,00
Rio Grande do Sul	149	15.194	328.490,00	328.490,00	656.980,00
Centro-Oeste	141	14.709	312.562,00	312.562,00	625.124,00
Mato Grosso do Sul	49	4.481	99.203,00	99.203,00	198.406,00
Mato Grosso	55	4.666	109.134,00	109.134,00	218.268,00
Goiás	32	4.586	87.336,00	87.336,00	174.672,00
Distrito Federal	5	976	16.889,00	16.889,00	33.778,00
Fonte: FNDE/Dirpe					

27.2. (1376.0969) – Ação: Apoio ao transporte escolar no Ensino Fundamental

Finalidade: Garantir a oferta de transporte escolar aos alunos do ensino público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 20: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
3.375.000	3.308.673	98,03%	276.000.000,00	275.995.250,22	99,99%
Produto: Aluno apoiado					
Unidade de Medida: Unidade					

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e para a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos transportados e informados no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) relativo ao ano anterior ao do atendimento. Foram repassadas 09 parcelas aos municípios que apresentaram a prestação de contas do ano anterior e que estavam com a equipe coordenadora do Pnate formada. Em 2006, houve uma mudança no critério de fixação do valor *per capita*, que passou a variar entre R\$ 81,00 e R\$ 116,32, de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e o Fator de Necessidade de Recursos do Município-FNR-M.

A dotação inicial desta ação era de R\$ 276.000.000,00 para beneficiar 3.375.000 alunos, porém foi utilizado o valor de R\$ 275.995.250,22, atendendo a 3.308.673 alunos e atingindo quase todas as metas previstas. Desta forma, o não atingimento das metas deveu-se à falta de prestação de contas de anos anteriores e à não-formação da equipe coordenadora do Pnate, por alguns municípios.

Tabela n.º 21 Execução financeira por região/ UF – em 2006

Região/ UF	PNATE		R\$ PNTE/PNATE
	Aluno Beneficiado	R\$	
Brasil	3.308.673	275.995.250,22	278.356.716,95
Norte	322.397	25.832.772,95	25.972.772,95
Rondônia	61.540	4.693.879,67	4.798.879,67
Acre	11.153	820.496,49	855.496,49
Amazonas	64.038	4.585.626,96	4.585.626,96
Roraima	1.228	62.343,98	62.343,98
Pará	146.877	12.911.006,07	12.911.006,07
Amapá	10.005	969.231,23	969.231,23
Tocantins	27.556	1.790.188,55	1.790.188,55
Nordeste	1.416.923	119.345.388,13	119.799.331,13
Maranhão	88.924	6.915.332,47	6.915.332,47
Piauí	92.832	7.899.616,35	8.073.916,35
Ceará	221.046	19.188.012,05	19.328.008,55
Rio Grande do Norte	80.891	6.185.662,16	6.220.662,16
Paraíba	117.189	10.218.452,34	10.218.452,34
Pernambuco	197.653	16.115.043,68	16.115.043,68
Alagoas	94.933	7.599.107,11	7.633.757,11
Sergipe	50.154	4.104.192,85	4.104.192,85
Bahia	473.301	41.119.969,12	41.189.965,62
Sudeste	758.204	61.769.044,85	62.732.972,08
Minas Gerais	351.917	31.778.020,26	32.462.670,26
Espírito Santo	75.024	5.883.963,08	5.953.613,08
Rio de Janeiro	74.022	4.453.764,59	4.488.764,59
São Paulo	257.241	19.653.296,92	19.827.924,15
Sul	574.765	49.217.250,87	49.672.250,87
Paraná	227.389	19.977.258,71	20.362.258,71
Santa Catarina	146.658	11.171.547,40	11.171.547,40
Rio Grande do Sul	200.718	18.068.444,76	18.138.444,76
Centro-Oeste	236.384	19.830.793,42	20.179.389,92
Mato Grosso do Sul	55.921	4.685.716,29	
Mato Grosso	79.958	6.873.840,40	
Goiás	76.923	6.720.641,63	
Distrito Federal	23.582	1.550.595,10	
Fonte: FNDE/Dirpe			

A tabela n.º 21 apresenta a execução do programa de forma mais detalhada. Conforme se observa, foram as regiões Nordeste, Sudeste e Sul que se apresentaram com as maiores quantidades de alunos e de recursos recebidos.

Merece ser comentado que as diferenças proporcionais entre a quantidade de alunos e o valor repassado são resultados dos efeitos dos novos critérios de atendimento, vigentes a partir do ano de 2006.

27.3. (1376.09CK) – Ação: Apoio à ampliação do ensino fundamental para 9 anos

Finalidade: Ampliar o ensino fundamental para nove anos, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade, no intuito de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar maior nível de escolaridade.

Unidade administrativa responsável: MEC/SEB

Desempenho:

Tabela n.º 22: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
6.000	20.686	345%	2.500.000,00	2.499.892,44	99,99%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Com a sanção da Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade neste nível de ensino, estabelecendo um prazo até 2010 para os municípios, estados e o Distrito Federal implementarem essa obrigatoriedade, o MEC vem promovendo uma série de ações no sentido de apoiar tecnicamente os sistemas de ensino nesse processo de transição entre uma estrutura de ensino obrigatório de oito anos para uma de nove anos de duração.

Isso ocorre por meio da publicação de documentos orientadores aos sistemas de ensino e da realização de debates, encontros, seminários e o apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para a formação continuada de professores e para a aquisição e a reprodução de material didático, mediante apresentação de Plano de Trabalho Anual (PTA) e assinatura de convênio, viabilizado por esta ação.

A articulação para sua implementação deu-se com apoio às Secretarias municipais e estaduais de Educação mediante assessoramento técnico e financeiro, objetivando o planejamento e a reestruturação dos sistemas para a implantação do ensino fundamental de nove anos e para informação e análise das experiências desenvolvidas e das possibilidades de implantação. Foram celebrados 68 convênios, beneficiando 20.686 alunos com materiais didáticos e 3.033 professores com formação continuada.

As metas físicas foram superadas de forma extraordinária, devido ao critério de atendimento e aos projetos com custos abaixo da média estimada.

27.4. (1376.2272) – Ação: Gestão e administração do Programa

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 23: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
..	..	..	31.033.689,00	28.439.518,46	91,64%

27.5. (1376.4046) – Ação: Distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental

Finalidade: Prover de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente, as escolas públicas do ensino fundamental das redes federal, estaduais e municipais e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e aos professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente, nos países do Mercosul.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 24: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
97.143	102.521	105,54%	566.542.496,00	563.725.709,98	99,62%
Produto: Exemplar distribuído					
Unidade de Medida: Milhar					

Quanto ao desempenho da execução do PNLD/2007, em 2006, a meta física suplantou a estimativa em 5,54%, empregando-se 99,62% do que havia sido programado financeiramente, conforme se verifica na tabela n.º 24. O êxito apresentado é fruto da constante preocupação com a melhoria da gestão do programa, inclusive nos processos de negociação e aquisição do livro.

Aspectos gerais

A distribuição gratuita de livros didáticos a alunos e professores do ensino fundamental da rede pública consubstanciou o **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)** que, no âmbito programático do orçamento, corresponde à ação **Distribuição de livro didático para o ensino fundamental (Código 4046)**. Ao longo dos anos, o PNLD se consolidou por meio da ampliação, universalização de direitos e expansão de público-alvo. Além de livros didáticos, a ação contempla, também, a aquisição e distribuição de dicionários da língua portuguesa, além de periódicos destinados às escolas do ensino fundamental.

Dentre as várias características importantes do programa, merece ser destacada a sua forma de atendimento que segue uma sistemática programação de alternância entre entregar todos os livros a todos os alunos em um ano e complementar, nos dois anos seguintes, conforme demonstrado na tabela n.º 25. Essa forma de atendimento, associada à aquisição de livros em grande quantidade, responde, em boa parte, pela eficiência do programa.

Tabela n.º 25 : Consolidado do atendimento PNLD – de 1998 a 2006

Ano da:		Destino dos livros e critérios de atendimento	Atendimento		
Aquisição	Utilização		Escolas (em mil)	Alunos (em milhões)	Recursos (R\$ milhões)
1998	1999	Todos os alunos de 1. ^a série; complementação da 2. ^a à 4. ^a série; todos os alunos da 5. ^a à 8. ^a série.	169	32,9	373
1999	2000	Todos os alunos de 1. ^a série; complementação da 2. ^a à 8. ^a série.	165	33,4	249
2000	2001	Todos os alunos da 1. ^a à 4. ^a série; complementação da 5. ^a à 8. ^a série.	163	32,5	474,3
2001	2002	Todos os alunos de 1. ^a série; complementação da 2. ^a à 4. ^a série; todos os alunos da 5. ^a à 8. ^a série.	162	31,9	539,04
2002	2003	Todos os alunos de 1. ^a série; última complementação da 2. ^a à 4. ^a série; complementação da 5. ^a à 8. ^a série.	159	31,9	266,10
2003	2004	Todos os alunos da 1. ^a à 4. ^a série; complementação da 5. ^a à 8. ^a série.	153	31,9	577,19
2004	2005	Todos os alunos de 1. ^a série; complementação da 2. ^a à 4. ^a série; todos os alunos da 5. ^a à 8. ^a série.	150	30,9	594,84
2005	2006	Todos os alunos de 1. ^a série; última complementação da 2. ^a à 4. ^a série; complementação da 5. ^a à 8. ^a série.	147	29,8	257,37
2006	2007	Todos os alunos da 1. ^a à 4. ^a série; complementação da 5. ^a à 8. ^a série.	145	28,6	563,73
Fonte: FNDE/Dirae					

Execução

A execução do programa pode ocorrer de duas formas: centralizada e descentralizada. Na segunda forma, o FNDE transfere recursos, mediante convênio, para o estado, que executa o programa por intermédio da Secretaria de Estado da Educação. No ano de 2005, o único estado que executou o PNLD de forma descentralizada foi São Paulo, mas, em 2006, a execução do PNLD voltou a ser totalmente centralizada. A execução centralizada é aquela em que os livros são adquiridos pelo FNDE e distribuídos às escolas, que os recebem diretamente, normalmente, no período de setembro de um ano a janeiro do ano subsequente.

No caso do PNLD/2007, a distribuição ocorreu de agosto a dezembro de 2006, sendo que as escolas de 1.^a a 4.^a série receberam livros para todos os alunos matriculados, e as escolas de 5.^a a 8.^a série receberam os livros de complementação, para serem utilizados no ano letivo de 2007. Nesse sentido, foram adquiridos 102,5 milhões de livros didáticos, por R\$ 456,71 milhões. Este valor, acrescido da parcela correspondente ao custo de distribuição de R\$ 79,6 milhões, totalizou R\$ 536,3 milhões, conforme demonstrado na tabela n.º 26.

Tabela n.º 26: Valores* totais gastos com a Ação Distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental

PNLD	Aquisição	Distribuição	Outros	Geral
TOTAL/PNLD	466.499.368,63	83.989.906,74	13.236.434,61	563.725.709,98
Aquisição e Distribuição de Livros Didáticos - PNLD/2007	456.706.333,38	79.596.352,94		536.302.686,32
Mixagem distribuição de dicionários (5.ª a 8.ª série)		3.872.373,75	1.365.379,12	5.237.752,87
Aquisição e distribuição de cartilha para alunos com surdez severa ou profunda - Libras	245.520,00	49.500,00		295.020,00
Aquisição e distribuição de periódicos	9.547.515,25			9.547.515,25
Avaliação de títulos do PNLD/2008			6.275.598,97	6.275.598,97
Triagem das obras para avaliação PNLD/2008			858.240,00	858.240,00
Controle de qualidade			672.900,00	672.900,00
Monitoramento junto às editoras			840,98	840,98
Encontro nacional dos programas do livro			152.213,30	152.213,30
Encontro SISCORT			3.084,40	3.084,40
Produção e distribuição do guia para escolha do livro didático			2.183.197,57	2.183.197,57
Transcrição e impressão de livros em Braille			1.724.980,27	1.724.980,27
Distribuições diversas		471.680,05		471.680,05
* Em Unidade de Real Fonte: FNDE/Dirae				

Ainda por intermédio do PNLD, o FNDE:

a) mixou e distribuiu acervos de dicionários de Língua Portuguesa para as escolas públicas que atendem alunos de 5.ª a 8.ª série do ensino fundamental. Ressalte-se que estes dicionários foram adquiridos em dezembro/2005 e entregues ao FNDE no primeiro semestre de 2006, quando foram formados os acervos. Estes dicionários foram destinados às bibliotecas das escolas para fazerem parte das obras bibliográficas, devendo ser utilizados pelos alunos em sala de aula;

b) adquiriu os periódicos Ciência Hoje das Crianças, Nova Escola, Pátio Infantil, Pátio Pedagógico e Gestão em Rede, para serem distribuídos no âmbito do programa, conforme tabela n.º 26;

c) adquiriu material para alunos com surdez e cegueira severa ou profunda, em Libras e Braille, buscando garantir a inclusão de discentes com estas necessidades especiais nas escolas, conforme tabela n.º 26;

d) desenvolveu atividades de suporte ao programa, para garantir sua execução, como: triagem e avaliação de títulos do PNLD/2008, controle de qualidade, monitoramento do programa, realização de encontros técnicos operacionais do programa, produção e distribuição do guia para escolha do livro didático, transcrição e impressão de livros em Braille e distribuição de materiais didáticos diversos. As informações quantitativas encontram-se detalhadas na tabela n.º 27.

Tabela n.º 27: Valores gastos com a aquisição e distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental

UF	Exercício de 2006 – PNLD/2007						
	Alunos	Escolas	FÍSICO		FINANCEIRO		
	Beneficiados		Livros	Encomenda	Aquisição	Distribuição	Total
TOTAL	28.591.571	144.943	102.521.965	11.226.566	456.706.333,38	79.596.352,94	536.302.686,32
AC	146.102	1.582	581.302	88.339	2.596.455	626.323,51	3.222.778,33
AM	731.426	4.783	2.375.269	307.226	10.532.837,09	2.178.232,34	12.711.069,43
AP	125.500	626	457.356	48.880	2.175.665,90	346.559,20	2.522.225,10
PA	1.582.226	11.322	6.927.729	837.282	31.236.157,47	5.936.329,38	37.172.486,85
RO	281.499	1.916	993.308	128.468	4.410.639,78	910.838,12	5.321.477,90
RR	81.807	672	299.506	41.725	1.309.552,82	295.830,25	1.605.383,07
TO	243.246	1.805	899.544	116.613	3.982.903,36	826.786,17	4.809.689,53
AL	665.779	2.984	2.258.899	240.323	9.975.664,77	1.703.890,07	11.679.554,84
BA	2.654.923	19.859	10.955.287	1.344.307	49.319.318,26	9.531.136,63	58.850.454,89
CE	1.385.798	8.156	4.999.121	589.519	21.661.759,11	4.179.689,71	25.841.448,82
MA	1.322.180	11.934	4.936.495	686.842	21.483.639,70	4.869.709,78	26.353.349,48
PB	696.597	5.590	2.420.276	319.518	10.556.972,02	2.265.382,62	12.822.354,64
PE	1.422.059	8.352	5.245.334	616.553	23.310.584,44	4.371.360,77	27.681.945,21
PI	599.478	6.371	2.383.235	342.355	10.368.006,95	2.427.296,95	12.795.303,90
RN	475.667	3.009	2.045.124	234.261	9.688.214,88	1.660.910,49	11.349.125,37
SE	362.629	1.989	1.373.728	146.779	6.089.539,84	1.040.663,11	7.130.202,95
ES	480.569	2.818	1.682.248	203.651	7.333.322,00	1.443.885,59	8.777.207,59
MG	2.770.180	11.927	9.272.461	1.001.460	41.716.676,22	7.100.351,40	48.817.027,62
RJ	1.825.180	5.117	6.417.024	582.902	28.821.674,01	4.132.775,18	32.954.449,19
SP	5.030.438	10.473	16.990.679	1.361.872	74.665.362,69	9.655.672,48	84.321.035,17
PR	1.442.193	5.812	4.843.290	457.366	21.492.202,66	3.242.724,94	24.734.927,60
RS	1.434.458	7.410	4.762.845	578.751	21.837.156,59	4.103.344,59	25.940.501,18
SC	831.858	3.793	2.796.015	317.158	12.960.316,03	2.248.650,22	15.208.966,25
DF	297.761	508	997.404	76.772	4.415.561,05	544.313,48	4.959.874,53
GO	803.323	2.997	2.411.625	239.083	10.506.588,58	1.695.098,47	12.201.687,05
MS	387.151	913	1.382.380	121.336	6.027.969,94	860.272,24	6.888.242,18
MT	511.544	2.225	1.814.481	197.225	8.231.592,40	1.398.325,25	9.629.917,65
Fonte: FNDE/Dirae							

Avanços

Os avanços no PNLD executado em 2006 em relação ao dos anos anteriores, que merecem destaques, foram os seguintes:

1 - extensão do atendimento do programa aos alunos surdos, com a distribuição de livros e CDs em Libras;

2 – alteração na forma de distribuição dos dicionários: a sistemática de distribuição de dicionários utilizada no PNLD/2005 foi reformulada, de maneira a dar prioridade à utilização do material em sala de aula. Assim, em 2006, em vez de entregar uma obra para cada aluno, os acervos de dicionários foram distribuídos para todas as salas de aula das escolas públicas do ensino fundamental, propiciando maior variedade de obras e maior acesso a esses materiais por parte dos alunos; e

3 – aumento na variedade de periódicos distribuídos para os alunos do ensino fundamental.

27.6. (1376.5079) Ação: Fortalecimento da Escola – Fundescola III

Finalidade: Elevar as escolas do ensino fundamental das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aos padrões mínimos operacionais; estabelecer processo de desenvolvimento escolar; fortalecer o setor educacional.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 28: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
2.440	2.410	98,78%	115.966.311,00	84.916.827,09	73,22%
Produto: Escola beneficiada					
Unidade de Medida: Unidade					

Observação: Embora tenha sido publicada a concessão de um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000.000,00), distribuídos entre a região Norte com R\$ 5.600.000,00, e a região Nordeste com, R\$ 24.400.000,00, não foi liberado para esta Diretoria o limite de empenho para a viabilização da execução dos referidos recursos.

Fonte: Dipro/ FNDE

Aspectos gerais

O Fundescola é um programa conjunto do Ministério da Educação, dos estados, dos municípios e do Banco Mundial, que busca dar efetividade às políticas educacionais, tomando como eixo a gestão educacional de qualidade, enfocando o fortalecimento das escolas e das instituições responsáveis.

Sua missão é melhorar o desempenho dos alunos no ensino fundamental das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumentando a eficácia e a equidade das escolas e dos sistemas educacionais, oferecendo serviços e produtos educacionais de qualidade e assistência técnico-financeira para o fortalecimento das escolas públicas e das Secretarias de Educação.

O Fundescola foi estruturado em etapas como estratégia para a distribuição dos recursos e a definição do programa de trabalho. O Fundescola I, no valor de US\$ 125.00 milhões, foi desenvolvido no período de implantação, de junho de 1998 a junho de 2001, e o Fundescola II, no valor de US\$ 402.00 milhões, de dezembro de 1999 a dezembro de 2005. O Fundescola III-A, no valor de US\$ 320.00 milhões, vem sendo executado desde junho de 2002.

Primeira mudança

A primeira mudança diz respeito à sua posição na estrutura do Ministério da Educação. Atualmente, o Fundescola está ligado ao FNDE como um dos programas executados pela Diretoria de Programas Especiais – Dipro.

Segunda mudança

A segunda mudança a ser considerada foi a montagem da estrutura da Dipro com base no ciclo de vida dos programas. Cada programa tem um ciclo de criação e desenho de instrumentos, produtos e processos, que são implantados em escala piloto. A definição de novos projetos parte de sugestões, e estes são analisados e aprovados por um comitê do qual faz parte o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, o Diretor da Diretoria de Programas Especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Diretor do Departamento de Projetos Educacionais da Secretaria de Educação Básica.

Terceira mudança

A terceira mudança foi na amplitude do atendimento do programa. No Fundescola I e II, trabalhou-se em Zonas de Atendimento Prioritário – ZAP, em cada estado, que correspondiam às microrregiões mais populosas. Na maioria dos estados, foram atendidas duas microrregiões, ou seja, duas Zonas de Atendimento Prioritário, num total de 384 municípios. Considerando o sucesso dos instrumentos elaborados e implantados nos sistemas estaduais e municipais, nas etapas do Fundescola I e II, e tendo em vista o interesse dos dirigentes estaduais e municipais de educação que clamaram pela ampliação do atendimento a todos os municípios, o FNDE elaborou critérios para subsidiar a expansão gradativa das ações, no tempo previsto de duração do Fundescola. Para tanto, os municípios foram agrupados por prioridades, tendo sido feitos quatro agrupamentos: G1 a G4. Para a priorização dos municípios, foram utilizados dois indicadores: Indicador de Disponibilidade Financeira (IDF) e Índice de Capacidade Técnica (ICT).

Assim, o Fundescola passou a atender 2.704 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Este atendimento é diferenciado conforme critérios que definem os grupos e as matrizes de atuação do Fundescola. São duas as matrizes: 1) tecnologia e assistência técnica por parte dos estados e 2) tecnologia, financiamento e assistência técnica.

Quarta mudança

A quarta mudança se deu na estrutura de gerenciamento do Projeto. O Fundescola I e II caracterizou-se por um gerenciamento mais centralizado, o que significou que as equipes do Fundescola, apesar da estrutura das Coeps nos estados, entravam em contato direto com as escolas estaduais e municipais, tanto para treinamento quanto para orientação. As Secretarias de Educação disponibilizavam, então, uma equipe como contrapartida à atuação do Fundescola. Com o tempo, esta situação foi se tornando inviável por vários motivos: a expansão da demanda, com um número cada vez maior de escolas a serem atendidas; a necessidade de internalização dos princípios e das estratégias educacionais que sustentavam a proposta de trabalho pelas equipes da Secretaria de Educação; e a necessidade de sustentabilidade das ações como resultado da internalização dos princípios e estratégias.

A necessidade de internalização e sustentabilidade das ações levou o FNDE a adotar nova estratégia para a implementação das ações em conjunto com os estados. Nesta nova estratégia, a responsabilidade de apoio e orientação às escolas passa a ser das Secretarias de Educação dos estados e dos municípios, sob mediação do FNDE. As equipes técnicas do Fundescola transferem as técnicas e as orientações para as equipes das Coeps e das Secretarias estaduais de Educação e estas as repassam para as equipes das Secretarias municipais de Educação, que, por sua vez, repassam-nas para as escolas.

Neste novo modelo, o papel das Coeps mudou substancialmente. A Coep hoje tem como uma das principais funções a de articular a estrutura das Secretarias de Educação para o alcance dos objetivos do Fundescola no estado. Além disso, ela atua como o elo de articulação da

Secretaria estadual com as Secretarias municipais, viabilizando, na prática, o preceito constitucional de intercâmbio e complementaridade entre os sistemas de ensino estadual e municipal.

Produtos do Fundescola

1. Planejamento Estratégico da Secretaria de Educação – PES

Consiste no processo gerencial desenvolvido para a Secretaria de Educação para o alcance de uma situação desejada, de maneira efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos. Ao realizá-lo, a Secretaria analisa seu desempenho, os processos, as relações internas e externas, as condições de funcionamento e os resultados. A partir dessa análise, projeta o futuro, define onde quer chegar, as estratégias para alcançar os objetivos, os processos e as pessoas envolvidas. O PES promove o fortalecimento institucional da Secretaria visando à melhoria da gestão da escola e do desempenho do aluno.

2. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE

É um processo gerencial de planejamento estratégico desenvolvido para a escola. Ele é implantado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar e pais de alunos), que pretende contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino. Ao elaborar o PDE, a escola realiza um diagnóstico de sua situação, identificando, a partir desta análise, seus valores e definindo sua visão de futuro e missão, bem como traçando objetivos, estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados a longo, médio e curto prazos. Depois de elaborar o PDE, as escolas selecionam metas e ações que consideram essenciais para a melhoria da aprendizagem dos alunos e que poderão ser financiadas pelo Fundescola, as quais deverão ser descritas no Projeto de Melhoria da Escola – PME.

3. Projeto de Melhoria da Escola – PME

É o conjunto de metas e ações selecionadas pela escola, a partir do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE. O projeto viabiliza o repasse de recursos diretamente para a escola, tendo como foco a melhoria da aprendizagem dos alunos.

4. Escola Ativa

É uma estratégia metodológica do Programa para as escolas rurais, com classes multisseriadas (de 1^a a 4^a série) para combater a reprovação e o abandono. A experiência reúne auto-aprendizagem, trabalho em grupo, ensino por meio de módulos, livros didáticos especiais, participação da comunidade, capacitação e reciclagem permanente dos professores e acompanhamento constante de alunos e docentes.

5. Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar

É um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial e presencial, destinado à capacitação de professores, em exercício de 1.^a a 4.^a série (Gestar I) e de 5.^a a 8.^a série (Gestar II), em Matemática e Língua Portuguesa. O Gestar é um conjunto de ações pedagógicas que incluem discussões sobre questões prático-teóricas, sugestões de atividades de apoio e avaliações diagnósticas do processo ensino-aprendizagem.

6. Programa de Apoio a Leitura e Escrita – Praler

É um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial e presencial, destinado à capacitação de professores em exercício, das séries iniciais da educação básica. A proposta pedagógica do Praler proporciona uma diversificação de opções metodológicas para o processo de alfabetização.

7. Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas – PMFE

São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada. Para atingir esses padrões mínimos, o Fundescola tem investido nos seguintes insumos: espaço educativo e recursos humanos. A necessidade de promover o alcance de padrões mínimos de funcionamento por todas as escolas públicas resulta de uma visão mais ampla acerca da universalização da educação, com a redução das desigualdades existentes entre as escolas.

8. Microplanejamento Educacional

O microplanejamento é uma proposta metodológica de planejamento educacional capaz de apresentar as necessidades de ajustes na criação, ampliação ou reorganização da rede física, orientação do transporte escolar, distribuição do material de ensino-aprendizagem, e da contratação e capacitação de recursos humanos, a partir dos balanços entre déficit e superávit de salas de aula, material didático, professores, secretárias, diretores, entre outros profissionais necessários ao funcionamento de cada unidade escolar; o objetivo é o atendimento das reais necessidades na rede de ensino em relação aos índices de rendimento escolar do município, orientando técnicos e secretários de educação nas propostas orçamentárias, evitando o desperdício dos recursos disponíveis e garantindo o atendimento das comunidades carentes.

9. Levantamento da Situação Escolar – LSE

É um instrumento de coleta de informações sobre a situação das escolas de ensino fundamental regular, objetivando o planejamento da educação nos estados e municípios atendidos pelo Fundescola. Identifica as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamento e material didático e escolar existente; verifica a situação das escolas frente aos padrões mínimos de funcionamento; estabelece prioridades de atendimento para o Projeto de Adequação do Prédio Escolar – Pape e para o Programa de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e Equipamento – PMQE; avalia os resultados da adequação escolar e do fornecimento do mobiliário; identifica a situação institucional das escolas.

O sistema informatizado do LSE, desenvolvido em 2002, permite que os estados e municípios atualizem os dados levantados anteriormente e emitam relatórios gerenciais que auxiliarão os gestores na tomada de decisão para o alcance dos padrões mínimos de funcionamento e para a melhoria das condições dos prédios escolares.

10. Projeto de Adequação do Prédio Escolar – Pape

É um projeto que visa estabelecer, nas edificações escolares, condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade. No repasse de recursos direto às escolas, são priorizados os ambientes das salas de aula e sanitários dos alunos para que alcancem os padrões

construtivos mínimos, disponham de condições para a utilização adequada do mobiliário e equipamento escolar fornecido.

11. Espaço Educativo Construção de Escolas

É a ação pela qual os estados e municípios têm a possibilidade de viabilizar novas vagas para sua rede escolar, por meio de construção de novas escolas conforme demandas detectadas pelo Microplanejamento.

Os Projetos arquitetônicos são disponibilizados pelo Fundescola e atendem às peculiaridades físicas e culturais de cada região, e são divididos em:

- Espaço Educativo Urbano I - 08 a 12 salas de aula
- Espaço Educativo Urbano II - 04 e 06 salas de aula
- Espaço Educativo Rural - 01 e 02 salas de aula
- Espaço Educativo Indígena - 02 salas de aula

12. Programa de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e Equipamento Escolar – PMQE

É a ação pela qual as escolas beneficiadas pelo Projeto de Adequação do Prédio Escolar recebem, para cada sala de aula adequada: armário de aço, mesa e cadeira para o professor, conjunto-aluno e ventiladores. Para as escolas construídas, são financiados todo o mobiliário e o equipamento necessário ao funcionamento das mesmas. O mobiliário e os equipamentos fornecidos são regulamentados pela NBR 14006/97 e, especificamente o conjunto-aluno, pelo Regulamento de Avaliação da Conformidade - Inmetro.

Disseminação

Crítérios de atendimento *versus* sustentabilidade

Até o ano de 2004, o Fundescola atendia 384 municípios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em microrregiões denominadas Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP) e definidas por critério populacional (IBGE).

Em 2005, este atendimento foi estendido a todos os 2.704 municípios das regiões supracitadas. Para isto, foi necessário desenvolver critérios que permitissem um atendimento justo e igualitário, otimizando os recursos disponíveis.

Para o desenvolvimento desta metodologia, utilizaram-se de variáveis sociais, econômicas, demográficas e, principalmente, educacionais. Para tanto, foram desenvolvidos dois indicadores: Indicador de Disponibilidade Financeira (IDF) e Índice de Capacidade Técnica (ICT), os quais possibilitaram a criação de 04 grupos de atendimento, distribuídos através de prioridades.

De posse dessas informações, foi realizado um cruzamento de dados, utilizando-se os critérios de atendimento com matrizes (M1 e M2) definidas pelo programa Fundescola. A matriz 1 (M1) implica no repasse das metodologias de todas as ações do Fundescola, conforme o interesse do município. Neste caso, o município se responsabiliza pela implantação e pelo financiamento das ações. O FNDE cede ao município a tecnologia composta de um *kit*, que varia conforme a ação. A matriz 2 (M2) beneficia os municípios com tecnologia, assistência técnica e financiamento, isto é, repasse das metodologias para as Secretarias e o conjunto de escolas a

serem beneficiadas, qualificação das equipes para implantação das ações e repasse de recursos destinados à implantação das ações que integram o Fundescola.

No biênio 2005/2006, no processo de disseminação, estão sendo atendidos 636 municípios da matriz M2, e no Biênio 2006/2007 serão atendidos mais 428 municípios da matriz M2. Para viabilizar um atendimento desta envergadura, o desafio do Fundescola é promover a mudança de paradigma e garantir capacidade técnica às Secretarias estaduais de Educação e às suas Regionais de Ensino para que elas possam assegurar qualificação técnica e gerencial aos municípios na implementação das ações do Fundescola e, sobretudo, na implementação de suas políticas. Assim, foram desenvolvidos projetos de atendimento em parceria com os estados onde foram discutidos os critérios de atendimentos e definidos os cronogramas de qualificação.

Em conformidade com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União n.º 71, de 07 de dezembro de 2005, apresenta-se a seguir o demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados:

Discriminação

- **Código do projeto:** 7122-BR - Terceiro Projeto de Fortalecimento da Escola (Fundescola III)
- **Descrição:** promoção da autonomia da escola, formação e titulação de professores, mobilização social, provisão de mobiliário e equipamento básico para a escola, adequação física de prédios escolares, construção de escolas, implementação de planos de desenvolvimento da escola, financiamento de projetos de melhoria da escola, desenvolvimento, certificação e implementação de modelos pedagógicos, melhoria da avaliação e da disseminação das informações educacionais e fortalecimento da colaboração do estado e do município.
- **Finalidade:** propiciar a melhoria do desempenho dos sistemas de ensino público nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio do fortalecimento das escolas de ensino fundamental e das instituições públicas responsáveis por estas instituições de ensino, em estrutura coordenada de gerenciamento. O Fundescola III visa melhorar os resultados educacionais dos alunos matriculados, garantir o acesso e ampliar o número de vagas em escolas públicas localizadas nas regiões de sua abrangência.
- **Organismo financiador:** Banco Mundial

Tabela n.º 29: Demonstrativo do fluxo previsto e do fluxo realizado – Fundescola III

Valores em EUR\$							
Custo total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
			Motivo	Valor no ano 2006	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
365.600.000,00	182.800.000,00	182.800.000,00	Despesas realizadas	147.833.638	279.166.586		
			BIRD	45.434.616	134.312.858		
			Contrapartida	102.399.022	144.853.728		
			Juros	3.710.086	6.137.760		
Fonte: Dipro/FNDE							

Em 2006, o Fundescola obteve os seguintes índices de execução:

- 100% dos Planos de Trabalho (17) da Ação Planejamento Estratégico da Secretarias - PES e Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, cujo objeto é qualificar os Comitês Estratégicos das Secretarias municipais e estaduais de Educação (2114) visando promover a implementação de um processo gerencial de planejamento estratégico a ser desenvolvido pela Secretaria e escola, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, foram conveniados.
- 100% dos Planos de Trabalhos (17) da Ação Escola Ativa, cujo objeto é qualificar os Comitês Estratégicos das Secretarias municipais e estaduais de Educação (2378), para implementação da Estratégia metodológica, visando elevar a qualidade da educação oferecida nas classes multisseriadas, notadamente na área rural, combinando uma série de elementos de caráter pedagógico-administrativo, foram conveniados.
- 100% dos Planos de Aplicação aptos (696) da Ação Projeto de Melhoria da Escola - PME para implementação de ações financiáveis propostas no Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, visando à melhoria dos processos ensino e aprendizagem, foram financiados por meio de suas Unidades Executoras (UEX), beneficiando 3.043 escolas e 1.329.515 alunos.
- Foram financiados 179 Planos de Aplicação da Ação Projeto de Adequação de Prédios Escolares - Pape, cujo objeto visa restabelecer, nas edificações escolares, condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade, priorizando os ambientes das salas de aula e sanitários dos alunos para que alcancem os padrões construtivos mínimos. Foram beneficiados 185.722 alunos e os recursos repassados diretamente a 645 escolas, por meio de suas Unidades Executoras. Serão atendidas 2.755 salas, e o total de recursos repassados foi da ordem de R\$ 26.139.000,00.
- Em 2006, foi retomada a ação de disseminação dos modelos construtivos - Espaços Educativos – com financiamento de construção de escolas em municípios classificados na Matriz 2.
- De acordo com o cronograma de execução dos projetos do Acordo de Empréstimo, foi prevista para 2007 a conclusão do Projeto Fundescola III-A. Portanto, até outubro/2007 para a execução, e os dois meses subsequentes para a prestação de contas.
- Considerando o prazo de execução de obras uma média de 180 (cento e oitenta) dias, adotou-se a estratégia de utilizar parte dos recursos inicialmente previstos para a Aquisição de Equipamento e Mobiliário, no financiamento das construções, como forma de agilizar o processo, contratando o maior número de escolas possível, ainda em 2006. Desse modo, foram celebrados 52 convênios para a construção de 50 escolas urbanas – 300 salas de aula, utilizando o projeto padrão Espaço Educativo Urbano II - e 23 escolas em comunidades indígenas – 46 salas de aula, utilizando o projeto padrão Espaço Educativo Indígena.
- Foram realizados 04 (quatro) convênios de Equipamento/Mobiliários, sendo 01 para escolas construídas, contemplando 05 (cinco) escolas – 30 salas de aula com o Estado de Goiás e 03 para escolas adequadas por meio do Pape, contemplando 07 (sete) escolas – 33 salas de aula com o estado de Goiás, 02 (duas) escolas – 25 salas de aula com o Estado do Mato Grosso do Sul e 06 (seis) escolas – 66 salas de aula com o Estado do Mato Grosso.



Embora o texto constitucional defina como objetivos fundamentais, dentre outros, a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação⁶⁸, a desigualdade e a segregação são consideradas características inerentes e históricas da sociedade brasileira, e as mesmas estão vinculadas principalmente ao corte étnico racial. A comprovação desta tese pode ser realizada, por exemplo, ao se avaliar os dados da Pnad/IBGE, que mostram a diferença de 2 anos de estudos entre brancos e negros⁶⁹.

Dados como o mencionado acima comprovam a participação diferenciada nos espaços educacionais de negros, fato que ocorre também com indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual para pessoas com o mesmo sexo, reforçando a estigmatização sofrida por esses extratos sociais. Tal fato inibe o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas destes indivíduos, aos quais é negada a igualdade de oportunidades que o país deve oferecer a todos os cidadãos, impedindo assim o usufruto da cidadania. De outro lado, o processo de exclusão do sistema educacional vivido por negros, indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, crianças e jovens de baixa renda compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Na tentativa de minimizar esta situação, o governo federal criou o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, que tem por objetivo o combate às desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, regional e cultural no espaço escolar. Ainda, o governo busca promover, por meio de uma atuação em conjunto com os sistemas educacionais, a inclusão escolar e o fortalecimento da diversidade social e ambiental, por meio de políticas sócio-educativas. Para tanto, as ações buscarão atingir os principais agentes e sujeitos educacionais, quais sejam: os alunos e seus familiares, bem como os profissionais da educação.

A estratégia de implementação do programa fundamenta-se no estabelecimento de parcerias com estados, o Distrito Federal, municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de educação diretamente referidos aos eixos centrais da proposta, que se responsabilizarão pela execução das ações financiadas para este fim. O Ministério da Educação é o responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, e os parceiros são co-responsáveis no gerenciamento das ações.

Em 2006, para a efetivação das ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, pertinentes às atividades de valorização da diversidade no espaço escolar, entre outras, foram disponibilizados recursos financeiros na ordem de R\$ 46.470.000,00, e foram executados R\$ 46.056.072,46.

28.1. (1377.0946) – Ação: Apoio à educação do campo

Finalidade: Melhorar a qualidade da educação do campo, em todos os níveis de escolaridade, tendo por base as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

⁶⁸ CF, Art. 3º, Inciso IV, op. cit. p. 5.

⁶⁹ IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2004. Coleção Estudos e Pesquisas. p. 310 e 311, IBGE: Rio de Janeiro, 2005.

Tabela n.º 1: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
12.500	434.099	3.473%	6.500.000,00	6.497.727,81	99,96%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Do total executado, houve descentralização de crédito no valor de R\$ 1.352.169,78, conforme tabela abaixo:

Tabela n.º 2: Descentralização de créditos – em 2006

UF	Entidade	Valor – R\$
Total		1.352.169,78
DF	Secretaria de Educação Superior	500.000,00
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	150.000,00
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	702.169,78
Fonte: MEC/Secad		

A ação foi executada por meio de três projetos, quais sejam: a) pela linha de financiamento de projetos educacionais por meio de convênios com o FNDE de Planos de Trabalho de prefeituras, Secretarias estaduais (inclusive do DF) de Educação e entidades privadas sem fins lucrativos; b) Curso de Especialização do Campo e Desenvolvimento Territorial; e c) Apoio à Formação Superior e Licenciatura em Educação no Campo.

Dos Planos de Trabalhos recebidos, foram firmados 81 convênios referentes a esta ação resultando no atendimento a 434.099 alunos, extrapolando em muito a meta estabelecida, mas cumprindo o orçamento previsto. Observa-se que a meta física na LOA está subestimada.

28.2. (1377.09EL) – Ação: Apoio a atividades educacionais de valorização da diversidade no espaço escolar

Finalidade: Apoiar a implementação de ações educativas complementares que visem o acesso, o reingresso e a permanência de alunos no sistema educacional, que enfrentem as diferentes formas de violência na escola, bem como a participação da família na melhoria da frequência e no desempenho escolar dos alunos.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 3: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
1.000.000	1.447.731	144,8%	16.800.000,00	16.799.926,70	99,99%
Produto: Aluno beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Os recursos da ação são utilizados para a execução de três projetos na Secad: a) Projeto Ações Educativas Complementares; b) Projeto Educação de Chico Mendes (Educação Ambiental); e c) Projeto Cultura Afro-Brasileira.

Os Convênios praticados com os recursos desta ação possibilitaram o atendimento de 455.496 alunos em ações Educativas Complementares e 992.235 alunos, direta e indiretamente, no Projeto Cultura Afro-Brasileira. Portanto, o total de alunos beneficiados pelos convênios envolvidos na ação em tela é de 1.447.731 alunos, o que representa 144,8% da meta estabelecida, ultrapassando a meta em quase 50%.

A superação da meta em marca tão expressiva se deve ao fato de os convênios relacionados ao Projeto Cultura Afro-Brasileira envolverem uma quantidade grande de professores que beneficiam todos os seus alunos. O projeto Cultura Afro-Brasileira envolve, portanto, um potencial multiplicador, permitindo um resultado excepcional e acima do previsto para a ação.

28.3. (1377.09EM) – Ação: Apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana

Finalidade: Contribuir para a transformação da escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos estudantes, dos professores e da comunidade, mediante a implementação de ações educativas nos finais de semana objetivando tornar a escola um espaço integrador, trazendo para ela não somente as crianças, os adolescentes e os jovens - particularmente estudantes da educação básica e da modalidade jovens e adultos das escolas públicas -, mas também a família; valorizar o processo de escolarização, transformando a relação escola-vizinhança, incentivando sua integração e criando as bases de uma cultura de paz e promoção de convivência que valorize a diversidade local em suas múltiplas dimensões dentro e fora da escola; promover mais diálogo, cooperação e participação entre os alunos, os pais e a equipe de profissionais que atuam nas escolas públicas de educação básica.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 4: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
1.600	1.558	97,38%	20.000.000,00	19.986.585,23	99,93%
Produto: Escola apoiada					
Unidade de Medida: Unidade					

28.4. (1377.09HS) – Ação: Apoio à qualificação de profissionais da educação em educação para a diversidade e a cidadania

Finalidade: Apoiar a qualificação de profissionais em educação (gestores, professores, servidores e profissionais que lidam com a área de educação, inclusive do MEC) com relação às questões de valorização da diversidade, em suas múltiplas dimensões, dentro da educação.

Unidade administrativa responsável: MEC/Secad

Desempenho:

Tabela n.º 5: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
5.160	17.448	338%	3.170.000,00	2.771.832,72	87,43%
Produto: Profissional qualificado					
Unidade de Medida: Unidade					

O recurso desta ação foi todo descentralizado para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad/MEC.

A ação alcançou uma meta física expressiva, de 238% acima dos 100% do previsto, apresentando eficiência na sua execução, uma vez que o financeiro realizado atingiu 87,40% do valor autorizado. Isso se deve à capacidade das instituições envolvidas na execução dos projetos que, em articulação, constituíram uma rede de multiplicadores com um desempenho mais elevado que o esperado. Ou seja, o funcionamento dos projetos e a rede criada possibilitaram externalidades que levaram a um desempenho acima do esperado.



O PPA, confirmando os preceitos constitucionais quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio⁷⁰, define que a política educacional brasileira estará voltada para garantir que toda criança brasileira, independente de raça, de sexo, de classe social e do lugar onde mora, tenha escola de qualidade até o final do ensino médio⁷¹. Ainda, em relação a este nível de ensino no Plano Nacional de Educação, é reconhecida a importância do ensino médio: poderoso fator de formação para a cidadania e qualificação profissional⁷². Porém, majoritariamente sob a responsabilidade dos estados e do Distrito Federal⁷³, permanece carente de ações governamentais que possam torná-lo mais eficiente e capaz de cumprir a meta de sua universalização.

Pressionado pelo crescimento do ensino fundamental, o ensino médio carece, primeiramente, de oferta suficiente de vagas. Avaliando os dados referentes ao ano letivo de 2005, mais de nove milhões de jovens foram matriculados nas três séries do ensino médio, dos quais mais de 7,9 milhões em escolas públicas espalhadas em todo o território nacional⁷⁴. A procura por matrículas para a primeira série atingiu a casa dos 3,66 milhões de vagas⁷⁵. Outra informação pertinente é quanto à defasagem idade/série ou o atraso na progressão do fluxo escolar: mais de 47% dos alunos freqüentes no ensino médio possuem idade entre dezoito e mais de vinte e nove anos, sendo que, em média, ao completarem dezoito anos, estes jovens deveriam ter concluído o nível médio⁷⁶.

As mudanças estruturais no ensino médio, que foi desvinculado da educação tecnológica, são fatores que justificaram a adoção de políticas públicas específicas para este nível de ensino. Para tanto, é necessário promover a melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens; valorizar os profissionais envolvidos com este nível de ensino; buscar a melhoria da qualidade do ensino regular noturno; promover um ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira; e implementar projetos especiais, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

Baseando-se em todos estes desafios, o Ministério da Educação criou o Programa “Desenvolvimento do Ensino Médio”, que tem por objetivo garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes e jovens no ensino médio regular, com melhoria de qualidade. O Programa, que está sendo implementado em parceria com estados, o Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública, permite a assinatura de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades da Federação e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais, voluntárias e diretas. Também, no escopo do programa, é previsto o desenvolvimento de mecanismos para acompanhamento e avaliação dos efeitos do Programa, com a participação dos agentes envolvidos.

Em 2006, o programa contou com uma dotação da ordem de R\$ 58.905.915,00, executando-se R\$ 52.544.027,83.

⁷⁰ CF, op. cit., art. 208, inciso II.

⁷¹ PPA 2004-2007, Anexo 1, op.cit., p. 16.

⁷² PNE, op. cit., p. 25.

⁷³ PNE, op. cit., p. 28.

⁷⁴ INEP. Censo Escolar 2006. Planilha 1.44 - N.º de Matrículas no Ensino Médio, por Localização Geográfica. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>, acessado em 22/01/06, às 9h10.

⁷⁵ INEP. Censo Escolar 2006. Planilha 1.51- N.º de Matrículas no Ensino Médio, por Turno e Série. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>, acessado em 22/01/06, às 9h10.

⁷⁶ IBGE. Brasil em números. Volume 13, p. 104. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Tabela n.º 1- Indicadores do ensino médio – em 2006

Indicadores	Ano	
	2000	2004
Taxa de Repetência	18.6%	22.5%
Taxa de Evasão	8.0%	9.6%
Taxa de Promoção	73.4%	67.9%
% de Concluintes	74%	68.5%
Fonte: Inep/MEC. In: Relatório Final de Avaliação BRA/01/006		

Os resultados disponíveis das avaliações de aprendizagem dos estudantes do ensino médio, medidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/Inep/MEC, revelam que tanto em Língua Portuguesa como em Matemática é pequeno o percentual de estudantes que atingiu o estágio considerado adequado. Em Língua Portuguesa, este percentual variava, em 2003, de 2,45% na região Norte para 7,57% na Sudeste. A concentração de estudantes nos níveis crítico e muito crítico fica em torno de 33% nas regiões com melhores resultados, e chega a quase 50% nas regiões Norte e Nordeste, onde apresenta os piores resultados. Em Matemática, essa situação torna-se dramática em algumas regiões do país. Na Norte, em 2003, mais de 82% dos estudantes estavam no estágio crítico e muito crítico, e na região Nordeste esse contingente representava 75% dos estudantes.

O relatório⁷⁷ da Diape/FNDE destacou que os dados do Saeb mostram que a qualidade das aprendizagens continua muito baixa: dois de cada cinco estudantes da terceira série do ensino médio não desenvolveram as habilidades básicas de leitura e compreensão de textos esperadas para esta série, e dois de cada três não conseguem utilizar ferramentas matemáticas para a resolução de problemas. Essa situação se manteve quase inalterada, com uma leve melhoria nas habilidades de Língua Portuguesa e uma leve deterioração em Matemática.

Os dados acima indicam que é preciso concentrar esforços para: a consolidação dos fundamentos e princípios pedagógicos que inspiram as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, contemplando as diversas necessidades dos jovens e a identidade do ensino médio centrada nos sujeitos; a valorização e formação permanente de professores e gestores escolares; a melhoria da qualidade do ensino regular noturno; o desenvolvimento de estratégias locais que estimulem um ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população; bem como o desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

O Programa está sendo implementado em parceria com estados, o Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública.

As ações intersetoriais obedeceram às diretrizes comuns a serem estabelecidas entre as Secretarias e os órgãos do MEC envolvidos.

As ações multissetoriais com entidades públicas, privadas e do terceiro setor estão sendo desencadeadas de forma a agregar objetivos comuns, para otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e projetos similares (economia de meios para fins idênticos).

As ações que decorrem do Programa poderão ser implementadas investindo-se recursos internos e externos. Poderão ser utilizados, também, instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades da Federação e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais, voluntárias e diretas.

⁷⁷ Ibidem.

Serão desenvolvidos mecanismos para acompanhamento e avaliação dos efeitos do Programa com a participação dos agentes envolvidos.

Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

Parte das ações do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio financiam o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Promed. Trata-se de um acordo de empréstimo firmado entre o governo federal, por meio do MEC, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apoiar a expansão e a melhoria do ensino médio público brasileiro.

O Promed está estruturado em dois subprogramas: subprograma de projetos de investimento das Unidades Federadas (Sub A) e subprograma de políticas e programas nacionais (Sub B).

O Sub A visa proporcionar às Unidades da Federação recursos financeiros e assistência técnica para a implantação da reforma, melhoria da qualidade e expansão da oferta de ensino médio. A sua operacionalização se dá a partir da apresentação de um plano elaborado em cada estado e no Distrito Federal, contendo diagnóstico sobre a situação do ensino médio em seu território e, especialmente, na rede estadual pública de ensino, e suas políticas e estratégias de curto e médio prazos para solucionar os desafios apontados.

O Sub B destina-se a garantir que a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e o FNDE desempenhem as suas funções de impulsionadores e coordenadores nacionais da reforma do ensino médio, contribuindo de modo efetivo e eficaz para a melhoria e a expansão do atendimento desse nível de ensino em todo o País.

O Promed, no âmbito orçamentário, corresponde às ações **Expansão e melhoria da rede escolar do ensino médio (Código 3682)** e **Implantação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (Código 3686)**⁷⁸. Tem como objetivo geral apoiar a promoção da reforma e expansão do ensino médio, melhorando a qualidade e o grau de coberturas educacionais, e, como objetivos específicos, os abaixo relacionados:

- aumentar a cobertura do ensino médio para atender, em particular, jovens em idade escolar;
- reduzir os índices de repetência e de evasão das escolas de ensino médio;
- aumentar o grau de aprendizagem dos alunos.

Chegando ao fim de sua execução, não há como medir o índice de contribuição do Promed aos resultados atuais do ensino médio. Entretanto, o fato é que as intervenções do MEC ocorreram e efetivamente aportaram aos sistemas educacionais contribuições sob forma de assistência técnica, gerencial e pedagógica, financiamento, ações de melhoria e expansão da rede, aquisição de equipamentos e mobiliários, capacitação de docentes, distribuição de livros didáticos, disseminação de experiências pedagógicas inovadoras, entre outras.

Em conformidade com a Decisão Normativa n.º 81, de 06 de dezembro de 2006, do Tribunal de Contas da União, apresenta-se, a seguir, o demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados do programa até dezembro de 2006.

⁷⁸ O Promed conta, também, com as ações Apoio à capacitação de professores de ensino médio (Código 0914) e Apoio à capacitação de recursos humanos no ensino médio (código 0958), do programa de Valorização e Formação dos Profissionais da Educação (código 1072), e com a ação Estudo e pesquisa para a implantação das políticas para o ensino médio (código 3680), do programa Gestão da Política de Educação (código 1067), tratado nos capítulos anteriores.

Discriminação:

- **Código do Projeto:** 1225 OC-BR.
- **Descrição:** Programa de Melhoria de Expansão do Ensino Médio (Promed).
- **Finalidade:** melhorar e expandir o ensino médio.
- **Organismo financiador:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Tabela n.º 2: Demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados – Promed

Acumulado até 31/12/2006 – Valores em US\$							
Custo total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido	
			Motivo**	Valor no	Valor acumulado	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
				ano 2006	no projeto		
220.000.000	110.000.000	110.000.000	Amortização	3.619.845	7.361.535	A amortização do empréstimo teve início em 2004, conforme contrato, com pagamento em duas parcelas anuais, em março e setembro de 2006.	
			Pagamento de Juros	3.140.804	8.601.992	Juros pagos de acordo com o contrato, nas mesmas datas da amortização.	
			Comissão de compromisso	17.763	4.703.174	Comissão paga de acordo com o contrato em setembro de 2006.	
			Inspeção e supervisão	0	1.156.000	O valor acumulado refere-se ao início do projeto. Em 2006, não houve cobrança, por parte do BID, da taxa de inspeção e supervisão.	
Total				6.778.412	21.822.701		
Fonte: FNDE/Dipro							

Indicadores de desempenho:

Tempo médio de comprovação de gastos para reposição do fundo rotativo (FR)

O tempo médio de comprovação de gastos para reposição do fundo rotativo deixou de ser apurado a partir de 2004 em virtude da determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, para que os fundos rotativos fossem "zerados" a partir de 16 de

setembro daquele ano. Essa sistemática passou a não ser mais utilizada na administração de recursos oriundos de contratos de empréstimos internacionais.

Tabela n.º 3 - Índice nacional de comprovação geral do acordo Promed – em 2006

Valor comprovado = US\$ 210.911.627,41	= 95,87%
Valor contratado = US\$ 220.000.000,00	
Acumulado até 31/12/2006	
Fonte: Siej	

Este índice apresenta a porcentagem de execução financeira do Promed e foi obtido do valor total de comprovações de gastos em relação ao valor total do contrato de empréstimo. O bom desempenho financeiro do Programa contribuiu para que o índice de comprovação geral (95,87%) representasse a quase totalidade do orçamento do Programa. Esse comportamento pode ser observado nos demais índices, como pode ser verificado a seguir.

Tabela n.º 4 - Índice nacional de comprovação de contrapartida – em 2006

Valor comprovado = US\$ 109.189.003,28	=99,26%
Valor contratado = US\$ 110.000.000,00	
Acumulado até 31/12/2006	
Fonte: Siej	

Este índice demonstra a porcentagem do valor nacional comprovado de contrapartida em relação ao valor contratado de contrapartida. Em 2006, o índice atingiu 99,26%, evidenciando um aumento de 32,86% em relação a 2005. O índice total de comprovação da contrapartida, atingido em 2006, confirma o excelente desempenho do Programa, atingindo a quase totalidade do orçamento.

Tabela n.º 5 - Percentual de implementação financeira do subprograma de políticas e programas nacionais – em 2006

Valor comprovado = US\$ 64.798.582,65	= 100%
Valor contratado = US\$ 64.798.582,65	
Acumulado até 31/12/2006	
Fonte: Siej	

Este índice apresenta a porcentagem de execução financeira do Sub B, em relação ao valor contratado do subprograma.

A totalidade do valor alcançado resulta da inclusão do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM como item financiável pelo Promed e das melhorias gerenciais levadas a cabo pelo FNDE.

Tabela n.º 6 - Índice estadual de comprovação de contrapartida – em 2006

Valor comprovado = US\$ 67.372.745,14	= 95,94%
Valor contratado = US\$ 70.220.761,57	
Acumulado até 31/12/2006	
Fonte: Siej	

Este índice demonstra a porcentagem de execução financeira da contrapartida estadual em relação ao valor contratado de contrapartida estadual.

O índice apurado evoluiu de 86,25%, em 2005, para 95,94%, em 2006, apresentando um incremento de 11% e atingindo a quase totalidade do orçamento do Programa, o que indica que o mesmo não tem enfrentado dificuldades no aporte da contrapartida dos estados.

Dois aspectos devem ser, ainda, comentados nesse relatório. O primeiro diz respeito aos desembolsos anuais. Em 2006, o Programa bateu outro recorde em desembolso, alcançando a cifra de US\$ 33.66 milhões, representando US\$ 13.24 milhões a mais do que foi desembolsado no ano de 2005. O segundo aspecto é o fato de o Programa ter transferido aos estados executores o saldo financeiro em 2005, fornecendo aos estados todas as condições financeiras para licitar e contratar os bens e serviços planejados no âmbito dos Projetos de Investimento aprovados pelo MEC e executar as despesas durante todo o ano de 2006.

29.1. (1378.3680) – Ação: Estudos e pesquisas para a implantação das políticas para o ensino médio – Promed

Esta ação tem por finalidade promover a realização de estudos e pesquisas educacionais que tenham por objetivo consubstanciar a implementação das políticas públicas preconizadas pelo Ministério da Educação para esta etapa da educação básica.

A sua implementação ocorre mediante a realização de estudos e pesquisas que objetivam subsidiar a Secretaria de Educação Básica do MEC, os sistemas de ensino, os estados e o Distrito Federal na formulação de políticas para a expansão e melhoria do ensino médio.

Tabela n.º 7: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
7	7	100,00%	2.750.000,00	2.210.805,45	80,39%
Produto: Profissional qualificado					
Unidade de Medida: Unidade					

A dotação inicial desta Ação era de R\$ 5.750.000,00, dos quais R\$ 3.000.000,00 foram cancelados. Sendo assim, o valor da dotação autorizada foi de R\$ 2.750.000,00. Deste valor autorizado, foram utilizados R\$ 2.210.805,45, cujo saldo somou R\$ 539.144,55. Os R\$ 2.210.805,45, executados em 2006, foram transferidos para o Acordo de Cooperação Técnica BRA/01/006, celebrado entre o MEC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, visando a realização dos estudos de planejamento, gestão e estudos necessários à preparação do Acordo de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para implementação da segunda fase do Promed.

Segundo se observa na tabela n.º 7 acima, a meta física foi executada com a utilização de 80,39% dos recursos financeiros previstos. Entretanto, vale ressaltar que foram utilizados também recursos dos orçamentos de anos anteriores transferidos para os Acordos de Cooperação Técnica com a Unesco e o Pnud no financiamento de ações de implementação das políticas públicas preconizadas pelo Ministério da Educação. Os resultados dos estudos contribuíram para o bom desempenho do Programa em 2006 e ajudaram na preparação do Acordo de Empréstimo para a implementação da segunda fase do Promed.

Dentre os estudos e pesquisas realizadas com recursos do orçamento de 2006, destacam-se:

- Plano Operativo Anual/2006; Plano de Metas Gerenciais do Subprograma “A” do Promed para 2006;
- Plano de Avaliação do Projeto BRA/01/006 Promed;
- Seminário para apresentação do Relatório Final de Avaliação do Projeto BRA/01/006 Promed;
- Relatório Intermediário de Avaliação do Projeto BRA/01/006 Promed;
- Levantamento das Necessidades e Prioridades de Investimento no Ensino Médio 2007 a 2010, Regiões Norte e Nordeste – Planos, Metodologia e Instrumentos;
- Relatório Final de Avaliação do Projeto BRA/01/006 Promed; Plano de Trabalho para a Preparação do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – II Etapa (Promed II);
- Documento Analítico dos Indicadores de Custo para Montagem do Marco Zero do Promed II e Políticas e Tendências Educacionais Mundiais para o Ensino Médio.

29.2. (1378.3686) – Ação: Implementação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio – Promed

Esta ação objetiva difundir os princípios pedagógicos e axiológicos do ensino médio a professores, gestores e comunidades, e possibilitar a formação inicial e continuada de professores nesta etapa da educação básica.

A sua implementação ocorre por meio da elaboração e produção de material e programas didático-pedagógicos e informativos, bem como sua distribuição e divulgação às escolas de ensino médio, incluindo a Revista do Ensino Médio, os programas da TV Escola, documentos curriculares, *softwares*, entre outros.

Desempenho

Tabela n.º 8: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
11	6	54,55%	12.800.000,00	7.055.780,41	55,12%
Produto: Profissional qualificado					
Unidade de Medida: Unidade					

A dotação inicial da Ação era de R\$ 22.800.000,00, dos quais R\$ 9.200.000,00 foram cancelados. Desta forma, a dotação autorizada ficou em R\$ 12.800.000,00. Da dotação autorizada, foram utilizados R\$ 7.055.780,41, ficando um saldo de R\$ 5.085.455,96.

As atividades de implementação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio executadas em 2006, contemplaram:

- realização de Fóruns Nacionais com as 27 Unidades da Federação e seminários regionais para tratar das orientações curriculares para o ensino médio;
- publicação do documento “Orientações Curriculares para o Ensino Médio”, resultante das discussões realizadas nos fóruns e seminários, com textos consolidados por especialistas das diferentes áreas de conhecimento que compõem o currículo do ensino médio;
- elaboração das orientações curriculares para o ensino do idioma espanhol, publicada no documento “Orientações Curriculares para o Ensino Médio”, em atendimento à Lei 11.161, de 05 de agosto de 2005, que obriga as escolas de ensino médio a ofertarem a língua espanhola, em até cinco anos;

- distribuição às escolas e aos professores de espanhol do ensino médio da rede pública de um *kit* composto por uma gramática, um dicionário monolíngüe, um dicionário bilíngüe e um livro para o professor;
- encontro nacional para discussão e troca de experiências entre gestores das redes estaduais de ensino sobre ensino médio integrado à educação profissional;
- elaboração de programas para a TV Escola – Salto para o Futuro, com os seguintes temas: ensino médio e educação profissional; ensino médio integrado à educação profissional; Gestão democrática para a educação profissional: desafios para sua construção; A gênese do Decreto n.º 5.154/04: um debate no contexto controverso da democracia restrita; ensino médio e técnico com currículos integrados: proposta de ação didática para uma relação não fantasiosa; Algumas reflexões e proposições do ensino médio integrado à educação profissional técnica do nível médio; desenvolvimento local e regional & ensino médio integrado à educação profissional;
- elaboração de cadastros das instituições de ensino superior públicas e privadas, sem fins lucrativos, para a realização de cursos de formação continuada para professores em exercício nas redes públicas de ensino médio, nas diversas áreas do currículo, visando à melhoria da qualidade do ensino ministrado;
- realização do Primeiro Seminário Nacional do Programa Ética e Cidadania, com a participação dos coordenadores do Fórum Escolar de Ética e Cidadania, coordenadores estaduais de ensino médio, Consed, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Comitê Gestor do Programa Ética e Cidadania; Unesco; dirigentes e técnicos do MEC. O Seminário foi organizado para premiar 170 escolas de educação básica cujos projetos foram selecionados e receberão apoio financeiro no valor de R\$ 5.000,000 para implementar o Programa Ética e Cidadania, construindo valores na escola e na sociedade;
- apoio à realização de eventos científicos, visando subsidiar o desenvolvimento e a valorização do ensino de Ciências junto aos professores e alunos do ensino médio, de forma a estimular nos alunos o raciocínio, o desenvolvimento do senso crítico e de bons métodos de estudo, além de identificar jovens talentos. Com vistas ao desenvolvimento desta atividade, foram realizados, em 2006, os seguintes eventos: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, Olimpíada Brasileira de Biologia e Olimpíada Brasileira de Astronomia;
- programa Fenaceb, que tem por objetivo propor estratégias para melhorar o ensino de Ciências da Natureza, Matemáticas e Tecnologias relacionadas; estimular e apoiar iniciativas regionais desenvolvidas pelos professores, estudantes e escolas de educação básica; e difundir as atividades de iniciação científica no ensino médio, visando ao desenvolvimento e à elaboração de projetos, e à apresentação de seus resultados na Feira Nacional de Ciências da Educação Básica. Em 2006, foram realizados os seguintes eventos: Programa de Inovação Tecnológica e Popularização da Ciência / Robótica Educativa; Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – Febrace; 3.^a Exposição Latino-americana e 10.^o Encontro de Pesquisa em Ensino de Física;
- realização de seleção pública para contratação de instituições públicas ou privadas interessadas em propor projetos de eventos técnico-científicos para divulgação científica nas categorias: feiras de ciências e mostras científicas;
- realização da Feira Nacional de Ciências da Educação Básica – I Fenaceb, para expor a produção científica elaborada no âmbito das escolas públicas de educação básica, congregando alunos e professores do ensino fundamental (de 5.^a a 8.^a série) e do ensino médio;

- realização do Seminário Nacional sobre o Ensino Médio Noturno, com vistas a apresentar e premiar projetos desenvolvidos pelas escolas públicas de ensino médio noturno que contribuem para a melhoria dos índices de rendimento dos alunos, bem como da qualidade do ensino.

29.3. (1378.6322) – Ação: Distribuição de livros didáticos para o ensino médio

Finalidade: Prover de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas do ensino médio das redes federal, estadual, distrital e municipal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente, nos países do Mercosul.

Unidade administrativa responsável: FNDE

Desempenho:

Tabela n.º 9: Execução físico-financeira

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
3.561	9.175	257,65%	41.074.915,00	40.996.441,97	99,81%
Produto: Exemplar distribuído					
Unidade de Medida: Milhar					

Assim como ocorreu com o PNLD, a aquisição em escala também assegurou eficiência e, desse modo, a meta física foi superior à estimada em 157,65%. Por se tratar de um programa em expansão, com a inclusão de novos beneficiários e extensão dos materiais, não há como fazer referências comparativas relevantes neste momento.

No intuito de cumprir os propósitos progressivos de atendimento do Programa, conforme estabelecido quando de sua criação, a meta para o PNLEM/2007, com recursos de 2006, previa a aquisição de 3,5 milhões livros para reposição das três séries das escolas do ensino médio público do País. Entretanto, com a inclusão do livro de Biologia, o PNLEM recebeu aporte de recursos extraordinário, no valor de R\$ 83,28 milhões, por meio das Ações 2C16 e 0509, dos quais 100% foram executados.

Aspectos gerais

O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que na estrutura orçamentária corresponde à Ação **Distribuição do livro didático para o Ensino Médio - Código 6322**, foi implantado em 2004, prevendo a distribuição de livros didáticos de acordo com os critérios definidos pela Resolução n.º 38 do Conselho Deliberativo do FNDE. O Programa atendeu, experimentalmente, 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam 1,4 milhão de livros das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Em 2005, o programa passou a atender as demais regiões do País, garantindo, assim, a universalização prevista por ocasião da implantação do Programa.

Execução

No caso do PNLEM/2007, a distribuição ocorreu de agosto a dezembro de 2006, para utilização em 2007. Nesse exercício, o programa efetuou a reposição / complementação dos livros de Português e Matemática, bem como a aquisição de obras de Biologia⁷⁹ para as três séries, de todos os estados brasileiros, com exceção do Paraná e das escolas estaduais de Minas Gerais. Neste sentido, foram obtidos 9,2 milhões de livros didáticos, por R\$ 105,1 milhões. Esse valor, acrescido da parcela correspondente ao custo de distribuição de R\$ 12,61 milhões, totalizou R\$ 117,71 milhões conforme demonstrado na tabela n.º 11.

Foram adquiridos, também, outros tipos de materiais no âmbito do PNLEM, como os periódicos Sala de Aula, Isto é na Escola, Época na Escola e Gestão em Rede, e, com base nas diretrizes que buscam efetivar a inclusão social, de modo semelhante ao realizado no PNLD, foram adquiridos e distribuídos livros em Braille.

Além disso, para garantir a execução do PNLEM, foram desenvolvidas atividades de suporte ao programa, como: aquisição de Atlas, mapas e CDs / IBGE, produção e distribuição do Guia para Escolha de Livros Didáticos, e controle de qualidade, conforme demonstrado na tabela n.º 10.

Tabela n.º10: Valores* totais gastos com a Ação Distribuição de livros didáticos para o ensino médio – em 2006

PNLEM	Aquisição	Distribuição	Outros	Geral
TOTAL/PNLEM	110.847.412,66	12.945.820,24	482.164,28	124.275.397,18
Aquisição e distribuição de livros didáticos - PNLEM/2007	105.100.291,61	12.609.820,24		117.710.111,85
Aquisição de Atlas, mapas e CDs / IBGE	2.404.989,70	336.000,00	133.196,20	2.874.185,90
Produção e distribuição do guia para escolha de livros didáticos	59.904,42			59.904,42
Controle de qualidade			71.776,00	71.776,00
Aquisição e distribuição de periódicos	1.818.160,88			1.818.160,88
Aquisição e distribuição de livros para Minas Gerais (PNLEM/2006)	1.464.066,05			1.464.066,05
Livros em Braille			277.192,08	277.192,08
Fonte: FNDE/Dirae				

⁷⁹ A distribuição dos livros de Biologia faz parte do processo de expansão do programa.

Tabela n.º 11: Valores gastos com a aquisição e distribuição de livros didáticos para o ensino médio – em 2006

UF	Exercício de 2006 - PNLEM/2007						
	Alunos	Escolas	FÍSICO		FINANCEIRO		
	Beneficiados		Livros	Encomendas	Aquisição	Distribuição	Total
TOTAL	6.896.659	15.270	9.175.439	1.778.536	105.100.291,61	12.609.820,24	117.710.111,85
AC	32.436	60	52.860	10.483	595.218,14	74.324,47	669.542,61
AM	155.231	304	235.438	43.575	2.523.491,27	308.946,75	2.832.438,02
AP	36.778	66	62.055	10.313	620.666,04	73.119,17	693.785,21
PA	366.554	496	571.658	110.299	6.449.841,64	782.019,91	7.231.861,55
RO	52.082	178	68.765	13.623	820.484,50	96.587,07	917.071,57
RR	17.540	110	30.157	6.605	390.805,61	46.829,45	437.635,06
TO	75.156	246	121.232	23.564	1.344.902,11	167.068,76	1.511.970,87
AL	114.829	181	134.752	23.963	1.456.146,20	169.897,67	1.626.043,87
BA	634.384	1.165	910.904	172.318	10.134.810,85	1.221.734,62	11.356.545,47
CE	365.373	539	536.269	101.479	5.696.935,16	719.486,11	6.416.421,27
MA	291.557	618	424.452	78.494	4.500.413,79	556.522,46	5.056.936,25
PB	151.076	331	222.493	42.002	2.325.081,65	297.794,18	2.622.875,83
PE	392.591	800	610.675	113.990	6.970.739,13	808.189,10	7.778.928,23
PI	177.356	437	266.365	50.356	2.865.140,97	357.024,04	3.222.165,01
RN	143.654	322	193.413	35.959	2.144.330,35	254.949,31	2.399.279,66
SE	80.491	150	98.739	18.042	1.047.894,56	127.917,78	1.175.812,34
ES	115.372	256	142.910	26.363	1.550.566,55	186.913,67	1.737.480,22
MG	36.350	134	92.163	16.688	1.015.100,20	118.317,92	1.133.418,12
RJ	602.595	1.095	716.317	137.243	8.364.487,28	973.052,87	9.337.540,15
SP	1.506.860	3.676	1.883.493	385.191	23.231.149,55	2.731.004,19	25.962.153,74
PR	414.617	1.184	434.614	86.219	5.054.881,60	611.292,71	5.666.174,31
RS	388.254	942	484.391	94.608	5.549.222,64	670.770,72	6.219.993,36
SC	232.961	644	276.332	55.653	3.258.001,15	394.579,77	3.652.580,92
DF	76.430	78	80.104	16.493	1.003.513,33	116.935,37	1.120.448,70
GO	219.340	575	253.377	50.822	2.979.464,87	360.327,98	3.339.792,85
MS	78.027	297	94.418	18.935	1.089.860,71	134.249,15	1.224.109,86
MT	138.765	386	177.093	35.256	2.117.141,76	249.965,04	2.367.106,80
Fonte: FNDE/Dirae							

Avanços

Os avanços no PNLEM executado em 2006, em relação aos dois anos anteriores, muito se devem à expansão no atendimento do programa, com destaque para:

- 1 - extensão do atendimento para a disciplina de Biologia;
- 2 – atendimento com livros em Braille;
- 3 - distribuição de quatro periódicos destinados às escolas do ensino médio; e
- 4 – aquisição e distribuição de CDs, Atlas e mapas geográficos.



Aproximadamente 34 milhões de brasileiros compõem, hoje, o segmento juvenil de 15 a 24 anos, jovens que representam cerca de 20% da população brasileira⁸⁰, dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000), em cidades que recebem maiores fluxos migratórios, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Brasília. A faixa etária de 18 a 24 anos (aproximadamente 23,4 milhões) constitui o grupo mais vulnerável, atingido pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e, ainda, pela falta de apoio recebido das redes de proteção social.

Considerando o perfil da população jovem, pode-se afirmar que os principais problemas com os quais se depara hoje esse extrato populacional são: acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares, inadequada qualificação para o mundo do trabalho, envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas⁸¹ (homicídio, trânsito e suicídio) e baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

Em 2004, como resposta à situação acima descrita, o governo federal criou o Programa ProJovem por meio da MP 238, de 01/02/05, convertida na Lei 11.129, aprovada em 30/06/05⁸². O programa – que tem como público-alvo⁸³ jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, que tenham entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4.^a série do ensino fundamental, mas não tenham finalizado a 8.^a, e que não tenham vínculos formais de trabalho⁸⁴ – objetiva a reintegração do jovem ao processo educacional, promovendo qualificação profissional, ação comunitária e a esperada integração social⁸⁵. Para que o objetivo proposto seja alcançado, o governo federal tem coordenado a execução de ações que propiciam a reintegração dos jovens ao processo educacional buscando, ao mesmo tempo, a elevação do grau de escolaridade, a conclusão do ensino fundamental, a capacitação para o mundo do trabalho, por meio da qualificação profissional e da inclusão digital e, ainda, ações que estimulam a solidariedade, o exercício da cidadania e a intervenção na realidade local.

A gestão do ProJovem conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e é integrado pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Do ponto de vista operacional, a execução orçamentária e financeira é descentralizada entre os quatro Ministérios responsáveis pela gestão do programa. Está prevista, no escopo do programa, a realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como com entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, observada a legislação pertinente.

Em 2006, foram destacados R\$ 119.474.857,79 para o programa, que está subdividido em cinco ações, e sua execução atingiu R\$ 119.170.679,20.

⁸⁰ IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2004, p. 37. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2004/indic_sociais2004.pdf. Acessado em 07/12/06, 13h30.

⁸¹ IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2004, p. 31. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2004/indic_sociais2004.pdf. Acessado em 07/12/06, 13h30.

⁸² Secretaria Geral da Presidência da República. Programa ProJovem. Disponível em http://www.projovem.gov.br/html/oprograma_historico.htm. Acessado em 05/12/2006, às 15h40.

⁸³ Secretaria Geral da Presidência da República. Programa ProJovem. Disponível em http://www.projovem.gov.br/html/oprograma_finalidade.html. Acessado em 05/12/2006, às 15h50.

⁸⁴ Secretaria Geral da Presidência da República. Programa ProJovem. Disponível em http://www.projovem.gov.br/html/oprograma_paraquem.html. Acessado em 05/12/2006, às 16h00.

⁸⁵ Secretaria Geral da Presidência da República. Programa ProJovem. Disponível em http://www.projovem.gov.br/html/oprograma_finalidade.html, acessado em 05/12/2006, às 16h11.

Merece ser ressaltado que o FNDE executa orçamentária e financeiramente apenas parte da dotação alocada nas ações 86AD, 2A95, 2272, 86AB e 86AC. Neste sentido, as metas físicas registradas nas tabelas de desempenho examinadas a seguir foram calculadas proporcionalmente ao montante orçamentário descentralizado e consignado no orçamento da autarquia.

30.1. (8034.86AD) – Ação: Capacitação de profissionais do ProJovem

Finalidade: Proporcionar, aos profissionais da educação de jovens, oportunidade de capacitação em conteúdos inovadores, visando à melhoria da qualidade do ensino de jovens.

Unidade administrativa responsável: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Desempenho:

Tabela n.º 1: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
1.132	1.213	107,16%	4.436.815,10	4.436.814,60	99,99%
Produto: Profissional capacitado					
Unidade de Medida: Unidade					

O ProJovem foi expandido em 2006 para 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais. Com isso, foram contratados novos profissionais para trabalhar no Programa, os quais começaram a capacitação nas cidades que primeiro iniciaram as aulas.

No que tange ao desempenho, constata-se que a meta física é estimada no valor de 7,16%. Isto ocorreu porque o dado físico restringe-se à estimativa realizada, por ocasião da elaboração da LOA, e não foi atualizado para aguardar consonância com créditos suplementares adicionais ocorridos no decorrer do ano.

30.2. (8034.2A95) – Ação: Elevação da escolaridade de beneficiários do ProJovem

Finalidade: Promover a elevação da escolaridade dos beneficiários do ProJovem, resgatando para a escola esta clientela excluída involuntariamente da educação fundamental. Contribuir para a melhoria da capacidade de aprendizagem e a redução da evasão escolar, por meio da oferta de lanche aos beneficiários do ProJovem.

Unidade administrativa responsável: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Desempenho:

Tabela n.º 2: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
231.000	94.248	40,80%	87.151.537,47	87.151.536,15	99,99%
Produto: Jovem beneficiado					
Unidade de Medida: Unidade					

Durante o ano de 2006, foram executados cerca de 100% da dotação estimada para esta ação, com a qual realizaram-se cerca de 41% da meta física, destacando-se que o valor dos dados físicos foram calculados proporcionalmente ao montante de dotação destacada para o orçamento do FNDE.

30.3. (8034.2272) – Ação: Gestão e administração do Programa

Finalidade: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso da frota veicular própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados por órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica do meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; estudos que têm por objetivos elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para a discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade administrativa responsável: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Desempenho:

Tabela n.º 3: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
..	..	..	12.040.027,52	11.447.850,90	95,08%

Em função de suas peculiaridades, a ação não possui meta física. Neste sentido, a avaliação limita-se ao contexto financeiro. Portanto, no exercício de 2006, foram custeadas despesas de cunho administrativo, no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com as quais foram despendidos cerca de R\$ 11,45 milhões.

A avaliação isolada desta ação não traduz a efetividade de sua execução. Sua função é propiciar suporte à execução de um conjunto de ações que compõem o ProJovem, cujo desempenho, em 2006, alcançou o percentual de 99,51%, no que concerne à dotação alocada ao FNDE. Fazendo-se esse comparativo, percebe-se que, com os 95,08% da dotação autorizada na ação em comento, foi possível propiciar apoio ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, concorrendo para o alcance da eficácia de sua execução.

30.4. (8034.86AB) – Ação: produção, aquisição e distribuição de material didático e pedagógico para escolarização de jovens

Finalidade: Prover os alunos e os professores de material didático e pedagógico que auxiliem o desenvolvimento da prática pedagógica na educação de jovens, atendidos pelo programa.

Unidade administrativa responsável: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Desempenho:

Tabela n.º 4: Desempenho físico-financeiro da Ação 86AB – em 2006

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
366.440	183.220	50%	1.328.940,00	1.328.940,00	100%
Produto: Material pedagógico distribuído					
Unidade de Medida: Unidade					

Durante o ano de 2006, foram executados cerca de 100% da dotação estimada para esta ação, com a qual realizaram-se cerca de 41% da meta física, destacando-se que o valor dos dados físicos foram calculados proporcionalmente ao montante de dotação destacada para o orçamento do FNDE.

30.5. (8034.86AC) – Ação: Qualificação de jovens

Finalidade: Desenvolver a qualificação social, profissional e ocupacional em jovens de 18 a 24 anos, que tenham concluído a quarta série e não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental.

Unidade administrativa responsável: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Desempenho:

Tabela n.º 5: Desempenho físico-financeiro

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
146.200	59.650	40.80%	14.805.537,70	14.805.537,55	99,99%
Produto: Jovem qualificado					
Unidade de Medida: Unidade					

Durante o ano de 2006, foram executados cerca de 100% da dotação estimada para esta ação, com a qual realizaram-se cerca de 41% da meta física, destacando-se que o valor dos dados físicos foram calculados proporcionalmente ao montante de dotação destacada para o orçamento do FNDE.

ANEXOS

Anexo I – Licitações realizadas – em 2006

MODALIDADE	PROCESSO Nº	DOCUMENTA Nº	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR LICITADO	OBSERVAÇÕES
Pregão Eletrônico N.º 54/2005	23034.026014/2005-84	0183722/2005-1	Aquisição de livros para a biblioteca e para a CGETI	21.689,84	16.100,36	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 01/2006	23034.041721/2005-09	0264701/2005-4	Armazenamento de livros em Brasília	476.656,85	260.700,00	HOMOLOGADO
Pregão eletrônico N.º 02/2006	23034.003256/2006-81	0002056/2006-2	Produção do Guia de Livros Didáticos PNLD/2007 e PNLEM/2007	3.632.532,28	2.168.089,36	HOMOLOGADO
Concorrência N.º 01/2006	23034.019652/2005-49	147501/2005-9	Tratamento arquivístico do FNDE.			CANCELADO
Pregão Eletrônico N.º 03/2006	23034.003645/2006-14	0019079/2006-1	Contratação de empresa p/ realização evento do Pradime na cidade do Rio de Janeiro	133.464,00	173.876,60	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 04/2006	23034.039415/2005-02	0234817/2005-4	Prevenção e combate a incêndio	129.753,60	134.759,69	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 05/2006	23034.003181/2006-38	0284692/2006-9	Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível para o exercício de 2006	45.481,00	45.577,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 06/2006	23034.003798/2006-53	0034528/2006-7	Contratação de empresa para realização do Pradime (12 eventos)	2.829.775,00	1.371.183,96	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 07/2006	23034.003551/2006-37	0012590/2006-1	Adequação dos produtos de software gerenciador de banco de dados, o SGBD ORACLE, a hardware do FNDE	4.566.152,40	4.474.333,03	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 08/2006	23034.041719/2005-21	0264709/2005-5	Aquisição de componentes para microcomputadores	45.000,00	17.403,31	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 09/2006	23034.003796/2006-64	0034535/2006-3	Contratação de empresa de transporte de carga para transportar material para os demais eventos			CANCELADO
Pregão Eletrônico N.º 10/2006	23034.003835/2006-23	0037196/2006-5	Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e conservação, copeiragem e asseio no FNDE	1.186.031,04	684.000,00	HOMOLOGADO

Pregão Eletrônico N.º 11/2006	23034.003331/2006-11	0003680/2006-1	Contratação de empresa especializada em execução de serviços de engenharia mecânica e química em ar condicionado	394.062,00	364.800,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 12/2006.	23034.003702/2006-57	0026175/2006-1	Vacina antigripal	10.350,00	9.539,25	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 13/2006	23034.004063/2006-47	0060328/2006-1	10.º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro	198.296,70	155.650,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 14/2006	23034.003667/2006-76	0022706/2006-2	Impressão Gráfica - Módulos II e III do Profa - SEB	147.690,00	84.324,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 15/2006	23034.003709/2006-79	0027363/2006-6	Aquisição mobiliária p/ laboratórios do Proinesp	2.811.654,86	1.349.999,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 16/2006	23034.040598/2005-09	0253513/2005-7	Aquisição de envelopadora	49.850,00	40.250,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 17/2006	23034.004080/2006-84	0065653/2006-8	Produção gráfica do Guia de Catálogo de Biologia	226.024,91	59.904,42	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 18/2006	23034.004180/2006-19	0070829/2006-3	Impressão gráfica - Pró-Letramento	1.980.347,74	1.531.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 19/2006	23034.000145/2006-12	0281958/2006-8	Aquisição de máquina de café	12.800,00	10.104,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 20/2006	23034.003334/2006-47	0003684/2006-7	Aquisição de carrinho para copa	15.267,50	7.286,90	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 21/2006	23034.007037/2006-71	0011539/2006-2	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de piso sintético flutuante	18.775,00	8.880,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 22/2006	23034.003898/2006-80	0043542/2006-9	Aquisição de equipamentos eletro-eletrônicos	734.760,00	375.732,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 23/2006	23034.039346/2005-29	0230491/2005-7	Locação de rádios transmissores portáteis			CANCELADO
Pregão Eletrônico N.º 24/2006	23034.003899/2006-24	0043537/2006-5	Aquisição de equipamentos de informática - Seesp-MEC	7.555.589,76	5.924.966,24	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 25/2006	23034.034618/2006-85	0109589/2006-8	Impressão gráfica e distribuição de material didático para os 1.º e 2.º seguimentos do EJA.- Secad	2.554.698,50	1.786.675,45	HOMOLOGADO



Pregão Eletrônico N.º 26/2006	23034.004051/2006-12	0058918/2006-0	Aquisição de material para pontos de rede	14.993,78	3.669,96	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 27/2006	23034.034678/2006-06	0124353/2006-1	Termo de referência para a realização da V Feira de Qualidade de Vida	35.000,00	34.300,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 28/2006	23034.034617/2006-31	0109602/2006-4	Aquisição de certificados digitais - CGETI	38.350,00	23.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 29 /2006	23034.034430/2006-37	0139514/2006-6	Impressão e distribuição da Revista Criança 43/44/45	1.516.964,00	849.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 30/2006	23034.034712/2006-34	0128625/2006-6	Impressão de publicação sobre ensino fundamental em nove anos	1.014.000,00	714.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 31/2006	23034.003787/2006-73	0335338/2006-9	Impressão da edição n.º 03 da Revista Inclusão.	97.400,00	54.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 32/2006	23034.035027/2006-25	0160411/2006-8	Aquisição de material de expediente (capas de processo)	20.000,00	14.932,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 33/2006	23034.034569/2006-81	0105453/2006-4	Aquisição de 21.000 aparelhos de DVD Seed/MEC	3.150.000,00	2.042.950,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 34/2006	23034.034578/2006-71	0105480/2006-1	Termo de referência para autoração de DVD	5.000.000,00	2.565.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 35/2006	23034.038469/2006-23	0181396/2006-8	Contratação de empresa para mixagem dos livros PNBE/2006 e dicionário 2007	4.387.189,64	1.749.500,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 36/2006	23034.038504/2006-12	0184080/2006-1	Contratação de empresas para eventos Pradime	943.722,94	102.920,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 37/2006	23034.038865/2006-51	0198137/2006-1	Aquisição de 75.600 k/its de mídia de DVD	16.000.000,00	8.848.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 38/2006	23034.034570/2006-13	0105465/2006-2	Aquisição de 7.580 laboratórios de informática - soluções integradas	80.700.000,00	84.275.354,40	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 39/2006	23034.003930/2006-27	0048630/2006-3	Contratação para atualização do sistema gerenciador de fax corporativo do FNDE	17.175,00	15.200,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 40/2006	23034.040151/2006-11	0214862/2006-2	Contratação de empresa para eventos do Pnae	308.730,00	170.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 41/2006	23034.038783/2006-14	0197187/2006-4	Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) - Modalidade Discagem Direta Gratuita 0800	2.160.000,00	1.648.000,00	HOMOLOGADO



Pregão Eletrônico N 42/2006	23034.038486/2006-61	0181775/2006-9	Manutenção preventiva e corretiva de rede de telecomunicações - dados de voz (recursos out/dez-R\$ 639,173,22)	2.556.692,81	361.989,96	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 43/2006	23034.004065/2006-36	0060548/2006-1	Aquisição de licenças de uso definitivo de <i>software</i> Microsoft "Select Acadêmico"	1.519.082,45	1.540.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 44/2006	23034.038685/2006-79	0194586/2006-5	Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) - Modalidade de serviço local	654.000,00	300.000,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 45/2006	23034.039241/2005-70	0224504/2005-3	Reestruturação do ambiente computacional de aplicações WEB do FNDE	2.575.868,46	1.979.991,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 46/2006	23034.040176/2006-14	0217280/2006-4	Aquisição de 9.629 conjuntos (13.723 micros, 5.564 impressoras e 5.564 <i>switch</i>) - PRESENÇA/CENSO ESCOLAR	21.200.000,00	21.199.920,24	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 47/2006	23034.034967/2006-05	0156758/2006-7	Aquisição de solução integrada de segurança física para os equipamentos, servidores e dados do FNDE (Sala Cofre)	3.174.712,20	2.650.000,00	CONTRATADO POR INEXIGIBILIDADE
Pregão Eletrônico N 48/2006	23034.039115/2005-15	0213340/2005-4	Infra-estrutura de suporte a serviço de TI do FNDE	873.050,75	495.900,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 49/2006	23034.004007/2006-11	0054420/2006-7	Contratação de empresa para fornecimento de <i>software</i> , sua implantação, treinamento e suporte - mapeamento de processos			REVOGADO - RETOMADO COMO PREGÃO N.º 60
Pregão Eletrônico N 50/2006	2304038458/2006-43	0180319/2006-0	Prestação de serviços de suporte operacional e apoio administrativo			SUSPENSO
Pregão Eletrônico N 51/2006	23034.040912/2006-26	0231930/2006-2	Contratação de empresa de evento - Pradime	187.613,52	137.990,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 52/2006	23034.038774/2006-15	0197004/2006-7	Pasta-catálogo - Arquivo DCAP	42.179,00	19.766,80	HOMOLOGADO (cancelados itens 1, 2 e 3)
Pregão Eletrônico N 53/2006	23034.038726/2006-27	0195202/2006-6	Aquisição de 300 estantes metálicas	261.510,00	85.635,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 54/2006	23034.003430/2006-95	0006688/2006-3	Aquisição de materiais pedagógicos (37.500 <i>kifs</i>) para alunos de seis anos do ensino fundamental	10.502.977,53	10.494.778,29	HOMOLOGADO

.....

Pregão Eletrônico N 55/2006	23034.040221/2006-22	0219716/2006-4	Contratação de serviço de impressão gráfica para o ProJovem	1.570.000,00	1.328.940,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 56/2006	23034.040221/2006-20	0214068/2006-4	Adequação nos equipamentos do FNDE de conexão a Infovia Brasília	61.260,20	58.500,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 57/2006	23034.039103/2006-71	0213547/2006-6	Prestação de serviços móvel pessoal (SMP) - Modalidade Pós-Pago	180.000,00	57.999,99	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 58/2006	23034.034962/2006-74	0156138/2006-9	Replicação do banco de dados da produção do FNDE em ambiente externo de <i>data center</i>			SUSPENSO
Pregão Eletrônico N 59/2006	23034.040221/2006-21	0212060/2006-6	Manutenção e suporte técnico à plataforma SUN Microsystems do FNDE., além de aquisição de licenças de <i>software</i> de <i>backup</i> corporativo.	1.735.659,89	986.957,54	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 60/2006	23034.004007/2006-11	0054420/2006-7	Contratação de empresa para fornecimento de <i>software</i> , sua implantação, treinamento e suporte - Mapeamento de processos	645.271,55	588.800,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 61/2006	23034.004153/2006-38	0069383/2006-5	Locação de equipamentos de segurança - Diseg	69.523,00		EM ANDAMENTO - EM FASE RECURSO
Pregão Eletrônico N.º 62/2006	23034.040978/2006-16	0237035/2006-5	Equipamentos de TV para escolas públicas	637.302,80	528.070,90	CANCELADO
Pregão Eletrônico N.º 63/2006	23034.019652/2005-49	0147501-2005-9	Projeto Arquivo (rec. 2007)			CANCELADO
Pregão Eletrônico N.º 64/2006	23034.040906/2006-79	0230758/2006-1	Solicitação de materiais didáticos para educação infantil	9.531.329,45	3.179.940,15	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N.º 65/2006	23034.038926/2006-80	0202207/2006-4	Aquisição de 100 computadores	190.535,00	168.799,00	HOMOLOGADO
Pregão Eletrônico N 66/2006	23034.040577/2005-85	0251292/2005-3	Aquisição de ar condicionado e eletrodoméstico	33.873,00	18.722,56	HOMOLOGADO
VALOR TOTAL				203.382.669,95	169.819.591,46	



Anexo II – Relatório de contratos assinados / FNDE – em 2006

PREGÃO	CONTRATADA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR R\$
01/2005	POLIEDRO INF. CONS. E SERV. LTDA	23/2006	Prestação de serviços p/suporte na área tecn. informação	R\$ 12.256.831,41
35/2005	GESTEMAQ COM. REP. LTDA	27/2006	Manutenção preventiva e corretiva de equip. do FNDE	R\$ 7.150,00
20/2005	ACS CONSTRUÇÃO LTDA	28/2006	Manutenção preventiva e corretiva inst. prediais do FNDE	R\$ 180.619,45
44/2005	GM LIMA EPP	29/2006	Fornecimento de açúcar e chá	R\$ 11.777,40
44/2005	SFRP DIST. MAT. ESCRITÓRIO LTDA	30/2006	Fornecimento de adoçante e chá	R\$ 6.335,20
44/2005	NASCAFÉ ATACADISTA LTDA	31/2006	Fornecimento de chá	R\$ 31.390,80
44/2005	UEDAMA COM. PROD. ALIM. LTDA	32/2006	Fornecimento de chá	R\$ 1.860,00
44/2005	DAGEAL COM. MAT. ESCRIT. LTDA	33/2006	Fornecimento de chá	R\$ 1.792,00
44/2005	COMÉRCIO ALIMENTOS PC LTDA	34/2006	Fornecimento de 6.000 litros de leite UHT integral	R\$ 6.420,00
45/2005	MINÁGUA COM. DIST. BEBIDAS LTDA	35/2006	Fornecimento de água mineral	R\$ 18.255,28
01/2006	DIGITADA CONS. E SERV. PROC. DADOS LTDA	36/2006	Recebimento e armazenagem de aprox. 2.455.438 exemplares livros/dicionários	R\$ 543.114,12
Emerg.	PLANALTO SERVICE LTDA	37/2006	Contratação em caráter emergencial prest. serv. limpeza, conservação e asseio no Ed. Aurea	R\$ 611.394,53
02/2006	GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF S/A	38/2006	Prestação de serviços de impressão gráfica de Guias de Livros Didáticos PNLD/2007	R\$ 2.183.197,57
07/2006	SYNOS CONSULTORIA E INF. LTDA	43/2006	Licença de Softwares gerenciador de banco dados FNDE	R\$ 4.070.940,06
Dispensa	SERPRO	44/2006	Rede Infovia - Manutenção e suporte técnico	R\$ 49.000,00
Inexigibilidade	BORLAND LATIN AMÉRICA LTDA	45/2006	Licenças softwares p/suporte ao desenv. sistemas	R\$ 1.804.522,00
17/2006	IBEP INSTITUTO BRASILEIRO DE EDIÇÕES PEDAGÓGICAS LTDA	54/2006	Serviços de impressão gráfica do Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – Biologia/PNLEM/2007	R\$ 59.904,42
11/2006	TEMPER	55/2006	Serviços nos sistemas de refrigeração das 5 centrais tipo <i>self contained</i>	R\$ 141.208,62
Inexigibilidade	SIEMENS LTDA	58/2006	Manutenção preventiva e corretiva ao sistema digital de comunicação de voz do FNDE	R\$ 96.425,00
28/2006	CERTISIGN CERT. DIGITAL LTDA	65/2006	Certificados digitais e CPF do tipo A3	R\$ 23.000,00
35/2006	PREMIER DIST. PUBLICAÇÕES LTDA	93/2006	Prestação de serviços, retirada, rec. armazen., mixagem e entrega junto à ECT livros PNLD/2007, PNBE/2006 e PNLEM/2007	R\$ 1.671.026,97
04/2006	BRASUL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA	95/2006	Serviços de prevenção e combate a incêndio, por meio de Brigada de Bombeiros Particular	R\$ 134.759,69

39/2006	TELEMIKRO TELECOMUNICAÇÕES INFORMÁTICA E MICROELETRÔNICA LTDA	98/2006	Prestação de serviços de atualização tecnológica do serviço de fax na rede de computadores do FNDE	R\$	15.200,00
42/2006	TRANSCCOM ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA	102/2006	Manutenção preventiva e corretiva da infra-estrutura de cabeamento da rede interna de telecomunicações de dados, e de cabos de fibra óptica e elétrica estabilizada	R\$	361.989,96
10/2006	PLANALTO SERVICE LTDA	106/2006	Serviços de limpeza, conservação e asseio	R\$	683.999,88
43/2006	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	116/2006	Fornecimento de licenças de uso definitivo de <i>softwares</i> aplicativos e sistemas operacionais, por meio do programa Select Acadêmico	R\$	1.540.000,00
44/2006	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT	123/2006	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Serviço Local, com implantação do sistema Discagem Direta a Ramal (DDR)	R\$	300.000,00
Inexigibilidade	ACECO TI LTDA	125/2006	Aquisição de 01 (uma) sala-cofre para o Centro de Dados do FNDE	R\$	2.650.000,00
48/2006	A MICROLOG – INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA	149/2006	Fornecimento de solução de gerenciamento de serviços de TI	R\$	495.900,00
45/2006	UNIMIX TECNOLOGIA LTDA,	150/2006	Serviços de execução de uma solução integrada, compreendendo a instalação, configuração, integração, homologação, transferência de tecnologia, fornecimento de <i>softwares</i> e de <i>hardwares</i>	R\$	1.979.991,00
59/2006	SUN MICROSYSTEMS DO BRASIL IND. E COM. LTDA	163/2006	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico à plataforma de <i>hardware</i> e <i>software</i> SUN Microsystems do FNDE	R\$	923.997,54
59/2006	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S.A	165/2006	Serviços de fornecimento de licenças de agentes do <i>software</i> Enterprise Backup Software (EBS) para complementação dos recursos corporativos de <i>backup</i>	R\$	62.960,00
60/2006	MEMORA PROCESSOS INOVADORES LTDA	166/2006	Serviços de solução que possibilite dar tratamento eletrônico às atividades de modelagem e simulação de processos de negócio do FNDE	R\$	588.800,00
TOTAL					33.513.762,90
EMPRESA		RESPONSÁVEL		FUNDAMENTAÇÃO	
SERPRO		Dispensa	Daniel Silva Balaban	Inc. XVI do art. 24 da Lei 8.666/93	
BORLAND LATIN AMÉRICA LTDA		Inexigibilidade	José Henrique Paim Fernandes	art. 25 da Lei 8.666/93	
SIEMENS LTDA		Inexigibilidade	Rafael Pereira Tourino	art. 25 da Lei 8.666/93	
ACECO TI LTDA		Inexigibilidade	Daniel Silva Balaban	art. 25 da Lei 8.666/93	

.....

Anexo III – Contratos MEC – em 2006

PREGÃO	CONTRATADA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR R\$
06/2006	REALITY EVENTOS E CONSULTORIA LTDA	40/2006	Contratação de empresa especializada em realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 130.095,99
06/2006	BRSET PROD. E EVENTOS LTDA	41/2006	Aquisição de solução integrada de serv. de locação de ambientes, alimentação e hospedagem	R\$ 119.000,00
06/2006	PREMIER ALIMENTOS E EVENTOS LTDA	49/2006	Realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 513.288,98
06/2006	PROMODEL CONECTION PRODUTORA DE EVENTOS LTDA	050/2006	Realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 215.298,00
14/2006	DIPAPEL IND. GRÁFICA LTDA	52/2006	Impressão gráfica de material didático	R\$ 84.324,00
18/2006	ART PRINTER GRÁFICA LTDA	56/2006	Serviços gráficos e entrega mat. didático em atendimento ao Programa Pró-letramento	R\$ 1.837.200,00
15/2006	MICRO MÓVEIS DECORAÇÕES LTDA	57/2006	Aquisição e distribuição de mobiliário especial p/atendimento aos alunos c/necessidades especiais	R\$ 1.683.961,92
22/2006	PRESTOBAT LTDA	59/2006	Aquisição e distribuição de aparelhos de televisores p/atendimento aos alunos c/necessidades especiais	R\$ 246.149,28
22/2006	UTIL UTILIDADES P/O LAR LTDA	60/2006	Aquisição e distribuição de aparelhos de DVD p/atendimento aos alunos c/necessidades especiais	R\$ 65.790,00
22/2006	CABTEC TECN. EM CABOS LTDA	61/2006	Aquisição e distribuição de adaptadores de campainha p/atendimento aos alunos c/necessidades especiais	R\$ 49.709,70
22/2006	HCM IMPRESSÃO AUDIVISUAIS LTDA	62/2006	Aquisição e distribuição de eletro-eletrônicos p/atendimento aos alunos c/necessidades especiais	R\$ 17.056,86
29/2006	GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF S/A	63/2006	Impressão gráfica de arte final. Revisão das Edições 43, 44 e 45 da Revista Criança	R\$ 849.999,00
24/2006	POSITIVO INFORMÁTICA LTDA	64/2006	Fornecimento, distribuição, instalação e assist. técnica de 806 conjuntos de equip. de informática p/alunos c/necessidades especiais	R\$ 5.924.966,24
25/2006	IBEP INSTITUTO BRASILEIRO DE EDIÇÕES PEDAGÓGICAS LTDA	070/2006	Serviços de impressão gráfica e distribuição de material didático para os 1.º e 2.º segmentos do ensino fundamental de jovens e adultos, bem como a produção e a distribuição de CD-ROM	R\$ 1.786.675,45
30/2006	LEOGRAF GRÁF. E EDITORA LTDA	81/2006	Impressão do documento ensino fundamental de nove anos: Orientação p/inclusão da criança de seis anos	R\$ 714.000,00
31/2006	ART PRINTER GRÁFICA LTDA	86/2006	Serviços de revisão ortográfica, editoração de 40.000 exemplares da Edição nº 3 da Revista Inclusão	R\$ 48.000,00

34/2006	SONOPRESS RIMO DA AMAZ. IND. E COM. FONO. LTDA	88/2006	Autoração de DVD e geração de matriz em fita DLT - Kits de 50 DVDs - TV Escola	R\$ 2.400.000,00
33/2006	OMINI COM. E SERV. LTDA	89/2006	Aquisição e entrega de 21.000 aparelhos de DVD - TV Escola	R\$ 2.042.880,00
36/2006	REALITY EVENTOS E CONSULTORIA LTDA	91/2006	Contratação de empresa especializada em realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 88.850,00
36/2006	AVANTI EVENTOS LTDA	96/2006	Contratação de empresa especializada em realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 77.950,00
36/2006	JB PROPAGANDA E MARKETING LTDA	103/2006	Contratação de empresa especializada em realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 88.100,00
36/2006	LOUMAR TURISMO LTDA – ME	104/2006	Contratação de empresa especializada em realização de eventos, contemplando o fornecimento de solução integrada de serviço de locação de ambientes	R\$ 102.920,00
38/2006	POSITIVO INFORMÁTICA LTDA	105/2006	Aquisição de 7.580 soluções integradas de laboratórios de informática – ProInfo compreendendo 7.580 laboratórios, a serem entregues e instalados	R\$ 84.275.354,40
37/2006	PAILAZU MULTIMÍDIA LTDA	124/2006	Autoração de DVD e geração de matriz em fita DLT, com reprodução de mídias DVD	R\$ 8.848.000,00
46/2006	POSITIVO INFORMÁTICA S.A.	134/2006	Aquisição de 9.268 conjuntos básicos integrados de soluções tecnológicas, para as Secretarias Municipais de Educação	R\$ 21.199.920,24
41/2006	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A	138/2006	Prestação do serviço de Telefone Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800	R\$ 1.648.000,00
54/2006	BRINK MOBIL – EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS	139/2006	Fornec. e entrega de 37.500 kits (jogos pedagógicos), para crianças de 6 anos	R\$ 10.494.778,29
52/2006	GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF S/A	145/2006	Impressão gráfica de arte final. Revisão das edições 40, 41 e 42 da Revista Criança	R\$ 767.991,00
55/2006	ESDEVA – INDÚSTRIA GRÁFICA S/A	160/2006	Serviços de impressão gráfica de materiais pedagógicos, para atender ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem	R\$ 1.328.940,00
65/2006	ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	175/2006	Aquisição de 100 (cem) microcomputadores	R\$ 168.799,00
64/2006	GOMES & MARTELLI LTDA	176/2006	Fornec. entrega de 6.065 kits (mat. pedagógico) para crianças de 0 a 5 anos	R\$ 3.179.940,15
TOTAL				R\$ 150.997.938,50

.....

Anexo IV - Aquisições realizadas por dispensa de licitação e inexigibilidade – em 2006

Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado	Processo nº
Luminária de emergência autônoma 2 lâmpadas fluorescentes de 8 W, autonomia com 1 lâmpada, mínimo de 5 horas, autonomia com 2 lâmpadas, mínimo de 2 horas e 30 min.	2.091,52	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Coferco Controles Industriais LTDA. CNPJ: 25.833.401/0001-53	23034.040267/2006-41
Caixa de papelão triplex, medidas 380 mm de altura, 320 mm de largura e 460 mm de comprimento com timbre MEC/FNDE em 1 cor.	7.840,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Gráfica MG LTDA. CNPJ: 04.942.046/0001-80	23034.040932/2006-05
Fornecimento e instalação de 15 rolos de papel de parede vinílico textura correspondente a 64m²	1.050,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Lar Decorações de Interiores CNPJ: 08.220.997/0001-05	23034.041344/2006-81
Relógio coletor de dados, <i>software</i> acesso empresa, liberação de chave adicional para <i>software</i> acesso empresa, conversor TCP-IP	5.610,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Digicard Relógio Ponto LTDA-ME. CNPJ: 03.034.405/0001-39	23034.041326/2006-07
Contratação de empresa especializada para oferta de alimentação com vistas à realização da Oficina de Trabalho "Avanços e Desafios do PNAE"	2.085,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Cristina Roberto Buffet e Prod. Culturais LTDA-ME. CNPJ: 38.066.296/0001-16	23034.048851/2006-45
Gravador de telefone digital. Grava diretamente as ligações no HD do computador, permite consultar e ouvir as gravações das conversações através de data, horário,duração e automaticamente ao identificar sinal de voz na linha ou manualmente com a intervenção do operador.	6.014,82	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Raimar Casa Lotérica e Copiadora LTDA. CNPJ: 68.613.785/0001-01	23034.040848/2006-83
Cola autolimparante para envelopadora automática base d'água, cor azul PS 750g. Galão com 5 kg cada	1.300,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Microdata Material de Computação LTDA-EPP CNPJ: 00.725.705/0001-76	23034.041094/2006-89
Capachos de vinil medindo: 1,10x1,77 m; 1,50x2,00 m; 0,88x1,88 m; 2,60x1,20 m;	7.988,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Capachos Tager LTDA. CNPJ: 01.592.401/0001-40	23034.040756/2006-01



2,00x1,40 m; 4,75x1,00 m.						
Central controladora de cancela WP 14, detector indutivo para cancela, remoção das cancelas com fixação em local indicado, manutenção em motorreductor cancela com substituição, manutenção em embreagem do motorreductor cancela, substituição de chave fim de curso cancela	4.500,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	WP Serviços e Manutenção de Estacionamentos LTDA. CNPJ: 05.939.272/0001-75	23034.041327/2006-43	
Escada de alumínio tipo trepadeira, sete degraus antiderrapantes mais patamar, altura (com patamar) de 1850 mm, largura de 760 mm e comprimento de 2960 mm. Rodízios na parte traseira	4.750,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Terra Útil comércio de máquinas e ferramentas CNPJ: 07.144.507/0001-68	23034.038775/2006-60	
Calculadora de mesa	1.289,32	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Navizo Materiais Eletrônicos e serviços em equipamentos. CNPJ: 04.996.048/0001-52	23034.038764/2006-80	
Transporte interestadual com montagem e desmontagem de móveis, embalagem e desmontagem de louças, roupas, livros, utensílios domésticos, aparelhos de som imagem e outros objetos	2.100,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Lisbras mudanças e transportes LTDA. CNPJ: 01.585.460/0001-91	23034.041133/2006-48	
Pilha recarregável AA - NIMH, Potência 2600 MAH- AA, vida útil superior a 1000 (mil) recargas	573,90	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	AGB Representações LTDA. CNPJ: 02.966.480/0001-75	23034.039063/2006-68	
Bolsa de juta com 35 cm de largura por 40 cm de altura e alça com 1,40 m, personalizada com logotipo	5.920,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Public Image Informática Audiovisual LTDA. CNPJ: 01.591.780/0001-54	23034.040948/2006-18	
Crachá em PVC flexível em policromia até 16 milhões de cores, com sistema de impressão por termio, impressão com proteção <i>overlay</i> para maior durabilidade de fotos e dados	145,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Polinformática Comércio e Serviços LTDA CNPJ: 00.733.069/0001-24	23034.039098/2006-05	



Leitura do Diário de Justiça de Brasília por um período de 12 meses, compreendendo: Tribunais Regionais Federais da 1. ^a , 2. ^a , 3. ^a , 4. ^a e 5. ^a Regiões; Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional do Trabalho da 10. ^a Região, Tribunal Superior do Trabalho, Varas Federais e do Trabalho do Distrito Federal	329,33	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Omniware Soluções LTDA. CNPJ: 05.056.633/0001-35	23034.004216/2006-56
Rádio transceptor, marca motorola, modelo XTN, com 6 canais de operação em VHF ou UHF-FM, 60 frequências em VHF ou 48 frequências em UHF, PL/DPL, códigos de senha, transmissão operada por voz, clonagem rápida, potência de saída 2 watts, 3 tons de chamada, bloqueio de teclado	7.980,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Rontan Eletro Metalúrgica LTDA. CNPJ: 62.858.352/0001-30	23034.038575/2006-15
Açúcar cristal empacotado 5 kg	4.850,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Uedama Comércio de Produtos Alimentícios LTDA. CNPJ: 00.543.061/0001-03	23034.040744/2006-79
Calculadora financeira HP 12 C	195,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Ronaldo T.P. Flores ME. CNPJ: 56.131.857/0001-03	23034.038764/2006-80
Organização e produção de eventos com a prestação de serviços de infra-estrutura incluído: equipamentos de sonorização, montagem de estrutura, recursos humanos e alimentação	5.200,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	RM Hotel Fazenda CNPJ: 02.373.139/0001-06	23034.039038/2006-84
Calculadora eletrônica, números dígitos 14 um, tipo mesa, fonte alimentação eletricidade tensão bivolt V, características adicionais visor fluorescente, impressão de metal	4.834,95	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Navizo Materiais Eletrônicos e serviços em equipamentos. CNPJ: 04.996.048/0001-52	23034.038764/2006-80
Recarga/teste hidrolático extintor CO2 6 kg, 4 kg.e 25 kg. Recarga/teste extintor-PQS 6 Kg, extintor-AP 10 kg	1.092,50	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Copex Extintores e Sistemas de Segurança LTDA. CNPJ: 72.607.203/0001-51	23034.038497/2006-41



Confeção e impressão de livretos com até 24 páginas incluindo a capa em 4/4 cores	4.233,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Milton de Sousa Assunção - ME. CNPJ: 01.407.871/0001-97	23034.040192/2006-07	
Conserto com substituição de peças em aparelhos telefônicos tipo headset, fabricante poltronics	275,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Fax Service Comércio e Equipamento Eletrônicos CNPJ: 26.982.223/0001-95	23034.038768/2006-68	
Container confeccionado em chapa de aço SAE 1020 n.º 13, com 2,5 mm de espessura, reforçado em chapa de aço, inclusive batentes	7.080,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Newsol Comércio de Materiais de Construção LTDA. CNPJ: 05.365.108/0001-00	23034.038746/2006-06	
Tradução de textos	450,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Ana Julieta Silva Maciel Campelo CPF: 759.515.561-00	23034.039030/2006-18	
Arquivo de aço com 07 gavetas para arquivamento de aproximadamente 10.500 fichas com gavetas deslizantes sobre carrinho telescópio com puxadores e chaves	3.499,99	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Casa das Tralhas Comercial LTDA- ME CNPJ: 85.354.306/0003-60	23034.038922/2006-00	
Assinatura do informativo do direito administrativo e responsabilidade fiscal compreendendo a publicação	5.054,40	Inexigibilidade		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Zenite Informação e consultoria em Adm. Pública. CNPJ: 86.781.069/0001-15	23034.038566/2006-16	
Recarga de extintor de incêndio CO2, PQS e teste hidrostático em extintores	2.525,40	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Copex Extintores e Sistemas de Segurança LTDA. CNPJ: 72.607.203/0001-51	23034.038497/2006-41	
Assinatura do Diário Oficial da União, seções I, II e III	7.795,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Imprensa Nacional CNPJ: 04.196.645/0001-00	23034.038565/2006-71	
Vasos de cimento para plantio e plantas ornamentais	1.829,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Gematec Viveiro de Mudas LTDA. CNPJ: 33.457.706/0001-36	23034.034725/2006-11	
Memória primária capacidade de 1 gigabyte tecnologia DDR PC3200 SDRAM 400 MHz. Velocidade 5 nano segundos	7.950,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Ronaldo Barboza Filho - ME CNPJ: 02.307.952/0001-88.	23034.038530/2006-32	
Coletor de dados da marca Henry Card II com	790,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda	Digicard Relógio Ponto LTDA-ME.	23034.038419/0001-46	



TPC/IP visando a troca de conversos interno				CPF:181727926-20	CNPJ: 03.034.405/0001-39	
Leite em pó integral e desnatado instantâneo sem glúten. Lata de 300 e 400 gramas	1.140,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	G. Dias de Sousa Comercial Dias Bueno CNPJ: 06.108.772/0001-28	23034.038493/2006-62
Botina sem componentes metálicos, calçado de segurança. Protetor facial com regulagem de tamanho. Abafador de ruídos tipo concha	957,25	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Primeira Linha Comercial de Rolamentos LTDA. CNPJ: 24.907.602/0001-95	23034.003643/2006-17
Luva de segurança longa, com reforço na região palmar, dedos e cava do polegar	168,50	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Melhores Marcas Com. e Representação. CNPJ: 04.789.609/0001-42	23034.003643/2006-17
Botina com componentes metálicos, luva de segurança curta, capacete de segurança, óculos de segurança	3.267,75	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Jairo Lopes Ferreira-EPP CNPJ: 02.907.464/0001-01	23034.003643/2006-17
Avental de raspa de couro com alça e tira	540,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Equimaf S/A Equipamentos Máquinas e Ferramentas. CNPJ: 38.046.579/0001-04	23034.003643/2006-17
Aquisição de mapa do Brasil-Geonovário	597,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Licitacom Comércio e Soluções LTDA. CNPJ: 04.515.247/0001-00	23034.037908/2006-81
Carimbo automático com placa de texto, regulagem de repetição	1.780,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	HLB Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA-ME. CNPJ: 72.649.361/0001-74	23034.004405/2006-29
Desinsetização e desratização de todas as dependências do edifício sede do FNDE, depósito e Pavilhão de Metas.	1.650,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Long Serviços de Dedetização LTDA. CNPJ: 33.462.441/0001-64	23034.003498/2006-74
Copos de vidro, jarra de vidro, saboneteira, material suporte aço inoxidável	6.599,20	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Copalimpa Produtos de Limpeza e Utilidades LTDA. CNPJ: 00.442.798/0001-21	23034.000178/2006-62
Retirada, fornecimento e instalação de fita antiderrapante	1.700,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Casa São Luiz Ferragens LTDA-EPP CNPJ: 00.015.305/0001-77	23034.000043/2006-05
Fornecimento e instalação de persianas horizontais	4.457,88	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Loja das Cortinas Brasília LTDA-ME CNPJ: 37.147.444/0001-64	23034.003883/2006-11
Carimbo com borracha, excedente de carimbo,	4.728,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda	Piloto Carimbos Comércio e Ind.	23034.025925/2005-94

.....

carimbo automático, confecção de borracha de polímero, carimbo redondo				CPF:181727926-20		CNPJ: 01.669.892/0001-80 LTDA-ME.	
Livros	142,9	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Livraria da Rodoviária LTDA. CNPJ: 07.017.891/0001-38	23034.007036/2006-26
Leitora código de barra, tipo manual /laser, varredura fonte de luz com diodo luz visível	2.181,96	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		All Info LTDA-ME. CNPJ: 05.085.400/0001-60	23034.003853/2006-13
Prateleira de aço com reforço estampado,chapa de aço 18 na cor cinza claro com pintura eletrostática	1.240,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Cophecruz Venda de Equip. e Mat. de Informática CNPJ: 07.092.519/0001-96	23034.003951/2006-42
Banner vinil branco,pasta tipo executiva em couro sintético, caneta esferográfica retrátil, material p/plastificar crachás, camiseta gola pólo preta malha preta e malha comum	7.980,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Encadernadora Dornelles LTDA. CNPJ: 72.596.117/0001-90	23034.004234/2006-38
Carimbo numerador automático com placa de texto, regulação de repetição e possibilidade de supressão de carimbagem de dígitos	1.780,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		HLB Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA-ME. CNPJ: 72.649.361/0001-74	23034.003474/2006-15
Solvente líquido galão com 5 litros, restaurador blanqueta, hidrcarboneto primário,líquido limpo, galão com 5 litros	104,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Graphic Comércio de Materiais Gráficos LTDA-EPP. CNPJ:26.426.932/0001-94	23034.003586/2006-76
Transporte interestadual com desmontagem e montagem de móveis, louças, roupas, utensílios domésticos e outros objetos	4.995,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Ariel Transporte e Mudanças LTDA. CNPJ: 07.343.463/0001-03	23034.003226/2006-74
Botijão de gás liquefeito de petróleo mineral chapa aço capacidade 13 kg	3.254,40	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Coplagas Comercial Planalto de Gases LTDA. CNPJ: 72.588.852/0001-80	23034.000037/2006-40
Assinatura do Diário Oficial da União, seções I, II e III	4.050,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Netquality Tecnologia em Sistema Digital LTDA. CNPJ:04.011.996/0001-91	23034.042493/2005-86
Pendrive 512 MB 2.0 USB	2.910,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Praise Informática LTDA. CNPJ: 02.485.489/0001-64	23034.003644/2006-61
Assinaturas: Fórum de Contratação e Gestão Pública, Revista Fórum de Direito Tributário, Revista Brasileira de Direito Público e Revista de Direito Administrativo	6.250,00	Art. 24, Inciso II		Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20		Editora Fórum LTDA. CNPJ: 41.769.803/0001-92	23034.039394/2004-36



Contratação de empresa especializada em engenharia para reforma e ampliação do sistema contra descargas atmosféricas	7.999,21	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	De Paula Engenharia LTDA. CNPJ: 05.484.528/0001-05	23034.041181/2005-55
Revisão gramatical e ortografia de texto.	3.000,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Elizabeth Maria Speller Trajano CPF.: 120.559.561-91	23034.003589/2006-18
Licença de uso de enciclopédia de legislação e jurisprudência da educação brasileira na versão CD ROM, incluindo os serviços: boletim de direito educacional, BDE <i>on-line</i> e serviços de suporte	7.990,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Editor Acadêmico LTDA. CNPJ: 01.951.206/0001-60	23034.007031/2006-01
Máquina fotográfica digital com as características mínimas de: tipo de zoom, foco automático, tipo de visor TPT-LCD, tamanho da foto, formato gravação e imagem, cartão de memória STICK	3.458,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	JM Indústria, produtos e serviços de informática LTDA. CNPJ: 05.368.341/0001-38	23034.038955/2006-41
Transporte de carga BSB/RIO, RIO/BSB, BSB/BH e BH/BSB	1.812,66	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	RJF Cargas Encomendas e Representações. CNPJ: 04.557.116/0001-87	23034.003791/2006-31
Chá de maçã com canela. Caixa com 10 saquinhos	896,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Dageal Comércio de Material de Escritório LTDA. CNPJ: 07.245.458/0001-50	23034.038821/2005-40
Leite longa vida, caixa com 01 litro	642,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Comércio de Alimentos PC LTDA-EPP. CNPJ: 03.913.851/0001-13	23034.038821/2005-40
Água mineral sem gás em garrafão de 20 litros	4.055,62	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Puríssima Água Mineral LTDA. CNPJ: 72.602.303/0001-95	23034.005082/2005-18
Adaptador para teclado AT fêmea para PS2 macho	390,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Krista Eletrônica LTDA. CNPJ: 38.058.475/0001-01	23034.042494/2005-21
Projektor multimídia	3.850,00	Art. 24, Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Informatic Comércio e Representação LTDA. CNPJ: 03.596.103/0001-54	23034.039005/2005-53
Serviços de acesso <i>on-line</i> à base de dados, via Internet, de sistema informatizado de consultas e informações jurídicas e jurisprudências	11.649,00	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	Direct Rede Legislação Brasileira Informatizada S/A CNPJ: 04.257.307/0001-23	23034.039570/2004-30



Anexo V: Execução orçamentária por programa e ação de governo

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL			CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS			DESCENTRALIZAÇÕES RECEBIDAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA			
			NACIONAL	EMENDAS	TOTAL	SUPLEMENTAÇÃO		Deleção Autorizada			DESTAQUES CONCEDIDOS	EMPEÑOS EMITIDOS	TOTAL	%	TOTAL	%	N=MH	
						D	E											F = C + D + E
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181	16.845.027,00	0,00	16.845.027,00	2.032.564,00	96.000,00	18.781.591,00	0,00	18.781.591,00	0,00	17.632.005,60	17.632.005,60	93,88%	1.149.585,40	6,12%		
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	0948	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	505.403,80	3.952.433,07	96,40%	147.566,93	3,60%		
		09DX	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.484.779,32	1.484.779,32	98,99%	15.220,68	1,01%		
		TOTAL	5.600.000,00	0,00	5.600.000,00	0,00	0,00	5.600.000,00	0,00	5.600.000,00	0,00	5.600.000,00	505.403,80	4.931.808,59	5.437.212,39	97,09%	162.787,61	2,91%
		09HB	0,00	3.753.418,00	3.753.418,00	213.000,00	0,00	3.966.418,00	0,00	3.966.418,00	0,00	3.966.418,00	0,00	3.957.770,73	3.957.770,73	99,78%	8.647,27	0,22%
		2000	55.413.450,00	180.000,00	55.593.450,00	5.998.032,00	2.627.000,00	58.964.482,00	14.143,11	58.978.625,11	14.143,11	58.978.625,11	0,00	51.235.024,41	51.235.024,41	86,87%	7.743.600,70	13,13%
0750	Apoio Administrativo	2004	2.185.963,00	0,00	2.185.963,00	0,00	0,00	2.185.963,00	0,00	2.185.963,00	0,00	1.517.015,65	1.517.015,65	69,40%	668.947,35	30,60%		
		2010	139.080,00	0,00	139.080,00	0,00	0,00	139.080,00	0,00	139.080,00	0,00	61.668,48	61.668,48	44,34%	77.411,52	55,66%		
		2011	682.663,00	0,00	682.663,00	96.919,00	0,00	779.582,00	779.582,00	0,00	779.582,00	0,00	670.605,63	670.605,63	86,02%	108.976,37	13,98%	
		2012	1.438.471,00	0,00	1.438.471,00	0,00	143.847,00	1.294.624,00	0,00	1.294.624,00	0,00	458.809,18	458.809,18	35,44%	835.814,82	64,56%		
		TOTAL	59.859.627,00	3.933.418,00	63.793.045,00	6.307.951,00	2.770.847,00	67.330.149,00	14.143,11	67.344.292,11	14.143,11	67.344.292,11	0,00	57.900.894,08	57.900.894,08	85,98%	9.443.398,03	14,02%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005	1.907.696,00	0,00	1.907.696,00	360.221,00	41.561,00	2.226.356,00	0,00	2.226.356,00	0,00	2.226.356,00	2.226.356,00	100,00%	0,00	0,00%		
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	0369	4.309.859.989,00	0,00	4.309.859.989,00	0,00	0,00	4.309.859.989,00	0,00	4.309.859.989,00	0,00	4.308.769.989,00	4.308.769.989,00	99,97%	1.090.000,00	0,03%		
1060	Brasil Alfabetizado	0081	448.213.000,00	0,00	448.213.000,00	247.000.000,00	283.000.000,00	412.213.000,00	0,00	412.213.000,00	0,00	412.213.000,00	412.213.000,00	100,00%	0,00	0,00%		
		0507	16.000.000,00	450.000,00	16.450.000,00	54.500,00	54.500,00	16.450.000,00	0,00	16.450.000,00	0,00	16.450.000,00	10.513.649,32	1.786.675,45	12.300.324,77	74,77%	4.149.675,23	25,23%
		0920	204.750.000,00	0,00	204.750.000,00	0,00	39.928.902,00	164.823.098,00	0,00	164.823.098,00	0,00	164.823.098,00	993.320,00	161.085.422,09	162.078.742,09	98,33%	2.744.355,91	1,67%
		09BT	12.375.000,00	0,00	12.375.000,00	0,00	1.100.000,00	11.275.000,00	0,00	11.275.000,00	0,00	11.275.000,00	0,00	7.949.200,80	7.949.200,80	70,50%	3.325.798,20	29,50%
		09EP	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00	0,00	2.000.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	399.900,00	0,00	399.900,00	99,98%	100,00	0,03%
		TOTAL	683.738.000,00	450.000,00	684.188.000,00	247.054.500,00	326.981.402,00	605.161.098,00	0,00	605.161.098,00	0,00	11.906.969,32	593.034.298,34	594.941.167,66	98,31%	10.219.930,34	1,69%	
1061	Brasil Escolarizado	0509	107.065.965,00	15.477.597,00	122.543.562,00	858.200.000,00	61.700.000,00	919.043.562,00	0,00	919.043.562,00	0,00	919.043.562,00	47.572.169,66	860.798.092,20	908.370.251,86	98,84%	10.673.310,14	1,16%
		0513	1.258.764.326,00	54.235.620,00	1.312.999.946,00	842.344.140,00	659.307.944,00	1.496.036.142,00	0,00	1.496.036.142,00	0,00	1.496.036.142,00	484.092,31	1.479.818.902,64	1.480.312.595,15	98,95%	15.723.546,85	1,05%
		09CW	26.070.000,00	2.166.000,00	28.236.000,00	300.000,00	0,00	28.536.000,00	0,00	28.536.000,00	0,00	28.536.000,00	400.000,00	27.653.107,89	28.053.107,89	98,31%	482.892,11	1,69%
		09EV	4.250.000,00	150.000,00	4.400.000,00	0,00	0,00	4.400.000,00	0,00	4.400.000,00	0,00	4.400.000,00	0,00	4.399.253,49	4.399.253,49	99,98%	746,51	0,02%
		2272	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00	0,00	0,00	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00	0,00	20.274.267,17	20.274.267,17	88,15%	2.725.732,83	11,85%
1062	Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	2A74	15.790.000,00	162.000,00	15.952.000,00	0,00	1.440.000,00	14.512.000,00	0,00	14.512.000,00	0,00	14.512.000,00	8.663.080,00	4.953.600,00	13.616.680,00	93,83%	895.320,00	6,17%
		4042	3.791.223,00	0,00	3.791.223,00	0,00	0,00	3.791.223,00	0,00	3.791.223,00	0,00	3.791.223,00	0,00	3.790.027,10	3.790.027,10	99,97%	1.195,90	0,03%
		4045	49.000.000,00	0,00	49.000.000,00	0,00	0,00	49.000.000,00	0,00	49.000.000,00	0,00	49.000.000,00	174.984,93	46.334.198,63	46.509.183,56	94,92%	2.490.816,44	5,08%
		4389	1.450.723,00	0,00	1.450.723,00	0,00	0,00	1.450.723,00	0,00	1.450.723,00	0,00	1.450.723,00	373.430,00	1.065.195,00	1.438.625,00	99,17%	12.098,00	0,83%
		4641	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	3.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	100,00%	0,00	0,00%
1065	Educação na Primeira Infância	6372	17.300.000,00	540.000,00	17.840.000,00	63.000.000,00	0,00	80.840.000,00	0,00	80.840.000,00	0,00	1.193.750,00	79.646.250,00	80.840.000,00	100,00%	0,00	0,00%	
		6375	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	3.383.043,00	0,00	3.383.043,00	84,58%	616.957,00	15,42%	
		TOTAL	1.915.482.237,00	72.731.217,00	1.988.213.454,00	1.763.844.140,00	725.447.944,00	2.626.609.650,00	0,00	2.626.609.650,00	0,00	2.626.609.650,00	64.254.549,90	2.528.732.494,32	2.592.987.034,22	98,72%	33.622.615,78	1,28%
		0A13	18.000.000,00	0,00	18.000.000,00	5.155.000,00	8.000.000,00	15.155.000,00	0,00	15.155.000,00	0,00	15.155.000,00	8.853.500,00	5.155.000,00	14.008.500,00	92,43%	1.146.500,00	7,57%
		3676	2.170.000,00	0,00	2.170.000,00	0,00	0,00	2.170.000,00	0,00	2.170.000,00	0,00	2.170.000,00	2.170.000,00	0,00	2.170.000,00	100,00%	0,00	0,00%
1067	Gestão da Política de Educação	3681	580.000,00	0,00	580.000,00	0,00	0,00	580.000,00	0,00	580.000,00	0,00	580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	580.000,00	100,00%
		3685	11.940.000,00	0,00	11.940.000,00	0,00	0,00	11.940.000,00	0,00	11.940.000,00	0,00	11.940.000,00	180.653,31	7.193.429,74	7.374.083,05	61,76%	4.565.916,95	38,24%
		3687	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	0,00	0,00	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	821.508,71	0,00	821.508,71	36,51%	1.428.491,29	63,49%
		7109	140.980.528,00	0,00	140.980.528,00	13.975.000,00	32.999.999,00	121.955.529,00	0,00	121.955.529,00	0,00	121.955.529,00	109.055.534,96	5.828.788,64	114.884.323,60	94,20%	7.071.205,40	5,80%
		TOTAL	175.920.528,00	0,00	175.920.528,00	19.130.000,00	40.999.999,00	154.650.529,00	0,00	154.650.529,00	0,00	154.650.529,00	121.081.196,98	18.177.218,38	139.238.415,36	90,40%	14.792.113,64	9,60%
1065	Educação na Primeira Infância	09H1	3.000.000,00	50.000,00	3.050.000,00	0,00	0,00	3.050.000,00	0,00	3.050.000,00	0,00	2.999.586,42	2.999.586,42	98,35%	50.411,58	1,65%		
		09HJ	2.500.000,00	19.891.100,00	22.391.100,00	0,00	0,00	22.391.100,00	0,00	22.391.100,00	0,00	14.717.371,75	14.717.371,75	66,62%	7.373.728,25	33,38%		
		0E04	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	0,00	99.999,90	99.999,90	5,56%	1.700.000,10	94,44%		
		6351	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	849.999,00	849.999,00	85,00%	150.001,00	15,00%		
		TOTAL	6.500.000,00	21.441.100,00	27.941.100,00	0,00	0,00	27.941.100,00	0,00	27.941.100,00	0,00	27.941.100,00	0,00,					

1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	0966	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	0,00	336.055,00	8.663.945,00	0,00	8.663.944,58	100,00%	0,42	0,00%	
		0968	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
		0973	3.460.000,00	0,00	3.460.000,00	0,00	757.806,00	2.702.194,00	0,00	2.702.171,05	100,00%	22,95	0,00%	
		09DP	5.990.633,00	0,00	5.990.633,00	0,00	0,00	5.990.633,00	0,00	5.326.114,85	100,00%	66,61	0,00%	
		09EB	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00	0,00	3.052.505,94	99,79%	7.484,06	0,21%	
		0A30	47.786.280,00	0,00	47.786.280,00	10.208.000,00	33.286.280,00	24.708.000,00	0,00	16.400.000,00	66,38%	8.308.000,00	33,62%	
		6332	8.200.000,00	0,00	8.200.000,00	0,00	8.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
		6369	3.700.000,00	0,00	3.700.000,00	0,00	0,00	3.700.000,00	0,00	2.627.557,45	98,32%	62.191,99	1,68%	
		6377	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.489.509,01	99,58%	10.490,99	0,42%	
		4004	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	503.780,09	25,19%	1.486.219,91	74,81%
1073	Universidade de São Paulo	0974	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	766.251,22	95,78%	33.748,78	4,22%	
1336	Brasil Quilombola	09CG	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	368.308,67	46,04%	431.691,33	53,96%	
		09CJ	3.572.000,00	0,00	3.572.000,00	0,00	0,00	3.572.000,00	0,00	1.807.850,25	50,61%	1.764.149,75	49,39%	
		TOTAL	5.172.000,00	0,00	5.172.000,00	0,00	0,00	5.172.000,00	0,00	2.942.410,14	56,89%	2.229.589,86	43,11%	
		0511	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	0,00	0,00	1.820.000,00	0,00	1.049.500,00	57,66%	770.500,00	42,34%	
		0959	1.839.855,00	0,00	2.339.855,00	0,00	0,00	2.339.855,00	0,00	2.313.336,79	98,87%	26.518,21	1,13%	
		0977	8.200.000,00	0,00	8.200.000,00	0,00	0,00	8.200.000,00	0,00	834.243,09	99,87%	10.385,35	0,13%	
		09DK	7.860.000,00	0,00	7.860.000,00	0,00	0,00	7.860.000,00	0,00	6.792.049,31	86,41%	1.067.950,69	13,59%	
		09EJ	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00	1.591.298,63	99,46%	8.701,37	0,54%	
		09FD	4.250.000,00	4.275.000,00	8.525.000,00	0,00	0,00	5.706.467,00	0,00	2.361.466,73	41,38%	3.345.000,27	58,62%	
		09GL	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00%	0,00	0,00%	
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	6113	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	219.876,79	99,81%	4.753,72	0,19%	
		6310	9.180.000,00	1.409.000,00	10.589.000,00	1.300.000,00	0,00	11.889.000,00	0,00	11.889.000,00	85,36%	1.740.018,36	14,64%	
		8371	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.499.974,49	100,00%	25,51	0,00%
		TOTAL	38.429.855,00	8.004.000,00	47.433.855,00	1.300.000,00	2.818.533,00	45.915.322,00	1.500.000,00	47.415.322,00	85,29%	6.973.853,48	14,71%	
		0515	350.000.000,00	0,00	350.000.000,00	12.952.438,00	20.952.438,00	342.000.000,00	0,00	342.000.000,00	95,52%	15.311.670,56	4,48%	
		0989	270.000.000,00	0,00	270.000.000,00	6.000.000,00	0,00	276.000.000,00	0,00	276.000.000,00	100,00%	4.749,78	0,00%	
		09CK	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.499.892,44	100,00%	107,56	0,00%	
		0E01	0,00	11.060.000,00	11.060.000,00	700.000,00	0,00	11.760.000,00	0,00	2.581.952,28	21,96%	9.178.047,72	78,04%	
		2272	34.933.689,00	0,00	34.933.689,00	11.567.689,00	19.167.689,00	27.333.689,00	0,00	27.333.689,00	90,51%	2.594.170,54	9,49%	
		4046	571.042.496,00	0,00	571.042.496,00	0,00	4.500.000,00	566.542.496,00	0,00	566.542.496,00	99,50%	2.816.786,02	0,50%	
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	5079	85.966.311,00	0,00	85.966.311,00	30.000.000,00	0,00	115.966.311,00	0,00	84.916.827,09	73,23%	31.049.483,91	26,77%	
		TOTAL	1.314.442.496,00	11.060.000,00	1.325.502.496,00	61.220.127,00	44.620.127,00	1.342.102.496,00	0,00	1.342.102.496,00	95,46%	60.955.016,09	4,54%	
		0946	6.500.000,00	0,00	6.500.000,00	0,00	0,00	6.500.000,00	0,00	6.497.727,81	99,97%	2.272,19	0,03%	
		09EL	19.300.000,00	0,00	19.300.000,00	0,00	2.500.000,00	16.800.000,00	0,00	16.799.928,70	100,00%	73,30	0,00%	
		09EM	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	3.923.464,00	3.923.464,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	99,93%	13.414,77	0,07%	
		09HS	3.000.000,00	170.000,00	3.170.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.170.000,00	0,00	3.170.000,00	87,44%	398.167,28	12,56%	
		TOTAL	48.800.000,00	170.000,00	48.970.000,00	6.923.464,00	9.423.464,00	46.570.000,00	0,00	46.570.000,00	99,11%	413.927,54	0,89%	
		2C16	0,00	0,00	0,00	2.281.000,00	0,00	2.281.000,00	0,00	2.281.000,00	100,00%	0,00	0,00%	
		3680	5.750.000,00	0,00	5.750.000,00	0,00	3.000.000,00	2.750.000,00	0,00	2.750.000,00	80,39%	539.194,55	19,61%	
		3682	16.000.000,00	0,00	16.000.000,00	0,00	16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	3686	22.000.000,00	0,00	22.000.000,00	0,00	9.200.000,00	12.800.000,00	0,00	7.055.780,41	55,12%	5.744.219,59	44,88%	
		6322	14.700.000,00	26.374.915,00	41.074.915,00	0,00	0,00	41.074.915,00	0,00	40.996.441,97	99,81%	78.473,03	0,19%	
		TOTAL	58.450.000,00	26.374.915,00	84.824.915,00	2.281.000,00	28.200.000,00	58.905.915,00	0,00	58.905.915,00	89,20%	6.361.887,17	10,80%	
		2272	0,00	0,00	0,00	0,00	12.940.027,52	12.940.027,52	0,00	11.447.850,90	95,08%	592.176,62	4,92%	
		2A95	0,00	0,00	0,00	0,00	87.151.537,47	87.151.537,47	0,00	87.151.536,15	100,00%	1,32	0,00%	
		86AB	0,00	0,00	0,00	0,00	1.328.940,00	1.328.940,00	0,00	1.328.940,00	100,00%	0,00	0,00%	
		86AC	0,00	0,00	0,00	0,00	14.517.537,70	14.517.537,70	0,00	14.517.537,55	100,00%	0,15	0,00%	
		86AD	0,00	0,00	0,00	0,00	4.436.815,10	4.436.815,10	0,00	4.436.814,60	100,00%	0,50	0,00%	
		TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	119.474.857,79	119.474.857,79	0,00	118.882.679,20	99,50%	592.178,59	0,50%	
		8034	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	TOTAL	8.778.094.368,00	164.164.650,00	8.942.259.018,00	2.134.461.367,00	1.224.330.018,00	9.852.390.967,00	528.141.386,76	9.267.759.823,44	98,20%	179.478.757,70

[illegible]

NOTA: A ação 7109 teve devolução na UG 152174, UG Secundária da UG FNDE 153173, o valor de R\$ 161.018,19. Porém, nesta devolução, foram utilizados eventos indevidos, que, ao invés de estomarem a conta Destaque Concedido, contabilizaram a conta Créditos Recebidos ocasionando uma execução orçamentária divergente da constante deste Anexo.

NOTA: A ação 7109 teve devolvido na UG 152174, UG Secundária da UG FNDE 153173, o valor de R\$ 161.018,19.

